N.o 26 Abril - Junho 1956

ANO VII

REVISTA DE HISTÓRIA

Publicação Trimestral

SUMÁRIO

Pág.

E. SIMÕES DE PAULA. — Como fomos recebidos no Rio de Janeiro 289

CONFERÊNCIA

T. O. MARCONDES DE SOUZA. — A carta náutica de 1424 da Biblioteca da Universidade de Minnesota e o suposto descobrimento pré-colombiano da América 291

ARTIGOS

OTTO A. PIPER. — A interpretação cristã da História (VI) 313
JOÃO FRANCISCO DE SOUZA. — Origens da civilização eolo-jônica. Comentários sôbre Homero e Tales de Mileto 341
LINNEU DE CAMARGO SCHÜTZER. — A descoberta da morte e o mundo homérico 379
OCTAVIO IANNI. — O samba de terreiro de Itú 403

FATOS E NOTAS

ENRIQUE DE GANDÍA. — As colônias da América 427
ROBERTO LEVILLIER. — O planisfério de Maiollo de 1504. Nova prova do itinerário de Gonçalo Coelho-Vespúcio à Patagônia, em sua viagem de 1501-1502 431
EDGARD DE CERQUEIRA FALCÃO. — Recapitulando empolgante controvérsia (A propósito da recente publicação do 1.º volume dos "Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia") 441

DOCUMENTÁRIO

MYRIAM ELLIS. — Estudo sôbre a decadência das Minas, através de um documento 463

QUESTÕES PEDAGÓGICAS

JOSE' VAN DEN BESSELAAR. — Introdução aos Estudos Históricos (V) .. 491
ÁLVARO DA VEIGA COIMBRA. — Noções de Numismática (II) 529

Resenha Bibliográfica 551
Índice do volume XII 557

SÃO PAULO - BRASIL

DIRETOR

E. SIMÕES DE PAULA.

Professor de História da Civilização Antiga e Medieval (U.S.P.).

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ALFREDO ELLIS JÚNIOR — Professor de História da Civilização Brasileira (U.S.P.).
A. P. CANABRAVA — Professor de História Econômica (U.S.P.).
ASTROGILDO RODRIGUES DE MELLO — Professor de História da Civilização Americana (U.S.P.).
CARLOS DRUMOND — Assistente da Cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani (U.S.P.).
EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA — Professor de História da Civilização Moderna e Contemporânea (U.S.P.).
EGON SCHADEN — Professor de Antropologia (U.S.P.).
FIDELINO DE FIGUEIREDO — ex-Professor de Literatura Portuguêsa (U.S.P.).
MANUEL NUNES DIAS — Assistente da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea (U.S.P.).
MYRIAM ELLIS — Assistente da Cadeira de História da Civilização Brasileira (U.S.P.).
ODILON NOGUEIRA DE MATOS — Secretário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (U.S.P.).
PEDRO MOACYR CAMPOS — Livre-docente e Assistente da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval (U.S.P.).
PLÍNIO AYROSA — Professor de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani (U.S.P.).
RICARDO ROMÁN BLANCO — Professor de Paleografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (U.S.P.).
ROZENDO SAMPAIO GARCIA — Assistente da Cadeira de História da Civilização Americana (U.S.P.).
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA — Diretor do Museu Paulista.
THOMAZ OSCAR MARCONDES DE SOUZA — Da Sociedade de Estudos Históricos (São Paulo).

Lic. Aldo Janotti — *Secretário.*
Lic. Paulo Pereira de Castro — *Tesoureiro.*

ASSINATURAS

Para o Brasil, anual	Cr$	200,00
Para o estrangeiro, anual, dólares	US$	6,00
Número avulso	Cr$	60,00
Número atrazado	Cr$	70,00

A importância das assinaturas poderá ser enviada em vale postal, cheque sôbre a praça de São Paulo, ou carta registrada com valor declarado.

*

Tôda e qualquer alteração de enderêço dos Srs. Assinantes deverá ser comunicada com urgência, para se evitar extravio dos números da Revista.

*

A reprodução de qualquer dado, mesmo em resumo, da matéria contida nesta publicação, só será permitida com a citação do nome, número e ano desta Revista.

*

Tôda a correspondência, inclusive a relacionada com a assinatura da Revista, deverá ser endereçada ao Prof. Eurípedes Simões de Paula. Caixa Postal 8105 — Rua Maria Antônia, 294. São Paulo. Brasil.

*

A Revista não se responsabiliza pela redação, nem pelos conceitos emitidos pelos seus colaboradores.

N.º 26 Abril-Junho 1956

Vol. XII — REVISTA DE HISTÓRIA — Ano VII

COMO FOMOS RECEBIDOS NO RIO DE JANEIRO.

Temos o grato prazer de reproduzir e — ao mesmo tempo — de agradecer, os amáveis conceitos, para nós verdadeiramente estimuladores, exarado em nota da revista *Bibliografia de História do Brasil* (publicação da Comissão de Textos da História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores; Rio de Janeiro, 1956) pelo nosso colega da Universidade do Brasil, o Prof. Dr. Hélio Vianna.

*

"*Revista de História*. Diretor: professor E. Simões de Paula. Ano II, Vols. II e III, n.ºs 5, 6, 7 e 8 de janeiro-março, abril-junho, julho-setembro e outubro-dezembro de 1951. São Paulo, 1951; 476, 498 pp., ils. fac-sims.

Pode-se considerar vitoriosa a iniciativa de alguns professôres de História da Universidade de São Paulo, chefiados pelo Sr. E. Simões de Paula, promovendo a publicação trimestral da excelente *Revista de História,* que desde os primeiros números passou a ocupar posição de grande relêvo entre as nossas coletâneas científicas.

Os dois volumes correspondentes ao ano de 1951, de quase um milhar de páginas, contêm ampla matéria histórica, de que anotaremos apenas a parte referente à História do Brasil.

Começando pelos trabalhos mais extensos, registramos a publicação, nos quatro números do ano, do ensaio do professor Emille-G. Léonard sôbre "O Protestantismo Brasileiro — Estudo de Eclesiologia e de História Social" — que aliás continuou na *Revista* de 1952. Outro, posteriormente reunido em volume, sòlidamente documentado, referia-se à "Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720)" e é de autoria do Sr. Gustavo de Freitas, professor do Ensino Técnico em Lisboa.

De publicação póstuma foi o trabalho de Manuel Hipólito do Rêgo, sôbre "A Lenda no Litoral Paulista", de 1939.

Do n., 6, de abril-junho de 1951, consta o artigo do professor Astrogildo Rodrigues de Mello, sôbre "Os Estudos Históricos no Brasil".

No n.º 7, de julho-setembro, aparece um do Sr. Ordival Cassiano Gomes, sôbre a "Fundação do Ensino Médico no Brasil" e "José Correia Picanço", 1.º Barão de Goiana, cirurgião-mor do Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

Na secgão de Documentário foram publicadas curiosas relações de viagens, de um médico alemão sôbre Pelotas em 1858, e sôbre o Sul do Brasil, por um oficial da marinha russa, do início do século XIX, nos números 5 e 6.

Na secção de Arquivos há, no n.º de janeiro-março, uma relação dos "Manuscritos da Biblioteca Municipal de São Paulo"; e, no de outubro-dezembro, o "Arrolamento das fontes históricas de São José do Rio Prêto e região circunvizinha". Na secção de Fatos e Notas apresentou o Sr. Tomaz Oscar Marcondes de Sousa "Uma suposta raridade bibliográfica sôbre o Brasil", sôbre um falso folheto veneziano existente na Biblioteca Municipal de São Paulo.

Na mesma secção apresentou D. Clemente Maria da Silva Nigra, O.S.B., uma lista de "Artistas Coloniais Mineiros", extraída das *Relíquias da Terra de Ouro,* do Sr. Edgard de Cerqueira Falcão.

De autoria dêste último aí aparecem "Dados cronológicos ligados à Fundação de São Paulo" e "A determinação da especificidade do *schistosomum Mansoni* (História de uma grande conquista científica brasileira)", devida ao médico Pirajá da Silva.

Todos os números da *Revista de História* contém amplas "Resenhas bibliográficas" e "Noticiário" de atividades ligadas à História, sobretudo da Universidade de São Paulo, inclusive defesa de teses, concursos, doutoramentos, etc.

E. SIMÕES DE PAULA.

CONFERÊNCIA

A CARTA NÁUTICA DE 1424 DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE MINNESOTA E O SUPOSTO DESCOBRIMENTO PRÉ-COLOMBIANO DA AMÉRICA (*).

Chegando ao nosso conhecimento que uma parte da rica coleção de Sir Thomas Phillips foi comprada em 1946 por William H. Robison Limitada, famosos negociantes de livros raros, que nela encontraram uma carta náutica de 1424, que afinal foi adquirida pela biblioteca da Universidade de Minnesota e incorporada, em 1953, à coleção James Ford Bell, demo-nos pressa em escrever a essa Universidade, solicitando uma fotocópia da carta em apreço, para o nosso estudo sôbre cartografia pré-colombiana.

O nosso pedido foi atendido com tôda a solicitude pelo Sr. John Parker, curador da coleção James Ford Bell, que nos enviou um opúsculo intitulado *Antilia and America* contendo não só uma apreciação sôbre a referida carta náutica, como uma reprodução estereotipada da mesma, em tamanho menor do original. Também o citado curador nos autorizou a reproduzir neste trabalho uma parte dessa carta, o que tudo penhorado agradecemos.

Não é de hoje que, de vez em quando, surgem, inesperadamente, notícias revelando o encôntro de documentos que alterariam radicalmente a História, notadamente dos descobrimentos marítimos nos séculos XV e XVI, se de fato tivessem o valor que lhes procuram emprestar os que, por considerações de vaidade nacional, pretendem descobrir descobridores, para isso desclassificando uns para enaltecer outros, numa manifesta inversão de valores. Está nessas condições o estudo que, da carta náutica de 1424, fêz o historiador português Armando Cortesão, publicado em 1954 pela tradicional Universidade de Coimbra.

Tanto o opúsculo *Antilia and America* da Universidade de Minnesota, como o artigo estampado no número de abril de 1955 da *American Heritage* pelo historiador Alvin M. Josephy Júnior, nada mais são que resumos do aludido trabalho do professor Cortesão.

(*). — Conferência pronunciada na Sociedade de Estudos Históricos em 11 de abril de 1956 (*Nota da Redação*).

Com êste pequeno intróito, passamos a fazer um ligeiro comentário dos principais tópicos do folheto *Antilia and America*, para depois estudarmos a carta náutica de 1424 e chegarmos às nossas conclusões.

A posição geográfica da Europa setentrional com relação à América boreal, inegàvelmente facilitou muito as incursões dos normandos. Assim mesmo, depois de se terem instalados na Islândia, levaram 233 anos para atingir a *Vinlândia* (1).

Com os seus navios *drakkars* (dragões) (2) passavam das costas ocidentais da Noruega às ilhas Shetland ou às Faröe, de onde rumavam para a Islândia. Uma vez atingida esta ilha, navegavam para a parte sul da Groelândia e, atravessando o estreito de Davis, aportavam no Lavrador. Como se vê, realizavam uma navegação de cabotagem, o que não se pode comparar com a viagem transatlântica de Colombo em 1492.

Diz o autor do opúsculo que a colonização da Groenlândia pelos normandos e suas explorações ao longo das costas da América do Norte nos séculos X e XI, foram divulgadas nos portos ocidentais da Europa até aos afastados locais do sul da Sicília.

Não concordamos que a colonização da Groenlândia pelos normandos e suas incursões no Lavrador e regiões circunvizinhas, tenham sido divulgadas nos portos ocidentais da Europa e até na Sicília. Caso assim tivesse acontecido, tais notícias teriam sido incorporadas às tradições britânicas, ibéricas e italianas. Como então se explica que os navegantes de Bristol ao se fazerem de vela pesquisando o Atlântico, em vez de navegarem para o norte ou mesmo para o noroeste, rumavam sempre para o sudoeste em procura das imaginárias ilhas *Brasil* e *Antilha*? Por que Colombo não incluiu nas suas cogitações, quando arquitetava o seu projeto da travessia do Mar Oceano, as notícias das viagens às regiões boreais feitas pelos normandos?

Depois da descoberta da parte sul da Groenlândia, o comércio que se estabeleceu com a *Vinlândia*, cuja vegetação não oferecia nada de atraente, e a contínua resistência dos esquimós tinham atraído tão poucos colonos e navegantes, que a existência dessa região não se divulgou entre os povos civilizados da Europa meri-

---

(1). — *Vinland it goda* (o bom país da vinha), região indeterminada do litoral leste da América Setentrional, que teria sido atingida por Leif Erikson depois de 982, ano êste em que seu pai Erik, o Ruivo, aportou na parte sul da Groenlândia.

(2). — Os navios usados pelos normandos nas suas incursões, geralmente tinham as seguintes características: comprimento de 25 a 27 metros, bôca de 5 a 6 metros, pontal de 1 e meio a 1 metro e 70 centímetros. Em cada lado 15 remos e 1 mastro central com vela quadrada. Devido a ser pequeno o pontal, ficava muito reduzido o espaço disponível para o transporte de alimentos e água para uma tripulação calculada entre 60 a 80 homens. Portanto, navios de pequena autonomia, tanto assim que não dispunham de coberta para abrigar a tripulação das intempéries.

dional. Já em 1261 a Groenlândia tinha perdido a sua constituição republicana e, como possessão norueguesa, ficara interdita. A partir de Margarida Waldemar, os reis da União Escandinava reservaram para si o monopólio do comércio com as colônias e tomaram medidas tão extremas, que nenhum navegante particular podia tocar em suas colônias sob penas severíssimas. Não podendo o govêrno da União manter contínua comunicação com as suas distantes possessões e não querendo desistir do monopólio, aconteceu que as mais longínquas pouco a pouco foram caindo no esquecimento (3).

Diz o autor do opúsculo *Antilia and America* que os fenícios navegaram até a Inglaterra e foram mesmo até os Açôres, no segundo milênio a. C. Temos conhecimento das viagens dos fenícios através de relatos nebulosos da geografia mítica dos helenos, não se podendo criteriosamente estabelecer com tôda a segurança as regiões que visitaram, visto que às notícias foram intercaladas lendas mitológicas. De positivo, apenas sabemos que percorreram a costa ocidental da África até a foz do Gâmbia, tendo descoberto as Canárias. Também foram à Espanha em procura de prata e, mais além, às Ilhas Britânicas em busca de estanho.

Admitindo-se, só para argumentar, que os fenícios tenham atingido os Açôres e mesmo navegando para oeste dêsse arquipélago, perguntamos: como teriam vencido os ventos predominantes de oeste para leste, que sopram durante 9 meses no ano, entre 45 e 60 graus de latitude norte? Qual teria sido o tipo de navio usado pelo fenícios nas suas viagens? Navios de vela como a caravela que navegava à bolina, não podiam ser. E se o fôssem, não poderiam vencer, como não venceram os caravelistas açoreanos, os predominantes ventos de oeste.

Se usavam, como tudo faz crer, a galera, então é que se complicam as coisas, porque esta espécie de embarcação não se prestava para viagens transoceânicas, pelos seguintes motivos: *primo*, porque os remadores que eram numerosos, deviam ser bem alimentados, para dar a necessária velocidade à galera, e esta não dispunha de espaço suficiente para conduzir víveres e água para uma longa viagem; *secundo*, porque essa embarcação era de borda baixa e mal fechada por convés, portanto imprópria para navegar em alto mar, pois qualquer pequeno temporal a fazia sossobrar.

Acaso teriam os fenícios, em época remota, atingido a América do Norte e os Açôres, do mesmo modo que os normandos? Ou, sem prévio e demorado estudo dos ventos e correntes marítimas que imperam no Atlântico Norte, *teriam casualmente* realizado viagens

(3). — Alexandre de Humboldt, *Cosmos*, edição francesa, 1855, volume II, páginas 282 a 292.

ao Novo Mundo iguais a de Colombo? Aí estão perguntas que, os que sustentam que os fenícios visitaram a América, devem responder sem recorrer ao sofisma (4).

Sustenta o autor do opúsculo *Antilia and America* que os fenícios foram além dos Açôres, porque Aristóteles na *Meteorológica* faz referência ao mares calmos cheios de algas, bem longe no Atlântico, sem dúvida o Mar de Sargaço. Entretanto, a notícia que nos dá o sábio grego sôbre as algas marinhas é muito vaga.

Desde a mais remota Antigüidade que os geógrafos fazem referência às algas que flutuam no Atlântico. O périplo atribuído a Cilax, cuja narração é do tempo de Filipe da Macedônia, alude a uma abundância de algas nas proximidades das ilhas de Cabo Verde (5). Outros autores, como Oviedo (6), dizem que elas são encontradas perto da costa ocidental da Espanha, havendo quem afirme terem sido notadas nas proximidades das Ilhas Britânicas.

Querer identificar as algas marinhas a que faz alusão Aristóteles, com o Mar de Sargaço, é avançar em demasia no terreno das conjecturas. O verdadeiro Mar de Sargaço que, segundo Humboldt (7), cobre sete vêzes a superfície da França, estende-se de 22° a 30° de latitude norte, e de 35° a 75° de longitude pelo meridiano de Greenwich, estado sujeito a repentinos deslocamentos devido às correntes marítimas. De modo que, pelo simples fato de qualquer navegante da Antigüidade ou do século XV, ter avistado ou mesmo penetrado algumas dezenas de léguas no Mar de Sargaço,

---

(4). — Muito antiga é essa questão da existência de pseudo provas dos fenícios terem aportado à América. O padre Simão de Vasconcelos, nas suas *Crônicas da Companhia de Jesus*, escreve que fenícios teriam sido os povoadores do Brasil. Onffroy de Thoron, posteriormente tem os fenícios como colonizadores de plagas americanas (1887-1889). Vários, porém, são os autores que, dados a certas elucrubações tem pisado êsse terreno perigoso.

Ainda quanto ao Brasil, sábio da envergadura de Ladislau Neto aventa o problema e daí a sua conhecida carta a Renan, e Tristão de Alencar Araripe (tomo L da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*), ainda que ràpidamente também o considera.

Depois, o cônego Pennafort (*Brasil Pré-histórico* — 1900), adotando as idéias de Thoron, afirma que aquêle povo navegador deixara vestígios (hieroglifos) quando da sua passagem pela América.

Bernardes da Silva Ramos, também, nas suas *Inscrições e tradições da América pré-histórica, especialmente do Brasil* (dois alentados volumes) quer ver fenícios e gregos arcaicos nas nossas inscrições rupestres. Mas, a argumentação e o documentário dêsse autor estão longe de atender aos ditames da ciência arqueológica, por exemplo na interpretação que oferece a respeito da pseuda inscrição da Gávea (que mereceu, aliás, o interêsse do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), mas que não passa de efeitos da erosão, coisa natural, como o comprova o geólogo Luciano Jacques de Morais, no seu estudo *As Pseudas-Inscrições da Pedra da Gávea* (Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros — ano IV, maio de 1944, n.º 4).

Em resumo: até o momento, não temos conhecimento de documentos que, dentro do critério verdadeiramente científico, autorize a idéia da estada de fenícios na América.

(5). — Idem, *Examen Critique*, volume 1, página 35.

(6). — Oviedo y Valdes (Gonzalo Fernández de), *Historia General y Natural de las Indias*. Madrí, 1851-1855, livro II, capítulo V.

(7). — *Examen Critique*, tomo III, página 69.

não constitui prova suficiente para se admitir um descobrimento de terras ou simples ilhas da América.

Dá o autor do opúsculo que estamos apreciando, grande importância a uma inscrição que se lê no mapa de Ruysch de 1508, a qual diz que a ilha *Antilha* fôra encontrada pelos portuguêses, mas que agora ao procurarem-na, não a encontraram. Simplesmente irrisório: a ilha era tão pequena como a agulha que se perdeu no palheiro. A darmos crédito a tôdas as inscrições que se encontram nas antigas cartas, então a prioridade da descoberta dessa ilha pertence aos espanhóis, uma vez que a carta de André Bianco, de 1436, traz uma legenda nesse sentido (8).

Na carta que Toscanelli escreveu a Colombo, aconselhando-o a procurar a costa oriental da Ásia, via ocidente, há um tópico que diz:

> "Da ilha Antilha que chamais das Sete Cidades, *da qual tendes notícia,* até a nobilíssima ilha de Cipango, existem dez espaços que correspondem a 2050 milhas, isto é, 225 léguas" (9).

Esta passagem de há muito tem servido para historiadores apressados afirmarem que a ilha *Antilha* tinha sido descoberta pelos portuguêses, anteriormente à viagem de Colombo. Não contestamos que a ilha em apreço fôsse conhecida dos lusitanos. Mas conhecida através das cartas medievais desenhadas pelos cartógrafos italianos, mapas êstes que também conhecia Toscanelli. Mas se esta nossa opinião não satisfaz, por que insistiram os nautas portuguêses em procurá-la, se já a tinham encontrado na época em que o sábio florentino escrevia ao grande Genovês?

Finalmente lemos no opúsculo *Antilia and America,* página 4, esta passagem:

> "No estudo dêsse mapa (carta náutica de 1424) o professor Cortesão põe em evidência as tendências das correntes do Atlântico como fator auxiliar para a descoberta da América pelos navegantes pré-colombianos. A corrente das Canárias corre rumo sudoeste da África para a região das Antilhas, onde se une com a corrente do gôlfo, que flui através da Terra Nova e daí atravessa o Atlântico dirigindo-se para a Europa. A área na qual essa corrente se move é o grande mar calmo, de algas, chamado Mar de Sargaço. Não seria, portanto, anormal se um navio impelido pelas tormentas partisse dos Açores ou das Canárias, chegasse à América e voltasse para a Europa levado por esta corrente".

(8). — Sophus Ruge, *Geschichte des Zeitalters des Entdeckungen,* Berlim; 1881. Tradução portuguêsa: *História da Época dos Descobrimentos,* página 213.

(9). — Apud *Historie della vita e dei fatti di Cristoforo Colombo per D. Fernando Colombo suo figlio,* comentada por Rinaldo Caddeo. Edição Alpes de Milão, 1930, volume I, página 61.

E' evidente que o professor Cortesão com essa sua opinião pretende exumar a historieta do pilôto desconhecido que, após ter descoberto terras da América, de retôrno à Europa, entregou na Madeira a Colombo, antes de morrer de fadiga, o roteiro da sua atribulada viagem, sendo que o Genovês dêle mais tarde se valeu para fantasiar todo o plano de sua primeira viagem ao Novo Mundo.

Até o fim do século XIX essa novela podia ser aceita como verídica pelos incautos. Mas agora, depois que as cartas náuticas passaram a assinalar com tôda a minúcia os ventos e correntes marítimas, a historieta não pode mais ser tolerada. O almirante Morison (10) se encarregou de deitar a última pá de terra nesse assunto, provando nàuticamente a impossibilidade da viagem do pilôto desconhecido, sem um prévio estudo, à semelhança do que fizera Colombo, dos ventos e correntes marítimas que predominam no Atlântico Norte.

* * *

A carta náutica de 1424 da biblioteca da Universidade de Minnesota, é da autoria de um cartógrafo anônimo veneziano. Foi desenhada em um pedaço de pergaminho medindo 35 polegadas de comprimento por 22 de largura, sendo que a escala é aproximadamente de 1:6.500.000. Abrange o litoral ocidental da Europa, desde o Mar do Norte até o sul da península ibérica, e o da África, a partir de Tânger até a latitude das Canárias.

E' irmã gêmea da que existe na Biblioteca de Weimar, que foi desenhada também em pergaminho por um cartógrafo italiano e que traz por sua vez a data de 1424. Mede esta quase que as mesmas dimensões da que ora se acha na biblioteca da Universidade de Minnesota, pois tem de comprimento 34 polegadas e 6 linhas, por 21 polegadas e 6 linhas de largura. Nesta carta encontram-se assinaladas, como na da referida biblioteca *yankee*, as ilhas imaginárias do Atlântico Norte, inclusive as lendárias *Antilia* e *Satanaxio*.

Não nos consta que, após ter Humboldt (11) divulgado em 1833 a existência da carta da Biblioteca de Weimar, tenha algum historiador de renome se aventurado a emprestar a ela o valor que ora procuram emprestar à sua irmã gêmea, como documento cartográfico suficiente para provar um descobrimento pré-colombiano da América, apesar dos profundos estudos que sôbre os descobrimentos marítimos nos séculos XV e XVI, fizeram Henry Harrisse,

---

(10). — Samuel Elliot Morison, *Admiral of the Ocean Sea*, tradução argentina, Buenos Aires, 1945, páginas 99 a 101.

(11). — Uma discrição pormenorizada da carta de Weimar é encontrada no *Examen Critique*, volume II, páginas 180 a 186.

Henry Vignaud, D'Avezac, Gaffarel, Kretschmer, Oscar Peschel, Sophus Ruge, J. Mess, G. E. Nunn, Samuel E. Morison e o próprio Humboldt.

Na cartografia italiana medieval se encontra reproduzido todo o sistema geográfico da Antigüidade, inclusive o dos tempos homéricos; as idéias de Aristóteles, Platão, Estrabão, Sêneca, Ptolomeu e outros sábios, bem como as lendas antigas e religiosas da Idade Média, isso devido a que os cartógrafos dessa época se limitavam a copiar as antigas cartas, mencionando nas suas, sem o menor escrúpulo, tudo o que nelas encontravam, como se pode ver confrontando as cartas de Pizigano de 1367, Catalão de cêrca de 1375, de Beccario de 1435, de André Bianco de 1436, de Bartolomeu Pareto de 1455, de Gracioso Benincasa de 1482 e outras.

A carta náutica de 1424, da biblioteca da Universidade de Minnesota, não escapa dessa sistematização e, submetida a um confrônto com as demais do século XV, fica destituída de qualquer valor crítico para provar um descobrimento pré-colombiano da América. Estudêmo-la com a merecida atenção.

A sudoeste da Irlanda, em forma de disco, temos uma ilha com o nome de *Brasil*. Supérfluo estendermo-nos em considerações para provar ser ela imaginária. Encontrâmo-la desenhada também em forma de disco, na mesma posição geográfica na carta de Pareto de 1455 e em outras daquela época. Todavia convém aqui assinalar que os cartógrafos medievais, quase todos italianos, espalhavam, a torto e a direito, nas suas cartas, principalmente no Atlântico Norte, inúmeras ilhas imaginárias cujas inscrições indicavam o caráter mitológico delas. Dêsse modo se explica porque a ilha *Brasil* muda de posição, de mapa para mapa, e até chega a figurar numa mesma carta duas e até três vêzes, como se observa na carta em apreço, na de Pizigano de 1367, na de Pareto de 1455 e em outras.

À procura dessa ilha *Brasil* partiram principalmente de Bristol inúmeros navegantes, sem nunca a terem encontrado. Mas a crença da sua existência era tão grande que, segundo relata Morison (12), o professor Westropp disse tê-la avistado da costa irlandesa em 1872, e os pescadores da ilha Aran ainda acreditam que ela aparece misteriosamente cada sete anos.

Logo abaixo da ilha *Brasil*, a carta assinala uma em fôrma de guarda-chuva invertido, com o nome de *Ixola de uentura* e, afastadas desta, orientadas de norte a sul, quatro ilhas, sendo que três têm nomes a saber: *lubrioczo, Ixo de unetula* e *Ixo de braxil*. Pouco abaixo destas, temos uma com o nome de *Capiria Louo*. Estas

(12). — Samuel Elliot Morison, *Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century*, Cambridge, 1940, página 28.

ilhas, na carta de Beccario de 1435, Pareto de 1455 e Benincasa de 1482, trazem uma inscrição cuja tradução é a seguinte: *ilhas afortunadas de São Brandão*. Indubitàvelmente uma alusão à conhecida lenda medieval irlandesa dêste santo, misturada com a das *Ilhas Afortunadas* da Antigüidade.

Depois dêsse grupo, temos três ilhas com o nomes de *madeira, portosanto* e *dexrexta* (deserta). Desnecessário esclarecer que essas ilhas são as que constituem o arquipélago da Madeira, figurado em mapas anteriores ao seu redescobrimento pelos portuguêses, como no portolano Mediceo de 1351, no Catalão de cêrca de 1375 e outros.

Abaixo dêste arquipélago temos as Canárias, em posição geográfica aproximadamente com a realidade.

Para oeste, bem afastadas dessas ilhas que estudamos, em pleno Atlântico Norte, também orientadas de norte a sul, depara-se com uma ilha em forma de crescente, de nome *Saya*. Esta ilha figura na carta de Pareto de 1455 com o nome de *insulla de mam* e na de Benincasa de 1482 sem nome algum. O autor do opúsculo *Antilia and America* diz que a palavra *Saya* é portuguêsa e significa armadura feita de malha de metal, usada na Idade Média. Mas tal palavra pode também ser a italiana *sàia*, que significa tecido leve de lã. De qualquer modo é uma ilha imaginária e nunca foi encontrada ou identificada com qualquer autêntica.

Em tamanho muito maior que as demais, temos logo abaixo de *Saya*, em forma retangular, duas ilhas com as seguintes legendas: *Ista ixolla dixemo satanazes* e *ista ixola dixemo antilia*. Na ilha *Satanazes* existem cinco nomes e na *Antilia* oito, todos ilegíveis, apesar de têrmos usado uma lente para examinar a reprodução estereotipada da carta em apreço. A oeste da *Antilia* existe uma ilha com o nome *Ymana*. Finalmente quase que na extremidade sul da carta, também em forma de retângulo, vê-se uma ilha com o nome de *balmar*, que não se pode identificar com nenhuma das autênticas que conhecemos.

Desnecessário escrever qualquer coisa para evidenciar que a ilha *Satanazes* nada mais simboliza que uma das inúmeras lendas com que povoavam o Mar Tenebroso dos árabes. Imaginárias, também são as ilhas *Ymana* e *balmar*.

Quanto à origem do nome da famigerada *Antilia* ou *Antilha*, é cheia de controvérsia. Uns entendem que a palavra é de origem portuguêsa e significa *ante-ilhas*, isto é, antes do gôlfo das 358 *ilhas felizes* assinaladas por Marino Sanuto em seu portulano de 1320. Outros, como Giandomenico Serra, na sua volumosa monografia *Da Altino alle Antille*, são de opinião que os nomes *Antilla, Altilla, Attilia* e *Atilia*, alterados depois para *Antilia, Antilla* ou *Antille*,

provêm da cidade vêneto-romana *Altinum*, destruída por Atila em 452. Há os que dizem que a palavra *Antilia* ou *Antilha*, é uma abreviação do vocábulo espanhol *Atlantilla* ou daquela portuguêsa *Atlantilha*, no sentido de pequena *Atlântida*, recordação do grande continente submergido, de que nos fala Platão no seu *Timeu*. Humboldt (13) é de parecer que o nome deriva do árabe *Altin*, que significa a ilha dos dragões do mar.

O historiador inglês C. R. Crane (14), da *Royal Geographical Society* de Londres, publicou um interessante estudo sôbre a origem da palavra *Antilia*, cujo resumo é o seguinte: Na carta de Pizigano de 1367, da Biblioteca Nacional de Parma (Itália), existe uma inscrição cuja tradução diz:

> "Há estátuas em frente das praias de *Atullia* (*ante ripas Atulliae*) colocadas para a segurança dos navegantes, pois além se estende o mar perigoso que os nautas não podem singrar".

Na carta de Beccario de 1435 existe uma ilha em forma retangular, aproximadamente na posição da legenda da carta de Pizigano, com o nome *Antillia*. Pondo-se à margem a palavra *Antillia* e estudando-se o resto da inscrição da carta de Pizigano, nota-se que ela repete o que geralmente dizia a cosmografia medieval: que Hércules colocara duas colunas no estreito de Gibraltar, para assinalar o limite da navegação para oeste. A identificação das colunas de Hércules com a terra de cada lado do referido estreito, é feita por Fra Mauro na carta de 1459. Assim, é admissível que a inscrição da carta de Pizigano refira-se ao estreito aludido, e que a frase *ante ripas Atulliae*, aluda a essa região. O nome clássico repetido na literatura medieval e no mapa de Fra Mauro, para a região ocidental da África mediterrânea é *Getuliae*. Se corrigirmos a frase *ante ripas Atulliae*, para *ante ripas Getuliae*, teremos a descrição certa, de acôrdo com as idéias medievais, das ilhas sôbre as quais encontravam as colunas premonitórias. A maiúscula G da carta de Pizigano com iluminura, pode fàcilmente ser confundida com um A. Assim é admissível que a *Atulliae* da carta de Pizigano seja uma cópia errada de *Getúlia*, que os cartógrafos, enganando-se, leram *Antillia*.

De tudo que acabamos de expor, fica evidenciado que a origem da palavra *Antilia*, ou *Antilha*, não serve para provar ser ela portuguêsa, e tão pouco justificar de qualquer modo um descobrimento pré-colombiano da América por nautas lusitanos.

A carta náutica de 1424 da referida Universidade norte-americana, traz desenhada, como já dissemos, diversas ilhas em forma

(13). — *Examen Critique*, volume II, página 211.
(14). — *Geographical Journal*, volume XCI, número de março de 1938.

retangular, inclusive a *Antilha*. Só isso é mais que suficiente para se concluir que essa ilha é imaginária porque, se de fato qualquer navegante a tivesse encontrado, não iria descrevê-la indicando um formato que em absoluto não correspondia à realidade, uma vez que nenhuma ilha das que conhecemos tem tal configuração excêntrica.

Um outro argumento para provar que essas ilhas da carta náutica de 1424, exceção feita das Canárias e Madeira, não passam de ilhas imaginárias, que apenas refletem as lendas da Antigüidade e da época medieval, é o seguinte: elas estão orientadas *de norte a sul*. Ora, como diz Gago Coutinho (15), é inadmissível que navegantes capazes de ir naquela época a ponto tão longe, tenham prestado informações tão erradas aos cartógrafos seus contemporâneos, tanto em distância como principalmente em orientação porque, as ilhas autênticas estão orientadas *de leste a oeste*.

Se em 1424 ou antes desta data, um nauta português descobriu a lendária *Antilha,* tanto assim que a carta náutica de 1424 assinala essa descoberta, é evidente que a notícia dêsse acontecimento espalhou-se de tal modo, que até os cartógrafos italianos dessa época a representaram em seus mapas. Então como explicar a perseverança com que os açoreanos a tentaram encontrar após 1424, a começar, pelo que sabemos, por Diogo de Teive em 1452? Por que razão Fernão Teles por duas vêzes, em 28 de janeiro de 1474 e a 10 de novembro de 1475, obteve carta de doação dessa ilha que pretendia descobrir? Qual o motivo de ser concedida carta de doação a Fernão D'Ulmo a 12 de julho de 1486, da ilha *Antilha* ou das *Sete Cidades,* que propunha descobrir?

Sejamos coerentes e não pretendamos tapar o sol com a peneira. A descoberta das sete ilhas principais dos Açôres, pelos portuguêses, levou sete anos (1432-1439), e as duas mais ocidentais (Flores e Corvo) mais treze anos (1439-1452). Apesar disso acham plausível que, antes da descoberta da Ilha de Santa Maria em 1432, tivesse havido quem fôsse além, até as verdadeiras Antilhas de Colombo, voltando em tempo de ser esta descoberta assinalada na carta náutica de 1424!

Na época (1431-1432), era temeridade notabilíssima aventurar-se alguém ao mar largo até os Açôres, e a prova é o longo espaço, 20 anos, que levou, como acabamos de dizer, a conclusão das descobertas a fazer nesse arquipélago. Ir 350 léguas mais longe, antes da descoberta dêste arquipélago, teria sido o cúmulo da temeridade, absolutamente inadmissível para os portuguêses que, em se tratando de navegação, estavam ainda engatinhando. E a

(15). — *Astrolábio e Latitudes*. Lisboa, 1953, separata dos Anais do Clube Militar e Naval, páginas 4 a 6.

prova disso foi a morosidade com que avançaram ao longo da costa ocidental da África, pois só após 14 anos de contínuas tentativas, conseguiu Gil Eanes dobrar o cabo Bojador, em 1434.

Sob o sugestivo título: *Uma carta náutica portuguêsa anônima de cêrca de* 1471, publicou o historiador português A. Fontoura da Costa, em 1940, sob os auspícios da Agência Geral das Colônias, do Govêrno Português, um bem elaborado estudo sôbre uma carta náutica existente na Biblioteca Estense de Módena, acompanhado de uma reprodução fac-similar da mesma.

A carta que foi desenhada em pergaminho, mede 75 centímetros de comprimento por 65 de largura, sendo que a sua escala é aproximadamente de 1:7.500.000. Abrange o litoral atlântico da Europa e África ocidental, desde a Normandia, na França, até o Rio do Ouro, no Gôlfo da Guiné, trazendo assinalados os arquipélagos da *Madeira, Canárias, Cabo Verde* e *Açôres*.

Os topônimos são todos portuguêses, o que evidencia se tratar de uma legítima carta náutica portuguêsa.

A carta não tem escala de latitude nem de longitude, e também não assinala o equador, o que se justifica porque o seu limite sul não atinge a equinocial.

As ilhas dos mencionados arquipélagos estão regularmente representadas quanto à orientação, divergindo portanto das cartas italianas da época medieval, que as orientavam sistemàticamente *de norte a sul*.

O que esta carta tem de notável, é a eliminação total das ilhas imaginárias que os cartógrafos da Idade Média distribuiam desordenadamente no Atlântico Norte, exceção feita de uma com o nome *Donayaba*, em forma de um guarda-chuva invertido, que figura entre E e ESE da costa da Bretanha, situada além da zona dos conhecimentos pessoais do cartógrafo. Dêsse modo êste fêz questão de evidenciar que, quando desenhava a sua carta, as ilhas que povoavam o Atlântico Norte, exclusão feita das autênticas dos referidos arquipélagos, não tinham sido encontradas.

Inegàvelmente esta carta portuguêsa, acima de qualquer suspeita, derrama intensa luz sôbre essa tão debatida questão que diz com a pretensa prioridade de nautas portuguêses no descobrimento da América, estabelecendo defintivamente que, pelo menos até cêrca de 1471, os portuguêses nada tinha encontrado além das suas autênticas ilhas atlânticas.

Recomendamos o estudo atento desta carta aos que, como os doutos professôres da Universidade de Minnesota, se interessam pela verdade histórica.

Se de 1471 a 1492, quando Colombo descobriu o Novo Mundo, os portuguêses encontraram algo, as suas descobertas seguramente

estariam assinaladas no famoso globo de Behaim, o que apreciaremos no final dêste nosso modesto estudo.

* * *

Como bem salientou Henry Harrisse (16), as descobertas marítimas dos portuguêses no século XV, na costa ocidental da África, os induziram a sondar o Atlântico com o fito de descobrir as ilhas imaginárias figuradas nesse oceano pelos cartógrafos da época, sôbre a base, mais ou menos fantástica, das lendas da Idade Média.

Assim, em 1431, o príncipe D. Henrique, *o Navegador,* mandou Gonçalo Velho Cabral à procura dessas ilhas imaginárias, assinaladas no mapa que D. Pedro, filho de D. João I, trouxera da Itália em 1428, resultando daí a descoberta de uma parte dos Açôres (17). Segundo Gago Coutinho (18), as primeiras ilhas dos Açôres teriam sido encontradas por acaso, pelos caravelistas portuguêses em viagem larga de regresso da Madeira ou das Canárias.

Mais tarde, essas tradições existentes em Portugal sôbre as ilhas do Mar Oceano, foram levadas pelos seus filhos até a Madeira e à parte então descoberta dos Açôres e, dêsse modo, vários navegantes portuguêses, principalmente os açoreanos, fizeram-se de vela em procura delas, apesar dos contínuos insucessos.

Como nessas tentativas infrutíferas dos ilhéus, alguns historiadores portuguêses querem ver descobertas autênticas de ilhas e mesmo de regiões americanas, vamos resumidamente apreciá-las de acôrdo com os documentos dos arquivos lusitanos, principalmente dos da Tôrre do Tombo de Lisboa.

Em 1452, Diogo de Teive (19), crente da existência da ilha *Antilha* ou *Sete Cidades,* correu cento e cinqüenta léguas para o sudoeste do Faial (uma das ilhas dos Açôres), e depois de a ter procurado inùtilmente, fêz-se de vela para o ponto de onde partira e, assim navegando, descobriu as Flores.

Era tal, porém, a convicção reinante da existência dessa ilha fantástica que, antes dêsse navegante, outras pessoas se apresentaram um belo dia diante do infante D. Henrique, dizendo ter desembarcado na ilha *Antilha* ou das *Sete Cidades*. Faziam, ao mesmo tempo, uma narração rodeada de fantasia, que tinha voga entre o povo. Mas o infante D. Henrique, que não era homem de se deixar fàcilmente enganar, os tratou àsperamente, dizendo, en-

---

(16). — *Discovery of North America*. Paris, 1892, página 51.
(17). — Antônio Cordeiro, *História Insulana*. Lisboa, 1717, livro IV, capítulo 1, página 97.
(18). — *A Náutica dos Descobrimentos*. Lisboa, 1951, volume I, página 86.
(19). — Ernesto do Canto, *Archivo dos Açores,* volume I, página 250.

tre outras coisas, que voltassem novamente à ilha e trouxessem informações mais precisas, pois as que referiam eram por demais conhecidas e incertas. Êsses pseudo-navegantes nunca mais tornaram à presença do Infante, nem se soube notícia dêles (20).

Cinco anos depois da viagem de Teive, em 17 de novembro de 1457, o sobrinho de D. Henrique, isto é, D. Fernando, duque de Beja, recebeu de D. Afonso V carta de doação de ilhas que esperava descobrir no Mar Oceano (21).

Em 19 de fevereiro de 1462, concedeu o mesmo rei a João Vogado a posse de duas ilhas oceânicas que êste navegador pretendia ter descoberto, sendo que a referida carta de doação contém o seguinte tópico:

> "A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que em aquela parte do Mar Oceano, cuja conquista nos é dada por privilégio do Santo Padre, novamente são achadas duas ilhas, as quais não estão povoadas por pessoa alguma, nem delas temos feito mercê a pessoa que haja de as povoar e aproveitar, as quais, segundo a carta de marear, são chamadas uma Lono e outra Caprária" (22).

Não há nenhuma prova de que tenha João Vogado tomado posse dessas ilhas.

Em 29 de outubro de 1462, foi doada a D. Fernando a propriedade de uma ilha imaginária que Gonçalo Fernandes referiu ter apenas avistado ao noroeste das Canárias. Diz a aludida carta de doação:

> "O Infante D. Fernando, meu muito prezado e amado irmão nos disse que Gonçalo Fernandes, morador em Tavira, ao vir das pescarias do Rio do Ouro (costa ocidental da África), estando no pego a oesnoroeste das ilhas Canárias e da ilha da Madeira, *houve vista de uma ilha e que por o tempo lhe ser contrário não se pode chegar a ela,* a qual o dito meu irmão já mandou buscar por certos sinais que lhe deram dela, *mas não lh'a acharam* e que portanto êle queria *outra vez mandar buscá-la,* nos pedia por mercê que lh'a déssemos, e outorgamos-lhe a dita ilha que achada é ou que *em algum tempo se achar* por seus navios ou por qualquer da dita passagem" (23).

Curioso é que, apesar de terem procurado várias vêzes essa ilha, como diz a própria carta de doação, os navios de D. Fernando e de outros navegantes não a encontraram.

Enquanto o govêrno português equipava seus navios e os mandava pela costa da África em procura do caminho da Índia, distri-

(20). — Bartolomeu Las Casas, *Historia de las Indias*. Madrí, 1875, volume I, capítulo XIII, página 99 a 100.
(21). — *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo,* Lisboa, 1892, página 22.
(22). — *Alguns Documentos,* etc., página 28.
(23). — *Alguns Documentos,* etc., página 32.

buia com generosidade as ilhas que os seus súditos avistavam, mas que nunca chegavam a encontrar, como diz irônicamente Rinaldo Caddeo (24).

Muita tinta foi consumida pelos historiadores portuguêses visando provar que a prioridade do descobrimento da América pertence ao açoreano João Vaz Côrte Real, que foi capitão donatário da parte meridional da ilha Terceira. A descoberta (*Terra dos Bacalhaus*) teria se realizado no ano de 1472.

A discussão de há muito podia estar encerrada, se tais historiógrafos se dessem ao trabalho de consultar os documentos da Tôrre do Tombo, pois que encontrariam neste arquivo a carta patente de 17 de setembro de 1506 assinada por D. Manuel a favor de Vasco Eanes Côrte Real, primogênito de João Vaz, onde existe um tópico que diz que Gaspar Côrte Real, segundo filho dêste açoreano,

> "*ffoy o primeiro descobridor das ditas terras* [Terra Nova] *a sua propria custa e despeza com muito trabalho e risco de sua pessoa*" (25).

Ora, como sabemos, só no ano de 1500 é que Gaspar Côrte Real descobriu a Terra Nova e regiões circunvizinhas.

A 12 de janeiro de 1473, D. Afonso V concedeu à Infanta D. Beatriz uma ilha que esta *tencionava* mandar procurar no Mar Oceano. Diz a carta de doação:

> "A quantos esta carta virem fazemos saber que a Infanta D. Beatriz, minha muito amada e prezada irmã, nos disse que o Infante meu irmão, que Deus haja, havendo alguma informação de uma ilha, que através da ilha de Santiago aparecera alguma vez *a mandar buscar e que, como quer que então se não achasse, que ela tinha tenção de outra vez a mandar buscar,* se lhe fizessemos mercê dela para seus filhos, e que porém nos pedia *que achando-se* lh'a outorgássemos" (26).

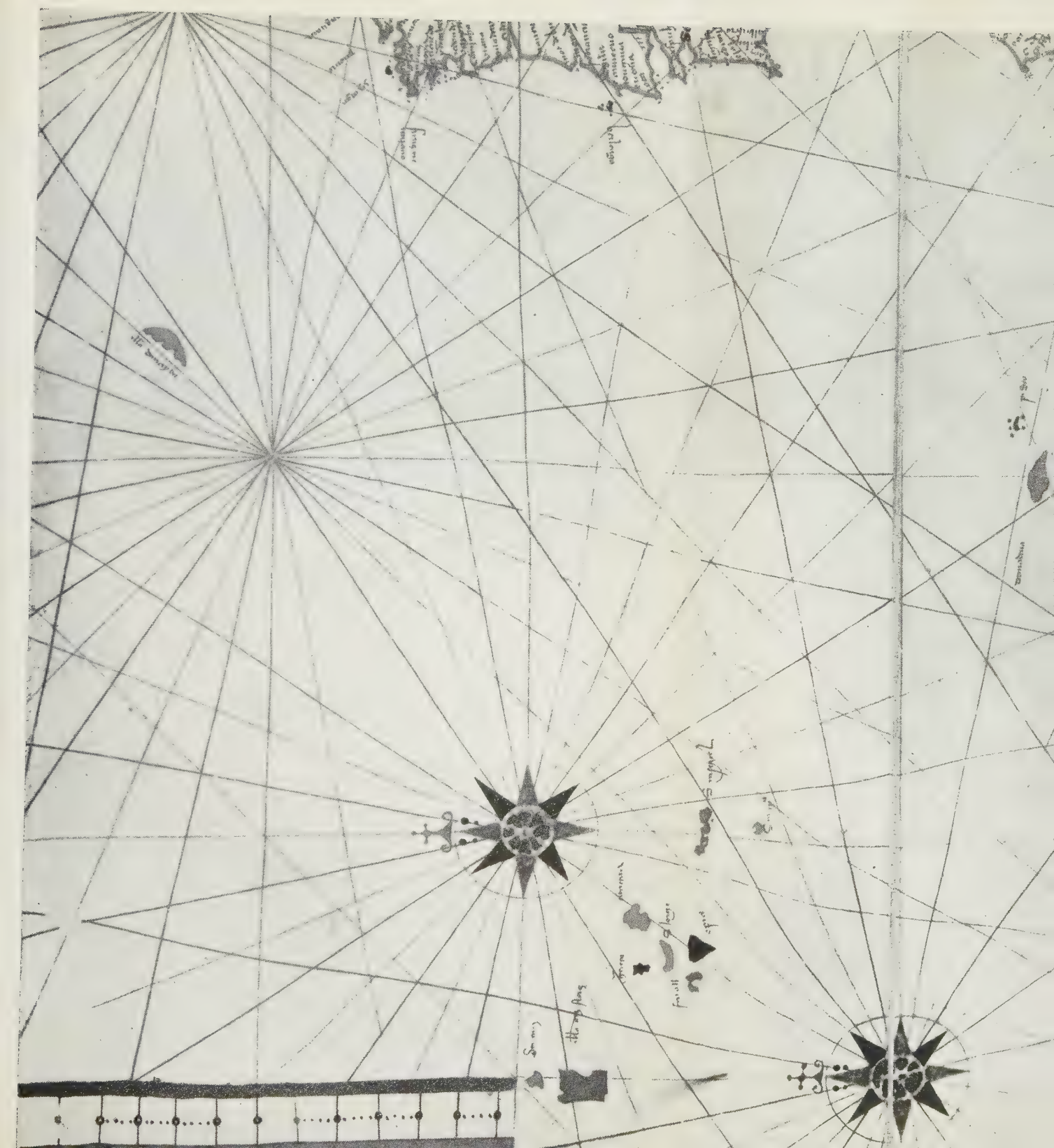
Pelos dizeres dêste documento, chega-se à conclusão de que esta ilha doada a D. Beatriz era tão imaginária como as outras, visto que já tinha sido procurada várias vêzes sem o menor resultado.

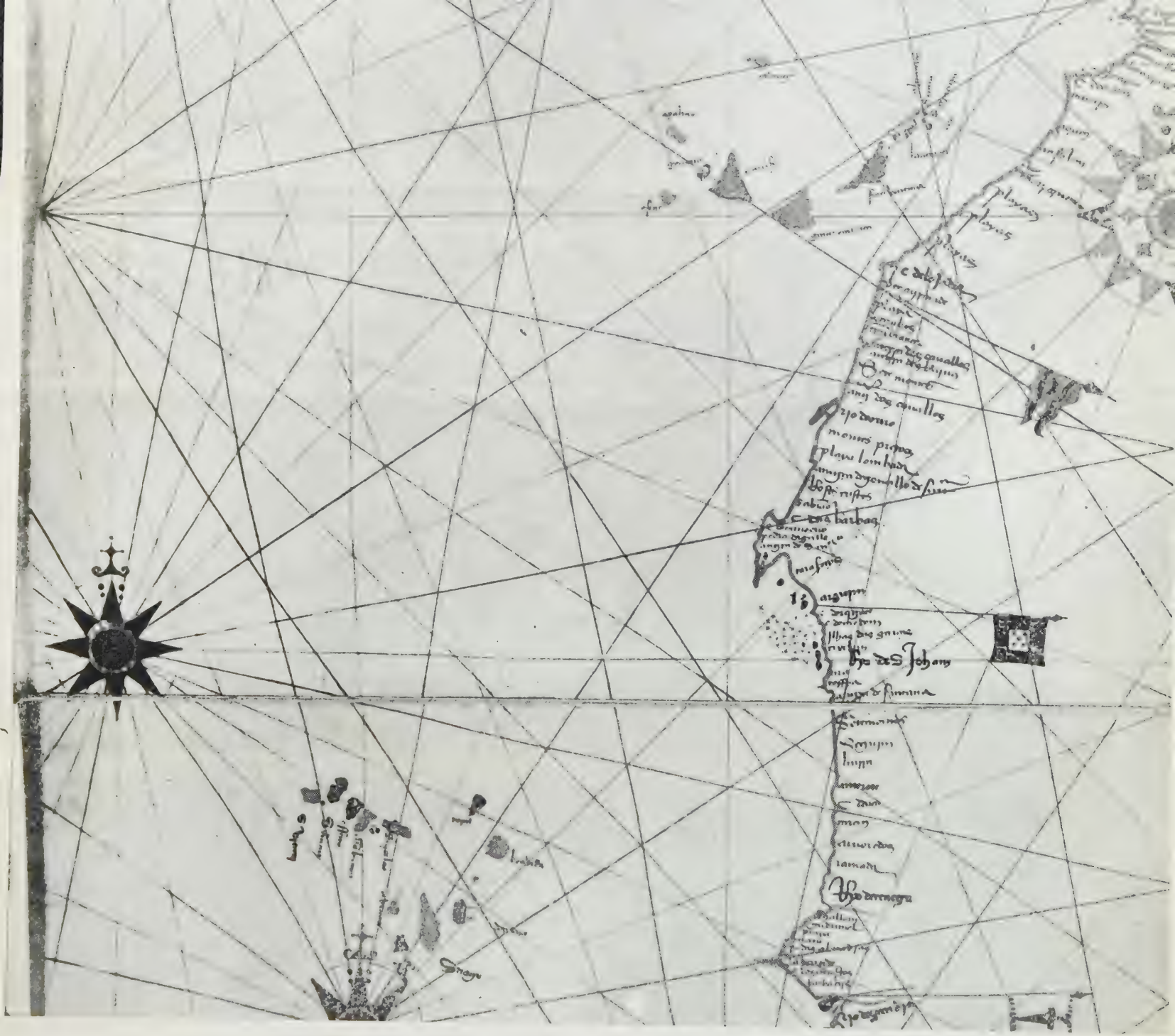
Apesar dos insucessos obtidos com a procura dessas ilhas no Mar Oceano, continuaram os ilhéus portuguêses, principalmente os açoreanos, a se fazer de vela crentes na existência delas. Assim em 21 de janeiro de 1473, Rui Gonçalves da Câmara obteve carta de doação das ilhas que se propunha descobrir no Mar Oceano. Diz um dos tópicos da referida carta de doação:

---

(24). — *Historie della vita*, etc., volume I, página 75.
(25). — *Apud* Henry Harrisse, *Les Corte Real*. Paris, 1883, páginas 220 a 222.
(26). — *Alguns Documentos*, etc., página 37.

Trecho da carta náutica de 1424. Reprodução autorizada pelo sr. John Parker, curador da coleção James Fard Bell, da Biblioteca da Universidade de Minnesota,





Carta náutica anônima portuguêsa de cêrca de 1471.

Reprodução reduzida da metade setentrional do globo de Behaim simplificado com a eliminação das inscrições, para melhor se acompanhar a presente discussão.

> ..."nos enviou dizer como o seu desêjo e vontade era buscar nas partes do Mar Oceano umas ilhas para as haver de povoar e aproveitar. Pedindo-nos que das ilhas *que assim achasse* por si ou seus navios lhe fizéssemos delas mercê e doação" (27).

Pelos dizeres dêste documento, Rui Gonçalves da Câmara pedia a posse de ilhas que não sabia onde se achavam, solicitava o domínio de terras que, como diz a carta de doação, tinha desêjo e vontade de ir procurar no Atlântico, levado sem dúvida pelas lendas medievais que diziam estar o Mar Tenebroso dos árabes, cheio de ilhas.

A 28 de janeiro de 1474, recebeu Fernão Teles carta de doação de D. Afonso V, limitando as suas explorações à latitude da Guiné e depois em 10 de novembro de 1475, estendendo os seus direitos à imaginária ilha *Antilha* ou *Sete Cidades*, já procurada sem resultado por Diogo de Teive em 1452. A carta de doação de 28 de janeiro diz em um de seus tópicos:

> ..."nos praz que, indo êle (Fernão Teles) ou mandando seus navios ou homens às partes do Mar Oceano ou alguém que por seu mandado a isso vá, lhe fazemos doação... de quaisquer ilhas que êle *achar* ou aquelas a que êle *as mandar buscar*... para as haver de mandar povoar, não sendo porém as tais ilhas nas partes da Guiné".

Na de 10 de novembro, encontra-se o seguinte trecho:

> ..."assim me praz que se faça e cumpra, por o dito Fernão Teles *ter vontade de as mandar buscar e descobrir, e cuidar que de serem achadas* podiam vir grandes proveitos a meus reinos" (28).

Poderá notar o leitor que pelos dizeres das duas cartas de doação a Fernão Teles, conclui-se que se trata simplesmente de mero projeto de procurar ilhas no Mar Oceano e não de posse efetiva de alguma delas.

Apesar de alguns navegantes açoreanos, tais como Álvaro e João Fonte, ficarem pobres devido a contínuas expedições infrutíferas em procura de ilhas oceânicas (29), os portuguêses ilhéus não arrefeciam, e Antônio Leme, da ilha da Madeira, fazendo-se de vela, ao voltar disse que tinha visto três ilhas ao oeste da Terceira (30). Ora, na direção em que Antônio Leme disse ter visto três ilhas (oeste da Terceira), encontramos num mapa moderno as de

(27). — *Alguns Documentos*, etc., página 37.
(28). — *Alguns Documentos*, etc., páginas 38 a 42.
(29). — Gaspar Frutuoso, *História Genealógica de São Miguel nas Saudades da Terra*. Ponta Delgada, 1876, volume 8.º, página 73.
(30). — Bartolomeu Las Casas, *obra citada*, volume I, página 98.

São Jorge, Fayal e Pico, tôdas dos Açôres, naquela época já descobertas.

Por carta de doação de 30 de junho de 1484, D. João II nomeou Fernão Domingos do Arco, da ilha da Madeira, governador de uma ilha que dizia ver cada ano no ocidente e que *desejava ir buscar* (31).

Em 1484, um outro navegante português da Madeira, pediu a D. João II que lhe concedesse uma caravela, pois que desejava tomar posse de uma terra *que supunha ter visto* a oeste dos Açôres (32).

Acreditando piamente na existência da ilha fantástica *Antilha* ou das *Sete Cidades*, procurada como já vimos, sem resultado por Diogo de Teive em 1452, e por Fernão Teles em 1475, pediu e obteve, em 12 de julho de 1486, de D. João II, o navegador Fernão D'Ulmo, carta de doação protegendo a posse das terras ou ilhas que êle ou seus agentes descobrissem no Mar Oceano. A carta de doação a favor de Fernão D'Ulmo contém êste tópico:

> "veio agora e nos disse como êle nos queria *dar achada uma grande ilha ou ilhas ou terra firme por costa que se presume* ser a ilha das Sete Cidades, e isso tudo à sua própria custa e despesa, e que nos pedia que lhe fizéssemos mercê e real doação *da dita ilha ou ilhas ou terra firme que êle assim descobrisse ou achasse ou outrém por seu mandado*, e assim lhe fizéssemos mercê de tôda a justiça com alçada de poder enforcar, matar, e de tôda outra pena criminal da dita *ilha ou ilhas e terra firme* povoadas e despovoadas, com tôdas as rendas e direitos, que em as ditas ilhas e terra se pudesse haver para êle Fernão D'Ulmo e herdeiros descendentes" etc. (33).

Querem alguns historiadores afirmar que D'Ulmo não ia descobrir, mas sim tomar posse efetiva de terras que já conhecia. Mas essa opinião é contrariada pela passagem da carta de doação que diz que a posse lhe é dada de

> "ilha, ou ilhas ou terra firme, *que êles assim descobrisse ou achasse*".

Acresce ainda outra circunstância — Fernão D'Ulmo não sabia ao certo o que iria encontrar nessa sua viagem a que se refere a carta de doação, em parte, ora aqui transcrita: "*se ilha, se ilhas ou terra firme*", o que evidencia que tudo não passava de mero pro-

---

(31). — *Alguns Documentos*, etc., página 56.
(32). — Navarrete, *Colleccion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines de siglo XV*, volume I, página 5.
(33). — *Alguns Documentos*, etc., páginas 58 a 61.

jeto de, à semelhança de outros navegantes ilhéus, sondar o mar a oeste dos Açôres.

Mas o que é fato provado, é que já nessa época a maioria dos ilhéus estavam desanimados, e isso com justa razão, de procurar ilhas no Mar Oceano, notadamente a *Antilha* ou *Sete Cidades*, pois já alguns dêles tinham ficado reduzidos à penúria, equipando navios que depois de se fazerem de vela para o oeste, noroeste e sudoeste dos Açôres, voltavam avariados e mesmo desfalcados de alguns tripulantes, sem nada terem descoberto. E a prova dêsse desânimo é que Fernão D'Ulmo apesar de ter procurado um sócio rico na pessoa de um tal João Afonso de Estreito, não encontrou apôio para poder tripular navios, a fim de pôr em execução o seu projeto.

Quanto à referência de uma primeira viagem de João Fernandes (Lavrador?) às terras boreais da América, em 1492, como bem pondera Henry Harrisse (34), até agora não foram encontradas nas crônicas portuguêsas da época e bem assim nos arquivos da Tôrre do Tombo, provas dessa viagem anterior a de Colombo. Apenas foi encontrada uma concessão do rei D. Manuel a favor de João Fernandes, da Terceira, feita em 28 de outubro de 1499, que diz:

> "D. Manuel, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que Joham Fernandes, morador em a nossa ilha Terceira, nos disse que por serviço de Deus e nosso *se queria trabalhar de ir buscar e descobrir algumas ilhas* de nossa conquista à sua custa e vendo nós seu bom desêjo e propósito além de lh'o termos em serviço a nós apraz e lhe prometemos esta ilha darmos de feito daremos a capitania de qualquer ilha ou ilhas assim povoadas como despovoadas que êle descobrir e achar novamente..." (35).

Se após essa concessão foi organizada uma expedição, para onde se dirigiram os navios, qual o resultado de tal tentativa, tudo não passa de meras conjecturas. Quase dois anos depois dessa concessão outorgada por D. Manuel a João Fernandes (Lavrador?), em 19 de março de 1501, o rei Henrique VII da Inglaterra expediu carta patente a favor de três comerciantes de Bristol associados a três açoreanos, um dos quais de nome João Fernandes, autorizando-os a realizarem descobertas nas regiões boreais da América. Pelos dizeres da carta de doação assinada por D. Manuel a favor de João Fernandes, verifica-se ser ela nos seus dizeres, idêntica às demais outorgadas por D. Afonso V e D. João II aos navegantes ilhéus, desejosos de procurar ilhas imaginárias no Mar Oceano.

---

(34). — *Discovery of North America*. Paris, 1892, página 58.
(35). — Apud Henry Harrisse, *Les Corte Real*. Paris, 1883, página 44.

Uma coisa é conveniente que declaremos. Não foram ùnicamente os navegantes portuguêses que, antes de Colombo, sondaram o Atlântico Norte em procura de ilhas imaginárias. Também os inglêses, no fim do século XV, sulcaram o Mar Oceano em procura das célebres ilhas *Brasil* e *Sete Cidades*. Ora, uma vez que se quer dar a prioridade da descoberta da América aos portuguêses, simplesmente com base nessas viagens infrutíferas, notadamente dos açoreanos, por que não atribuir também aos inglêses uma parte dessa pretensa glória?

Em junho de 1480 partiu de Bristol em procura da ilha *Brasil*, e provàvelmente também das *Sete Cidades*, um navio que, apanhado por tempestade, voltou sem ter ancorado após uma viagem de nove meses. Era comandado por um nauta de nome Thomas Llyde (36).

Pedro de Ayala, embaixador da Espanha na Inglaterra, na comunicação que a 25 de julho de 1498 enviou aos Reis Católicos, faz referência às tentativas dos inglêses de procurar ilhas oceânicas quando diz:

> "Los de Bristol, *ha siete años* que cada año an armado dos, tres, cuatro caravelas para ir a buscar la isla del *Brasil* y das *Siete Ciudades*" (37).

Como mui judiciosamente diz Henry Harrisse (38), foram essas viagens infrutíferas dos ilhéus portuguêses em procura de ilhas no Mar Oceano, uma das razões em que, certamente, se apoiou D. João II para recusar pôr em execução o projeto de Colombo de procurar a Ásia rumo ao Ocidente.

* * *

Os conhecimentos geográficos dos portuguêses e especialmente dos açoreanos, antes da viagem de Colombo, acham-se reunidos e representados gràficamente no célebre globo de Nuremberg, feito no mesmo ano (1492) desta viagem, sob a direção de Martim Behaim, que concorreu com todos os dados que naquela época constituiam descobertas recentes (posteriores à viagem de Marco Polo), a saber: a dos portuguêses na costa ocidental da África até o cabo da Boa Esperança e dos portuguêses e espanhóis no mar largo fronteiro à Europa e África Setentrional.

Diz o texto dêsse globo:

---

(36). — *Itinerarium Willelmi Botoner, dict. de Worcester*, manuscrito da Biblioteca do Colégio de Corpus Christi, em Cambridge.
(37). — *Documento do arquivo de Simancas*, Espanha.
(38). — *Discovery of North America*, página 52.

"Saiba-se que êste globo representa as dimensões da terra tanto em longitude como em latitude, medidas geomètricamente segundo a cosmografia ptolomaica quanto a uma parte, e quanto ao resto segundo Marco Polo e o respeitável cavaleiro e doutor João de Manderville. O ilustre D. João, rei de Portugal, mandou em 1485, visitar pelos seus navios todo o resto do Globo para o sul, desconhecido de Ptolomeu: descoberta em que eu, autor dêste globo, tomei parte. Ao Ocidente fica o mar chamado Oceano, onde se navega até mais longe do que Ptolomeu julgava possível; além das colunas de Hércules até as ilhas dos Açores encontram-se Fayal e Pico, que são habitadas pelo nobre e piedoso cavaleiro de Hüter de Morchirchen, meu querido sogro, e por colonos saídos de Flandres. Nas regiões tenebrosas do norte, para além dos limites indicados por Ptolomeu, veem-se a Islândia, a Noruega e Rússia, hoje conhecidas, e para as quais todos os anos se dirigem navios, apesar dos homens serem tão ingênuos que julgam que se não pode navegar por tôda a parte, em razão da forma do Globo" (39).

Pelo texto, notamos que além das colunas de Hércules, isto é, no Atlântico só se navegava até os Açôres e portanto era ainda desconhecida a existência da América. Nas regiões norte só se sulcavam os mares até à Islândia, Noruega e Rússia, sendo concludente a completa ignorância que então havia em Portugal e suas ilhas atlânticas (Madeira, Cabo Verde e Açôres) da existência das regiões boreais do continente americano.

Em algumas das descobertas marítimas dos portuguêses, Behaim tinha tomado parte pessoal, e a sua residência nos Açores, na ilha do Fayal, de 1486 a 1490, o tinha familiarizado com as outras. Dêsse modo, nenhum documento cartográfico do século XV era tão *up to date* como êste, e a comparação com os outros que têm sido conservados, demonstra que nenhum outro foi elaborado com tão grande dose de conhecimentos pessoais e de critério geográfico como êste.

A contribuição pessoal de Behaim na confecção do globo foi presumìvelmente limitada à representação da costa ocidental da África e das ilhas atlânticas até então definitivamente conhecidas, ao passo que a outra parte referente às costas asiáticas, êle as representou, segundo declara no texto, de conformidade com a descrição de Marco Polo.

Na parte representada de acôrdo com a sua contribuição pessoal, notamos os arquipélagos da Madeira, Canárias, Cabo Verde e Açôres que se acham mui regularmente figurados. Das ilhas ima-

---

(39). — Aproveitamos a tradução dada à inscrição alemã por César Cantú, *História Universal*, volume XII, página 140.

ginárias que os cartógrafos dos séculos XIV e XV e começo do XVI, faziam aparecer, desaparecer e mudar de lugar, como as peças no taboleiro de jôgo de xadrez, à semelhança do que ocorria com as de nome *Brasil, Bentula, Cholonbi, Corbo marino, Capraria, Louo* e outras, só foram conservadas no Atlântico a *Antilha* ou *Sete Cidades* e a de *São Brandão,* situadas muito além da zona dos conhecimentos pessoais dêste cosmógrafo e assim presumivelmente figuradas, como as da costa asiática, sob a responsabilidade dos seus colaboradores no globo, os quais seguiram as praxes estabelecidas entre os cosmógrafos e cartógrafos dessa época, ao passo que, ao que parece, Behaim na sua contribuição ao globo, caprichava em só figurar o que tinha sido verificado positivamente.

Do mesmo modo, no Atlântico Setentrional as ilhas fora das costas americanas ainda não conhecidas, já descobertas, figuram com os respectivos nomes e as bandeiras dos países a que pertenciam, ao passo que aquelas cuja existência não tem sido verificada até hoje (*Antilha* e *São Brandão* e mais duas sem nome fora das costas irlandesas) estão sem bandeiras, e no caso de ter nome, têm como já vimos, uma inscrição que claramente indica a opinião de Behaim a respeito do seu caráter mítico (40).

E' êste característico da discriminação entre o certo e o incerto que dá uma importância capital, na presente discussão, ao globo de Behaim. Tendo residido, como já dissemos, nos Açores, ninho das expedições marítimas para o oeste, sudoeste e noroeste dêsse arquipélago, ocupando-se como vivo interêsse com as descobertas feitas e por fazer, é decisivo o seu testemunho quanto aos conhecimentos geográficos dos açoreanos do seu tempo.

Eram-lhe sem dúvida conhecidas tôdas as tentativas feitas pelos portuguêses, não sòmente das ilhas como da terra firme, para descobrir novas ilhas ou terras e bem assim as notícias correntes entre marinheiros relativas às supostas descobertas. Com a disposição de espírito revelada nas informações e sugestões, que por intermédio da carta de Monetário (41) foram transmitidas ao rei de Portugal, é certo que teria investigado a fundo estas notícias, e

---

(40). — No globo de Behaim junto à ilha *Antilha* ou *Sete Cidades* existe uma inscrição em alemão que diz: "Quando se contavam 734 anos depois do nascimento de Jesus Cristo e quando tôda a Espanha foi conquistada pelos infiéis da África, foi habitar a ilha *Antilha*, chamada *Sete Cidades*, acima desenhada, um arcebispo do Pôrto e mais seis outros bispos e outros cristãos, homens e mulheres, que tinham fugido da Espanha com todos seus haveres e animais domésticos". A inscrição junto à ilha imaginária de São Brandão diz: "No ano 565 depois do nascimento de Jesus Cristo chegou São Brandão com o seu navio até esta ilha, onde viu muitas coisas maravilhosas, voltando para sua terra só sete anos depois".

(41). — A carta que o Dr. Jerônimo Monetário (Münzmeister) enviou de Nuremberg a D. João II, em 14 de julho de 1493, existe por cópia no único exemplar da obra existente na Biblioteca de Évora, sob o título: *Tractado da Sfera do mundo tiraroa de latim em liguagé portugues Com uma carta que hum grãde doutor Alemam mandou a el Rey de Portugall dom Ioam ho segundo.*

que achando-as merecedoras de crédito, as respectivas descobertas teriam sido figuradas no seu globo. O fato dêle figurar entre a costa da Europa, África e da Ásia, com a sua competente orla de ilhas reais e imaginárias referidas por Marco Polo, só as ilhas positivamente reconhecidas e mais as imaginárias já atrás mencionadas, é prova evidente que, antes da viagem de Colombo, os açoreanos nada conheciam além de seu arquipélago, se bem que acreditassem haver ao sul (*Sete Cidades* e *São Brandão*) e ao nordeste (sem nome no globo, *Maydas*, *Verde* e *Brazil* em alguns mapas) — porém não ao oeste e ao norte — outras ilhas cuja existência não foi até hoje verificada.

A carta de Monetário enviada a D. João II, em 14 de julho de 1493, registra por escrito as informações e indicações relativas à existência de terras ao oeste das ilhas atlânticas já conhecidas (Açores e Cabo Verde) que Behaim tinha podido colher e que registrou gràficamente no seu globo; e em vista das circunstâncias do caso, nenhuma dúvida pode haver de que o globo e a carta de Monetário revelam fielmente, os conhecimentos positivos adquiridos pelos portuguêses, principalmente pelos açoreanos antes do ano de 1492, tanto mais que Monetário, além de ser amigo de Behaim, residia na mesma cidade em que êste fêz o seu famoso globo.

Os dizeres da carta de Monetário são antes indicações e suposições, sendo as mesmíssimas que Toscanelli e Colombo já tinham comunicado aos reis de Portugal e Espanha com o fim de induzí-los à magna emprêsa que haviam sonhado de, caminhando para oeste, alcançar a costa asiática.

A preocupação dos açoreanos, manifestada por numerosas viagens de exploração, era a descoberta das ilhas, cuja existência constava das lendas e tradições que tinham trazido de Portugal ou das observações mais ou menos dubitativas dos seus próprios navegantes; ao passo que a opinião da proximidade da costa asiática era a de um pequeno grupo de cosmógrafos letrados e sonhadores do continente que, aceitando as crenças e notícias vagas e as indicações positivas dos ilhéus, lhe deram um alcance da maior importância. Dêste último grupo a História só tem conservado os nomes de Toscanelli, Colombo, Behaim e Monetário, e os momentosos resultados da primeira viagem de Colombo, tão diferente dos antecipados, — justificaram incidentalmente a incredulidade com que as suas idéias foram recebidas.

Ao concluirmos êste despretencioso trabalho, somos de parecer que o curador da coleção James Ford Bell, da biblioteca da Universidade de Minnesota, deve guardar com o máximo cuidado a carta náutica de 1424, porque inegàvelmente se trata de um precioso documento cartográfico que nos revela qual era a idéia que,

naquela época, tinham os povos da Europa da existência de terras ao Ocidente.

Fora dessa utilidade, a carta em apreço não serve para outro fim, não se presta para provar, como as demais dos séculos XIV e XV, um descobrimento pré-colombiano da América, como pensamos ter evidenciado.

T. O. MARCONDES DE SOUZA

Da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

ARTIGOS

A INTERPRETAÇÃO CRISTÃ DA HISTÓRIA (VI) (*).

CAPÍTULO V

V. — "HISTÓRIA" E HISTÓRIA ESPIRITUAL.

Tendo analisado a História do ponto de vista bíblico e indicado os traços básicos da concepção cristã, cabe-nos finalmente descrever quais as mudanças fundamentais trazidas por esta concepção para o estudo da História. Veremos que as modificações necessárias afetam não tanto o método de pesquisa, quanto a perspectiva sob a qual a pesquisa deve ser conduzida e os resultados apresentados.

1. — Historiografia e Ciência Natural.

O maravilhoso progresso da historiografia no século XIX deu-se mediante uma violenta reação contra as interpretações especulativas da História propostas, por exemplo, por Herder, Goethe e Hegel. Entretanto, como sempre acontece nas controvérsias humanas, o lado vitorioso vê-se forçado a adotar parte das concepções do oponente. Ranke afirmou enfàticamente que o historiador devia descrever as coisas como elas de fato se passaram *"wie es wirklich gewesen ist"*. Mas a tarefa implicava que, exatamente como Hegel tinha ensinado, os eventos históricos deviam ser descritos como um processo no qual os fatos ulteriores decorreram necessàriamente dos anteriores. Implicava também que a História é um processo interessante devido às pessoas e eventos particulares que nela se encontram, concepção que se baseia em Herder e nos Românticos.

Partindo do axioma do desenvolvimento necessário, os historiadores modernos ansiavam, contudo, por tratar a História como uma ciência, e impressionados pelo crescimento espantoso e metódico da ciência natural, queriam aplicar às suas pesquisas os métodos desta última. Isto explica as recentes tentativas de reduzir a História à Estatística, à Psicologia social ou à Sociologia. Mas Windelband, objetando a tais tendências, mostrou corretamente que procedendo dessa maneira o *scholar* perde completamente de vista o objeto da História. O historiador não se interessa pelos

(*). — Êste é o último artigo duma série de palestras proferidas pelo Prof. Otto A. Piper no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em agôsto de 1953. O texto inglês foi traduzido por Percy Fávero Schützer (*Nota da Redação*).

traços gerais da História mas sim por pessoas e eventos individuais. Sempre que aplicamos os métodos da ciência natural à História, os fatos individuais servem simplesmente de base para a indução, perdendo-se assim de vista seu caráter peculiar.

A crítica de Windelband, embora procedente, deve ser suplementada em dois aspectos. Primeiro, age-se na História tendo em mente tarefas e objetivos definidos. O método puramente causal da ciência moderna ignora o elemento teleológico. Por isso, quando aplicado à História êle perde de vista um aspecto essencial. Após as violências que o pensamento especulativo praticou contra a pesquisa histórica, o horror que o historiador vota à teleologia é compreensível, mas êle é, todavia, injustificado diante da natureza do fato histórico. Em segundo lugar, o idealismo de Windelband o impediu de perceber que não é apenas em seu método que a historiografia se separa da ciência natural, mas também que a História é um domínio de realidade que difere essencialmente daquele que o cientista explora. A História transcende a Natureza pelo fato de que só naquela encontramos novidade e criatividade.

a). — *Novidade*.

Ao contrário da natureza, que se caracteriza pela recorrência dos mesmos processos e fenômenos, a História é a esfera do novo. O que de novo encontramos na natureza, é apenas uma nova disposição das partes de um todo ou o uso de material novo para a produção de um fenômeno recorrente. O novo histórico porém, implica que um dado fato histórico tem um significado que nada no passado jamais teve e nada no futuro jamais terá. Isto é verdade quer haja semelhança ou diferença de aparência. A novidade, finalmente, é uma especial manifestação do novo histórico. Ela designa eventos que mudam a direção do campo histórico, ou que atingem tão sèriamente a ordem interna ou a estrutura do campo que ela não pode mais ser restaurada. Foi isto que se verificou, por exemplo, quando as tribos teutônicas invadiram o Império Romano. Diferindo dos agressores que os precederam êles refizeram todo o Império. Anàlogamente, Lutero ultrapassou todos os reformadores dos séculos XIV e XV pelo fato de que êle abalou não sòmente a Igreja mas tôda a ordem medieval com uma tal intensidade que, juntamente com a Igreja e seu sistema de religião, tudo, na esfera política, social e econômica também, parecia diferente depois de sua época. As condições anteriores não mais podiam ser restauradas. Podemos dizer em geral que mudanças da direção do campo histórico se dão sempre que, por exemplo, um país colonial se separa da mãe-pátria, ou quando se adota um novo sistema político; mudanças da estrutura do campo ocorrem em casos tais como revoluções, desintegração da religião nacional,

ou extensas catástrofes naturais ou históricas que privam o grupo de uma parte considerável de seus membros, de seu território ou recursos.

b). — *Criatividade*.

Aquêles que formam um grupo histórico agirão, em sua maioria, mais ou menos do mesmo modo que seus pais e avós, e em sua atividade produtiva repetirão modelos tradicionais. Quando se operam mudanças em seu modo de produzir, tais como a industrialização na vida moderna, aceitarão a mudança desde que tenham a possibilidade de seguir mais ou menos os padrões fixados pelos líderes. Em outras palavras, êles permitem passivamente que as circunstâncias os transformem, embora creiam que estejam se "ajustando" a elas. Esta atitude explica, por exemplo, porque, a despeito das mudanças radicais que a tecnologia trouxe para o povo norte-americano, a maneira de viver norte-americana é espantosamente a mesma para todo o povo. Contudo, de tempos a tempos, um indivíduo ou um grupo produzirão alguma coisa que, embora não se enquadre no sistema tradicional, influenciará tão poderosamente os contemporâneos que êles a adotarão apesar das mudanças que traz para a ordem existente. Ainda que os materiais utilizados para a nova produção possam ser os mesmos anteriormente empregados, uma coisa verdadeiramente nova não é simplesmente um novo arranjo dêsses materiais mas antes uma obra que tenha um novo significado.

A produção de novos fatôres constitui indicação de que a mente humana é dotada de criatividade. O homem está constantemente acrescendo o campo histórico, não tendo importância o muito que se perca como resultado de destruição deliberada ou de esquecimento. O princípio da constância da energia não se aplica à História. Aqui nova energia é criadoramente gerada. Por isso as obras decisivas da História não podem ser explicadas de um modo puramente causal, como o resultado do que existia antes. Não há nada na música gregoriana do século XV, por exemplo, que possa explicar o gênio de Palestrina, ou nos textos de história antiga que se iguale às profundas intuições manifestas no *Júlio César* de Shakespeare. Anàlogamente, embora os poetas italianos primitivos tenham usado a mesma linguagem que Dante, seu *Inferno* não é mera modificação da ordem de palavras usadas por aquêles poetas. Êste poema nasceu de uma visão que era anteriormente desconhecida. Nenhuma das grandes obras de filosofia ou de arte pode ser explicada a partir de seus antecedentes. Ainda que haja continuidade de instrumentos, materiais e métodos, uma obra nova não é nunca mera reformulação daquilo que já existia.

A criatividade não se circunscreve à esfera cultural, todavia, encontrando-se, por exemplo, na vida política. Basta lembrar que, não obstante o fato da discussão dos direitos naturais do homem se ter prolongado por todo o século XVIII, nada havia nela que permitisse antecipar o novo conceito de uma comunidade política formulado na constituição dos Estados Unidos. Igualmente, um estadista pode ter em vista um novo objetivo para uma nação: a industrialização de um país agrícola, a adoção de uma política colonial, a passagem da auto-suficiência ou do isolamento para o comércio mundial ou para a política internacional, a criação de um novo ideal de vida nacional, etc.

Dos fatos da novidade e da criatividade tiramos uma importante conclusão. Enquanto que as mudanças da natureza, como se deram, por exemplo, nos períodos geológicos, abrangem períodos de tempo tão vastos que mesmo em biologia o cientista pode corretamente admitir a imutabilidade de seus objetos, a substância do campo histórico é plástica e muda freqüentemente. Assim a História está longe de ser mera modificação daquilo que antes existiu. O historiador deve levar em conta a emergência de fenômenos novos e a operação da criatividade humana. Enquanto que o cientista, por exemplo, o sociólogo ou o psicólogo tem o direito legítimo de usar material histórico para seus propósitos específicos, os métodos da ciência natural são, no entanto, insuficientes para uma explicação da História. Os modelos de comportamento social, por exemplo, que o sociólogo obtém da História são úteis para compreensão dos períodos nos quais o campo histórico se encontra mais ou menos em repouso. Mas o sociólogo não será capaz, por exemplo, de predizer qual o aspecto que assumirão as coisas quando a ordem interna ou direção do campo histórico variam consideràvelmente. Nem é êle capaz de predizer as radicais mudanças que ocorrerão no futuro ou de explicar as que se deram. Esta incapacidade não se deve a nosso conhecimento limitado do que se está passando nas mentes dos líderes, porque observadores sagazes tem muitas vêzes realizado feitos admiráveis, predizendo desenvolvimentos nas mentes de personalidades históricas. Antes, ela decorre do fato de que as mudanças na constelação histórica nunca são unilateralmente obra de decisões individuais. Elas pressupõem um movimento paralelo no campo histórico. A presença da novidade e da criatividade no campo histórico constitui indicação de um impulso operante sôbre a História, o qual não se origina no campo histórico, mas é, ao contrário, a manifestação da vida divina na História.

Estas limitações do método científico, quando aplicado ao estudo da História, sugeririam que o valor do método da ciência natural foi superestimado, estando êste longe de fornecer um método

universal. Em lugar de aplicar ao estudo da História o modêlo do universo usado na ciência moderna, pareceria mais correto caminhar na direção oposta. Seria digna de se considerar a possibilidade de que a natureza do campo histórico possa lançar luz sôbre o objeto da ciência natural. Os fenômenos que encontramos em biologia, por exemplo, não transcendem muito o modêlo do universo adotado pela física moderna, na qual qualquer mudança é atribuída ao acaso? O fato de que a vida não só veio à existência em um dado momento, mas ainda foi capaz de se manter em existência, não menos do que o fato igualmente notável de que a vida teve uma história sôbre esta terra, parece implicar que tanto a subsistência dêste mundo como a da História são plásticas.

Esta concepção podia ser aplicada ao universo em sua totalidade. Talvez êste universo não seja apenas energia eletro-magnética que perpètuamente muda sua localização e transforma seu modo de existência. A perplexidade em que o astrofísico se vê lançado ao ter de admitir um começo do universo não encontraria sua melhor solução na hipótese de uma história do universo na qual há lugar para o novo e para a criatividade?

2. — Os Níveis da História.

Nossa análise já nos levou à conclusão de que o mundo em que vivemos não é "ser" simplesmente mas, antes, como a distinção entre Natureza e História mostrou, uma realidade diferenciada. Prosseguindo na investigação veremos que na História o homem se defronta com três níveis diferentes de realidade, e que tanto a pesquisa histórica como a historiografia que não atentam para essas diferenças, levarão a conclusões em desacôrdo com os fatos.

O lugar do homem neste mundo é determinado bàsicamente por três fatôres irredutíveis: 1) a necessidade de viver em um universo que não coopera totalmente com êle; 2) a necessidade de viver com outras pessoas: e 3) a necessidade de viver em presença de uma realidade espiritual. Estas três necessidades não são apenas três aspectos da vida histórica, mas representam antes três níveis da existência humana. Uma vez que todos os três são inelutáveis, vivemos e agimos na História em todos êles simultâneamente. Êstes níveis nada têm que ver com as várias secções da atividade histórica na qual nossa época especializada divide os estudos históricos, por exemplo, História política, social, cultural, militar, religiosa, etc. Pode-se, ao contrário, mostrar que em cada uma dessas secções os homens agem simultâneamente em todos os três níveis e assim perseguem múltiplos fins. Mas não é em todos os grupos e nem sempre que tôdas as três necessidades são tomadas igualmente a sério. Assim, no mesmo campo a vida histórica

varia de período para período de acôrdo com a preponderância de um ou de outro dêsses objetivos.

a). — *O Homem e o Universo.*

Mesmo quando vivemos em condições externas relativamente favoráveis, não é num "Jardim do Edem" que nos encontramos. Temos de nos haver com a irregularidade das estações, com catástrofes naturais, mudanças de clima, doenças e debilidades; e, sobretudo, com os perigos que a fragilidade da vida traz consigo, até nas circunstâncias mais favoráveis.

Por isso o homem tem de lutar e subjugar a natureza para afirmar-se e mantê-la sob contrôle. Esta necessidade deu origem à investigação da natureza, ao pensamento científico e à tecnologia. O homem não é *homo faber* por natureza ou inclinação. Antes, se lhe fôsse dado fazer o que quer, êle gostaria simplesmente de gozar a vida. O esfôrço exigido para o contrôle da natureza lhe é, ao contrário, imposto por ela mesma. Assim a História é em primeiro lugar a batalha de auto-preservação do homem como ser humano. Neste processo êle pode gozar o progresso da civilização que consegue e o confôrto decorrente. Mas experimentará ao mesmo tempo a lei da eqüalização. Novos esforços lhe são exigidos a fim de que coisas que a ciência e a tecnologia oferecem continuem a prestar serviços e sob contrôle, e êle tem sempre mais o que aprender. Tomemos o exemplo do automóvel. Desde que alguém compra um carro, parte de seu tempo é necessário para mantê-lo em boa condição e limpo, mais policiais têm de ser empregados para regular o tráfego, e novos artifícios tecnológicos são requeridos para a diminuição dos acidentes de automóveis, etc.

Neste esfôrço para manter-se contra a natureza, o homem se volta contra o homem, pois é de sua índole o querer gozar os bens naturais pelo mínimo preço possível. Portanto lutar-se-á pelas partes do globo que são mais férteis ou mais usáveis; ou aquelas em que se encontram os dons mais valiosos da natureza, como, por exemplo, os minerais, os animais, a fôrça hidráulica.

Assim tanto a origem como o progresso da História parecem ser causados por uma necessidade totalmente externa ao homem. Podemos compreender porque, à luz de tal necessidade, o curso da História tenha sido interpretado como um processo que se desenvolve por intrínseca necessidade, independendo da vontade do homem.

Mas por que motivo deseja o homem controlar a natureza? Por que não aceita êle simplesmente as condições da vida como fazem os animais e as plantas e outros sêres vivos? E' porque o homem sente em si mesmo que não é uma simples parte da natureza. Reconhecendo livremente a necessidade de viver com seus

próximos e sentindo o aguilhão do Espírito, êle vê nas condições naturais da vida um desafio que êle aceita. O esfôrço do homem para dominar as fôrças da natureza nunca é motivado pelo mero desêjo de gozar sua fôrça. Se assim fôsse o exercício esportivo de sua fôrças, análogo ao que fazem os animais, seria suficiente. Mas o esporte, embora tenha um lugar legítimo na vida histórica, nunca formou a História. Porque êle quer viver para outros e porque êle tem consciência de sua destinação transcedente, o homem aceita o desafio da natureza decidindo-se assim por uma existência histórica.

b). — *O Homem e o Próximo.*

Grande parte de nossas relações com outras pessoas é semelhante ao que encontramos no reino animal. O instinto maternal, o apetite sexual, o impulso gregário e o desêjo de sentir a presença corpórea de nossos iguais são os motivos subjacentes a muitos de nossos contactos com outras pessoas. Mas ultrapassando êstes impulsos animais o homem compreende que não pode ser êle mesmo, exceto quando se põe em relação de caráter pessoal com outros. Êle sente instintivamente que foi criado para ser uma pessoa, isto é, para afirmar-se como quem tem capacidade de tomar decisões, sem consideração pelas necessidades naturais a que está sujeito. A experiência, contudo, ensina-lhe ao mesmo tempo que êle é incapaz de agir como pessoa a menos que considere aos outros como pessoas e os trate como tais. Em nossas especulações filosóficas podemos imaginar que somos livres como indivíduos simplesmente porque acreditamos em nossa liberdade, e sôbre essa base desenvolveu-se o individualismo filosófico. Mas a experiência nos ensina constantemente que ninguém pode viver uma vida verdadeiramente humana isolando-se por completo. Até a linguagem que usamos para nossas especulações foi recebida de outros.

Porém, o homem não é uma pessoa de nascimento, ao contrário, êle deve tornar-se uma pessoa; e isto se dá quando êle trata aos outros como pessoas. Além dos impulsos puramente animais que o impelem para outras pessoas e o fazem associar-se com elas, o homem, portanto, desenvolve a linguagem por meio do qual êle pode comunicar-se com seus semelhantes. Mas a necessidade de nos tornarmos pessoas incita-nos acima de tudo a apreciar os outros como sêres que, potencial ou realmente, são também pessoas. Isto explica porque o homem trata seus semelhantes com respeito por sua dignidade de sêres humanos, e porque êle os ama não apenas como fontes que lhe ofereçam ganho ou prazer, mas sim como pessoas com o direito de verem suas necessidades respeitadas e satisfeitas pelos outros.

Esta tendência é contrabalançada pela necessidade, imposta ao homem pela natureza, de afirmar-se contra a pressão que ela

exerce. Tal condição conduz inevitàvelmente a uma divisão do grupo histórico. Haverá aquêles que serão usados, principal ou exclusivamente, como instrumentos para o domínio e exploração da natureza, de um lado, e aquêles que controlam a vida do grupo, de outro. Não há evidência alguma de um estado original da vida histórica em que todos os membros do grupo fôssem tratados como iguais.

Centenas de milhares foram usados, por exemplo, para construir as pirâmides do Egito, e hoje igual número de escravos cavam canais na Rússia; milhões de homens têm sido sacrificados nos campos de batalha do mundo para auxiliar a expansão do poderio de seu país, centenas de milhares lentamente perecem nas indústrias auxiliando a intensificação da vida econômica. Não é de surpreender esta desconsideração por outras pessoas, ela serve apenas para comprovar nossa afirmação de que a História é imposta ao homem, e de que êle age històricamente porque as condições da natureza a isso o obrigam. Seria muito mais fácil erradicar a desumanidade do homem para com o homem, se a natureza não fôsse tão hostil e inclemente em suas relações com o homem.

Todavia, a necessidade de viver em comum com outras pessoas numa base pessoal, restringe o poder da outra necessidade que a natureza impõe ao homem. A primeira deu origem a leis, contratos legais, tratados, e instituições legais. Assim a dignidade do homem como pessoa é protegida. Por limitado que seja o número daqueles que originalmente são amparados pelos benefícios de uma lei ou instituição legal, a êstes pelo menos é concedida uma condição que os coloca acima da necessidade natural que os tornava meros escravos ou instrumentos do progresso histórico. Não devemos considerar as leis como um segundo estágio da civilização humana, que sucede ao da tecnologia primitiva. Ambos se baseiam na natureza do homem como um agente histórico e condicionam-se mùtuamente.

Mediante suas leis e instituições legais a humanidade lembra a si mesma o fato de que a atividade histórica não é um fim em si. Não é surpreendente, portanto, constatar que um grande número de leis são de caráter restritivo. Seu fim é salvaguardar os direitos das pessoas em face da permanente tentação da vida histórica de compensar a pressão da natureza pelo apetite de poder, considerando, por exemplo, a aquisição de poder político ou de superioridade cultural e tecnológica como o fim supremo da vida humana. O valor das leis e instituições legais cresce mais ainda pelo fato de que sua função restritiva é suplementada pela associativa. Embora contratos, tratados e pactos, tanto como a ordem social e política, sirvam principalmente para a manutenção e crescimento de valores impessoais, como o bem-estar de cidades, estados,

emprêsas comerciais, associações atléticas, etc., a legislação acentua ao mesmo tempo o significado da pessoa individual em sua associação com outros membros do grupo histórico. Mediante as leis os membros de um grupo histórico são postos em uma base de igualdade, como pessoas que devem obedecê-las. Por esta igualdade de obrigação tem elas, ao mesmo tempo, a possibilidade de entrar em contacto com os outros membros no exercício das responsabilidades que assim lhes são atribuídas.

Porém, a administração da lei pode imiscuir-se na vida das pessoas, tendendo a considerá-las como meros súditos da lei, ou como portadores de direitos ou como transgressores. Em outras palavras, a lei pode limitar a liberdade pessoal à de obedecê-la. Esta tendência é bastante óbvia nos países totalitários, onde até a vida da família é interpretada como dependendo totalmente da lei, mas também na moderna tendência da burocracia de se imiscuir nas liberdades políticas das pessoas. Todavia, êsse desenvolvimento é errôneo, porque a personalidade não deriva da lei mas, ao contrário, a lei foi introduzida para possibilitar a vida pessoal.

E', portanto, na esfera da lei e das instituições legais acima de tudo, que o senso de liberdade do homem se manifesta na História. Por êsse meio a História é dotada de sua genuína grandeza e colocada acima do simples processo de desenvolvimento tecnológico. E' a própria liberdade que está implícita na lei que estabelece não só as organizações políticas e sociais de pessoas livres mas ainda a desobediência civil, o direito às revoluções e guerras de libertação, clàssicamente expresso na Declaração de Independência Americana de 1776. Os *Founding Fathers* proclamaram que a ruptura de um laço legal era justificada pelas Leis da Natureza e pelo Deus da Natureza quando os acontecimentos históricos tornaram impossível a vida em comum. Embora o estranho seria que não se encontrasse nenhum egoismo nessas irrupções violentas, estas também servem, não obstante, para proclamar a dignidade das pessoas.

A crescente tendência dos govêrnos na época atual de se imiscuirem na vida pessoal dos cidadãos, tem induzido muitos a acentuar o significado da vida privada e a reivindicar para o cidadão uma esfera na qual o estado não tem direito algum de entrar. Mas é um engano pensar que a vida particular é um direito natural do homem. E o homem moderno não crê sèriamente que tenha êsse direito. O próprio fato de haver êle permitido que o telefone, o rádio e a televisão penetrem a qualquer hora do dia ou da noite em sua casa é uma indicação de que êle não está muito interessado na vida particular e sim no direito a uma esfera na qual possa fazer o que quiser Se o cidadão tivesse êsse direito, sua origem difìcilmente se encontraria no desêjo do homem

de possuí-lo, porque o grupo histórico é o autor de sua legislação e tôda liberdade cívica é concedida pelo grupo ao indivíduo como um privilégio. A única esperança de limitar a intromissão do grupo na liberdade de cada um estaria numa realidade superior tanto ao indivíduo como ao grupo. A História ensina que a lealdade a uma realidade espiritual é o único amparo contra a onipotência do estado.

c). — *O Homem e Deus.*

Vivendo històricamente, o homem não é livre para decidir se mantém ou não relações com a divindade. Ainda que no processo histórico não opere coerção alguma que o force a aceitar determinada religião, a própria natureza da vida histórica, porém, o impede de ignorar permanentemente a presença do divino. E' mais através da própria tarefa da vida histórica do que mediante experiências individuais apenas, que o homem se torna consciente do fato de que êle tem de se defrontar com uma realidade divina.

Para afirmar-se em face da natureza, deve o homem produzir obras de significado duradouro. Nem tôdas as atividades humanas servem a êsse propósito. A menos que sejam produções da vontade racional manifesta na vida histórica de todo o grupo, tôdas as atividades individuais serão imediatamente desfeitas pelas incessantes mudanças da natureza. Assim, é através de uma legislação, uma ordem social, uma vitória militar, a construção de um edifício ou a produção de uma obra de cultura que o grupo histórico é dotado de permanência em face da natureza.

Todavia a execução de obras históricas requer padrões objetivos, isto é, padrões que transcendam os desejos particulares do grupo histórico ou de seus membros, como também a configuração do campo. Nenhum grupo histórico jamais estaria disposto a se empenhar no esfôrço para produzir obras duradouras, a não ser que tivesse a certeza de possuir padrões objetivos que lhe tornassem possível agir històricamente, isto é, de se afirmar contra a transitoriedade do tempo. Na atividade histórica êstes padrões objetivos são interpretados como dádivas ou como exigências das divindades. Os filósofos podem falar de uma esfera de valores que são válidos sem serem reais. Na atividade da vida histórica, porém, tal concepção é insuficiente, porque, para servirem a sua finalidade, êstes valores devem estar ìntimamente relacionados com a realidade histórica, e devem por isso estar baseados em uma realidade superior que perdurará até o fim da História. Esta é a razão por que, por exemplo, o fascismo e o nacional-socialismo, embora hostis ao cristianismo, apresentaram-se como novas religiões, e o bolchevismo, ainda que ateista em teoria, esposou uma

política religiosa baseada na convicção de que para crer no comunismo as pessoas precisam de religião, isto é, da certeza de se defrontarem com uma realidade transcendente.

Se a análise que fazemos é correta, Augusto Comte estava totalmente enganado ao considerar a religião como simples função da vida social, isto é, como uma reflexão interpretativa do grupo acêrca de seus objetivos e sua organização. Ao contrário, a religião serve um fim que lhe é peculiar. Mesmo quando as instituições religiosas são tratadas como parte da organização política, como se dava, por exemplo, na religião grega da cidade, no culto romano do imperador, nas igrejas cristãs oficializadas ou no estado xintó do Japão, seus sacerdotes insistirão, entretanto, que estão antes a serviço da divindade do que do estado.

A imagem real da História é complicada pelo fato de que embora as três necessidades operem simultâneamente sôbre um grupo histórico, elas nem sempre são tomadas igualmente a sério. As instituições sociais e políticas, por exemplo, podem perder seu significado específico e — como na Rússia contemporânea — podem subordinar-se completamente ao processo tecnológico. Em sua política doméstica a Rússia parece ter um único fim: construir seu aparato industrial e manufaturar tantas utilidades quanto é possível. Igualmente a História nos apresenta casos de organizações e instituições religiosas a serviço de fins sociais apenas ou como instrumentos de uma política de fôrça, em lugar de oferecer ao grupo histórico a visão de um fim transcendente. E' sinal de vitalidade histórica o fato de um grupo manifestar plena e clara consciência das três necessidades diferentes sob as quais êle tem de operar. Aquilo que descrevemos como necessidades inelutáveis sob as quais o grupo histórico constantemente se vê, é considerado na Bíblia como o resultado do plano divino. O homem é, de tôdas as criaturas, a que está destinada para o domínio sôbre a natureza: mas como conseqüência de seu estado pecaminoso, sua destinação se transforma em árdua tarefa. Entretanto, não sendo seu próprio senhor, o homem é incapaz de evitar a tarefa que lhe é atribuída; não há escôlha, êle deve viver uma existência histórica. Uma vez que a busca de seu destino é uma obrigação que lhe é imposta por Deus, o homem também não é livre para escolher seus fins particulares e os meios pelos quais vai alcançar sua destinação, tendo ao contrário de respeitar a vontade de seu Criador manifesta na consciência moral e na lei natural. Finalmente, porque o homem é dotado de uma dignidade que sobrepuja de muito a de tôdas as demais criaturas, a humanidade está destinada a viver na presença de Deus. Assim, tanto a vida individual como a História estão relacionadas com um fim último. O modo pelo qual a Bíblia descreve a formação gradual do povo escolhido está

de acôrdo com tôda a evidência histórica externa à Bíblia. Não foi senão lentamente e passo a passo que o homem alcançou a compreensão de seu lugar e sua função na História.

3. — A Unidade da História e a História Universal.

a). — *Concepções seculares.*

Guiados pelos primeiros capítulos do *Gênesis,* os antigos historiadores judeus e os historiadores cristãos primitivos partiram do axioma de que a unidade da História consiste num processo unificado. Na criação divina de Adão e de Eva tôda a história humana tinha uma raiz comum, que jamais se poderia perder em tôda a diversificação histórica subseqüente. A elaboração dessa idéia era simples no tempo em que os historiadores pouco conheciam da história da Antigüidade. Julius Africanus (século III A. D.), por exemplo, usou apenas as obras dos antigos historiadores para estabelecer sincronismos entre os acontecimentos da história bíblica, de um lado, e as várias histórias nacionais pagãs, de outro. Êste processo persistiu através da Idade Média até o século XVI nas várias *Crônicas do Mundo*. Em todos êstes trabalhos nenhuma tentativa se fêz para descobrir uma unidade interna ou empírica nas diferentes esferas da História. Seus autores òbviamente partiam da suposição de que o registro bíblico infalível conjugado com a crença na centralidade dos eventos bíblicos, constituia garantia suficiente de sentido e de coesão interna de tôda a História. Agostinho, contudo, deu um passo além desta concepção primitiva. Para êle a totalidade da História não era simplesmente uma sucessão de épocas mas sim um conflito entre Deus e o Diabo, ou mais precisamente, entre seus súditos, a *Civitas Dei,* e os seguidores do Diabo. Êle introduziu por êsse meio um elemento teleológico na concepção cristã da História, pois Cristo triunfaria finalmente e poria fim ao conflito. Quanto ao mais, porém, esta concepção conseguiu tão pouco quanto a de seus predecessores no sentido de estabelecer uma imagem satisfatória da maneira pela qual a história secular está relacionada com a história da salvação. A interpretação de Agostinho foi, entretanto, adotada pela maioria dos teólogos até o fim do século XVII.

Com o surgir do racionalismo moderno todavia, passou-se a ver sob luz diferente o curso da História. Enquanto que as velhas concepções teológicas trataram o homem apenas como o pião de fôrças sobrenaturais da História, atribuiu-se então à humanidade ou ao homem como ser racional um papel central nela. Entretanto, quando Lessing interpretou a História como uma educação divina da humanidade, o pensamento teístico não se tinha obliterado completamente, a despeito de elementos racionalísticos de sua con-

cepção. A humanidade era considerada como sendo inicialmente o objeto infantil da educação divina, até desenvolver-se em um agente livre e responsável. No sistema do idealismo alemão, particularmente em Hegel, todavia, não é mais um Deus pessoal mas antes a Razão Absoluta que opera na História através do homem. O papel central atribuído ao homem conjugado com o desenvolvimento da crítica bíblica, resultou em uma imagem da História da qual foram mais ou menos eliminados os eventos bíblicos; mas em troca ela ofereceu uma nova possibilidade de escrever uma história universal, isto é, de ver tudo o que aconteceu para a humanidade em qualquer época ou lugar como partes de um processo integrado. Além disso, a filosofia da História de Hegel tornou evidente que o novo é um aspecto essencial da História. Êste filósofo mostrou que ela é um processo no qual, com intrínseca necessidade alguma coisa se desenvolve em outra que é nova, que não existira antes. Todavia, em seu esfôrço para interpretar a História como um desenvolvimento absolutamente necessário, Hegel ignorou a evidência de todos aquêles acontecimentos históricos que não apoiariam sua tese. Não é estranho, portanto, que no fim do século XIX os historiadores se mostrassem relutantes em usar a idéia de história universal, a não ser num sentido simplesmente classificatório, isto é, como a coleção de todos os vários corpos de processos históricos mais ou menos desconexos, que se deram em tôdas as épocas aqui na terra.

Combinando a visão idealística com o conceito naturalístico de *Geist*, Wilhelm Wundt e Steinthal tentaram reintroduzir a idéia de história universal, limitando-a à de civilização. Seguindo a história da civilização através de suas ramificações puderam êles mostrar que existiam conexões entre os diferentes campos históricos. Mas ao se restringirem à descrição dos contactos históricos reais, implicam também que boa parte dos acontecimentos históricos não se relacionavam entre si. Veio então Spengler que rejeitou até a limitada evidência que apresentavam e negou categòricamente a possibilidade de se escrever uma história universal. Segundo êle nada existe que una os diversos campos históricos, mesmo que êles sejam geogràficamente contíguos. Antes, uma vez que cada campo tem uma estrutura e uma dinâmica que lhe são totalmente próprias, não há dois campos que possam ser comparados entre si, por muitos que sejam os materiais que tenham em comum. Embora sejam possíveis empréstimos de formas ou padrões culturais, técnicas ou instituições, o gênio de cada campo histórico permeará e transformará os materiais adotados de modo tão completo que êles se tornam pràticamente coisas novas.

Toynbee, a despeito dessas objeções, renovou o conceito de história universal. Ao discutir as concepções de Toynbee é aconse-

lhável, porém, distinguir claramente entre o trabalho do historiador, de um lado, e o do filósofo, de outro. Até agora o historiador Toynbee só foi capaz de mostrar que a vida histórica e os campos históricos tem em tôda parte bàsicamente a mesma estrutura, mas êle ainda não conseguiu mostrar que materialmente tôda a História forma um corpo integrado. Não obstante, Toynbee, o filósofo, afirma que a história da humanidade é a expressão de um impulso transcendente operando por tôda parte na raça humana. Para êsse fim êle usa uma visão que combina a filosofia hegeliana com a escatologia cristã. Mas esta idéia é puramente especulativa. Por esta razão suas idéias sôbre o que poderá ocorrer no futuro parecem um tanto injustificadas. Tendo primeiramente mostrado que a maior parte dos campos históricos de cuja existência temos notícia já vieram a perecer, entretanto, parece acreditar que por alguma razão misteriosa nosso mundo ocidental, ou, no caso de falharmos na resposta ao desafio, algum outro campo contemporâneo, não apenas será capaz de escapar à destruição, mas ainda se tornará o centro organizador de todos os campos restantes. O exame que êle faz da História dificilmente justifica a predição de uma mudança tão completa do problema histórico, e nem os fatos apoiam sua tese de que no mundo ocidental moderno uma civilização tecnológica e um humanismo espiritual, proveniente do cristianismo, combinaram-se de modo indissolúvel. Muitos estudiosos do moderno desenvolvimento tecnológico inclinam-se antes a explicar o surgimento da civilização moderna a partir de motivos opostos ao cristianismo e a seu humanismo específico.

b). — *A concepção bíblica.*

A Bíblia nos oferece uma possibilidade inteiramente diferente de discernir uma genuína unidade em todo o processo da história humana. Para êsse fim é necessário, todavia, ultrapassar as primeiras interpretações cristãs e ir até os escritores bíblicos. Julius Africanus e Agostinho, por exemplo, viveram em uma época em que a Igreja havia esquecido quase completamente a visão escatológica do Novo Testamento e dos primitivos cristãos que por sua vez se originava no Velho Testamento. A primitiva imagem da História apresentada pelo *Gênesis* é complexa. Ela mostra de um lado a unidade da espécie humana baseada em uma origem comum e em um destino comum, e manifestando-se na linguagem comum, no intercâmbio cultural e no domínio combinado da natureza. Mas lado a lado com isto ela pinta a diferenciação e o alheiamento crescente simbolizado, por exemplo, na história da tôrre de Babel (*Gên.* 11:1-9). Como resultado, a vida histórica deixou de ser a ação comum de uma humanidade unida. As nações soberanas tornam-se unidades independentes, cujas relações com as demais oscilam entre a

cooperação e a hostilidade. Por isso a verdadeira unidade da História não deve ser buscada na correlação externa de acontecimentos, mas antes em uma história "espiritual" que se processa no interior e por detrás da "história externa", entendendo-se por êste têrmo o que o historiador normalmente tem em mente ao falar em "história".

Não obstante algumas semelhanças, a concepção bíblica difere muito da de Hegel. Segundo êle a Razão Absoluta é o único agente real da História. Assim o filósofo alemão não estava diretamente interessado nos acontecimentos e realizações particulares da História. Êle os considerava como simples tentativas experimentais mediante as quais a realização plena da Razão acabaria por ser alcançada. Ainda que assim atingisse uma visão unificada da História, Hegel degradava o homem a mero instrumento de um princípio absoluto.

A história espiritual que a Bíblia conhece, é um processo que está constantemente inter-relacionado com a "história externa" mas não é idêntico com ela. O Espírito de Deus move os corações dos homens a se voltarem para o fim que lhes está assinalado. A consciência dêsse destino é mais distinta na vida religiosa e moral do homem. Mas tôda a atividade do homem que responde ao desafio do Espírito, o que quer dizer, que se relaciona com uma realidade transcedente, é parte dessa "história espiritual". Assim, embora a unidade da História se baseie em um fator transcendente, o homem não é por isso transformado em simples instrumento de uma fôrça sobrenatural, mas é descrito como um ser capaz de agir como coparticipante do Espírito. O todo da história humana se mantém assim unido por uma destinação comum e uma aspiração comum ao fim determinado. Ao insistir no fato de que Israel agiu de acôrdo com uma revelação da natureza de Deus, o Velho Testamento deixa bem claro que por se tornar plenamente consciente de sua destinação histórica um povo é superior a todos os demais. Tal concepção implica que tôda a vida histórica externa à de Israel na História, era mais ou menos desprovida do verdadeiro conhecimento do fim transcendente do homem. Contudo, ao reprovar o mundo pagão pela loucura de sua idolatria, os profetas do Velho Testamento manifestaram sua convicção de que a nenhuma nação faltava completamente o conhecimento de sua tarefa histórica.

Os relatos do *Gênesis* são mal-compreendidos, todavia, quando interpretados como se admitissem uma base biológica comum da espécie humana ou nos fornecessem informação acêrca da pré-história da humanidade. Não é possível, portanto, construir sonhos utópicos de uma futura humanidade unida baseados na hipótese de que a raça humana é biològicamente una. De acôrdo com a Bíblia as diferenças das raças e grupos históricos não são menos reais

do que a unidade da espécie humana. O objetivo final é portanto aquêle no qual, não obstante suas diferenças, todos os corpos históricos estarão unidos em um culto comum, ou, como o expressa o Apocalipe, "trarão à cidade de Deus a glória e a honra das nações" (*Apoc.* 21:25).

O objetivo divino colocado diante do mundo de nações é, portanto, êste: que cada uma, de acôrdo com sua própria natureza e passado histórico, trabalhe para atingir o destino comum. Êste ideal não requer uma organização comum, nem implica espécie alguma de uniformidade. Tudo o que é necessário é a receptividade para os dons das outras nações, e a disposição de se abster de tudo o que sèriamente prejudique os interêsses delas.

Em capítulo anterior discutimos a importância que a Bíblia atribui a uma visão espiritual comum na vida nacional e internacional. Decorreria daí que o cristianismo está destinado a oferecer a visão última e unificadora a tôdas as nações. Entretanto, isto não significa que para a consecução da unidade na história externa uma instituição eclesiástica comum deva ter o comando de tôdas as nações. Tal arranjo constituiria uma negação do caráter transcendente da unidade da História. Por êste motivo o Movimento Ecumênico, que se organizou no Conselho Mundial de Igrejas em Genebra, do qual, com exceção da Igreja Romana, pràticamente tôdas as demais igrejas do mundo fazem parte, não tem a intenção de forçar ninguém à unidade. E' antes por sua cooperação voluntária mas combinada que tôdas as igrejas do mundo estão dando expressão ao fato de que elas reconhecem um objetivo comum da História. Esta é a razão por que o Conselho Mundial de Igrejas, ao contrário do Vaticano, não pretende nenhuma *potestas directa* ou *indirecta in temporalibus*. Esta é deixada para Cristo.

Desde que é a aspiração espiritual do grupo histórico que dá lugar à unidade da História, o fato de que cada grupo está limitado em suas relações diretas a poucos grupos apenas, não constitui obstáculo para essa unidade. Afirmar que todo o progresso humano deve partir de um dado centro e então se propagar por contacto para todo o globo, revela concepção absolutamente não-histórica. Ao contrário, a História nos mostra que processos idênticos ocorreram em diversos lugares, e não necessàriamente no mesmo momento histórico, mas antes quando cada um havia atingido um certo estágio em sua história espiritual. Isto explicaria, por exemplo, porque civilizações distantes no espaço e no tempo podem, entretanto, ter o mesmo estilo como demonstraram, entre outros, Wölflin e Worringer. E' metòdicamente errado admitir que a semelhança de um fenômeno histórico deve ser entendida como resultado de dependência histórica, como se admite, por exemplo, com a hipótese de

que as pirâmides da cultura Maya eram dependentes dos modelos egípcios.

Materialmente, então, a unidade da História deve ser buscada no esfôrço universal do homem para descobrir seu lugar no universo. Porém, o sujeito dêsse processo não é a raça humana em sua totalidade abstrata mas a humanidade em agrupamentos concretos, sendo cada um dêles determinado por seu lugar histórico e por seu meio. Na História os povos não querem saber, por exemplo, o que significa em geral ser um ente humano no Universo. Querem, antes, afirmar-se de um modo humano diante da Natureza e do destino como norte-americanos, ou alemães, ou chineses, como pessoas que gostam de música ou de literatura ou de arquitetura, como soldados, ou políticos ou ministros, como mulheres ou como jovens. Isto quer dizer que cada um dos grupos ou organizações históricas levantarão o problema humano comum a seu modo específico. Não obstante Toynbee, não se deve exagerar o poder unificador de um certo tipo de civilização. Tomemos, por exemplo, a civilização helênica que é freqüentemente citada em apôio dessa tese. E' verdade que por sua difusão muitas nações do Oriente Próximo, que anteriormente tinham poucas relações amistosas e pequeno intercâmbio cultural, puderam entrar em íntimo contacto. Mas quando depois de alguns séculos os valores superiores daquela civilização foram completamente assimilados por elas, surgiram sôbre aquela base novas civilizações nacionais na Síria, no Egito, na Gália, na África do Norte, etc. Não se deve, portanto, no campo das relações internacionais, esperar resultados excessivos do fato de que o mundo ocidental está levando sua civilização e seu *know-how* tecnológico para as demais nações do mundo.

c). — *A função histórica do Espírito.*

A unidade da História não pode basear-se sòmente na faculdade racional do homem. Vista de fora, a história da civilização não nos oferece a imagem de um processo unificado, e sim a de constantes tensões e conflitos. A não ser pelo fato de que mesmo em seus conflitos as civilizações estavam aspirando ao objetivo de auto-afirmação espiritual, evocado pelo Espírito de Deus, nós seríamos levados à conclusão de que a história da humanidade foi apenas um esfôrço sem sentido por parte dos grupos históricos, para afirmar seu caráter individual a expensas de outros. Não podemos nutrir a esperança de algum dia encontrar verdade ou valor objetivo em qualquer desenvolvimento histórico enquanto considerarmos a História como produto exclusivo da atividade humana, pois o próprio homem é, sob muitos aspectos, o objeto da operação de fôrças não-humanas. Além de depender de condições naturais e históricas que determinam e limitam seus esforços, êle sofre dos

males que Satanás pode lhe infligir, e assim suas aspirações transcendentes são freqüentemente frustradas. A História está repleta de começos que nunca vêm sua continuação, e ela jamais se transformaria em um processo unificado senão pelo fato de que o destino último do homem não é um anseio subjetivo apenas, mas uma realidade cuja base é o Espírito divino. A única interpretação com sentido do fato da mente humana reconhecer formas e padrões objetivos, é a de que o homem se defronta com uma atividade espiritual que o desafia e, que quando êle a apreende, o ampara. E' por isso que em suas atividades históricas e por meio delas, o homem pode gradualmente vencer os obstáculos em seu caminho para sua destinação. Longe de se deter sempre no mesmo plano de desenvolvimento histórico, como fazem os animais, o homem progride porque tem memória. A lembrança do passado embaraçaria sua mente, no entanto, tornando-se mero obstáculo ao avanço, exceto pelo fato de que as coisas lembradas històricamente constituiram encontros com o Espírito, e que em cada ato de lembrança o desafio do Espírito era renovado. Assim as coisas recordadas não são simples memórias do passado mas lembranças de desafios concretos que foram aceitos ou perdidos. Uma vez que o Espírito recorda sempre a um grupo seu destino, além da possibilidade de acumular uma tradição histórica, existe a de alcançar uma visão cada vez mais clara de seu objetivo e de usar com maior eficiência as oportunidades e os recursos, que no passado, com visão menos lúcida, o grupo mal notara e apreciara de modo insuficiente.

Ao mesmo tempo, contudo, a relação recíproca do homem com o Espírito é a razão por que não há progresso necessário e universal na História. Assim como o homem é livre para lembrar e atender ao desafio do Espírito, é livre também para esquecer suas experiências e desprezar os estímulos espirituais. O resultado será então estagnação e finalmente a desintegração do grupo histórcio.

Na vida histórica a visão do objetivo está sempre muito além de sua realização. A história do judaismo nos dias de Jesus constitui um exemplo interessante. Os judeus se intrigavam com o fato de que tanto na vida dos indivíduos como na da nação o ideal de "justiça" ainda não se havia realizado. Desconcertava-os também a óbvia inacessibilidade do ideal. Do mesmo modo, Platão estava convencido de que o ideal de estado que êle tinha posto diante de si e de seus contemporâneos era apenas um indicador do caminho a seguir na ação; assim também pensava Confúcio. Em cada um dêsses exemplos, porém, a própria distância do ideal serviu de poderoso estímulo para a ação histórica.

Êste incitamento da visão espiritual explica também porque os desenvolvimentos históricos tantas vêzes estão ligados à crença em utopias e escatologias. Uma utopia é um delineamento do fim

da História concebido como resultado dos projetos humanos. Diferindo dos objetivos práticos que os estadistas, os educadores e outros líderes colocarão diante de si, a utopia simboliza a crença de que o desenvolvimento histórico do grupo a que se pertence constituirá o cumprimento de tôdas as aspirações históricas. Em outras palavras, um processo particular, isto é, o desenvolvimento de um grupo, é interpretado como tendo em si mesmo a semente do universal. Encontra-se idéia semelhante na crença de que um grupo histórico é portador de uma missão histórica, como por exemplo a crença na *Roma Eterna* dos primeiros séculos de nossa éra, e posteriormente a pretensão de Bizâncio de ser a Roma do Oriente. Repetiu-se esta pretensão em Moscou e na restauração do Império Romano por Carlos Magno e seus sucessores que se consideravam os legítimos herdeiros daquele Império. Encontrâmo-la novamente em nossos dias quando Paris ou Roma, por exemplo, proclamam-se os centros culturais do mundo, e Washington se esforça por ser o centro político. Em todos êstes casos afirma-se que a unidade transcendente da História se integrou em um determinado grupo histórico.

A escatologia difere destas integrações pelo fato de que a realização da unidade histórica não se vê principalmente na integração antecipada de um particular processo histórico, mas é, pelo contrário, esperada como resultado da operação na História de um fator que a transcende, seja êle obra da Providência, como na Quarta Écloga de Virgílio, ou da Necessidade, como na esperança comunista de uma sociedade sem classes, ou de um Deus pessoal, como na escatologia judia e cristã. Devido ao realismo que lhes é subjacente estas escatologias evitam a fraqueza das modernas concepções idealísticas da História mantidas, por exemplo, por Hermann Cohen ou Jaspers, segundo as quais o ideal permanecerá para sempre no estágio de aspiração, porque o homem nunca será capaz de realizá-lo. Em conseqüência, a única unidade que êsses filósofos discernem na História encontra-se na crença geral da humanidade em valores objetivos. Em oposição às utopias como às escatologias não-cristãs, a Bíblia afirma que a unidade da História pode ser realizada porque o homem está em relação com uma realidade transcendente, mas acentua também que a não ser pela resposta consciente do homem ao desafio do Espírito não há caminho algum que leve a êsse objetivo.

4. — Os Períodos da História.

Desde a segunda metade do século XVII os historiadores concordam em dividir a História em três períodos: a Antigüidade, a Idade Média e os Tempos Modernos, substituindo por êsse meio as divisões em seis idade ou em quatro impérios, ambas derivadas da Bíblia. As seis idades baseavam-se na idéia de uma semana cós-

mica, havendo assim lugar para uma sétima idade que seria a idade final de consumação. A idéia das quatro monarquias tinha suas raízes nas profecias de Daniel e nela, igualmente, estava implícita a expectativa da vinda final do Reino do Filho do Homem. A periodização moderna, também, origina-se na interpretação cristã da História, e esta é a razão pela qual os historiadores modernos não estão ainda de acôrdo quanto as datas ou os acontecimentos exatos pelos quais o comêço de um novo período deve ser assinalado. Pois a finalidade do novo sistema de periodização era a de dar proeminência a fatos da história espiritual. Qualquer tentativa, portanto, de baseá-lo exclusivamente sôbre fatos da história externa, como, por exemplo, a ascenção ao poder das nações germânicas, ou a queda de Constantinopla em 1453, revela imediatamente que de um ponto de vista puramente científico tal divisão é inadeqüada. Pois em rigor êsses três períodos são discerníveis sòmente na história da Europa ocidental. Além disso, no sentido cronológico, falta equilíbrio ao sistema. Se medirmos pelo número de anos a Antigüidade é muito extensa comparada com a Idade Média, mesmo que coloquemos uma boa parte da Antigüidade na pré-história, o que, todavia, a concepção original do sistema não implicava. Por sua vez, Troeltsch e outros historiadores modernos não concordam com a data tradicionalmente adotada para o início da Idade Moderna. Êles afirmam que o surgimento do racionalismo no século XVII, ou a Revolução Francesa ou o comêço da moderna civilização tecnológica são os acontecimentos que na realidade anunciaram os tempos modernos.

Tôdas estas perplexidades se resolvem no momento em que compreendemos que a própria idéia de períodos históricos não tem lugar em uma concepção puramente secular da História; ela pertence à história espiritual. A periodização histórica implica a crença de que não obstante o infinito espaço de tempo em que se estende tanto o passado como o futuro, a História pode, no entanto, ser considerada como uma entidade finita ou um sistema fechado. Isto é verdade tanto com relação a distinção de Hesíodo entre as idades de ouro, de prata, de bronze e de pedra, como a respeito da concepção cristã das "quatro monarquias" baseada em *Dan.* 2:37ss. e 7:3ss. que era de uso corrente desde os dias de Julius Africanus e de Eusébio até o século XVI. Tanto na medieval como na moderna divisão cristã a linha divisória entre os períodos é marcada por eventos da história espiritual. No sistema antigo trata-se da queda divinamente decretada de cada uma das quatro grandes monarquias; no moderno do reconhecimento da igreja, primeiro sob Constantino ou Carlos Magno, e depois uma vez mais através da Reforma. De modo semelhante, a superioridade da concepção espiritual é expressa pelo fato um tanto paradoxal de numerarmos nossos anos a partir

de um ponto bem do meio da escala cronológica, isto é, o nascimento de Jesus. Uma periodização que se baseia na história espiritual tem sentido porque, devido a sua concepção teleológica, ela pode considerar a corrente de tempo cronològicamente infindável como um todo articulado.

Inversamente, tôdas as tentativas de dividir a História com base na história externa estão destinadas a ser insatisfatórias. Pois à história externa faltam pontos de significado absoluto. Aquilo que um historiador considera importante parece irrelevante ou secundário a outro. Devido a seu lugar na história espiritual não é surpreendente, por exemplo, que o incrédulo só aceite a Êra Cristã com relutância e a considere como uma imposição. Por sua vez, o fato da história espiritual ter lugar no meio da história externa, e de ser correlacionada com ela, cria um sério problema para o pensador cristão. Os acontecimentos decisivos que caracterizam a história da salvação situam-se também em pontos definidos da história externa, como, por exemplo, o Êxodo dos israelitas do Egito, a visão de Isaias, a cruxificação de Jesus. Porém, é mais na história espiritual do que na externa que êstes acontecimentos tem um significado marcante. Como na Antigüidade hoje também o historiador secular que não se dispõe a reconhecer a existência do espiritual, ou que não é capaz de perceber suas manifestações específicas porque se move em um nível diferente da História, é, por isso, incapaz de perceber a verdadeira natureza e a significação dêsses eventos. Não é surpreendente, pois, constatar que a grande maioria dos acontecimentos bíblicos jamais foram relatados por historiadores não-bíblicos. Êstes se referiram aos homens da Bíblia sòmente quando êles se fizeram sentir nas histórias nacionais que aquêles historiadores relatavam. Uma separação semelhante encontra-se hoje no campo da interpretação da Bíblia. *Scholars* que neguem a realidade do Espírito serão por isso levados a admitir o postulado de que as coisas consideradas pelos autores bíblicos como manifestações diretas do espiritual, por exemplo, os milagres e a revelação divina, não podem ter ocorrido. Por essa razão, os documentos em que tais coisas são relatadas serão por êles interpretados como apresentações imprecisas e exageradas dos fatos, ou como o resultado sem valor de uma imaginação crédula. Se de um lado o teólogo deve admitir que apenas acontecimentos que realmente ocorreram na história externa podem ser considerados como relevantes para sua fé, deve êle, entretanto, rejeitar a pretensão dos críticos "radicais" de que o espiritual não é capaz de manifestar-se na história externa.

Uma outra dificuldade na aplicação de uma periodização "absoluta" encontra-se no fato de que os "sincronismos" da história espiritual são de um caráter totalmente diferente dos da história

externa. O apóstolo Paulo, por exemplo, chama Abraão "pai de todos nós" (*Rom.* 5:16), indicando por êsse meio que, assim como a "história da salvação" começou na vida de Abraão no momento em que êle creu no Deus que o chamou de Ur da Caldéia, assim também, cada pessoa quando crê entra naquele estágio da história espiritual que chamamos de "história da salvação". Devemos pois ter o cuidado de não aplicar à história espiritual a cronologia absoluta em uso na "história externa". Aquêles que pensam em têrmos de história externa, marcarão o início da história da salvação entre 1900 e 1800 a. C., quando Abraão viveu (1). Mas as coisas não são tão simples. Embora a história da salvação se tenha iniciado então na vida de Israel, não é êsse o caso na história das demais nações.

Devemos distinguir entre tempo histórico e tempo espiritual. Na história externa o tempo é sempre uma função do grupo histórico. Êle pode ser diretamente expresso por meio de uma referência a um acontecimento ou à vida de um grande homem, por exemplo, "no ano da batalha de Karkemish" ou "no tempo da morte de Júlio César"; ou podemos estabelecer sincronismos baseados em fatôres astronômicos, tais como anos solares ou lunares, e assim falamos, por exemplo, do ano 700 A.U.C. ou da 96a. Olimpíada, etc. Dêste modo acontecimentos que não se deram dentro de um certo campo histórico podem, todavia, ser datados com referência à cronologia dêste. Com o tempo espiritual é diferente. Êle se conta por referência a acontecimentos e ações divinamente operados e à resposta do homem aos mesmos. Mas esta não se dá simultâneamente em todo o mundo. Devido à pluralidade de campos históricos, um considerável intervalo de tempo astronômico pode decorrer entre a resposta de dois grupos a um chamado idêntico de Deus. O chamado de Deus a Abraão e a resposta obediente e confiante de Abraão foi um acontecimento que tem seu lugar definido tanto na história espiritual como na externa. Nesta ocorreu primeiro em Ur na Mesopotâmia e em seguida em Sichem em Canaã e, sem dúvida, repercutiu na vida de seus contemporâneos, por exemplo, de seu sobrinho Ló e do rei de Sodoma (*Gên.* 14). Mas como um acontecimento espiritual teve um significado que muito transcedeu a vida de seus contemporâneos; por meio dêle deu-se um grande passo para uma compreensão mais profunda da relação da humanidade com Deus. Ao aceitar o chamado de Deus e a aliança, Abraão compreendeu que a religião não é apenas desejável, mas que falta à vida um sentido pleno a menos que a vivamos na presença de Deus.

Esta compreensão constituiu um acontecimento novo e revolucionário na história espiritual da humanidade e que não tem pa-

(1). — W. F. Albright, *From Stone Age to Christianity*. Baltimore, 1940, pg. 150.

ralelo na Antigüidade. Pois os indivíduos com os quais Deus trata na história espiritual não são buscados por sua própria causa apenas. Pelo contrário, são destinados a agir como os representantes escolhidos de tôda a humanidade. Assim quando, por exemplo, Deus estabeleceu uma Aliança com Abraão foi a humanidade tôda que compreendeu através de Abraão o significado daquele acontecimento, isto é, o fato de que a aspiração por um nível mais alto de vida não devia permanecer sempre como mera aspiração. O relato bíblico exprime êste fato dizendo que Abraão recebeu a promessa de que êle seria o "pai de uma multidão de nações" (*Gên.* 17:5) e de que em seus descendentes "seriam abençoadas tôdas as nações da terra" (*Gên.* 22:18). Essa bênção se converteria em realidade para todos aquêles que através dêle pusessem tôda a sua confiança em seu Criador. Esta certeza consistiu um considerável avanço além da religião pagã, na qual havia sempre incerteza quanto a possibilidade do devoto chegar à divindade. O homem parecia depender inteiramente do capricho ou da vontade inexcrutável dos sêres celestiais. Com esta promessa da presença divina terminou a pré-história espiritual da humanidade e a história da salvação começou.

E' conveniente dividir a história espiritual da humanidade em três períodos: a idade da preparação, a história da salvação (chamada *Heilsgeschichte* pelos teólogos alemães) e a escatologia. Como já observamos, é devido ao desafio do Espírito que o homem vive uma vida histórica. Se não existisse uma realidade transcendente teleológica com a qual o homem se defronta, êle vegetaria como os animais, não obstante a pressão sob a qual a Natureza o mantém. O Espírito lhe dá a certeza de que a existência humana tem sentido e de que o homem tem para consigo mesmo a obrigação de viver e de agir de um modo histórico. Mas ainda que a raça humana tenha tido uma história, desde o tempo em que nossos antepassados se tornaram conscientes da voz do Espírito, a existência histórica não resolve os problemas da vida. O Espírito se dirige ao homem como homem, não como indivíduo. Não é surpreendente, portanto, que não só a religião e a moral, mas também a civilização e a vida política, tenham tentado basear seu significado no coletivo. Mas é em virtude da energia espiritual operante na "história externa", isto é, da necessidade de tomar decisões, mais do que por motivos sociológicos, que o indivíduo gradualmente se tornou consciente de sua unicidade como pessoa. Desde que os homens começaram a se sentir como pessoas, a humanidade se defrontou com um problema totalmente novo. Gautama Buda, os trágico gregos, ou o Jó do Velho Testamento, para citar apenas alguns exemplos, preocupam-se todos com o fato desconcertante de que, por mais sentido que possa ter sob outros aspectos, a His-

tória por si mesma não comunica sentido à vida pessoal. Os pensadores que acima mencionamos, porém, não foram capazes de descobrir uma solução para seu problema, e em desespêro ou desafio apartaram-se da História.

E' nesta altura que a crença bíblica em uma revelação divina especial demonstra sua importância. De acôrdo com esta concepção Deus defronta o homem não apenas como Espírito, pelo qual sua mente é animada a desafiar e a dominar a natureza, mas também como uma presença pessoal que eleva a vida pessoal acima do conflito entre a mente e a natureza. Segundo a Bíblia, a primeira evidência clara da significação decisiva da presença divina encontra-se na experiência espiritual de Abraão. A partir daquele momento, esta se torna um fator constitutivo da vida humana, o qual forma dentro da história em geral um fio claramente discernível, a história da salvação. Tudo o que precede a experiência de Abraão — e como vimos, que ocorre em vários pontos da escala cronológica — constitui uma preparação. A Bíblia identifica, assim, o princípio da história espiritual com o surgimento da raça humana, mas diferencia claramente entre o período anterior a Abraão, de um lado, e tudo que o segue, de outro. A visão espiritual concedida a Abraão não foi um privilégio dado a todos ao mesmo tempo. Como São Paulo bem lembrou, "como, pois, invocarão aquêle em quem não tem crido? E como crerão aquêle de quem não tem ouvido falar? E como ouvirão sem pregador?" (*Rom.* 10:14). Em outras palavras, alguma coisa deve ocorrer na história externa para ocasionar em outros a mesma mudança espiritual. Assim, diferindo dos judeus e dos cristãos que já viveram na história da salvação por um período tão longo, muitos outros ainda pertencem à pré-história espiritual até que, finalmente, novas vistas espirituais se lhes abram, por exemplo, ao ouvirem a história da vocação de Abraão, ou quando Cristo os chama diretamente.

Encontramos aqui um dos traços característicos que distinguem a história da salvação do resto da História. Observamos que devido à universalidade da aspiração espiritual do homem fenômenos históricos semelhantes podem ocorrer, independentes entre si, em várias partes ou em tempos diferentes. Com a aliança feita com Abraão, porém, a história espiritual entrou em um novo estágio. Essa aliança é um acontecimento histórico, que como tal pertence tanto à história espiritual como à externa. O culto do Deus da aliança e a lembrança de sua revelação tornam-se portanto evidências de sua presença. Assim, ao contrário dos desafios espirituais da pré-história espiritual que se repetem constantemente, cada ato de revelação é um evento único e não-recorrente. Além disso, trazendo repetidamente aquela experiência espiritual

ao conhecimento de outros, tanto pelo contacto com os que praticam o culto como por sua mensagem, o Espírito os habilita a alcançar o nível de experiência espiritual de Abraão, desde que tenha sido adquirida a necessária receptibilidade. Aquêle acontecimento histórico tornou-se o ponto de partida de tôda uma série que culminou na vinda de Cristo. Embora seja o mesmo Espírito que opera através de tôda a história espiritual, seu modo de operação é através da história externa, desde que exista a consciência da presença divina. O povo judeu, e mais tarde os cristãos, na medida em que formavam grupos para a prática do culto, atuaram através de seu testemunho como estímulos para a aceitação da fé.

Os cristãos estão convictos de que a história da salvação atingiu seu climax na vinda de Jesus Cristo e de que êle determinou todo o curso subseqüente da história da humanidade, na medida em que as pessoas se mostraram receptivas para com aquêle evento. Embora antes de Jesus a história da salvação já tivesse implicado a certeza de que a vida pessoal tinha sentido, sua significação encontrava-se apenas no fato de que ela contribuia para a execução do plano divino da História, e assim o objetivo da vida era uma simples esperança, justificada mas ainda não realizada. Como conseqüência, a vida pessoal não atingiu seu pleno sentido no Velho Testamento; ainda vemos o indivíduo, que se torna discernível, consumindo-se sob o pêso de sua culpa ou das misérias de sua nação. O resultado é ou uma confiança em sonhos apocalípticos de um futuro ideal, ou um moralismo desafiante, que se esforça por ser bom sem consideração pelas conseqüências pessoais. Com a afirmação de Jesus de que êle era o Filho de Deus, surgiu não apenas uma concepção totalmente nova do lugar do homem no universo, mas também um novo tipo de vida pessoal, que demonstrou poder suficiente para moldar a História e para triunfar sôbre a indiferença da Natureza e da História pela vida individual. Assim ficou resolvido o conflito básico do homem com a História. Não é, portanto, surpreendente ouvir o som da vitória repercutindo por todo o Novo Testamento, e ver que a fé dos cristãos primitivos deu a centenas de gerações subseqüentes a certeza de que com Cristo vale a pena viver, e iniciar a busca de objetivos que de outro modo pareceriam impossíveis e inatingíveis.

Todavia, ao nos voltarmos para o climax da história da salvação, defrontamo-nos outra vez com o mesmo problema cronológico que encontramos ao indagar sôbre a data em que ela teve início. De um certo modo é justificável adotar uma escala cronológica pela qual nossos anos são numerados a partir do ano que, por um cálculo um tanto impreciso, foi fixado como o do nasci-

mento de Jesus. No Novo Testamento, contudo, não encontramos traço algum dessa cronologia, mas antes todo o pensamento de Jesus e de seus seguidores é determinado pelo contraste entre o "velho *eôn*" e o "novo *eôn*", ou entre "êste século" e o "século vindouro". Embora os escritores do Novo Testamento sejam unânimes em proclamar que com a vinda de Jesus a idade nova surgira, o próprio Jesus, porém, fala de seus contemporâneos como vivendo no velho *eôn*. A aparente contradição desaparece quando compreendemos que Jesus está se referindo a períodos do tempo espiritiual. E' na história espiritual da humanidade que êle opera a mudança decisiva. Mas aqui novamente o evento externo não se torna uma realidade espiritual em nossa vida, a não ser que dêle tomamos conhecimento e que aceitamos a oferta que êle implica. Para Santo Agostinho, por exemplo, o novo *eôn* só teve início em 387 A. D., quando êle se converteu, e Lutero afirmaria que, embora fôsse nominalmente um cristão desde sua infância, Cristo não se tornou uma realidade espiritual para êle antes de suas revolucionárias experiências no mosteiro de Wittenberg cêrca de 1510 A. D.

O terceiro período da história espiritual é o da escatologia, isto é, aquêle no qual o plano divino será levado à sua consumação. O Novo Testamento contém inúmeras predições de que a vida aqui na terra não prosseguirá indefinidamente como ela é, mas, ao contrário, que a própria vida de Cristo trará conseqüências por cujo efeito as condições presentes cessarão, sendo então manifesta a implicação plena da presença divina.

Os positivistas históricos levantarão objeções contra a idéia de um fim do tempo. Admitirão a possibilidade dêste mundo, ou da raça humana, virem a ser destruídos algum dia, mas observando que o processo do tempo continuará, todavia, indefinidamente. Os idealistas, por sua vez, aceitarão a idéia do fim do tempo interpretando-a, porém, como simbolizando o objetivo para o qual a história da humanidade tende constantemente sem jamais o atingir. Em nossa época, Tillich, Niebuhr e Butterfield, entre outros, afirmam com tôda a clareza essa idéia; e Karl Barth e Althaus manifestaram simpatia por ela. Segundo êles, o "fim da História" é idêntico com a decisão básica a favor ou contra Deus, com a qual os indivíduos ou grupos se defrontam em um momento ou outro de suas vidas.

Contudo, embora êstes *scholars* dêm corretamente ênfase ao fato de que a energia espiritual operante na História exige uma decisão da parte do homem, sua re-interpretação deixa escapar o verdadeiro sentido da escatologia bíblica. Todos êles partem da hipótese de que tal decisão daria sentido à vida. Êste seria o caso sòmente se a História existisse exclusivamente por causa do homem. Porém, o homem sente instintivamente que ao se empenhar na História al-

guma coisa deve ser realizada neste mundo. Êle se defronta com uma tarefa que não é de sua própria escôlha, e que deve ser realizada de modo tal que manifeste a superioridade do homem sôbre a natureza. Mas uma vez que a História se acha sob a lei da eqüalização, a experiência ensina-lhe também que nenhuma obra histórica pode ser considerada como plena realização daquela tarefa. Nenhum progresso na civilização tecnológica e na cultura jamais será suficiente para fazer do homem o senhor da natureza, e nem a vida religiosa será. Esta afirmação se aplica tanto a cristãos como a não-cristãos. Embora os seguidores de Cristo participem com êle de seu reino, sendo assim capazes de subjugar o Poder do Mal em sua própria vida e em sua vizinhança imediata, êsse Poder, entretanto, mantém um imenso domínio e manifesta-se por tôda parte neste mundo. Os cristãos não receberam a promessa de algum dia dominar completamente a natureza e subjugar o Poder do Mal. Porém têrmos como "cumprir" e "aperfeiçoar", usados no Novo Testamento em conexão com o "fim", designam a consumação de um processo ou a realização de um propósito.

Uma vez que a História é um processo em que Deus e o homem estão empenhados, o "fim" não é unilateralmente o resultado da ação humana, como é admitido pelos que o identificam com a decisão histórica, mas é, pelo contrário, o resultado de um processo no qual Deus toma a iniciativa e ao qual o homem responde. A idéia bíblica do "fim" significa que tudo o que o homem é capaz de realizar na história espiritual terá então sido feito, e que Deus suprirá tudo mais que fôr necessário para quebrar completamente os poderes do mal. Assim, as descrições do fim, apresentadas no Novo Testamento, caracterizam-no menos como a terminação gradual ou catastrófica da vida histórica, do que mediante novas ações divinas na História, tais como a "Vinda do Filho do Homem em glória". Por isso o "fim" é ao mesmo tempo um novo comêço: o evento mediante o qual o mundo em que vivemos está sendo elevado a um nível mais alto ao estar sendo transformado em um "novo céu" e uma "nova terra". Ao contrário do estoicismo, o Novo Testamento não ensina que no fim Deus destruirá tudo o que foi criado de modo que todo o processo da cosmogonia tenha de começar novamente. Antes, o "fim" é uma condição na qual as criaturas feitas por Deus acabarão sendo libertadas do domínio que no presente as fôrças do mal exercem sôbre elas.

Com êste conceito do "fim do tempo" a concepção cristã da História contrasta notàvelmente, por exemplo, a idéia de progresso na qual, em virtude da alegria que o homem experimenta em sua atividade, a História é considerada como tendo duração indefinida sem jamais atingir um objetivo. Seria interessante saber por quanto tempo esta atitude trará satisfação ao homem moderno. Não é

muito surpreendente que os norte-americanos, que gostam de oportunidades ilimitadas, se enamorem dessa idéia porque ela comunica o sentimento de fôrça inexgotável. Mas ela perderá seu atrativo quando uma séria frustração se apresentar na História.

Para os escritores do Novo Testamento, o fim do tempo foi pré-figurado e assegurado na Ressurreição de Jesus. Êles viram naquele acontecimento a manifestação da completa vitória do Espírito sôbre o mundo externo. As situações do passado nas quais o poder da história espiritual fôra capaz de afirmar-se na história externa, apareceram então como o comêço de um processo que será finalmente levado a um glorioso têrmo. Uma vez que o Cristo ressurrecto não se retirou dêste mundo, um número sempre maior de pessoas participará de seu poder espiritual. Assim como seu ministério também tinha feito parte da história externa, êle agora dela participa reinando sôbre ela, isto é, fazendo-se sentir como o fator da História que ninguém pode ignorar impunemente.

As coisas já mudaram radicalmente desde os dias em que Jesus andou pelas montanhas da Palestina. O poder do Espírito tornou-se um fator ativo e decisivo na História mediante sua presença no corpo de seguidores de Jesus, isto é, nas várias igrejas e denominações. Quão completa foi a mudança trazida por êste fato para a posição do homem neste mundo, vê-se mais claramente no campo da filosofia e da moral. Em sua busca da verdade nenhum pensador moderno pode ignorar a posição cristã, sem com isso renunciar à profundidade e a amplitude de que é capaz o pensamento humano. Transformações semelhantes se deram nas esferas da vida política e social. Em todos êstes casos não se trata de simples inter-relação entre dois campos históricos. Em relações puramente externas os efeitos de um contacto perduram por algum tempo e extinguem-se depois, enquanto que a história de quase dois milênios demonstrou que o impacto de Jesus sôbre a história humana é para sempre um impacto determinativo. As evidências de seu impacto indicam a direção na qual a História está se movendo desde então, a despeito de aberrações e oposições temporárias, e elas apontam para o objetivo final: a cidade celeste estabelecida na terra, à qual levarão a glória e a honra de tôdas as nações (*Apos.* 21: 26). E' em virtude desta perspectiva que a concepção bíblica da História se revelou como uma fonte inexgotável de iniciativa histórica e de coragem. Com uma tal fé muitos puderam tomar a sério o poder do mal neste mundo sem jamais perder a coragem, porque tinham a certeza de que a voz do Espírito não era pensamento vão. Por isso "O Espírito e a Espôsa dizem: Vem" (*Apoc.* 22:17).

OTTO A. PIPER
Professor de Literatura e Exegese do Novo Testamento no Seminário Teológico de Princeton (Estados Unidos).

ORIGENS DA CIVILIZAÇÃO EOLO-JÔNICA.

Comentários sôbre Homero e Tales de Mileto.

À memória do Prof. Agliberto Xavier.

A História, mormente a da Antigüidade, não pode ser considerada como definitiva. A apreciação dos fatos, à luz das novas descobertas, tem de modificar-se e aperfeiçoar-se freqüentemente, para que a verdade se apure e ganhe maior relêvo, mesmo dentro da massa das contradições irremediáveis. Assim afirma Vignaud: dezenas de vêzes já se escreveu a história da Grécia e de Roma, e ainda o será muitíssimas outras, não para que lhe sejam acrescentados fatos inéditos, mas tendo-se em vista provar que êsses fatos devem ser encarados de outra maneira, o que resulta em conclusões diversas das admitidas anteriormente.

Do mesmo modo se deve olhar o caso das biografias. E' certo que não poderei trazer nenhuma contribuição, ainda desconhecida, para melhor esclarecimento das vidas de Homero, ou de Tales. Mas, as descobertas que, a partir de 1900, se realizaram acêrca da civilização cretense permitem, a meu ver, o reestudo dos subsídios, já conhecidos, por um prisma um tanto diverso, e certamente bem mais interessante. Por outro lado, os progressos da egiptologia firmaram algumas novas conclusões, que se não devem também esquecer, ao analisar as próprias descobertas atribuídas a Tales de Mileto. Cabe-me, pois, traçar êste ligeiro ensaio, respeitando sempre, tanto quanto possível, as normas da orientação moderna.

* * *

Louvando-se, principalmente, nas memoráveis descobertas realizadas, na ilha de Creta, por Sir Arthur Evans e outros ilustres arqueólogos, publicou, em 1923, Gustavo Glotz, uma síntese histórica da *Civilização Egeana* que, no gênero, é a obra mais impressionante e instrutiva do corrente século. Glotz, com efeito, conseguiu reanimar, neste luminoso trabalho, tôda a civilização cretense, desde as suas enigmáticas origens, até o aniquilamento definitivo, pelos invasores dóricos.

Como hoje está provado, a civilização em Creta principiou na idade neolítica, demonstrando êste fato que o seu povoamento foi muito posterior ao de outras regiões da Terra, e, ao demais, que êsses ocupantes, quando aí chegaram, já haviam conseguido relativo progresso cultural. A procedência de tais elementos é ainda muito obscura, sabendo-se, entretanto, que eram dolicocéfalos, do tipo mediterrâneo.

Embora a civilização dos povos danubianos, a uns 3500 anos antes da éra vulgar, já houvesse alcançado a Macedônia e a Tessália, desenvolvia-se, porém, sem nenhum contacto com a população insular. Entre ambas, permanecia o Peloponeso inteiramente deserto.

Alguns séculos depois, houve, todavia, na Egêida, um grande movimento migratório. As ilhas povoaram-se de bandos vindos do Oriente, ainda que nem todos fôssem da mesma origem, pois apareceram, então, muitos homens de cabeça redonda, característica dos asiáticos, que se misturavam com os dolicocéfalos. Seriam êsses invasores os cários, às vêzes também chamados lelégios, mau grado os gregos, mais tarde, dessem o nome de pelasgos a todos os povos que habitavam as ilhas e a própria península, antes de suas irrupções.

Não é fácil precisar a questão das datas. Mas, segundo o ilustre Hrozný, na sua *História da Ásia Anterior*, em um texto geográfico, encontrado em Assur, e que enumera as conquistas de Sargão, acham-se expressamente indicados o *país do chumbo* e o país de Kaptara, regiões que existiam no *Mar Superior*, o Mediterrâneo de nossos dias.

Kaptara é o mesmo *Kaphtor* do Antigo Testamento, nome da ilha de Creta, como se aceita hodiernamente.

Na opinião de Hrozný, Sargão teria, realmente, conquistado esta ilha e, talvez, também, as célebres minas de chumbo e prata, existentes no monte Laurion, situado na Ática. A seu ver, as inscrições cretenses (cuja tradução estava procurando realizar) atestam a grande influência de Babilônia sôbre a ilha, em épocas remotas, de vez que, entre os nomes geográficos insulares, existem diversos de origem babilônica e amorriana. Como se sabe, entretanto, Sargão viveu, aproximadamente, no ano de 2400, antes da éra corrente, sendo considerado o grande herói nacional dos semitas de Babilônia, por ter fundado o poderoso império de Akkad.

Seja como fôr, a verdade é que, alguns séculos mais tarde, um pouco antes do ano de 1900, quando os aqueus ou aqueanos, de origem européia, fizeram sua aparição na Tessália, o império dos *Minos* se estendia por tôda a bacia oriental do Mediterrâneo.

"A simples lista das cidades que tomaram o nome de Minoa, escreve Gustavo Glotz, indica-nos, em conjunto, a extensão do império minoano; sua situação geográfica designa-as, ao mesmo tempo, como pontos de apôio de navegação e como feitorias. Havia duas Minoas na própria ilha de Creta, e havia outras, também, nas ilhas de Delos, de Amorgos, Paros e Sifnos; havia uma na Lacônia e outra no fundo do gôlfo Sarônico; havia Minoas desde a costa síria até a Córcira e a Sicília. Nestes limites, muitas cidades, cujos nomes terminados em *nto*, como labirinto, ou em *sso*, como Cnosso, pertencentes a uma língua pré-helênica, eram visitadas ou ocupadas pelos minoanos. Estavam êles fortemente estabelecidos em todo o istmo da Argólida, de Tirinto e Corinto. Sôbre a costa oriental da Ática, a planície de Maratona, de Probalintos a Tricorintos, conserva sempre a lembrança do Touro cretense, e o seu próprio nome permanece, talvez, no primeiro dos aludidos burgos".

Por êste motivo, conclui Gustavo Glotz que o primeiro império marítimo, a primeira *talassocracia* a surgir sôbre a face da Terra foi a estabelecida pelos cretenses, cujos barcos alcançavam o Egito e subiam o Nilo, onde os insulares, durante séculos, tiveram o nome de *Kefti*, que lembra o *Kaphtor* dos israelitas.

A propósito dos primitivos habitantes da Egeida, Heródoto e Tucídides ainda conseguiram colhêr algumas informações, na verdade muito sucintas e imprecisas, mas que, diante das descobertas do corrente século, ganharam, pelo menos, uma significação interessantíssima.

Conta-nos Heródoto que

"tanto quando podia julgar, por ouvir dizer", em épocas remotas os cários "eram súditos de Minos, e quando ainda tinham o nome de lelégios, habitavam as ilhas, e nenhum imposto pagavam". — "Mas, quando Minos solicitava, explica o historiador, êles constituiam as equipagens de seus navios. Ora, como Minos havia dominado muitas regiões e era feliz na guerra, os cários constituiam, nessa época, a mais afamada de tôdas as nações".

E depois de alguns comentários sôbre os inventos dessa gente, acrescenta Heródoto a seguinte e curiosa observação: "Eis o que os cretenses referem a respeito dos cários", significando êste esclarecimento que, ainda na época do historiador, os insulares conservavam bem viva a memória de glórias antiqüíssimas, já agora tão brilhantemente comprovadas.

Tucídides e Aristóteles repetem, ou confirmam os conceitos de Heródoto, sendo de notar, todavia, que, em face do que ficou exposto, atualmente já não se pode compreender haja sido *Minos* o

nome de um só rei; seria, antes, êste vocábulo a designação dos dinastas cretenses, pelo menos durante vários séculos.

* * *

Acredita-se que a invasão aqueana se haja verificado, provàvelmente, no ano de 1926 a. C., época aproximada em que os hititas dominaram Babilônia e os proto-latinos se encaminharam para a península itálica.

Foi um acontecimento de conseqüências extraordinárias para o futuro da civilização ocidental. Os moldes em que devo vazar o presente trabalho não me permitem, porém, descer a pormenores no exame de tão remoto passado. O resumo que procurarei apresentar, baseado principalmente na belíssima síntese de Gustavo Glotz, dará, contudo, idéia aproximada dos fatos principais, o que me parece indispensável para a compreensão das origens da grande aurora do porvir: a civilização eolo-jônica.

Não quero com isto dizer que os pontos de vista aqui expostos sejam completos e definitivos. Nestas questões, tudo se mostra ainda bastante nebuloso e problemático. O que agora parece verdadeiro e lógico, poderá, um pouco mais tarde, tornar-se indigno de atenção, dependendo a sorte de muitas idéias de pesquisas mais felizes e das novas descobertas. Afastamo-nos tão ràpidamente das noções do glorioso Schliemann, que já não nos cabe o direito de fazer qualquer afirmação com caráter dogmático.

Passarei, pois, à narração dos acontecimentos. Ao que se acredita, as primeiras hordas de aqueanos, que penetraram na península, não eram muito compactas; seriam, pelo contrário, grupos numerosos, mas relativamente fracos, não fôra, talvez, a compleição vigorosa de seus homens, o rude espírito conquistador de que estavam possuídos e, sobretudo, a superiodidade de suas armas. Êstes grupos não estavam sujeitos a um comando geral. Em tais circunstâncias, se os povos mediterrâneos foram militarmente vencidos em pouco tempo, esta minoria de guerreiros, ditos nórdicos, havia de acabar absorvida e assimilada pela civilização superior que, pouco a pouco, os envolveria.

Assim, portanto, se a primeira fase da invasão se caracterizou pelo traço de incêndios e barbaridades, terminadas as lutas, em pouco tempo se iniciaram as reconstruções, voltando, mesmo, muitos dos inúmeros fugitivos às suas antigas terras. Por outro lado, lugares até então desertos foram ocupados pelos aqueanos, sobretudo na Argólida, em tôrno de Micenas, que, desde logo, adquiriu importância especial. Os domínios dos indo-europeus estenderam-se, destarte, da Tessália ao Peloponeso, compreendendo, além disto, a Ática e a Beócia. Mas, em suas conquistas, não se detiveram os aqueanos no continente; daí passaram ao arquipélago das Cícladas,

a começar pela ilha de Melos. Foi, aliás, por intermédio dessas ilhas que a civilização cretense pròpriamente dita pôde, a princípio, reagir mais fortemente sôbre os novos senhores da península, embora tal reação só se tenha verificado, a rigor, depois de uma prolongada fase preparatória.

* * *

Durante êste longo período, também na ilha de Creta se operaram profundas modificações. Por volta do ano de 1750, houve uma verdadeira catástrofe; possìvelmente, uma profunda revolução, determinada ou propiciada por fortes abalos sísmicos.

Ao cabo de meio século de transição, começou, enfim, uma segunda fase de hegemonia, com uma nova série de dinastas, que introduziram um outro tipo de escrita — uma escrita linear, na qual diversos sinais derivavam de hieróglifos mais antigos que os do período anterior. Fôra provàvelmente vencida a minoria étnica, que dominara até então. Durante esta nova fase, que veio a ter a duração aproximada de trezentos anos (1700-1400), a civilização de Creta atingiu, sem nenhuma dúvida, o seu verdadeiro apogeu. Os velhos palácios de Cnosso e Festos foram reconstruídos. Acumularam-se as riquezas, e as artes e indústrias floresceram em tôdas as cidades. O ferro, ainda muito raro, começou a ser usado como metal precioso. Êste grande surto de progresso verificara-se, todavia, sem que houvesse ainda unidade política. Muitos dentre os palácios insulares rivalizavam, então, com o "labirinto" de Cnosso, que em 1580 foi, mais uma vez, assaltado e saqueado.

Com o correr dos anos, porém, Cnosso conseguiu assumir uma ascendência incontrastável. Seus tesouros e arsenais aumentaram consideràvelmente, e os resultados dêste acúmulo de riquezas e fôrça não se fizeram esperar: durante um período de mais de meio século, e pelo menos até 1400, o domínio de tôda a ilha pertenceu-lhe inteiramente. Tornou-se Minos o verdadeiro Rei e Grande Sacerdote. Como já não havia fortificações rivais, que se pudessem opor à sua onipotência, diz Gustavo Glotz, as defesas do capital foram inteiramente esquecidas; como garantia contra possíveis ataques do exterior, Minos confiava, naturalmente, em sua grande frota.

Com a hegemonia minoana, as artes e as indústrias ganharam um novo estilo — o *estilo do palácio,* e assim o naturalismo espontâneo que, até então, dominara por tôda a parte, se esquematizou, perdendo a audácia genial que o caracterizava. Criou-se uma escrita para uso exclusivamente administrativo. Trabalhavam todos para o Rei e para a aristocracia, dentro de uma organização oficial autoritária, vício inevitável de todos os regimes teocráticos.

Charbonneaux, em sua obra *A Arte Egeana*, caracteriza nìtidamente êste período com os seguintes comentários:

> "Relações cada vez mais freqüentes aproximavam Creta do Egito; o príncipe de Cnosso, inebriado com a sua própria glória e com suas riquezas, sente divinizar-se e quer rivalizar em magnificência com os faraós. Pela primeira vez, um constrangimento vai pairar sôbre a arte cretense. Os pintores já não se poderão entregar à própria inspiração; ser-lhes-ão impostos assuntos; a rijeza oficial retesará as pernas e curvará o dorso do próprio príncipe, dos dignitários e dos portadores de oferendas, que, nos cortejos solenes, alternam com as sacerdotisas e com os músicos de vestes talares".

Esta supremacia de Cnosso decorreu, naturalmente, de sua privilegiada posição geográfica para o comércio da época. Sabe-se que, desde remoto passado, os insulares mantinham ativas e rendosas transações com o Egito. Pois bem, em 1700, quando tornaram à antiga prosperidade e, por conseqüência, de novo se encontraram em condições de intensificar o tráfego marítimo e o intercâmbio com o estrangeiro, o grande mercado do sul achava-se pràticamente fechado, sob o domínio dos Hicsos.

Só em 1580, quando a décima-oitava dinastia egípcia restabeleceu a unidade do império, puderam os cretenses, pouco a pouco, retomar o caminho do Nilo. Foi justamente nessa época que os "engenheiros" insulares construiram o admirável pôrto na ilha de Faros, obra sem par, na Antigüidade. Antes disto, porém, não podiam permanecer inativos os marinheiros cretenses, mesmo porque, para sua "mátria", as trocas comerciais com o exterior eram realmente indispensáveis. Acredita-se que os cretenses consideravam a ilha como a grande mãe comum, sua verdadeira "mátria", adorada, a princípio, como o grande fetiche, e mais tarde endeusada, transformando-se, então, na *Magna-Mater*, cujo culto se veio metamorfoseando, através dos séculos.

Nessa época, como no passado, iam os cretenses à Cirenaica, a Chipre, à Síria; fundaram colônias e feitorias em portos distantes, no Oriente e no Ocidente; espalharam-se, enfim, no Mediterrâneo, em todos os quadrantes, mas foi, sobretudo, com os domínios aqueanos que, então, estabeleceram extensas e profundas relações.

* * *

Ao findar o século XVII, a Argólida sofreu completa transformação. Tudo aí se cretizou. A agricultura, as artes, as indústrias e até mesmo a religião dos insulares transportaram-se intensivamente para a península, dominando por tôda a parte. Mas não

se tratava de uma invasão militar, ou de um grande movimento migratório. Era, apenas, a onda avassaladora de civilização, que, nas circunstâncias já indicadas, teria de observar-se, mais cêdo ou mais tarde, nesta direção.

Os chefes aqueanos, embora ávidos de luxo e de novidades exóticas, conservaram, por muito tempo, quase tôdas as suas características e os seus rudes e bárbaros costumes. Senhores dos lugares elevados, espreitavam os caminhos freqüentados pelos mercadores estrangeiros, e só lhes premitiam a passagem mediante ricos presentes, cobrados como verdadeiros impostos. Ao construirem seus palácios e túmulos, recorriam, como senhores do feudo, à corvéia, isto é, exigiam a colaboração gratuita dos servos para o transporte dos enormes rochedos e dos outros materiais.

A misteriosa construção dessas muralhas enche-nos de assombro e piedade; compaixão por êstes infelizes escravos e servos obrigados a esforços mais que humanos para colocarem em seus lugares blocos ciclópeos, geralmente com três ou quatro toneladas, sem falar nos mais raros, de dez ou quinze mil quilogramas. Uma das grandes pedras da entrada do chamado "Tesouro de Atreu" deve pesar, aproximadamente, cento e vinte toneladas!

Os reis e a aristocracia empregavam o tempo em combates e *razzias*, e gostavam, sobretudo, das armas de alto valor e dos carros luxuosos. Quando aprenderam a usar os navios, tornaram-se piratas, e saíam freqüentemente a roubar bois e mulheres. O ouro os fascinava, para com êle poderem adornar suas armas e seus valhacoutos, onde, nas horas de paz, viviam em festas intermináveis.

Grande palácio se ergueu na acrópole de Micenas. Em Tirinto, numa elevação insignificante, em meio dos campos, ainda se podem ver as ruínas da espantosa fortaleza. Construídos, embora, segundo o tipo continental, suas paredes internas foram entregues aos artistas cretenses, que as cobriram de pinturas, representando cenas de combates e caçadas, naturalmente de acôrdo com as ordens dos chefes militares. E como a riqueza de tais palácios aumentava dia a dia, crescia dia a dia a população parasitária, ou servil. O perímetro fortificado de Tirinto, por isto mesmo, houve de ampliar-se várias vêzes.

Os antigos túmulos de Micenas conservaram até nossos dias os ossos dos primitivos príncipes aqueanos, e Schliemann ainda os encontrou com as suas máscaras de ouro, com os seus ricos e artísticos punhais, longas espadas a par de pesados colares, e belíssimos copos de ouro e de prata.

Esta civilização creto-miceniana parece ter-se iniciado em 1600, perdurando, aproximadamente, até 1400. A princípio, a influência dos minoanos se exerceu, sobretudo, nos portos marítimos. As cos-

tas do Peloponeso recebiam freqüentes visitas dos navios cretenses, e é mesmo certo que, em muitos pontos, os negociantes insulares criaram depósitos ou sucursais. Pouco a pouco, entretanto, as regiões centrais da península foram sendo absorvidas pela mesma civilização mista. Ainda que por terra o progresso se mostrasse mais lento, não deixou de ser, por isto, regular e contínuo. Em breve, a Coríntia tornou-se mais próspera do que nunca, e afinal, a vizinha Ática foi inteiramente conquistada. O afastado palácio de Tebas, na Beócia, conservou, até nossos dias, o atestado dessa benéfica influência, demonstrando objetivamente os trabalhos dos artistas e arquitetos cretenses. Em 1450, à própria Tessália, até junto das encostas do Olimpo, já chegavam os vasos de estilo miceniano ou cretense!

* * *

À medida que o tempo se fôra escoando, a influência dos minoanos tornara-se mais tênue, ou mais superficial. A crescente expansão dos domínios dos indo-europeus, ao que parece, acabou por esgotar o pequenino mundo cretense. Por outro lado, os aqueanos, cada vez mais ricos e mais fortes, julgaram-se em condições de agir por conta própria e desprezar os antigos mestres. Tudo haviam copiado. A própria técnica naval, já não constituia segrêdo para êles, que, no entanto, ao chegarem à península, desconheciam o próprio mar! Praticaram-na, a princípio, exercendo a pirataria. Mais tarde, reconhecendo, em certos casos as vantagens das transações pacíficas, partiam regularmente de Pilos, para adquirirem o ambar, através do Adriático.

> "Cretenses e aqueanos, esclarece Gustavo Glotz, então se associaram, reunindo sua ciência da navegação e os conhecimentos geográficos. Mas o momento chegou em que os povos se cansaram de pagar tributos à talassocracia cretense. Os micenianos já não tinham tanta necessidade de intermediários para transportar seus vasos ao Egito, e sobretudo através dos mares ocidentais. Por seu turno, os faraós julgavam de seu interêsse político e comercial dispensar os *Kefti* para entrar em relações diretas com os povos do "contôrno". Os reis micenianos receberam, por diversas vêzes, objetos de vidro e de faiança, marcados com os cartuchos de Amenofis III (1415-1380), e responderam com a remessa de belíssimos vasos. Êstes presentes são verdadeiros documentos da história diplomática. Anunciam um acontecimento considerável: a sublevação do mundo miceniano contra Creta, que o convertera e transformara; seria o contra-golpe que destruiria o poder de Cnosso".

Depois que se instalara a supremacia dos Minos, os sitemas de defesa da ilha, como já disse, foram inteiramente esquecidos: os

grandes reis confiavam a defesa ao mar e à sua soberba frota. Mas, agora, os chefes aqueanos dominavam os portos, e os navios cretenses, em viagens comerciais, viviam dispersos pelo Mediterrâneo. Ser-lhes-ia, pois, facílimo aniquilar os concorrentes, desde que o golpe fôsse traiçoeiro e fulminante, tal qual sempre sorrira à sua mentalidade...

Em 1400, aproximadamente, foi desfechado contra a ilha o terrível e inesperado ataque. O palácio de Cnosso, incendiado, arruinou-se talvez em algumas horas. Os salteadores só não saquearam o que ficara oculto pelo desmoronamento das paredes. As escavações e as pesquisas vieram provar que, até a véspera do assalto, a vida administrativa transcorrera normalmente, sem que houvesse a mínima suspeita, o mais leve receio do perigo que se aproximava, o menor preparativo para a resistência...

A deliberação dos aqueanos não era, porém, conquistar apenas Cnosso, mas subjugar definitivamente tôda a ilha. Tão generalizada foi a onda de destruição que Evans chegou a atribuí-la a uma revolta da plebe contra o regime monárquico. Glotz, entretanto, recorda que, depois dêstes trágicos acontecimentos, nunca mais os documentos egípcios mencionaram os *Kefti*... Além disto, não se poderia negar o aparecimento de uma nova população na ilha, porquanto, nos sarcófagos, repentinamente, os crânios braquicéfalos dos nórdicos se tornaram mais freqüentes do que os dolicocéfalos. Também, pela primeira vez, apareceram na ilha as casas do tipo europeu e a arquitetura funerárias passou a usar os túmulos de cúpula e as câmaras rupestres, com as características da civilização mista da península.

A decadência da civilização minoana fôra definitiva. Sujeita ao domínio estrangeiro, o remanescente da antiga população, depois das tremendas matanças e grandes migrações, passou a vegetar em plena miséria.

Há um fato, contudo, que deve ser pôsto em relêvo: vários grupos, mais ou menos numerosos, da população insular, para fugir ao domínio escravizante dos novos senhores, refugiaram-se, talvez, nos recantos montanhosos do interior da ilha e, aí instalados, não desprezaram seus hábitos intelectuais, continuando a usar os velhos sistemas de escrita e a cultivar, naturalmente, as suas velhas tradições religiosas. Esta feliz circunstância tem, a meu ver, uma significação que não se deve deixar no esquecimento, dadas as suas conseqüências longínquas.

* * *

Há, na civilização insular, um aspecto ainda mal estudado, que, apesar disto, deve merecer-nos, pela sua importância, um interêsse

especial: é o espírito missionário de sua religião. Faltam, indubitàvelmente, dados preciosos em que se possam basear cogitações seguras sôbre assunto de tal relevância, mas notam-se, pelo menos, muitas tradições curiosas, que não devem ser olvidadas. Nem sempre, essas lembranças são puras fábulas, sem fundamento.

Embora resumidamente, antes de examinar as conseqüências da conquista da ilha de Creta pelos aqueanos, tentarei demonstrar que os primitivos e principais criadores e propagadores da civilização cretense foram os representantes de certas organizações, de origem e natureza obscuras, associadas, porém, desde muito cêdo, ao culto da *Magna-Mater* e das outras divindades insulares, como se depreende do próprio hino a "Apolo", atribuído a Homero.

Antiqüíssimas reminiscências, fixadas pelos historiadores gregos, relatam-nos, a respeito dessas "confrarias", dados interessantes, cujo exame pode, hodiernamente, produzir curiosos esclarecimentos.

Que nos dizem tais lendas? Falam-nos, por exemplo, em "colônias de sacerdotes", chamados *Coretas,* que se vieram estabelecer na Grécia, sob as ordens de Deucalião. Falam, também, dos *Cabiros,* orientados por Cadmo. Referem-se ainda aos *Coribantes* e *Dáctilos,* êste últimos descendentes dos *Coretas*...

Ora, as aludidas tradições, sob certos aspectos, já estão de algum modo esclarecidos. Segundo Diodoro Sículo, dentre tôdas essas confrarias, ou *thiasos* — para usar o têrmo pré-helênico que as designava — a mais antiga era a dos *Dáctilos,* cretenses de origem, embora, como acima referi, algumas vêzes os filiassem aos *Coretas.*

A dúvida, entretanto, acha-se desfeita, porque já agora se acredita na origem cretense dos *Coretas,* de forma que a confusão entre as duas confrarias parece perfeitamente explicável. Aliás, confusão semelhante se observa em outros casos e, como veremos, justamente sempre pelos mesmos motivos.

Os *Dáctilos* mais conhecidos eram os do monte Ida, da Ásia-Menor, mas tinham indiscutível ascendência cretense. Também da Ásia Menor eram os *Coribantes,* mas êstes de tal forma se confundiram com os *Coretas,* e de tal maneira se associaram ao culto da *Grande Mãe,* que a sua origem cretense se torna quase indiscutível. Mais ou menos o mesmo também se poderá afirmar dos *Cabiros* da Samotrácia, de Lemnos e da Beócia, os quais, em muitos casos, se confundiam inteiramente com os *Coribantes.*

Houve tempo em que se fêz grande alarde da influência cultural da Fenícia, a ponto de se pretender referir-lhe os elementos principais da civilização minoana. Esta época passou. A propósito, Gernet e Boulanger, em seu livro *O gênio grego na religião,* baseados em modernas pesquisas, puderam firmar as seguintes noções:

"A ação dos fenícios será possível, mas em época posterior. E a influência que lhes atribuiam, em matéria de religião, reduziu-se bastante com o progresso das descobertas, ou dos estudos: a penetração fenícia não parece atestada em certos cultos da Grécia própria, na Arcádia, ou na região de Corinto, onde acreditaram reconhecê-la; os *Cabiros*, divindades da Samotrácia, devem realmente o seu nome ao semítico, mas como tradução de um nome indígena, e seu culto se mostra essencialmente egeano-asiânico". — "Quanto a Cadmo, já não mais o fazemos fenício...".

Que dizer dos *Telquinos* de Rodes? Apenas lembraremos que, segundo se acredita, muito cêdo os cretenses dominaram a ilha e fundaram as três cidades principais, Ialisos, Camiros e Lindos, além de outros burgos. Existem, de resto, tradições que apresentam os *Telquinos* como originários da ilha de Creta e dão mesmo a esta ilha o nome primitivo de *Telquínia*. Ainda em Creta e na Lícia houve outras confrarias do mesmo gênero, porém menos famosas.

Aceitável ou não a origem puramente cretense destas sociedades ou *thíasos* pré-históricos, o certo é que a maioria — e justamente os principais e mais antigos — surgiu na ilha dos minoanos. Que papel, entretanto, desempenharam tais "confrarias"? De conformidade com Gernet e Boulanger, foram os *Coretas* e *Coribantes* que permaneceram mais vivos na imaginação da época histórica, e houve, até, já nesta quadra, associações com idênticos nomes.

O caráter destas duas confrarias — as primitivas — como o de tôdas as congêneres, que parece mais essencial e que, ao mesmo tempo, é o mais genérico, está nas suas estreitas relações com as origens da magia, de fundo fetichista. Isto significava, a princípio, para o mundo egeano, que os membros de tais agremiações se dedicavam aos trabalhos metalúrgicos.

Esta fama lendária aproxima extraordinàriamente todos os grupos. Os *Coretas* inventaram o bronze... Os *Dáctilos* foram os primeiros a trabalhar o ferro... Os *Telquinos*, por sua vez, teriam sido os primeiros a lidar com o bronze e com o ferro... E' fato, entretanto, que estas organizações surgiram, talvez, muito antes de se conhecer o ferro, no Mediterrâneo.

"De modo geral, comentam ainda Gernet e Boulanger, é-nos permitido reconhecer corporações dentre as quais, algumas, como a dos Telquinos, têm acentuado caráter de sociedades mágicas, especialmente votadas ao trabalho dos metais, e "zelosos" (é o seu qualificativo habitual) de seus segredos de ofício, ao passo que os Coretas, por exemplo, embora sendo grandes metalurgistas, acusam antes o aspecto de confrarias de dançarinos. Mas é natural que estas imagens míticas sejam mais ou menos especiais. Além disto, entre os Coretas, vê-se

bem que há um laço prendendo duas atividades. Êles dançam armados; a fabricação das armas de metal, em todo êste fundo lendário, é um tema importante: assim, os Telquinos fabricam armas de deuses, entre outras a *harpé* pré-histórica, com a qual Cronos mutilou seu pai Urano. Os Coretas inventaram a pirriquia, que é uma dança armada. São, por excelência, os *Chalkáspides*, os *escudos de bronze* e, como tais, o protótipo mítico dêsses homens de bronze que surgiram da terra, nas lendas de Cadmo e de Jasão — transposição de um tema de autoctonia, do qual uma forma ainda mais primitiva aparece no mito de Deucalião e no da criação dos primeiros homens, depois do dilúvio".

Em última análise, estas corporações foram — a princípio — sociedades de mineiros e metalurgistas, dedicados à feitiçaria e extremamente zelosos dos segredos de sua arte. Os membros dêstes *thíasos* só transmitiam seus conhecimentos técnicos aos próprios filhos, ou "iniciados", bem como os títulos que, por ventura, houvessem adquirido. Nestas circunstâncias, querendo eternizar a fama ou a glória de um antepassado, nada mais natural do que lhe conservarem o nome, aplicando-o aos descendentes.

Só assim se poderá explicar a existência de um Orfeu no tempo de Danaus e um Orfeu argonauta, fato que se repete com outros nomes célebres da mesma categoria. Autores há que julgam o "orfeismo" doutrina relativamente moderna no mundo grego. De fato, o "orfeismo" metafísico está em completa oposição aos conceitos primitivos, que dominavam o velho espírito helênico. Existem, entretanto, "hinos órficos" aos quais não seria lógico recusar enorme antigüidade. Como disse, o nome de Orfeu parece não ter pertencido a uma só personalidade, mas a vários membros de uma organização pré-sacerdotal que, talvez, durante séculos, se tornaram célebres pelos benefícios às primitivas populações das ilhas e da península. Diodoro apresenta-o, aliás, como discípulo dos *Dáctilos*. A Antigüidade consagrou-o como inventor de mistérios religiosos e pai da poesia, gozando alguns dos velhos hinos, que lhe eram atribuídos, do poder de operar certas curas. Mas o que não seria lógico é que se emprestasse a prerrogativa de "pai da poesia" a um herói do VI século...

Várias outras personalidades, pertencentes também a um período nebuloso e indiscriminado, possuiram características muito semelhantes as de Orfeu. Museu, por exemplo, também foi poeta, adivinho e curandeiro. Outro herói mitológico, cuja fama ecoava desde os tempos remotos, chamou-se Melampo. Êste aprendeu com as serpentes a arte da profecia e a Odisséia ainda se refere a um descendente de sua "nobre raça".

E' indubitável que muitos povos, na fase fetichista de sua evolução, consagravam as serpentes como o símbolo da astúcia e da

magia, ou as empregavam na prática de várias superstições. No caso de Melampo, as origens de sua arte divinatória deviam estar ligadas ao culto da *Magna-Mater*. Primitivamente, com efeito, a serpente, ao que parece, representava a própria divindade cretense e, talvez por isto, nunca se pôde compreender a deusa sem êste asqueroso complemento.

Vários representantes dêstes velhos *thíasos* têm sido definidos como fundadores de mistérios; outros, como heróis civilizadores, e parece haver certo fundamento para tais afirmativas. E' claro que a associação de tais elementos às cerimônias religiosas não podia ter-se estabelecido, de início, com tôdas as características, que mais tarde apresentou. E' possível, aliás, que a êstes *devotos* se devam os primeiros esboços de "divinização" da *Grande Mãe*, pois as suas raízes mais fundas deviam firmar-se no fetichismo.

A Dictina cretense era a representação teológica do grande fetiche primordial: a Terra. Deviam, pois, os mineiros primitivos preocupar-se em prestar-lhe culto especial, êles que ousavam rasgar, no seu próprio corpo, profundas galerias, em busca de minérios. Transformavam-se, de algum modo, em verdadeiros sêres ctônios... As cavernas eram lugares sagrados, e êles se viam transformados em criadores de cavernas!... Talvez haja fantasia em tais conceitos, mas a verdade é que os membros de alguns dêsses *thíasos*, como já ficou dito, foram os criadores da "dança armada", ou melhor, da "dança das armas metálicas", do mesmo modo por que foram, sobretudo, os *chalkáspides*, os *escudos de bronze*. Havia, certamente, nestas danças, um fundo de hoplolatria, o culto fetichista das armas; percebe-se, porém, que consagravam assim os seus trabalhos à deusa, a cujos castigos poderiam expor-se, como profanadores.

Segundo as tradições, os *Coretas*, que receberam dos gregos êste nome porque continuavam a usar vestes femininas (de *Choré*: vírgem), foram também, os iniciadores do cultivo da vinha e da oliveira, fatos que apontam, sem dúvida, a sua verdadeira origem cretense.

Com os *Coretas* se confundiam os *Cabiros*. Também êstes celebravam os mistérios da *Grande Mãe*, por meio de Cânticos e danças religiosas, e julga-se que as sagradas orgias dos tempos históricos já se realizavam em épocas remotas, como cerimônias do culto de algumas divindades egeanas. E' fato, por sinal, bem provado, que a videira era uma das plantas mais cultivadas na ilha de Creta. Glotz diz mesmo que se foram encontrados, nas ruínas de Micenas e Tirinto, resíduos de vinho e pedúnculos de cachos de uvas, não coube, contudo, aos aqueanos, imaginar os têrmos que designavam,

em sua língua, a vinha e o vinho — *oinos*. Também o têrmo *bótrys*, cacho de uvas, era pré-helênico.

Segundo Filão de Biblos, tradutor de Sanchoniathon, foram os *Cabiros* os inventores da arte de navegar, e os seus descendentes descobriram os recursos para curar as mordeduras das serpentes venenosas, as virtudes das plantas e os cânticos mágicos e sagrados para tratar as doenças. Ao que se depreende, a devoção extremada levou, pouco a pouco, essas confrarias ao papel, pelo menos simbólico, de guardas ou defensores da divindade, encorporando-as, finalmente, ao culto sistemático, como auxiliares das sacerdotizas. E êste pensamento não me parece longe da realidade porque, numa fábula narrada por Oppian, os *Coretas* não seriam mais do que os leões da *Magna-Mater*, metamorfoseados em homens...

Não seria possível descer à análise da evolução dessas confrarias, que tinham, aliás, o caráter de sociedades secretas — mas que valiosos serviços prestaram êstes homens à admirável civilização cretense! Sem referir as artes metalúrgicas, que teriam criado e aprimorado, no mundo egeano, que imenso papel não desempenharam, depois de associados ao culto de Dictina e das outras divindades!

A êles se deve a instituição das danças sagradas e dos cantos corais do culto religioso. Foram os primitivos *aédos*. O "pean" representa, talvez, o primeiro esbôço do verdadeiro gênio poético, para a nossa civilização. A êles coube realizar aperfeiçoamentos notáveis no desênho e na pintura e os ensaios iniciais das artes plásticas, que, em suas próprias mãos atingiram, sob muitos aspectos, um grau de verdadeiro primor.

E, para maior solenidade das cerimônias religiosas, também aperfeiçoaram a música, imaginando os primitivos instrumentos, como a dupla flauta e a lira de sete cordas. E não foram os criadores de sistemas de escrita (que melhoraram gradativamente), de rudimentos de astronomia e do calendário conhecido em Creta? Não foram, também, os prováveis divulgadores, na península, das conquistas da agricultura cretense — o cultivo da vinha, da oliveira, da figueira, de alguns cereais?... Não foram êles os mestres da apicultura?...

Teriam sido, além disto, os primitivos cultores da arte de curar, estabelecendo os rudimentos dos métodos cirúrgicos e estudando os primeiros recursos da terapêutica, pela seleção de plantas que, até hoje, são cultivadas e usadas. Os papiros egípcios sôbre medicina referem, entre as numerosas substâncias de origem vegetal por êles empregadas em terapêutica, o *absintio* e a *menta*, que eram importados de Creta.

Quase sem nenhuma fantasia, por conseguinte, poderemos considerar êstes membros dos *thíasos* pré-históricos da civilização cretense, como verdadeiros heróis humanitários e civilizadores. Mas o supremo serviço que prestaram ao Ocidente foi a sistematização do cerimonial sagrado, base da cultura dos sentimentos religiosos, com algumas características que se não observavam em outras civilizações.

Nos solilóquios de *Prometeu*, envoltas, embora, na fantasia poética, Ésquilo indicou, de maneira surpreendente, as principais conquistas dêsses homens. Prometeu simbolizava o teocrata que, em face da convulsão social, resultante das invasões, por espírito humanitário rompe com a sua própria casta e vulgariza os seus segredos, sendo por isto perseguido e castigado. Não se lamenta; ufana-se, pelo contrário, e aceita com inteira resignação os tormentos e sacrifícios a que fôra condenado pelo seu altruismo.

> "Meu crime foi premeditado — afirma o benemérito. Sabia que, servindo aos homens, eu me lançava voluntàriamente ao castigo!... Sim! Roubei, numa férula, a centelha fecunda, a fonte da chama, o fogo, êste mestre que ensinou aos mortais tôdas as artes e é o instrumento de todos os seus bens...".

E depois dêste conceito admirável, continua a enumerar o que praticou por devotamento a seus irmãos:

> "Pús fim aos terrores que o futuro lhes inspirava; depositei-lhes, no fundo da alma, a cega esperança... Outrora, êles viam, mas viam mal; ouviam, mas não compreendiam... Ensinei-lhes o instante em que os astros nascem, e a arte, ainda mais difícil, de observar o ocaso. Fui eu quem, para êles, inventou a ciência dos números, a mais nobre das ciências; para êles formei o conjunto das letras; fixei a memória, a mãe, o instrumento das musas. Fui eu o primeiro que uni, sob o jugo, os animais, desde então escravos dos homens; e o corpo dos mortais sentiu-se aliviado do pêso dos mais rudes trabalhos. Fui eu quem prendeu êsses cavalos, dóceis ao freio, aos carros esplêndidos, orgulho da opulência. Enfim, êsses outros carros de asas de linho, que transportam o marinheiro sôbre as ondas, quem os inventou, senão eu?... Outrora, o homem atacado por uma doença, perecia sem socorros. Eu ensinei a composição das misturas salutares, que hoje o preservam de todos os males. E esta outra ciência de aspectos tão vários, a adivinhação, fui eu ainda quem a fundou. Fui eu, ainda, o primeiro que distinguiu, entre os sonhos, as visões que se devem cumprir; expliquei os prognósticos, cuja compreensão ninguém havia esclarecido. Ensinei quais eram os pássaros de feliz e de sinistro augúrio, e indiquei, também, os sinais favoráveis nas entranhas das vítimas... Tais foram os meus benefícios; e não falo dêsses tesouros que a terra ocultava aos homens em suas profundezas,

> o bronze, o ferro, a prata e o ouro; quem se poderá gabar de os ter descoberto, antes de mim? Ninguém, sem dúvida alguma, a não ser por tola jactância".

A análise meticulosa da situação, depois das invasões, mostra que a luta dos europeus contra a organização e o espírito teocrático foi multissecular. A persistência dêste espírito e, mesmo, dos *thíasos* de origem cretense são fenômenos muito obscuros, mas dignos de atenção; aliás, no caso especial da medicina, a sobrevivência dessas confrarias é particularmente característica. Hipócrates II, publicando segredos de sua casta, parece ter aceito o exemplo de Prometeu.

* * *

Examinarei, a seguir, as conseqüências da conquista da ilha de Creta pelos aqueanos. A partir desta época, a Argólida tomou a direção do mundo egeano. Constroi-se em Micenas um novo palácio muito maior, muito mais forte e muito mais rico do que o antigo. Em Tirinto, de igual modo, as primitivas edificações foram reconstruídas e cuidadosamente fortificadas, a ponto de fazer-se um túnel de pedra para facilitar a defesa do terceiro cinto de muralhas.

Das regiões setentrionais, onde haviam de se defender da neve e das chuvas, trouxeram os aqueanos para a península um tipo de habitação característico — o *megaron* — cujo sistema de cobertura, em duas vertentes, determinou, sem dúvida, a configuração retangular de suas casas. Quando os aqueanos dominaram Creta, seus arquitetos já haviam adquirido extraordinária experiência, e resolviam com justeza de proporções e tal simplicidade de meios o problema do emprêgo dos materiais que, no dizer de René Dussaud, em sua obra *As civilizações pré-helênicas na bacia do mar Egeu*, os resultados por êles obtidos, neste particular, nunca foram ultrapassados pelos povos da Antigüidade.

A êstes arquitetos se deve um tipo definitivo de construção: o templo grego.

> "Os deuses, com efeito, afirma Dussaud, substituiram em suas moradas os monarcas micenianos; o palácio tornou-se templo. Eis por que o templo grego conservou muitos elementos arquitetônicos da época miceniana: os propileus, o plano *in antis*, a anta chamada dórica, a divisão do friso em métope e tríglifo, etc".

Estava, assim, a civilização miceniana preparada para se expandir livremente, atingindo os mais afastados recantos do Mediterrâneo, o que de fato aconteceu. Para as operações navais, a conquista de Creta foi elemento decisivo. Com os marinheiros in-

sulares, os chefes aqueanos não tiveram dificuldade em estender seus domínios a Rodes e Chipre, ganhando, em seguida, os portos da Ásia Menor. Nas regiões ocidentais do Mediterrâneo, embora como simples comerciantes, os aqueanos, que já traziam o cobre de Chipre para a Sardenha, daí, beirando o litoral do continente, de pôrto em pôrto, levavam suas mercadorias, seus costumes e idéias até as longínquas regiões da península ibérica.

Embora inferior, sob todos os aspectos, à civilização cretense, a civilização miceniana ganhou-a, assim, em superfície, assimilando populações muito mais consideráveis. Dêste modo, a indústria de utensílios generalizou-se extraordinàriamente, não só porque a procura era muito mais acentuada, como também porque havia grande abundância de matéria-prima. A obsidiana fôra inteiramente desprezada. O ferro continuava como metal precioso, mas não faltavam o cobre e o estanho. E os chefes de Tirinto e Tebas, como os antigos reis de Cnosso e Festos, instalaram fornos de cerâmica nas cercanias dos palácios. A produção industrial era, porém, vulgar e grosseira, espelhando bem a intelectualidade dos aqueanos, tão rudimentar que, no continente, a escrita raramente se empregava.

As emigrações continuavam a fazer-se como expedições militares. Não lhes morrera ainda o espírito conquistador, o instinto aventureiro do bárbaro, que deseja enriquecer pelas armas, matar ou escravizar, viver entre a guerra e o gôzo material do esfôrço alheio. Até nós, ainda chegaram as frases de canção característica dêsses guerreiros:

> "A minha riqueza é uma grande lança, uma espada e um belo escudo, que me cobre o corpo. Com isto eu trabalho; com isto semeio e faço a colheita do doce vinho da vinha...".

e asseveravam ébrios de orgulho:

> "meu campo irá até onde chegar a ponta da minha espada!".

A conquista de um dia era o ponto de apôio para o assalto da manhã seguinte. Ainda bem não se haviam apoderado da Síria e já ameaçavam Biblos... Durante mais de um século, comenta Gustavo Glotz, só respeitaram os hititas e os egípcios; mas, preparada a situação, aproveitaram o momento propício, e atacaram e venceram os próprios hititas em Kadesh, no ano de 1295. A falsa convicção do próprio poderio cresceu desmesuradamente. Por fim, certos também de uma grande vitória, aliaram-se aos tirsenos e aos cilicianos e seduziram os líbios para a grande aven-

tura: a conquista do delta do Nilo. Foram esmagados em Piriu! Terminara a éra da expansão imperialista.

* * *

Aproximadamente no ano de 1200, novos e poderosos bandos de um povo indo-europeu, deslizando através do Pindo, avançaram para a península, de vitória em vitória; eram os dórios, os heráclidas, provenientes da Albânia. Descendo, assim, das montanhas do Norte, as primeiras regiões em que penetraram foram a Tessália e a Beócia.

Estas migrações ganharam preciosos esclarecimentos, graças às traduções que o pesquisador germânico E. Forrer conseguiu fazer, não há muitos anos, de uma série de documentos hititas. Êstes trabalhos parece demonstrarem, aliás, o verdadeiro valor histórico de muitas reminiscências homéricas, além de provarem que o advento dos aqueanos foi um pouco anterior ao que até agora se tem acreditado.

Quando, mais tarde, depois da conquista da Tessália e da Beócia, os dórios se encaminharam para o Sul, alguns bandos seguiram para o Ocidente e ocuparam o Épiro, e Etólia, a Acarnânia e a Élida, ao passo que outros se dirigiram para o este e se apossaram da Fócida, Corintia, Argólida, Lacônia e Messênia. No Peloponeso, os aqueanos que se não renderam, fugiram para as regiões vizinhas. Dominada grande parte da península, a onda tempestuosa dos novos invasores, rolou sôbre as ilhas, conquistando, sucessivamente, Milos, Tera, Creta, Cárpatos, Cós e Rodes. Não relatarei as minúcias desta convulsão sem precedentes. Fôra tamanha a vaga de compressão que até no delta do Nilo surgiram levas de fugitivos. Ramsés III houve de combatê-los em Magadil, para evitar o perigo da irrupção inesperada.

Com a invasão destas hordas terríveis, a parte principal do mundo miceniano foi inteiramente aniquilada. Os dórios, possuidores de armas de ferro e, provàvelmente, muito mais unidos do que os aqueanos, investiram, palmilhando, aproximadamente, o mesmo caminho dos antecessores, e a sua passagem através da península ficou marcada por um rastro de ruínas. As belas cidades do Peloponeso foram arrasadas furiosamente.

Em Creta, a população fugiu do litoral para as montanhas do interior e Cnosso — os miseráveis restos da lendária Cnosso — foi, de novo, entregue às chamas.

> "Desta vez, diz Gustavo Glotz, tudo estava definitivamente acabado para a cidade que outrora fôra a senhora do Mediterrâneo. Sôbre os negros escombros, que os séculos soterraram, três mil anos vão decorrer sob um silêncio de morte!".

A civilização do bronze sucumbira definitivamente diante do aparecimento do ferro. Cumpre-me, entretanto, fazer um pequeno reparo: êsses dórios, como se sabe, pertenciam à mesma etnia dos aqueanos, falavam um dialeto da mesma língua, e tinham, naturalmente, idêntica religião — o mesmo rudimentar politeismo, com os mesmos deuses e deusas. Variava, provàvelmente o supremo nume "nacional", mas a verdade é que, sob o aspecto religioso, seria difícil acreditar na possibilidade de profundas perseguições, ou completa destruição do que existia. Pelo contrário, os santuários, ao que parece, foram respeitados. Os deuses aqueanos, que de Dódona tinham vindo instalar-se no Olimpo, aí permaneceram. Apolo, que já se havia apossado de Delfos, não se deixou vencer.

> "Em seguida, diz o hino atribuído a Homero, tereis outros senhores, aos quais estareis sempre sujeito por necessidade...".

Mas, se Apolo houve de lutar com o Héracles dórico pela posse da trípode, a verdade é que permaneceu sob o Parnaso.

Neste particular, a herança de Héracles foi, por tôda a parte, insignificante...

* * *

Augusto Comte, ao estudar a *Transição Ocidental,* isto é, ao considerar o desenvolvimento progressivo de nossa civilização, demonstrou a conveniência filosófica de compreendê-la em três fases distintas, constituindo evoluções sucessivas:

1a. fase: — *intelectual,* que foi a evolução *grega;*

2a. fase: — *social,* que foi a evolução *romana;*

3a. fase: — *sentimental,* que foi a evolução *católico-feudal.*

Uma das finalidades dêste ensaio é mostrar, em consonância com a moderna orientação histórica, que a civilização eolo-jônica deve ser encarada, principalmente, como uma espécie de renascimento do antigo espírito cretense, liberto, pelas circunstâncias, dos rígidos cânones teocráticos de sua última fase.

A *evolução grega,* como se sabe, realizou-se em três períodos, também relativamente caracterizados, sendo o 1.º) *estético,* e o 2.º) *filosófico* e o 3.º) *científico*.

Para ser mais claro, dedicarei algumas páginas ao surto estético, e especialmente à personalidade de Homero, antes de cuidar do aparecimento de Tales de Mileto, que marcou o início do segundo período.

* * *

Ao que se acredita, quando os dórios chegaram à Tessália e à Beócia provocaram imediatamente uma grande migração. Essas regiões estavam, então, ocupadas por outros grupos de indo-europeus, aparentados com êles e com os aqueanos e vindos também dos Balcãs, não muito depois dêstes últimos, que se haviam dirigido para o sul. Tinham êsses grupos, provàvelmente, origens diversas, embora pertencessem à mesma etnia. Faziam parte, talvez, de várias tribos, e ainda se tinham unido a outros, que refluíram das regiões central e setentrional da península. Tomaram, por isto, em conjunto, o nome de *eólios*, vocábulo que significa — *sangues misturados*.

Êstes eólios, como vimos, nenhuma dificuldade séria opuseram mais tarde, à civilização miceniana, que se expandiu a partir do Peloponeso; pelo contrário, facilitaram-lhe a rápida penetração e a assimiliram inteligentemente, como comprovam as ruínas do palácio de Tebas.

Terrìvelmente espicaçados pelos dórios, que se achavam no auge de sua fúria, muitos dêles fugiram da Tessália e da Beócia, e se foram estabelecer ao noroeste da Ásia Menor, em região que, aliás, já recebera o nome de Eólida, em virtude de anteriores invasões parciais dêsses mesmos guerreiros.

Já me referi às importantes e curiosas traduções de E. Forrer, que provaram a realidade de muitas referências homéricas. Para alguns autores — e o conceito é realmente sedutor — foi talvez esta a época em que se desenrolaram os violentos episódios, tão profundamente gravados na memória de tais provas. A questão não é clara; parece, entretanto, que, mais tarde, pouco a pouco fantasiados e desenvolvidos pelo gênio poético, serviram de inspiração a Homero. Os ecos dessas lutas prolongadas e sangrentas, travadas entre os "indígenas" e os eólios, quando êstes últimos se assenhorearam das ilhas de Lemnos e de Lesbos e do litoral asiático, conservaram-se em boa parte, grupando-se em tôrno do principal episódio — o cêrco de Tróia — tema da Ilíada.

Julga-se, geralmente, que Homero haja surgido três a quatro séculos depois da invasão, e tudo leva a crer seja êle, com efeito, o fruto mais portentoso dêsse ambiente de inspirações heróicas; seria natural de Esmirna, como afirmam certas tradições. Esta noção se reforça, porque agora se acredita que Homero não tenha feito referência a uma aliança dos reis do Peloponeso, para o cêrco de Tróia. Aristarco, o mais célebre gramático da escola de Alexandria, já notara que o autor da Ilíada não se reportava a outra Hélada que não fôsse a Ptiótida; e A. Jardé, em sua belíssima obra *A formação do povo grego*, esclareceu convenientemente a dúvi-

da, quando afirmou que os "aqueanos" de Homero eram os súditos de Aquiles, e que a planície, onde reinava Agamenon, "a Argos nutridora de cavalos", sòmente podia ser a Argos pelásgica, centralizada em Larisa. Na Argólida, com efeito, jamais abundaram cavalos.

Foi na Eólida que surgiram as primeiras florescências da civilização que se chamaria "grega". No século seguinte ao de Homero, também na Eólida parece ter nascido Hesíodo. Seu pai, pelo menos, era natural de Cume, e certamente descendia de antigos refugiados, originários da Beócia. Naturais da ilha de Lesbos foram também Arion, Terpandro, Alceu, Helânico e as célebres poetisas Erina e Safo, ou melhor, Sapfo, pois assim era o seu nome no dialeto eólio.

A propósito dêsse admirável surto poético inicial, julgo interessante traçar breves comentários, capazes, a meu ver, de facilitar a compreensão de muitos fatos obscuros.

Baseando-me nas reflexões de vários autores, e mesmo, diretamente, no teor de diversos textos, parece-me quase certo que muitas das produçõs poéticas dos eólios e jônios primitivos foram simples versões, ou antes, adaptações de fábulas e hinos cretenses, ou préhelênicos. E' bem possível que as próprias extravagâncias de certas fábulas hajam decorrido dos erros ou defeitos das interpretações dos tradutores. O certo é que, entre os hinos atribuídos a Homero, alguns relativamente modernos em sua forma grega, conservam, sem nenhuma dúvida, pormenores e tradições de velha origem teocrática egeana. Assim, também, certas passagens dos grandes poemas.

E' indubitável que a língua dos cretenses tivera de evoluir a ponto de satisfazer a tôdas as exigências técnicas e artísticas de uma civilização, sob certos aspectos, bem mais espiritual e mais apurada do que a egípcia.

Gustavo Glotz, em notável conferência intitulada *Os poemas homéricos antes de Homero,* entre muitas provas que demonstram ter o incomparável cantor utilizado, em diversos trechos de seus poemas, informações obtidas em documentos muito antigos, lembra a descrição da dança cretense,

> "em um côro semelhante ao que, outrora, na vasta Cnosso, Dédalo construiu para Ariádne, a da bela cabeleira".

Como poderia ter Homero conhecimento da existência dessa *orquestra,* dêsse *côro,* na célebre capital minoana, quando o mesmo jazia invisível, sob as ruínas do palácio, desde a invasão dos dórios, em 1200? E, no entanto, não há dúvida, que a descrição corresponde ao teatro descoberto por Evans, em princípios dêste século.

Não seria fácil combater êste ponto de vista; mas o que me parece dificílimo, todavia, é acreditar que êsses cânticos inspiradores pudessem conservar-se, atravessando os séculos, por mera tradição oral, e ao demais vasados numa língua morta, ou que estava a morrer...

Em relação a certos fatos e episódios, a afirmativa de Glotz é incontestável. Tinha pensamento semelhante Pierre Laffitte, ao asseverar que já se cultivava a poesia, em tôda a "Grécia", muitíssimo antes de Homero, pois obras como a Ilíada e a Odisséia não podiam ter surgido sem que, prèviamente, se houvesse processado considerável desenvolvimento estético.

Tive ocasião de lembrar que os "thíasos" cretenses, cuja influência necessàriamente diminuiu muitíssimo, depois das invasões, criaram um poderoso esbôço de tôdas as artes, a começar pela poesia. Assim, pois, os mais antigos cantores profanos devem ter sido meros continuadores dêsses teocratas, aproveitando em suas poesias as máximas e ficções de seus antecessores. Charles Picard, por exemplo, em seu livro *As origens do politeismo helênico,* recorda que, nos poemas homéricos se encontram alusões aos argonautas, aos combates diante de Tebas, aos trabalhos de "Hércules" e à paixão de "Demeter"... A seu ver, isto significa já ser bem conhecida, antes de Homero, a maior parte dos temas fundamentais da mitologia "grega". Ora, alguns dêsses temas não eram indo-europeus.

Em face de tais idéias, parece-me que vem a propósito referir, de passagem, uma questão suscitada pela admirável personalidade do vate de Esmirna. Nas últimas décadas do século passado, o tudesco Wolf (pensamos que na terceira edição de seus prolegômenos às obras do grande poeta) formulou uma célebre "teoria", que, para maior brilho, resumiu nesta curtíssima sentença: "Homero nunca existiu". Pecava, aliás, por falta de originalidade, porque J. B. Vico, de Nápoles (1668-1744), fôra dos primeiros a apresentar os grandes heróis da Antigüidade como puros mitos, ou personificações de certas épocas, sentimentos e interêsses...

As idéias de Wolf, embora abstrusas, tiveram, na época, fervorosos defensores, mesmo em França. Note-se, entretanto, que o argumento mais sério apresentado pelos entusiastas da concepção wolfiana contra a elevada antigüidade dos poemas, vale dizer — a impossibilidade de fixá-los pela escrita, que ainda não existia — é hoje duvidoso e desvalorizado.

Não deixa de ser interessante lembrar que Diodoro Sículo, ao se referir à mitologia cretense, dizia que as Musas haviam recebido de seu pai o dom da invenção das letras e das composições poéticas; e que se os gregos davam às letras o nome de "caracteres fenícios", não era por terem sido os fenícios os seus verdadeiros inventores, mas,

apenas, porque lhes mudaram o tipo. Sabe-se, hoje, que os historiadores cretenses, em que se estribara Diodoro, tinham base para fazer tal afirmativa, pois, mesmo depois da invasão dórica, que extinguiu parcialmente a escrita cretense, os egeanos continuaram a usá-la, em escala bem apreciável.

Uma antiga tradição, também conservada por Diodoro, dizia que Limes escrevera com "letras pelásgicas" a história do primeiro Baco e vários outros mitos, e que Orfeu e Pronápides, êste último mestre de Homero, dotados ambos de grandes talentos para as composições poéticas, usavam também a escrita pelásgica.

Em princípios de 1924, os resultados dos trabalhos arqueológicos franceses, na Síria, vieram demonstrar, surpreendentemente, que as origens do chamado alfabeto fenício eram muito mais remotas do que até então se acreditava. Pierre Montel, descobrindo, em Biblos, um sarcófago, contemporâneo de Ramses II (1300-1234), em cuja tampa se traçara, com caracteres fenícios, o epitáfio de um rei, demonstrou que êste alfabeto já se achava completamente constituído, desde o século XIII. Na sua formação, foram aproveitados caracteres egeanos e egípcios.

Na opinião de Gustavo Glotz, pode admitir-se que o conhecimento dos caracteres egeanos, na Síria, se prende às relações com os micenianos e, talvez, mais especialmente, à presença dos danaúnas, nas cercanias de Biblos, desde o início do século XIV. A verdade, entretanto, é que os próprios *Kefti* exerciam sensível influência nestas regiões na época de Tutmés III, pois, em 1467, foram os navios cretenses que transportaram madeira da Síria para o Egito, por ordem dêste faraó.

Homero tinha, aliás, conhecimento da existência de um sistema de escrita usado entre os aqueanos, sistema que, também, não devia ser ignorado nas costas da Ásia Menor, tanto que, numa passagem da Ilíada, se refere a tabuinhas ou barras, cobertas de sinais, enviadas por Belerofonte ao rei dos licianos.

Prampolini, em sua *História Universal da Literatura*, faz referência a um fato muito interessante: a descoberta de uma caixa, na época romana, contendo barras, nas quais estava escrito um compêndio abreviado das epopéias homéricas. A pessoa que a descobriu, um certo Dictis de Creta, foi ainda capaz de ler aquela escrita singular e traduzí-la para o latim.

Infelizmente, Prampolini deixou de mencionar a fonte em que colheu semelhantes fatos. O que de mais exato existe, entretanto, sôbre o assunto, parece-me que é o seguinte: não consta que Dictis tenha sido mero tradutor; apresentou-se, pelo contrário, como companheiro de Idomeneu, no cêrco de Tróia, onde redigiu um diário

dos acontecimentos, em língua grega, empregando, porém, caracteres "fenícios". Não usou as barras, a que alude Prampolini, mas uma espécie de papiro, preparado com cascas de *tília*. De conformidade com o último desêjo do autor, as suas efemérides foram enterradas com êle, em Cnosso, onde nascera.

Claro é que esta história não pode merecer maior atenção. O seu prosseguimento, todavia, é bem curioso. No décimo ano do reinado de Nero, isto é, no ano de 64, um tremor de terra abalou o território cretense, descobrindo-se, então, o velho túmulo de Dictis. Alguns pastores, apoderaram-se da caixa de chumbo, contendo o pergaminho, e acabaram por entregá-la a seu próprio amo. Êste homem, Praxis, ou Eupráxidas, enviou o precioso manuscrito ao imperador romano, que, então, o mandou "traduzir" para o grego.

No terceiro ou quarto século de nossa éra, um certo Q. Septimus, ou Septimius, verteu para o latim o velho texto grego, texto que realmente existiu, embora as suas cópias se tenham perdido inteiramente no século XV, pois vários foram os historiadores bizantinos que ainda o citaram. Ora, o manuscrito mais antigo dos grandes poemas de Homero, conhecido no Ocidente, é, na melhor hipótese, do século IX. A tradução de Q. Septimus ainda hoje existe, e a sua fidelidade parece perfeita, não só pelos inúmeros helenismos, como pelo confrônto de alguns trechos, que pode ser feito com os fragmentos transcritos pelos historiadores bizantinos, acima aludidos. Esta tradução intitula-se *De Bello Trojano* e a sua edição *princeps* foi feita em Milão, no ano de 1477.

Num ponto, por conseguinte, Prampolini parece ser exato. A obra de Dictis foi conhecida, no Ocidente, muito antes dos poemas de Homero e teve grande influência literária durante a Idade Média. E' mesmo interessante notar que a primeira edição da Ilíada e da Odisséia, feita em Florença por Demétrio Chalcondylo, só apareceu em 1488, vale dizer, onze anos depois da obra de Dictis.

Dêsse complicado episódio, creio que dois fatos principais devem ser postos em relêvo: a existência real do texto grego, em estilo rude e primitivo, e a sua origem cretense, quase certa. Por isto mesmo, a tradução latina, talvez mereça, atualmente, um estudo especial.

* * *

Penso que êstes rápidos comentários sôbre o surto estético na Eólida terão sido suficientes para também esclarecer, em boa parte, as verdadeiras origens da brilhante civilização jônica.

Realmente, à medida que os dórios se encaminharam para o sul, grande parte da população da península fugiu, tal como se observara na Tessália e na Beócia. Muitos dos habitantes do Pelo-

poneso pediram asilo aos irmãos da Ática; mas eram em grande número e não podiam acumular-se e permanecer aí. Talvez mais heterogêneos do que os eólios, êstes emigrantes e os da Eubéia, da Argólida, e até de Pilos, ocuparam, sucessivamente, as Cícladas, instalando-se, por fim, também no litoral da Ásia Menor, ao sul da Eólida.

Tal foi a origem da Jônia, que, a princípio, compreendia doze cidades. Mais tarde, porém, os jônios de Colofônia se apoderaram de Esmirna, que ficava ao norte; e, ao sul, Halicarnasso (nome de provável origem cretense), ocupada, embora, pelos dórios, incorporou-se à Jônia, por ter violado as leis religiosas, que a ligavam às quatro cidades irmãs. Delos, tornou-se o centro religioso da nova sociedade.

Os jônios, ou iônios, segundo suas tradições, compreendiam quatro tribos, ou grupos, formados pelos descendentes dos quatro filhos de Ion. Parece-me que, sem grave êrro, podemos confundí-los com os próprios aqueanos. Muito melhor do que os eólios, transportaram êles para o novo meio geográfico a herança creto-miceniana, e, por isto mesmo, seriam os verdadeiros continuadores desta civilização. Assim, após alguns séculos de fermentação — uma espécie de *Idade Média* — prosseguiu o desenvolvimento da cultura inicial, mas já então, como veremos, em condições sociais ótimas para um vigoroso surto.

Na Lacedemônia e nas outras regiões ocupadas pelos dórios, ao contrário, até a época da guerra do Peloponeso, nem as artes eram cultivadas, porque êstes "arianos", que haviam conservado o ânimo militar arcaico, só admiravam a fôrça e a bravura, desprezando a cultura da inteligência. Afirma Plutarco que os chefes espartanos só aprendiam a ler e escrever porque isto lhes era indispensável, e Tucídides aponta, como verdadeiro prodígio, o caso de Brásidas, um de seus generais, que possuia certo talento oratório. Aliás, os aqueanos, ao invadirem a península, tinham êste mesmo caráter bronco e materialista.

Quais foram, porém, as condições que determinaram o rápido progresso da Jônia? Antes de mais nada, deve levar-se em conta a multiplicidade da proveniência dos refugiados, sem esquecer que a maior parte se transferira dos pontos mais florescentes do Peloponeso, e, em geral, de quase tôda a península. Esta sociedade, assim constituída de elementos tão diversos, devia apresentar os mais variados caracteres, com diferentes idéias, tendências e aspirações, formando-se mesmo um verdadeiro escol, de amplitude ainda não observada em épocas anteriores.

Do convívio forçado de tais elementos, resultaria, necessàriamente, o abrandarem-se os preconceitos, a ponto de se criarem, nos espíritos mais ativos, prenúncios de emancipação espiritual bem per-

ceptíveis. Não nos parece exagerada esta idéia, e o próprio Homero, que muitas vêzes demonstra tal disposição, caracterizara êste estado psíquico, atribuindo a Agamenon palavras que denunciavam claramente o seu desprêzo pelas superstições em voga. Nem outro sentido pode ter a resposta do *Rei dos Reis* a Calcas Testórides, mestre de áugures.

Na Jônia êste fenômeno devia ser bastante freqüente, pois, de mais a mais, a princípio, nem haveria o risco de perseguições de cunho religioso, em virtude da desorganização, que ainda reinava.

Outro fator importante para o rápido desenvolvimento dêste estado de coisas, segundo Jardé, foi o íntimo contacto com os habitantes primitivos da região. Os eólios, para se fixarem na Ásia, tiveram de lutar brava e longamente. Os jônios, pelo contrário, acharam-se entre populações acolhedoras, que sempre mantiveram relações com os povos vizinhos e que, por isto mesmo, desde época remota haviam sofrido grande e benéfica influência dos minoanos. Pode mesmo acreditar-se que, tanto nas ilhas como no litoral asiático, houvesse povoações de origem acentuadamente cretense.

Diodoro da Sicília, repetindo Tucídides, diz que as Cícladas eram ainda desertas, quando Minos, com fôrças numerosas, fundou o seu império naval, e fêz partir de Creta diversas colônias. Povoou, assim, a maior parte dessas ilhas, distribuindo as terras a seus súditos, e se tornou senhor de grande parte do litoral da Ásia, tanto que vários portos, insulares e continentais, ainda guardavam os nomes cretenses. Hoje sabemos que êsses conceitos nada têem de fabulosos.

Os refugiados, quase todos, haviam entregue ao furor dos dórios suas mulheres e bens, de jeito que, chegados às novas terras, logo procuraram ligar-se às mulheres egeanas. No sexto século, nota-se que já se estabelecera completa unidade entre todos os elementos dêsse novo mundo. Tal homogeneidade traduziu-se claramente na língua, pois se de fato existiam quatro dialetos, as diferenças se apagavam na língua escrita, uma vez que as inscrições em tôdas as cidades eram ridigidas do mesmo modo. Êsse jônio das inscrições será o idioma da nova civilização, porquanto, como língua semi-artificial, cheia de expressões abstratas, pôde tornar-se o notável instrumento de comunicação em que apareceram, desde logo, as criações intelectuais, inicialmente poéticas.

Das cidades da Jônia, e sobretudo de Mileto, partiam, em tôdas as direções, navios carregados de tecidos e outros produtos industriais, sob a proteção de poderosa marinha de guerra. O acúmulo de riquezas favoreceu, desde logo, os lazeres necessários ao cultivo das artes, da filosofia e das ciências fundamentais. Voltando novamente às relações pacíficas com o Egito e com o Oriente — como nos tem-

pos áureos das civilizações cretense e miceniana — o espírito dêste povo tornou-se ràpidamente fecundo, aprofundando-se, pouco a pouco, a ponto de oferecer à Humanidade algumas de suas conquistas definitivas. Penso mesmo que, se levarmos em conta a época e a insignificância numérica da população, será difícil, certamente, encontrar, em tôda a história de nossa espécie, fase tão interessante. Para reavivar, por um instante, todo êste fulgor, basta-me referir os nomes imortais de seus inovadores: Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito, Anaxágoras, Demócrito, Leucipo e o admirável Pitágoras, para citar, apenas, os mais famosos.

Na Eólida, em face das circunstâncias heróicas de sua formação, madrugou o sentimento poético; na Jônia, as manifestações intelectuais não foram tão precoces, mas preponderou o gênio filosófico, e mesmo científico, sempre muito mais raros. E' mister não olvidar, entretanto, que, em ambos os casos, a base mais considerável dêste progresso foi, inicialmente, a civilização miceniana, ou melhor, a cultura cretense, a verdadeira base da cultura dos aqueanos. Quanto mais progride a história, afirma A. Reinach, mais se compreende que a "Grécia jônica" foi quase, para a "Grécia minoana", o que o Renascimento italiano foi para a civilização greco-romana.

E' necessário, realmente, não esquecer que as idéias gerais dos filósofos jônicos já se encontravam nas produções poéticas, e que a origem dessas produções, esteve inicialmente, na poesia teocrática. Sprengel frisa, com certa realidade, estas circunstâncias que, aliás, merecem atenção:

> "Os gregos estrearam, diz êle, não por especulações a propósito do modo de satisfazer as suas necessidades, nem pelo estudo aprofundado da estatística e da legislação, mas por penosas pesquisas acêrca da origem do mundo, da natureza de Deus e da alma, da grandeza e dos movimentos dos corpos celestes, porque já encontraram a matéria nas suas poesias nacionais. Por isto mesmo, os primeiros sábios usavam sempre expressões figuradas ou poéticas, quando queriam expor suas opiniões sôbre a essência e origem dos sêres".

Antes da escola de Mileto, não havia, realmente, diferença basilar entre poesia e filosofia; os teocratas "filosofavam" em verso, e, segundo recorda Fontenelle, Tales foi dos últimos a poetar como filósofo.

* * *

O símbolo mais característico da civilização jônica é, sem nenhuma dúvida, a figura admirável de Tales, glória perene da Humanidade. De acôrdo com a cronologia de Volney, viveu aproximadamente de 640 a 557 a. C. As tradições a seu respeito, embora

escassas e nebulosas, o fazem provir, talvez pelo lado materno, de antiga família ligada a uma das confrarias cretenses, pois, no dizer de Platão, o filósofo descendia de Cadmo, e hoje reconhecemos que essa figura lendária não era originária da Fenícia. Estaríamos, assim, pelo menos, diante de coincidência interessantíssima, que explicaria a herança de intelectualidade do chefe da "escola" milesiana. Seja como fôr, o certo é que a fundação de Mileto se deve aos cretenses. Além disto, junto do grande pôrto, encontraram-se, sob o velho templo de Atena, restos de casas pré-históricas com abundantes destroços de vasilhame miceniano.

De conformidade com uma observação de Diógenes Laércio, Tales nunca tivera mestres, mas esta afirmativa é necessàriamente absurda, pois ninguém poderia afirmar que o filósofo, antes de atingir a plena maturidade intelectual, não haja assimilado todos os conhecimentos de sua época, e que o tenha feito sem o auxílio direto de quem os pudesse ministrar sàbiamente; pelo contrário, tudo leva a crer que procurara instruir-se com os melhores mestres.

A tradição refere-se, por exemplo, a certo Eufórbio, "que fôra o primeiro a desenhar figuras geométricas". Segundo uma passagem dos *Iambos*, de Calímaco, Tirion uma vez encontrara Tales, já idoso, a reproduzir, no solo, a figura geométrica inventada por Eufórbio... Vê-se, pois, que a geometria o empolgou até o fim da vida!

Por outro lado, se verdadeira a viagem de Tales ao Egito, onde fôra "gozar da palestra dos sacerdotes e astrônomos do país" — tal qual se lê numa carta que lhe é atribuída — também nesta carta se encontra referência à sua viagem à ilha de Creta, que visitou "por curiosidade". Esta visita poderia, talvez, demonstrar a projeção que, na época, estavam tendo as concepções dos *coretas* cretenses, cujos ecos chegavam naturalmente até a Jônia.

* * *

Existem algumas tradições que, embora inseguras, levantam, como já disse, certa dúvida, quanto aos extermínio total das organizações teocráticas de Creta, mesmo depois da esmagadora invasão dórica. Raros, infelizmente, são os dados que possuímos, embora conjecturais, sôbre tal sobrevivência, mas, se pouco se sabe, parece-me que êste pouco não deve ser desprezado.

Aristóteles, Plutarco, Estrabão e mesmo Pausânias fazem referência a certo Tales, ou Taletas, de Gortina, cidade cretense, o qual por várias vêzes foi chamado a Esparta, em épocas de epidemia, e logrou adquirir ilimitada confiança dos lacedemônios. Dizem as tradições ter sido êle quem introduziu, na bárbara capital dos dórios, os hinos religiosos e as danças dos *coretas*, propondo, além disto, princípios mais cultos de organização social, que foram aceitos

e postos em vigor por Licurgo, contemporâneo de Homero. Não é fácil, contudo, determinar a época exata da atuação de Tales, em Esparta. Êste *coreta* foi também considerado como um dos fundadores da música, entre os gregos, e, de fato, há excelentes motivos para se acreditar que as origens da verdadeira arte musical dos helenos foram quase totalmente cretenses. Quando se instituiram os prêmios de cítara e canto sagrado, no santuário de Delfos, o primeiro vencedor, segundo Pausânias, foi Crisotemis, o cretense.

Há fatos que nos fazem crer tenha a ilha de Creta guardado por muito tempo, quase intactas, as versões de suas lendas primitivas. Provàvelmente, houve *thíasos* que não abandonaram os recantos sagrados das montanhas da terra natal, e que aí cultivaram, através dos séculos, até a época histórica, as suas tradições religiosas. Muitos dêstes homens sabiam ler e escrever e mantiveram os seus hábitos intelectuais. Estas circunstâncias permitiram a Creta conservar sua reputação religiosa, e, por isto mesmo, os gregos sempre a consideraram o mais célebre foco, não só da arte divinatória, como da purificação. Gortina, ao que se deduz, foi um centro religioso de grande importância, quer durante a civilização cretense pròpriamente dita, quer mais tarde, pela sua provável influência na "recomposição" do politeismo grego. O templo de "Apolo", justamente no centro da cidade, tinha as paredes cobertas de inscrições. Aliás, segundo informa autorizadamente Ângelo Mosso, em seu curioso livro *Pré-história no Mediterrâneo*, a ilha de Creta possui, sòzinha, quase maior número de inscrições arcaicas do que as outras regiões da Grécia reunidas, e êsses trabalhos, é claro, não se podem atribuir diretamente aos dominadores dórios. Os templos, com efeito, eram revestidos de inscrições de códigos e decretos, de leis sôbre assuntos especiais de direito público, sagrado, ou privado, que se promulgavam, esculpindo-os nas paredes dos edifícios. Os textos mais arcaicos e, por isto mesmo curiosíssimo, são o que forram a paredes do santuário do "Apolo Gortínio". Acham-se inscritos com caracteres da mais primitiva forma do alfabeto grego, até agora conhecida, fato da maior significação histórica. A grande inscrição de Gortina — no gênero, a maior do mundo — data do sexto século. As menores são ainda mais antigas.

Para reforçar êste ponto de vista, cumpre-me recordar que, um pouco mais tarde, outro cretense adquiriu fama extraordinária: foi Epimênides de Cnosso, ou de Festos. Êste *coreta* era, ao mesmo tempo, taumaturgo e purificador, profeta e divulgador das idéias religiosas de sua casta. A descoberta da *República dos Atenienses*, de Aristóteles, veio demonstrar o caráter histórico de sua curiosíssima personalidade, e proporcionar uma nova orientação aos historiadores. Aceitando-se os fatos na ordem da exposição do estagirita, podemos

considerar que a viagem do purificador cretense a Atenas deve ter-se verificado, aproximadamente, no ano de 625. Contemporâneo de Dracon, parece muito provável que Epimênides tenha sido seu auxiliar no estabelecimento da nova legislação. Que a influência teocrática, nesta legislação, foi profunda, é indubitável, bastando recordar as perseguições que em Atenas sofreram vários filósofos. Vê-se, pois, que, se Tales de Mileto não foi contemporâneo, surgiu pouco depois dêste célebre *coreta,* havendo, assim, motivo para a sua visita à ilha de Creta, nessa época de "renascimento", embora fugaz.

Não há lugar, aqui, para um confrônto minucioso entre a atuação de Tales de Gortina, em Esparta, e Epimênides, em Atenas, mas, o que fica em relêvo é, principalmente, a identidade de origem de ambos, a semelhança de suas individualidades e dos papéis que desempenharam. Mais tarde, muitas lendas transformaram Epimênides num ser quase mitológico, mas a verdade é que o seu papel principal, em Atenas, foi o de purificador. Ateneu, louvando-se numa velha obra de Neanto de Cízica, conta que, ao fazer-se esta purificação, ou *catarse,* segundo as diretrizes impostas por Epimênides, foi sacrificado um rapaz, que, então, se ofereceu em benefício da cidade. Diógenes Laércio também se refere a êste episódio, tradição verossímil, aliás, porquanto imolações dêste gênero se efetuaram na Grécia, mesmo em épocas mais próximas. E' muito provável que êsses sacrifícios tivessem origem em crendices insulares, de fundo fetichista, pois quase sempre eram aconselhados pelos *profetas* e *adivinhos*.

Istros, na sua *Coleção de sacrifícios cretenses,* refere que os *coretas,* primitivamente, sacrificavam crianças ao velho deus "Cronos", e a lenda relativa ao nascimento de Zeus não deixa, de algum modo, de confirmar a sua possibilidade. O sacrifício do jovem ateniense lembra-nos a época em que a sua cidade era obrigada a enviar, anualmente, a Creta, sete moças e sete rapazes, para serem sacrificados ao Minotauro. A meu ver, a opinião de Aristóteles, a respeito, é, talvez, demasiadamente benévola...

* * *

A figura de Tales de Mileto foi, para o próprio mundo grego, uma famosa tradição de genialidade; nada mais do que uma tradição. A êle se referiram, principalmente, Diógenes Laércio, Heróroto e Aristóteles. Mas, já na época do grande estagirita, todos os seus escritos — se por ventura deixou algum — infelizmente se haviam perdido.

Fiz anteriormente algumas referências às suas prováveis origens. Tendo em vista completar o presente ensaio, resta-me, pois,

tecer uma ligeira apreciação de sua obra, baseada nos ecos fugazes, que até nós chegaram. Para torná-la mais precisa, dividí-la-ei por assuntos, uma vez que o célebre milesiano, como, de resto, todos os seus discípulos, não foi apenas geômetra e filósofo; dedicou-se, também, a diversas funções práticas, sobretudo políticas e sociais. Examinarei, assim, as suas atividades, em primeiro lugar como político e moralista, e após como matemático, astrônomo e filósofo.

Política. — No dizer de Laércio, Tales pertencia a uma nobre família, rica e influente. Talvez, por isto, no início de sua carreira, cuidou ativamente das coisas públicas, numa época difícil para sua pátria, em face das lutas entre Creso e Ciro.

Tendo, então, Creso solicitado aos milesianos que a êle se aliassem para combater o fundador do império persa, Tales a isto se opôs, conseguindo, com o sábio conselho, a salvação de Mileto. Os milesianos, por êste motivo, foram o único povo da Jônia, com o qual Ciro se viu na contingência de firmar uma espécie de tratado de paz e amizade.

Aliás, ante a aproximação do perigo persa, Tales propusera a união federativa dos jônios, para que se pudessem impor ao futuro inimigo. Seria, assim, estabelecido em Teos, no centro da Jônia, um conselho geral para tôda a nação, sem com isto alterar o govêrno das cidades, que continuariam a seguir seus costumes particulares. Mas êste conselho de verdadeiro estadista não foi aceito pelos jônios, que, logo depois, se viram castigados com a escravidão e a desgraça.

Moral. — Talvez, acabrunhado com a situação deplorável da maior parte da Jônia, haja o filósofo resolvido isolar-se, consagrando-se ao estudo e à meditação, ou, como disse um historiador, à "contemplação da natureza". Neste retiro, iniciaria, possìvelmente, as suas primeiras reflexões sôbre os problemas geométricos e filosóficos, dando-lhes a nova orientação, que o consagraria como um dos mais poderosos gênios, de todos os tempos.

O chefe da *confraria* de Mileto, entretanto, foi também um moralista; não que deixasse algum "tratado" especial sôbre a matéria, mas por um conjunto de *pensamentos* e *máximas*, conservados pelos discípulos, e que bem demonstram a elevação de seu espírito e as suas preocupações sociais. Diógenes Laércio procurou reuní-las em sua notícia sôbre o grande milesiano. Dentre estas fórmulas, a mais profunda é, sem dúvida, a que encerra o célebre conselho: *conhece-te a ti mesmo!* Lembrada freqüentemente por todos os filósofos gregos posteriores, bastaria, portanto, para imortalizá-lo. Percebe-se nela, contudo, um ressaibo da velha cultura teocrática.

Matemática. — No tocante aos assuntos geométricos, as tradições relativas a Tales de Mileto referem-se, em última análise, a

duas questões de suma importância, levando-se em conta a época em que foram tratadas. A primeira, de ordem prática, consistia em medir a distância em que se achava um navio, detido ao largo do litoral; e a segunda, de caráter teórico, resumia-se em mostrar que todos os triângulos, inscritos numa semi-circunferência, eram retângulos.

Quanto à primeira proposição, o que se pode afirmar é que, mais de mil anos antes de Tales, os egípcios, cogitando da medida do *sqt* de uma pirâmide, sabiam muito bem considerar os números proporcionais, e é muito provável que êste conhecimento se haja difundido entre os minoanos, pois, como oportunamente lembramos, os "engenheiros" insulares, construtores do pôrto de Faros, estiveram, naturalmente, em prolongado e íntimo contacto com os egípcios. Ao gênio de Tales, não seria difícil aplicar êste processo à solução do problema.

Por outro lado, o episódio narrado por Diógenes Laércio e Plutarco, a propósito da medida da altura das pirâmides, pode ser pôsto em idêntica situação. A Abel Rey parece muito difícil que Amasis houvesse demonstrado espanto, em face da solução de Tales, uma vez que os egípcios, havia muitos séculos, utilizavam correntemente os números proporcionais, em tôdas as aplicações do método de falsa posição.

Mas, ainda que assim fôsse, se houvesse real fundamento para o aludido episódio, desde logo se tornava evidente que Tales desconhecia estarem os egípcios a par do método e, além disto, que havia apreendido tais conhecimentos antes de chegar ao Egito.

Há circunstâncias que não merecem crédito. Plínio, por exemplo, refere o caso de um contemporâneo de Tales, que foi considerado pelos seus conterrâneos como o inventor do esquadro e do nível, instrumentos conhecidos e usados no Oriente e no Egito, havia milhares de anos. Mas, pergunto — será razoável acreditar que só então fôssem tais instrumentos introduzidos na Jônia? Será possível aceitar que os cretenses, em contacto freqüente com os egípcios e asiáticos, ignorassem a existência do nível, êles que foram peritos em canalizações de água?

Quanto à segunda questão — a propriedade de serem retângulos os triângulos inscritos na semi-circunferência — essa oferece margem a comentários bem mais curiosos. A sua descoberta tem sido atribuída ao gênio de Tales, mas, na opinião dos geômetras, de conformidade com o método de demonstração usado pelos antigos, o seu conhecimento supunha, necessàriamente, o do grande teorema, segundo o qual — a soma dos três ângulos internos de um triângulo retilíneo é sempre igual a dois ângulos retos.

A quem atribuir êste achado admirável? Ao próprio Tales? A unanimidade das tradições atribuem-na, entretanto, a Pitágoras...

Augusto Comte, sentindo a necessidade que tinha a Filosofia da História de conceber a ligação entre as especulações dos pensadores jônicos e seus fundamentos teocráticos, em falta de documentos objetivos, procurou conjecturá-la. Para isto, depois de caracterizar as noções geométricas dos teocratas, que, a seu ver, se limitavam, pràticamente, à geometria das superfícies, mostrou a sua insuficiência, desde que se ignorassem as relações lineares. Lembrou, assim, que o estudo destas relações exigia, antes de mais nada, o das figuras retilíneas, espontâneamente redutíveis aos triângulos.

Já fiz, neste trabalho, alusão a certo Eufórbio, talvez mestre de Tales, considerado como "o primeiro a desenhar figuras geométricas". Pode isto não ser ficção, se apenas encararmos o mundo jônio. Mas está hoje averiguado que os conhecimentos geométricos dos egípcios iam um pouco além do que se acreditava no século passado. Os egípcios, desde o tempo de Ramsés II, como lembra Abel Rey, faziam desenhos ornamentais, inscrevendo, num círculo, um quadrado traçado pelas extremidades de dois diâmetros. Mas êste desênho, por si só, entretanto, não pode significar que êles se tenham dedicado a cogitações teóricas a propósito dos triângulos. Esta glória, se não coube diretamente a Tales, coube, sem dúvida alguma, à escola jônica.

Na opinião de Paul Tannery, com efeito, Tales podia ter iniciado os seus estudos, mostrando que os triângulos, inscritos na semi-circunferência, eram sempre retângulos, embora ignorasse a soma de seus ângulos internos. Bastava-lhe, realmente, conhecer a igualdade dos ângulos da base de um triângulo isósceles e a igualdade das porções da circunferência determinadas pelo diâmetro. Ora, estas duas proposições sempre foram justamente atribuídas ao chefe da escola de Mileto. Não se trataria, pròpriamente, de uma *demonstração,* mas da apresentação de um desênho geométrico, explicando uma das primeiras observações científicas. No caso, o que era novo, de uma novidade extraordinária, estava na *observação teórica,* e não no desênho, a bem dizer.

Proclus, repetindo Geminus, atribuia a Tales a *demonstração* de que o diâmetro dividia o círculo em duas partes iguais. Seria êste o ponto de partida. Com efeito: sendo possível inscrever um quadrado numa circunferência, a metade dêste quadrado, cortado pela diagonal — formando um triângulo retângulo — fica exatamente inscrita na semi-circunferência. De posse destas bases, difìcilmente se compreenderia que o gênio teórico de Tales se detivesse. Mas se, de acôrdo com a tradição, atribuirmos a Pitágoras a descoberta da primeira relação abstrata, nem assim diminuiremos a

glória do grande milésio: foi êle realmente, o gênio criador dêste novo espírito, o verdadeiro espírito científico, ou positivo — marcando o início de uma nova fase para a Humanidade.

Astronomia. — Sabe-se que, no referente à astronomia, Tales e seus discípulos mais antigos apenas divulgaram o que já era sabido, desde muito tempo, entre os babilônios e egípcios. Tendo-se em vista, porém, as circunstâncias históricas que determinaram a constituição do mundo jônico, não se encontram motivos para rejeitar a hipótese de que êsses fatos fôssem igualmente conhecidos, entre os povos egeanos, desde épocas remotas.

Não me parece possível deixar de crer na influência, quase direta, das idéias e conquistas gerais da civilização cretense sôbre os primeiros pensadores jônicos, e julgar, pelo contrário, que o novo surto intelectual tenha sido fruto exclusivo dos conhecimentos que, só então, se foram buscar no Oriente e no Egito. Seria anular, talvez ilògicamente, todo o passado creto-miceniano. Por ventura, os cretenses, a princípio, e mais tarde os aqueanos não estiveram em contacto direto com estas criações intelectuais dos caldeus e egípcios? E, além disto, seriam tão extraordinários êsses conhecimentos, que não pudessem os cretenses alcançá-los espontâneamente — êsses ativíssimos insulares, cuja inteligência superior, entretanto, refulgia em assombrosas manifestações artísticas e técnicas?

Antes de mais nada, convém não esquecer que, para Tales de Mileto e para tôda a escola jônica, o têrmo *astronomia* não tinha a significação atual. *Astrônomo* seria, talvez, uma função pública, de origem puramente religiosa, ao que parece, que cuidava da divisão do tempo, determinação do calendário, das festas sagradas, etc. O estudo científico dos astros chamou-se, a princípio *astrologia,* antes da contaminação pela arte divinatória; depois, para evitar confusão, passou a denominar-se *astrologia matemática*. Só bem tarde, como perdurasse a confusão, voltaram os gregos a usar o vocábulo *astronomia,* com o sentido que tem atualmente.

Aludindo à simplicidade de muitos dos conhecimentos iniciais, à naturalidade de muitas dessas idéias e concepções — idênticas no Egito, no Oriente e na Jônia — diz, com muita razão, Abel Rey, em sua luminosa obra *La jeunesse de la science grecque*:

> "Nada há de espantoso em que elas tenham podido surgir no espírito dos homens que começavam a meditar, sem que nenhum contacto se tenha estabelecido entre êles".

Há, realmente, uma circunstância que, de algum modo, prova esta falta de contacto de Tales com o Oriente; é que, segundo Abel Rey, nessa época, o sistema cosmográfico matemático, usado no Oriente, era bem mais adiantado do que o sistema empírico que êle

utilizou. Ora, não seria admissível negar ao fundador do jonismo capacidade para assimilar êste novo sistema. A verdade, portanto, é que não chegou a conhecê-lo.

Por outro lado, o que, então, provàvelmente, se deu com os textos de muitos hinos, fábulas e narrativas, de incontestável origem cretense, pode também ter-se verificado, nessa mesma época, com respeito aos rudimentares conhecimentos astronômicos dos teocratas cretenses que assim, surgiam, pela primeira vez, numa língua ainda hoje compreendida pelos estudiosos e que, sem dúvida, pouco diferia da que, durante alguns séculos, se aperfeiçoara em Micenas e Tirinto.

A astronomia dos minoanos era, certamente, concreta e empírica, consistindo em determinar a duração de alguns períodos, ou indicar, pràticamente, apenas, o movimento do sol e dos planetas. Mas, seria difícil negar a êste povo de marinheiros conhecimentos de tal natureza, atribuindo-os, na época, exclusivamente a caldeus e egípcios. Ao contrário, algumas das grandes construções da teocracia cretense, no dizer de Glotz, e as viagens através do Mediterrâneo, demonstram o conhecimento antiqüíssimo de noções astronômicas. O chamado "Calendário de Minos", que, pelo menos, transmitiu diversos nomes de meses aos cretenses dos tempos históricos, é uma prova objetiva de que as concepções desta ordem não eram estranhas ao mundo egeano.

Quando o admirável Anaximandro, discípulo de Tales, desenhou o primeiro "mapa múndi", no qual a terra aparecia com a forma de um cilindro, segundo a autorizada opinião de Malte Brun, apenas reproduzia "conhecimentos muito desnaturados de um povo mais sábio". Que povo poderia ter sido êste? Houve tempo em que muita coisa se atribuia aos fenícios... Mas êste tempo passou...

Tales, provàvelmente em virtude da previsão do eclipse solar de 610, 595 ou 587, foi cognominado por seus conterrâneos o "príncipe dos astrônomos", mas na realidade a sua previsão se fizera por um processo semelhante ao antigo método dos caldeus, pois a verdadeira causa dos eclipses, sòmente seria vislumbrada um século mais tarde. O que desêjo frisar, entretanto, é que se, em astronomia, Tales nada adiantou ao que já era conhecido antes de sua época, êstes conhecimentos, em boa parte, deviam ter sido espontâneamente firmados, ou, quando não, assimilados pelos creto-micenianos, muito antes da invasão dórica.

Tratando da mitologia cretence, Diodoro da Sicília alude a Hiperion, que passava por ter reconhecido, por exata observação, os movimentos do sol, da lua e dos outros planetas, e bem assim, as estações, subordinadas a êstes movimentos. Chamavam-lhe o

Pai dos Astros, porque foi êle o autor das primerias observações astronômicas. E provàvelmente o seria, para os insulares.

Seja como fôr, o que há de admirável na escola jônica, como conseqüência da orientação inicial de Tales, é o seu esfôrço racionalista. Para ela, os astros perderam a natureza divina, para se tornarem simples fenômenos atmosféricos, simples *meteoros*. Êste foi o ponto de partida. De maneira consciente e clara, todo o trabalho dêsses homens geniais consistia em criar a verdadeira ciência, libertando os conhecimentos da ganga mitológica. No Oriente, ou no Egito, isto não seria possível.

Filosofia. — A escola de Mileto parece ter sido fundada nos moldes das antigas confrarias religiosas egeanas, e talvez fôsse mesmo, a princípio, uma escola de *iniciados*, nos moldes dos antigos *thíasos*. Abel Rey, por exemplo, aceita esta opinião, o que consolida consideràvelmente as idéias que tenho sustentado. Mas, em tal escola o Mestre não transmitia as velhas tradições com a invariabilidade sagrada, característica dos teocratas, para os quais o progresso tendia sempre a cessar diante dos preconceitos que se iam acumulando.

Na Jônia, em face das circunstâncias históricas, essas tradições haviam desfalecido, porque o espírito teocrático perdera a fôrça que tivera no passado. Tales não era um chefe religioso, não apresentava aos discípulos mistérios divinos. Observava, meditava e oferecia-lhes as suas concepções individuais; êstes teriam o direito, ou o dever, de analisá-las, de apreciá-las e criticá-las, modificando, aperfeiçoando e desenvolvendo o que julgasse necessário.

Usando desta orientação, inteiramente revolucionária, foi que o Mestre admirável, rompendo com um passado que vinha das origens da espécie humana, lançou o primeiro fundamento da *síntese objetiva*.

> "Até então, com efeito, escreveu Pierre Laffitte, a síntese fôra ou subjetiva, como no fetichismo, mas puramente individual; ou objetiva, como no teologismo, mas apoiando-se no emprêgo de vontades concebidas fora de nós; sòmente com Tales foi que surgiu uma síntese a um tempo objetiva e abstrata, na qual os fenômenos, considerados como independentes de qualquer vontade, se explicam pelas combinações indefinidas das partes de uma única matéria".

Nesta nova orientação intelectual — claramente incentivada pelo espírito metafísico, mas desde logo fecundada pelo esbôço das pesquisas científicas — reside, também, a grandeza, sem par, da escola jônica, personificada em Tales, cujo imenso papel, na história da Humanidade, nunca será suficientemente louvado.

Naturalmente influenciado, como já tive oportunidade de observar, pelos poetas que o haviam precedido, Tales escolheu a água para *matéria única*, que explicasse a origem do mundo. Deixava êste, assim, de ser a criação de Okéanos — que de grande fetiche se tornara deus — para provir da água, ou da umidade. O filósofo libertava, dêste modo, o pensamento humano do conceito mítico; deixava de parte a pura inspiração teológica, procurando o conceito físico e até abstrato: concepção individual e leiga, que podia ser livremente apreciada e criticada pelos discípulos, sem maiores riscos.

Percebe-se, por conseguinte, que a Escola de Mileto — pelo seu espírito e pelo seu método — como já têm assinalado os historiadores filósofos, foi, com efeito, a fundadora da civilização intelectual do Ocidente. Há quem filie êste grande surto, como já referi, quase exclusivamente à situação geográfica da Jônia, situação que lhe permitia fácil contacto com o Oriente e com o Egito. Embora esta influência seja, realmente, incontestável, não me parece que baste para explicá-lo, pois, as regiões vizinhas, em condições idênticas, jamais conseguiram acompanhá-la, neste movimento original, verdadeiramente pasmoso.

Por conseguinte, uma das razões preponderantes, que explicam o surto de independência espiritual dos jônios foi, sem nenhuma dúvida, a desorganização do regime teocrático, fato que permitia uma liberdade de pensamento e exposição dificilmente admitida em outras regiões, mesmo da Grécia. Mas o fator humano tem, incontestàvelmente, um papel decisivo. Não pensemos, apenas, nos indo-europeus, secularmente cretizados, que aí se vieram fixar: lembremo-nos dos próprios cretenses. Mileto, Êfeso e Colofônia foram verdadeiras colônias minoanas. Telmessos e Milasa parecem ter tido a mesma origem. Inúmeras deviam ter sido as *feitorias* dos marinheiros de Cnosso nas ilhas mais férteis e mais ricas, e nos portos mais estratégicos e mais seguros.

No ambiente propício, que se criara, havia de revigorar-se o gênio criador dêsses emigrados, florescendo, assim, pouco a pouco, de geração em geração, aquêle individualismo admirável, aquêle espírito observador, fecundo e brilhante, que não teve rival na Antigüidade.

JOÃO FRANCISCO DE SOUZA

A DESCOBERTA DA MORTE E O MUNDO HOMÉRICO.

A insistência com que os historiadores da filosofia apresentam o mundo grego a partir do naturalismo jônio, com breves referências ao pensamento helênico anterior, leva-nos algumas vêzes a aceitar a *ordem natural* como a primeira sugestão para um pensamento racional, nela procurando a própria origem da noção de devir.

Êste risco, que não é tão grave quando se tem em vista apenas o racionalismo grego, em seu desenvolvimento posterior às vagas de misticismo do século VI, ameaça comprometer o sentido mais profundo da ética grega em que a imagem da morte e a noção de destino têm uma importância especial.

Acreditamos que a própria noção de devir é, originàriamente, de conteúdo ético. O seu primeiro aparecimento no pensamento helênico é em têrmos míticos e transcendentes à vida terrena. O que especialmente preocupa o espírito da Grécia, antes de sua tendência racionalista que só virá a partir das escolas jônia e eleata, é a imagem de uma vida do além, diversamente sentida dentro das várias tradições espúrias que nela se encontrarão. E nessa imagem, há uma noção de devir, nascida de uma meditação sôbre o homem e seu destino. Não o devir dentro da existência, mas um devir depois da existência; e a morte é o primeiro têrmo dêsse devir. E a própria cosmologia grega nos falará na *morte do mundo* e sua volta ao caos.

Assim é que com relação aos gregos que "llegaron al verdadero descobrimiento de la muerte, que es el que hace entrar a los pueblos, como a los hombres, en la puberdad espiritual" (1), a importância desta descoberta marca precisamente o início da espiritualidade grega e imprime uma significação especial à existência. "Si l'elan de vie détourne tous les autres vivants de la représentation de la mort, la pensée de la mort doit ralentir chez l'homme le mouvement de la vie. Elle pourra plus tard s'encadrer dans une philosophie qui élèvera l'humanité au dessus d'elle-même et lui donnera plus de force pour agir. Mais elle est d'abord déprimante"... (2). Êste posterior enquadramento da idéia de morte numa filo-

(1). — M. Unamuno, *Del sentimiento trágico de la vida*, pág. 57.
(2). — H. Bergson, *Les deux sources de la morale et de la religion*, pág. 136.

sofia que eleve a humanidade será, em parte, ensaiado pelo platonismo, e constituirá o tema central do cristianismo. Até então, a idéia de morte e a imagem da vida do além permanecem na consciência grega com uma significação altamente pessimista. "The overwhelming consciosness of mortality darkens the whole main current of Greek reflection upon life" (3).

Entretanto, não devemos concluir que o pessimismo revelado especialmente até ao século VI a. C., derivaria apenas de uma peculiar figuração da vida do além, pois se de um lado esta imagem de vida futura serve para explicar a existência, emprestando-lhe uma significação especial, por outro, é nas próprias condições da existência que devemos procurar a sua gênese e seu sentido pessimista.

Ora, "nenhum povo veio à terra tão sereno e coberto de sol como o povo grego nos dias juvenis de sua existência histórica... mas nenhum povo mudou tão completamente a sua noção do valor da vida. O helenismo que termina nas especulações religiosas do neo-pitagorismo e do neo-platonismo considerava êste mundo, que tão alegre e iluminado lhe pareceu a um tempo, como a morada de trevas e erros, e a existência terrena como um período de provações que nunca passaria tão depressa quanto se desejava" (4).

Só mais tarde, a *razão esclarecida* encontraria na morte uma solução para a existência de lutas e sofrimentos. Nesta nova *ciência da virtude*, a morte não aparecerá apenas como o último têrmo de uma melancolia que arrasta o pensamento grego ao pessimismo e ao desespêro; ao contrário, ela aí aparece como o primeiro passo de uma libertação em relação à qual a própria vida se define por uma atitude de serenidade e resignação. Ao sentimento trágico dos antigos e ao sentido heróico da epopéia, vemos substituir-se uma alma idílica e despreocupada que, entretanto, não consegue vencer a nova contradição imposta pela sabedoria moral: a de uma serenidade da razão e de um devenir de lágrimas.

Quando Renan (5) procura ressaltar êste sentido da sabedoria moral que se revela numa serenidade da alma helênica, negando aos gregos um sentido mais profundo do destino humano, apenas nos aparece esta razão esclarecida que não consegue desvendar todo o mistério. Esta mesma tendência em interpretar a alma grega como serenidade, é a que se vê em Paul Valery (6), ao dissertar sôbre a angústia de Pascal, onde assinala o contraste entre a angústia do silêncio eterno dos espaços infinitos e a música das

(3). — F. M. Cornford, *Greek Religions Thought*, pág. XVI.
(4). — Pfleiderer, *Religionsphilosophie auf geschichtlicher Grundlage*, cit. por Unamano, *op. cit.*, pág. 56.
(5). — *Les Apôtres*, págs. 324-328.
(6). — *La Revue Hebdomadaire*, julho, 1923, cit. por Newton Macedo, in "A luta pela liberdade no pensamento europeu", t. I, *A alvorada helênica*, pág. 19.

esferas, como harmonia de razão. Mas a serenidade, que é da razão, não esconde o mistério pascaliano, e na *Antologia* encontramos a mesma angústia: "eu odeio êste mundo, por causa do seu mistério" (7).

Chevalier, repetindo as teses de Rohde e Levy-Bruhl (8), encontra na morte o primeiro enigma que aparece ao Homem. "L'homme ne se préoccupe pas de résoudre l'énigme de la vie. Nul ne se demande ce qu'il a pu être ou faire, comme le dit Madame de Noailles d'elle même: *Au temps infini où je n'étais pas née!* Mais tous s'efforcent de percer l'énigme de la mort" (9).

Da importância que a significação da morte assume na explicação da existência, conclui Chevalier: "Deux conceptions de la vie s'affrontent ici, et elles s'affrontent sur le problème de la mort, parce que s'affrontent deux conceptions de la mort elle-même. Pour les uns la mort est un fin, pour les autres elle est un commencement. Et cette perspective change la perspective de la vie tout entière" (10).

Estas duas concepções da morte são, todavia, posteriores ao seu primitivo entendimento como uma simples continuação do presente: "As imagens do além preocupam, em todos os tempos, os espíritos dos homens... Primeiramente, êste futuro aparece como uma simples continuação do presente. Os felizes o esperam com alegria e os infelizes, com sombria apreensão. Para os príncipes e nobres, o além é uma série quase ininterrupta de caçadas e banquetes; os servos e escravos nele vêm uma série indefinida de trabalhos pesados" (11).

E' fácil de ver, nesta primitiva imagem do além, uma interpretação pessimista da existência. Os destinos humanos não só se prolongam para além da morte, mas, também, nesse prolongamento encontram uma legitimação transcendente. Na continuação do presente, além da morte, está implícita a afirmação de que os príncipes e nobres, como os servos e escravos, assim se conservarão em tôda a sua existência terrena.

Se ao lado, desta figuração lembrarmos mais que êstes destinos são distribuídos pelos deuses, como se verá em Homero, nenhuma esperança de progresso poderá subsistir para uma ou outra existência.

A esta primeira figuração sucede uma concepção da vida futura como retribuição ao sofrimento ou castigo aos crimes cometidos.

---

(7). — X, 96.
(8). — Cf. E. Rohde, *Psyché;* L. Lévy-Bruhl, *La mentalité primitive*, pág. 83; Olivier Leroy, *La raison primitive*, pág. 20; P. L. Landsberg, *Essai sur l'expérience de la mort*.
(9). — J. Chevalier, *La vie morale et l'au delà*, pág. 43.
(10). — J. Chevalier, *op. cit.*, pág. 40.
(11). — Gomperz, *Les penseurs de la Grèce*, trad. francesa de M. A. Reymond, t. I, pág. 112.

Numa tentativa de explicação mais psicológica — e sem ter em conta que estas imagens, algumas vêzes, coexistem como expressões religiosas de clases diversas, preferindo os príncipes e nobres aceitar o além como continuação de seus privilégios e os servos e escravos como retribuição ao seu sofrimento, Gompers prossegue: "Mas todo futuro é incerto e deixa margem às perspectivas mais diversas: pressentimentos angustiantes, esperanças exaltadas. Pois se o desêjo pode ser dito pai do pensamento, a inquietude é a sua mãe; e nos descendentes se encontram os seus traços, em proporções variadas. Quando a vida terrena nos oferece uma abundância de bens, o futuro nos aparece fàcilmente como o reflexo terno e vaporoso dessa existência; mas quando ela nos dá lugar a pesares e desejos, a fantasia mergulha o seu pincel nas côres da esperança...". "...Não é difícil perceber os motivos que, no curso dos séculos, produziram uma evolução desta imagem. O último têrmo da transformação se encontra nesta concepção da vida futura que podemos designar pelo nome de retributiva. Ora, o primeiro esbôço desta concepção está contido numa observação de fato: que a sorte presente dos indivíduos é determinada, em muitos respeitos pelas suas disposições intelectuais e morais" (12).

A predominância desta imagem retributiva no pensamento grego difícilmente se encontra dentro da agitada história da Grécia homérica em que a virtude de seus heróis é recompensada, nas batalhas, pela morte. Sòmente na idéia de arrebatamento — onde nem sempre há a virtude, poderíamos encontrá-la. Mas não é só a esperança que nos permite a nova fantasia; mais que a esperança é a própria razão que nos leva, por êsse modo, a explicar os males e a esperar a recompensa.

Já, em Hesíodo, a justificação do sofrimento ou do sacrifício, numa época em que os sonhos do além se confundem com a imagem dos dias melhores de outros tempos, não poderia encontrar-se numa imagem do além que apenas garantisse a continuação do presente. Ao contrário, sòmente a imagem retributiva poderia atender a "um presente saturado em todos os sentidos" que "tanto absorve o futuro longínquo como o passado distante", como diz Gomperz.

O que nos parece importante assinalar é que esta imagem retributiva não deslocou pròpriamente do pensamento grego a figuração anterior: apenas fêz recuar para os tempos mais felizes o presente que deveria continuar. No desenvolvimento posterior desta primeira oposição veremos nascer na consciência grega, como retribuição aos sofrimentos do presente, a esperança de retôrno à *idade de ouro*. Na volta ao passado, que a nostalgia agravada pela ima-

---

(12). — Th. Gomperz, *op. cit.*, págs. 112-113.

gem do presente irá ornar de fantasias, estará uma das soluções encontradas para a alternativa do além.

Para a época de Hesíodo "o presente é triste e o desêjo de glória e felicidade leva a imaginação a ornar tanto o passado quanto o futuro. Os homens se voltam com pesar para uma idade de ouro há muito desaparecida" (13).

A importância desta solução está, a nosso ver, numa rudimentar *historização* do além que irá levar o pensamento grego a uma concepção cíclica da História.

A seu lado, e ainda em têrmos que ultrapassam o plano histórico, encontraremos uma curiosa solução de *compromisso* entre aquelas imagens, e na qual a prece e o sacrifício aparecem como a condição de merecimento junto aos deuses. A superioridade, na terra, dos prediletos dos deuses e seus descendentes há de repetir-se no mundo do além, onde continuarão como superiores aos que "nenhum laço dessa natureza guardam para com os mestres dos destinos humanos". "E se a prece e o sacrifício têm por fim cativar a complacência dos deuses, é natural que o favor assim conseguido se transporte à sorte futura dos homens" (14).

Destas duas soluções derivam duas tendências que, não se opondo diretamente, marcam os sucessivos impulsos de misticismo e historicismo do pensamento grego, curiosamente comprometidos um pelo outro. A vaga de misticismo que parece vencer em seus mistérios a consciência da Grécia ao século VI, não consegue libertar-se da explicação *histórica* da decadência da alma e de sua salvação pela reconquista de um passado divino. De outro lado, no fatalismo histórico de "Kronos" que se desenvolve como a *roda da existência*, fazendo novamente voltar o passado desaparecido, outra vez se oferecerá ao Homem a *ocasião perdida* ou a oportunidade de salvação.

Na repetição do mesmo curso fatal, a idéia de *Kairós* reintroduz o providencialismo da salvação.

A ocasião perdida — e já passada, novamente será dada ao Homem; e a sua previsão pode ser encontrada no próprio conhecimento do passado que tem uma importância especial na mântica grega.

Homero diz-nos que Calchas conhecia o presente, o futuro e o passado (15). A mântica de Epimênides referia-se exclusivamente ao passado (16), aliás obscuro. "O próprio Hesíodo, ou, em todo o caso o autor do prólogo da *Teogonia* aparece como um profeta, o inspirado, a quem as Musas ensinaram a cantar o futuro e

---

(13). — Th. Gomperz, *op. cit.*, pág. 144.
(14). — *Ibidem*, pág. 113.
(15). — *Ilíada*, I, 69-70.
(16). — Cf. Aristóteles, *Retórica*, 1418 a, 21.

o passado" (17). Mas a mântica não é apenas a previsão; "Il s'agit d'expliquer des maux présents par des fautes anciennes inexpiées" (18). O oráculo de Delfos revela a Créonte que a peste que assola Tebas se deve ao assassínio de Laio. O passado não é pois um simples momento de duração — nele está tôda a magia do presente — e todo o ideal futuro. A oportunidade perdida — *Kairós*, novamente se oferecerá ao homem: e aos que praticam a Justiça, que é a lei que Zeus deu aos homens, talvez novamente, será dada a idade de ouro.

Na significação da morte e na imagem da vida do além, deveriam estar os primeiros dados da espiritualidade grega para a explicação da existência e seu peculiar sentido pessimista. Entretanto, a variedade de tradições locais correspondente à própria diversidade de origem dos vários povos que constituem a Grécia antiga não nos permite identificar prontamente uma crença comum.

A essa diversidade concorrerão mais as profundas transformações por que passa o mundo helênico e que o levam a uma revisão das tradições mais antigas às quais se vão casando as novidades nascidas de seu próprio desenvolvimento. "Nesse curso tranqüilo, nada foi inteiramente esquecido apesar do muito que se aprendeu" diz Rohde.

"Mas na verdade, as transformações mais profundas da história, da cultura e da religião gregas se produziram, sem dúvida, antes da epopéia homérica, e pode bem acontecer que nesta antigüidade longínqua se tenham produzido os abalos mais violentos que criaram o povo grego tal como nós o conhecemos. Para nós, o mundo grego só começa realmente com Homero. A completa unidade que o helenismo então parece alcançar, tal como se revela nos poemas homéricos, se dissolve, é verdade, no movimento progressivo dos tempos posteriores. Aparecem novas tendências; rasgam-se os véus com que a poesia épica havia tudo recoberto; do mais antigo e do que é novo nascem novas formas que a epopéia não permitira sequer pressentir... A moral e a religião homérica perderam progressivamente o império absoluto que exerciam sôbre as almas, mas nunca houve uma ruptura violenta" (19).

Não intentaremos levar além de Homero a nossa investigação, muito embora o mundo grego por êle começado já se situi posteriormente ao *mistério da morte*, e a um tempo em que a imagem feliz do além só aparece fugitivamente (20).

Após Homero, veremos ressurgir tradições a êle anteriores e ultrapassadas pela epopéia — e onde melhor se percebe a impor-

(17). — R. Pettazzoni, *La religion dans la Grèce antique*, trad. francesa de Jean Gouillard, pág. 117.
(18). — P. Schuhl, *Essai sur la formation de la pensée grecque*, pág. 47.
(19). — E. Rohde, *Psyché*, ed. francesa por Auguste Reymond, pág. 93.
(20). — *Od.*, 560 e segs.

tância da imagem do além e da significação da morte para a explicação da vida.

Em Homero, entretanto, o destino da alma não parece ter nenhuma significação moral. "Bien souvent — diz Chevalier, la destinée de l'âme après la mort paraît être tout à fait indépendante de la conduite que l'homme a eue sur la terre, ou bien elle dépend de qualifications sans rapport avec le bien et le mal, le juste et l'injuste" (21). E' precisamente êsse o estado da epopéia na qual a vida do além, admitida apenas como um "desdobramento do eu", nenhuma significação tem para a conduta do homem, na terra.

Especialmente, na *Ilíada*, o bem e o mal, o justo e o injusto, não se encontram por qualquer forma referidos à responsabilidade humana e, a partir daí, a uma especial imagem da vida futura.

A descontinuidade entre êste e o outro mundo, e os arbitrários destinos além da morte impedem qualquer qualificação moral da existência em têrmos de vida futura.

A virtude, em Homero, nada tem de ver com uma especial disposição da alma levada a uma imagem retributiva do além. Ao contrário, a "salvação pela graça", dispensada em têrmos de predestinação por sangue nobre, domina tôda a literatura dos tempos homéricos em que a virtude é "uma dádiva espontânea da Natureza e dos deuses, uma qualidade inata cuja posse não depende do esfôrço individual, mas sim do acaso do nascimento ou do capricho divino" (22).

A esta moral que Zilienski chamou filomônica (23) prende-se uma peculiar atitude da consciência moral em que desaparece o indivíduo imerso na sua linhagem.

"Assim como na vida social, nessa época em que a aristocracia de sangue dominava ainda, o filho dum nobre era nobre, *agathos*, e o filho dum vilão, vilão também, *kakos*, assim, no domínio moral, a virtude era um bem que se transmitia por herança, sendo em regra considerado virtuoso aquêle a quem o acaso do nascimento concedera um pai virtuoso" (24).

Freqüentemente os heróis homéricos invocam a sua alta linhagem, não apenas nobre, mas divina. E se à importância dêste *jus sanguinis* lembrarmos mais a contínua e arbitrária interferência dos deuses na conduta humana, torna-se fácil imaginar êste mundo homérico, onde não há qualquer preocupação especial pelo destino da alma, ou pelo além, como fundamento de uma qualificação ética da vida.

---

(21). — *Op. cit.*, pág. 157.
(22). — Newton de Macedo, *op. cit.*, pág. 113.
(23). — *La Religion de la Grèce antique*, pág. 109.
(24). — Newton de Macedo, *op. cit.*, pág. 113.

Mas os deuses de Homero não são todos os deuses gregos, nem a sua religião é tôda a religião da Grécia. O posterior ressurgimento dos cultos populares fará reaparecer, com sua tradição do culto aos mortos, uma peculiar imagem do além com significação moral para a existência.

A ausência, na poesia homérica, de uma preocupação ética em que à conduta do homem se refira de algum modo a uma imagem do além, torna-se mais compreensível se lembrarmos as limitações próprias aos cultos olímpicos que procuravam, em lugar da comunhão com a divindade, uma simples "conformação lógica da Razão humana com a Razão universal".

Neste culto olímpico, estava presente a imagem de uma ordem que já na *Odisséia* se torna a *ordem racional* e à qual correspondia uma *ordem social* em que apenas a nobreza despertava a atenção. E' o que observa Pettazzoni, ao dizer que a poesia de Homero "é uma poesia *cavaleiresca* destinada a uma sociedade de *senhores* para os quais sòmente aquelas figuras pareciam dignas de homens de ilustre linhagem, entregues às armas e ao mar. Esta religião ignorava conscientemente a religião do pobre camponês debruçado sôbre a terra; e ainda mais se inclinava a escamotear as sombrias realidades da morte e do miserável destino da alma" (25). "The relation of the Homeric sovereign to his princes was, in fact, a feudal one. Olympus repeats the same form of government. There Zeus is monarch simply because he wields the thunder. When Heré wishes to rebel, Hephaestus advises her to submit because Zeus can root up the world, or hurl them all from the crystal parapet of heaven. Such, then, in the society of Kings and princes in Homer. They stand forth in brilliant relief against the background, gray and misty, of the common people. The masses of the nation, like the chorus in tragedy, kneel passive, deedless, appealing to heaven, trembling at the strokes of fate, watching with anxiety the action of the heroes. Meanwhile the heroes enact their drama for themselves" (26).

O escamoteamento das sombrias realidades do além — e, aliás, também da realidade social, levará a poesia homérica a incertezas que por si mesmas revelam o quanto a exaltação da vida houvera desviado dos grandes senhores a realidade da morte e do destino da alma.

Não se encontra em Homero uma resposta ao "problema inquietante do Além" que irá marcar o misticismo dos séculos posteriores no qual ressurgem os antigos cultos populares.

---

(25). — R. Pettazzoni, *op. cit.*, pág. 49.
(26). — J. A. Symonds, *Studies of Greek poets*, vol. I, pág. 8.

O processo geral de humanização do divino leva o herói homérico a um desmedido amor pela vida, mesmo quando ela lhe parece "um vale de sombras e lágrimas".

Se a epopéia nos mostra um mundo em que os grandes senhores vivem alheios ao mundo dos mortos, nem por isso ela consegue livrar êsses senhores do terror que a morte lhes inspira, levando-os ao amor à vida.

"A convicção naturalista — diz Newton de Macedo, depois de acentuar a presença de uma visão naturalista na religião homérica, da maior valia da vida terrena em comparação com a vida do Além, tendo por conseqüência a maior atenção dedicada àquela, manifesta-se claramente na circunstância de o gênio transfigurador de Homero não ter conseguido depurar a noção primitiva de alma das contradições de que enfermava. Como Erwin Rohde o mostrou, na sua monumental *Psyché*, ao estudar a evolução, na Grécia, da crença na imortalidade, os poemas homéricos refletem ainda a modalidade primitiva dessa crença. A alma é ainda concebida como uma espécies de *duplo* do eu; e embora sobrevivendo a êste, já diminuída, tornada numa sombra espectral, insensível e sem vontade, o seu destino é também figurado de duas maneiras lògicamente contraditórias: em certos passos da escatologia homérica a alma continua ligada ao corpo; noutros, libertas dos corpos, as almas, rebanhos de sombras tendo como pastores as divindades ctônicas, vão reunir-se num país longínquo, inacessível"... "A mesma incerteza se nota, revelando a mesma falta de preocupação pelo problema do Além, no que diz respeito à localização do país dos mortos"... "A mesma confusão se observa ainda na diversidade dos nomes da região dos mortos: o Tártaro, região sombria onde os deuses precipitam os seus inimigos, o Hades, além do rio Oceano, e para além dêste também os Campos Elísios onde alguns favoritos dos deuses levam uma vida fácil, numa sorridente paisagem, sem chuvas, sem neves, sem longos invernos"... "O problema das sanções futuras teve também em Homero soluções contraditórias; os deuses, umas vêzes julgam dentro de um critério de moralidade, outras vêzes limitam-se, caprichosamente, a castigar os seus inimigos pessoais e a recompensar os seus favoritos" (27).

Será conveniente lembrar que a *sanção futura* nada tem de comum com o *juízo final* e as penas do inferno, numa vida do além. A punição se realiza neste mundo; e a justiça de Zeus é mais de natureza penal que moral. Na verdade, não se encontra em Homero — pelo menos de maneira a permitir-nos uma doutrina de recompensa, uma idéia de justiça em que à virtude se dispensa o prêmio. Sua idéia de justiça limita-se à punição do mal, e mesmo

(27). — N. de Macedo, *op. cit.*, págs. 71-72-73.

esta certeza nem sempre existe. Menelau, convencido da excelência de seu propósito em punir a seu adversário que violara as leis da hospitalidade, para assim dar exemplo às gerações futuras (28) termina por duvidar da justiça de Zeus que não lhe permitiu castigar a um culpado (29) de quem sòmente conseguira com seu dardo, rasgar a túnica. Uma explicação para o insucesso de Menelau pode ser encontrada nas consoladoras palavras de Agamenon a seu irmão ferido por Pândaro, depois de prometida a trégua e seladas as promessas: "não, não foi em vão que se assinou o tratado com sangue de cordeiro"... "Se o deus do Olimpo não interveio ao mesmo instante, êle o fará mais tarde; e êles pagarão, com grandes juros (o preço de sua perjura), por suas cabeças, pelas de suas mulheres e de seus filhos. Pois disso estou certo em espírito e coração: um dia virá em que perecerá a divina Tróia, e com ela Príamo, o bom lanceiro, e todo o seu povo; e Zeus o filho de Cronos, no alto assentado, de sua etérea morada haverá de agitar sôbre todos sua égide negra, indignado pela traição cometida. E tudo haverá de ser cumprido" (30). Se a justiça de Zeus pode tardar, permitindo que Menelau dela duvide, é certo que não faltará; e por sua demora se tornará mais terrível. A perjura parece ser o crime mais grave em Homero. Além dela, sòmente o insulto aos deuses: "Commettre l'injustice, manquer de loyauté, c'est s'attirer, sans faute, la haine du ciel et sa vengeance; a plus forte raison outrager la divinité elle-même directement" (31).

Na *Odisséia*, a justiça divina se dilui na acusação das faltas humanas, e a figura de Zeus como distribuidor de castigos é menos visível. Um dia, Zeus lamentava aos demais deuses que os homens lhes imputassem todos os males, algumas vêzes mesmo contra a vontade dos céus, quando êstes males se deviam a sua própria perversidade (32). E' que já na *Odisséia* se anuncia uma *ordem* natural entre os crimes e castigos ou para os *males* que êles trazem, entendendo-se a justiça divina, como a dos homens, como guardas dessa ordem. E' o que se vê no apêlo de Telêmaco a Themis (33), deusa da ordem e da eqüidade. Nestor nos conta que o desastre dos gregos em que tantos pereceram pela vontade de Zeus se devia a que "nem todos foram sábios e justos" (34). Sòmente Ulisses se salva da vingança de Hélios (35), pois sòmente êle não tomara parte no crime de seus companheiros — e mesmo assim vemos

---

(28). — *Il.*, III, 351.
(29). — *Il.*, III, 365.
(30). — *Il.*, IV, 158-168.
(31). — A. Roussel, *La Religion dans Homère*, pág. 187.
(32). — *Od.*, I, 32.
(33). — *Od.*, II, 66.
(34). — *Od.*, III, 133; IV, 173.
(35). — *Od.*, VII, 249; XII, 349.

perseguir-lhes a cólera dos deuses (36). Como curiosidade e sem grande significação moral, a menos que se tenha em vista que os castigos dispensados pelos demais deuses poderiam perturbar a ordem guardada pela justiça de Zeus, vemos Posseidon pedir a Zeus, seu irmão, consentimento para castigar as injúrias recebidas dos feácios, ao que respondeu Zeus: ..."tens sempre o infalível poder de vingar-te, faze como desejas e como teu coração ordenar", — ao que Posseidon responde — "Já teria tomado a vingança que dizes se não temesse tua cólera e não evitasse despertá-la (37). A descrença no poder da justiça — ou vingança divina, parece ser o maior dos crimes (38) e a morte é a pena máxima que se lhes assinala (39), pois a punição divina parece a Laertes a própria prova da existência dos deuses (40). Os limites desta vingança, quando em nome dos deuses ela se exerce pelos homens, mostram bem uma consciência mais evoluída da justiça divina que ultrapassa a simples noção de vingança assinalando-lhe uma proporção para com o crime. Atena ordena a Ulisses que massacrava os parentes dos culpados: "Pára! Termina a luta, nesta guerra indecisa, para não despertares a ira de Zeus todo poderoso, e filho de Cronos" (41).

De qualquer modo, as contradições anotadas, que mais se acentuariam e se tornariam mais numerosas se nos referíssemos indistintamente à *Ilíada* e à *Odisséia*, revelam, pelo menos, que os temas em questão ainda existem, como crenças, nos tempos de Homero. Não se poderá, nessas diversas crenças populares que apenas se refletem em Homero, procurar uma ou outra *crença homérica* na vida do além. E nem mesmo constituem elas a semente de onde, mais tarde nasceriam os *deuses das cavernas* e as religiões dos mistérios que, como demonstra Rohde, provém de outras tradições e especialmente do culto de Dionísio, da Trácia.

Êstes novos cultos iriam encontrar entre os camponeses esquecidos da epopéia, uma alma inquieta, à procura de uma significação da morte e de um destino do além. E de tal sorte a epopéia homérica se distancia do pobre camponês debruçado sôbre a terra, o qual, aliás, será o grande tema de Hesíodo, que Pettazzoni não hesita em afirmar: "Homero marca, com relação à religião dos mortos uma espécie de solução de continuidade, a interrupção de uma linha que de um lado se perde no seio da idade miceniana, nos tempos pré-históricos, e de outro, prossegue através dos séculos posteriores. Esta interrupção, mais aparente que real, permite-nos pensar que

---

(36). — *Od.*, XIX, 275; XIV, 305.
(37). — *Od.*, XIII, 127.
(38). — *Od.*, XX, 215.
(39). — *Od.*, XXII, 39; XIII, 63.
(40). — *Od.*, XXIV, 351.
(41). — *Od.*, XXIV, 544.

a descontinuidade superficial poderia bem esconder uma continuidade intacta a um nível mais profundo (42).

Enquanto Rohde encontra na epopéia um marco decisivo de libertação do pensamento grego das crenças supersticiosas do além, Pettazzoni não vê em Homero mais que a expressão particular de uma religião de senhores, acentuando uma continuidade inviolável a um nível mais profundo. "Êste nível — diz Pettazzoni, nós o encontramos realmente na mãe pátria onde, aos monumentos funerários de Micenas sucedem os de Dipilon que representam, apesar da diferença eventual de ritos, a continuidade da religião dos mortos" (43).

Ao lado dêsse trecho, e para bem caracterizar o sentido da epopéia homérica, convêm transcrever de Rohde: "Assim, a sociedade homérica vive em bela serenidade; ela não conhece os espectros noturnos"... "Nela a morte não inspira nenhum mêdo ao vivo... O seu mundo é governado apenas pelos deuses, que não são pálidos fantasmas mas sêres robustos de quem o poder se estende ao longe..." (44).

Nesse trecho o que Rohde tem em vista é o mundo dos mortos e não pròpriamente a morte que mais do que o grande terror que inspira aos heróis homéricos é também, como o destino, irremediável.

E' em razão do terror que ela inspira que a vida, apesar de triste, vale a pena ser vivida. Não encontramos em Aquiles nenhuma indicação de felicidade, na terra; entretanto, é êle que nos diz preferir: "como servo de bois, viver a serviço de outrem, de um pobre rendeiro, sem grandes posses, a reinar sôbre os mortos, sôbre todo êsse povo extinto" (45).

Uma das grandes dificuldades em justificar-se o pessimismo que serve de clima a tôda a epopéia homérica, ao lado de sua insistente exaltação da vida, quando é certo que êsse mesmo pessimismo agravado nos séculos posteriores nos leva a preferir a morte, está precisamente na ausência de uma teologia moral que possa garantir, no além, pelo menos o descanso e a libertação do sofrimento (46). A fragilidade da vida e o aniquilamento final são duas noções de igual desespêro que imprimem à epopéia uma patética melancolia que o *grandioso* heróico não consegue esconder. Apolo fala dos homens como sêres: "semelhantes às fôlhas que ora vivem cheias de brilho, comendo o fruto da terra, ora se consomem e caem no nada..." (47) e Zeus, ao referir-se à condição dos mortais não

---

(42). — R. Pettazzoni, *op. cit.*, pág. 49.
(43). — *Op. cit.*, pág. 49.
(44). — *Op. cit.*, pág. 9.
(45). — *Od.*, XI, 489 e segs.
(46). — *Od.*, XI, 541-542.
(47). — *Il.*, XXI, 464-465.

encontra comparação para a miséria do homem: "nada mais miserável do que o homem entre todos os sêres que respiram e caminham, sôbre a terra" (48).

Apesar dêsse pessimismo que, em Solon ou Teognis, nos fará ter por maior das dádivas a de nunca ter nascido, nem sempre sabem os heróis homéricos suportar a visão da morte sem antes suplicar a vida (49).

Outra dificuldade que nos impede de justificar a súplica pela vida que mais de uma vez aparece como último lamento dos heróis homéricos, é a maneira irremediável por que a morte é referida, determinada pelo destino e além do arbítrio humano. "A morte e o destino o possuem", "a morte e o negro traspasso te esperam" (50). Outra vez, ao tentar arrebatar dos troianos o corpo de Pátroclo, diz o poeta dos heróis da emprêsa: "Pobres loucos, a mais de um, sôbre êste corpo, Ajax arrebatará a vida" (51). A morte ultrapassa o próprio poder dos deuses; e ao lado do lamento de Tetis ao pensar que não mais verá seu filho amado, o grande Aquiles (52), o próprio Zeus haverá de aceitar um destino que irá ferir seu filho Sarpedão... Ao ver-lhe hesitar o coração que com piedade exclama "meu coração está ansioso e no meu íntimo agita um duplo destino", Hera lhe responde: "Que? Um simples mortal, já há muito prometido a seu destino, quererias livrar da morte? (53).

O próprio Aquiles que não esquece sua descendência divina, tem a morte por irremediável: "Eu mesmo, não vês como sou grande? — descendo dum nobre pai, e uma deusa foi minha mãe e apesar de tudo, a morte pende sôbre minha cabeça, e o imperioso destino. Manhã virá — ou tarde, ou meio-dia —, em que, no combate, me arrebatará também a mim a vida" (54).

A fatalidade da morte, e a geral resignação que Homero procura encontrar para os seus heróis num curioso racionalismo que os distancia do *mundo dos mortos* sem contudo libertá-los do terror da morte, não impede que o filho de Alastor suplique a vida a qualquer preço: "E' Troo, filho de Alastor, que vem cair aos seus joelhos, na esperança de que, fazendo-o prisioneiro, êle o poupe, e, em lugar de matá-lo, lhe deixe a vida... Pobre tolo, não sabe que não

---

(48). — *Il.*, XVII, 446-447.
(49). — O exemplo de Penélope, *Od.*, XX, 61-65, 79 e segs., que em seu sofrimento aspira ou à morte imediata ou ao arrebatamento, marca uma evolução do pensamento homérico e não serve como negação ao amor à vida tantas vêzes revelado na Ilíada.
(50). — *Il.*, XI, 443-444.
(51). — *Il.*, XVII, 236.
(52). — *Il.*, XVIII, 59-60.
(53). — *Il.*, XVI, 435-442.
(54). — *Il.*, XXI, 108-112.

será ouvido... (55). O terror que a morte inspira a Licaão: "...aproxima-se, assombrado, quer tocar-lhe os joelhos, e seu coração, acima de tudo, deseja escapar à morte cruel e ao negro traspasso"... (56) leva-o a esquecer a solidariedade ao seu irmão Heitor: "não me mates; não saí do mesmo seio que Heitor, que matou o teu bom e forte amigo" (57).

A súplica pela vida, que por várias vêzes aparece entre os heróis homéricos, não deriva, a nosso ver, de qualquer sentimento de alegria e encantamento pela existência. Mesmo o sentido heróico da epopéia não é suficiente para dar aos seus personagens uma realidade além do humano, vítimas que são das mesmas vicissitudes. E' simplesmente o terror da morte que lhes inspira a súplica. E se além de uma simples oposição lembrarmos o cenário que lhe é próprio — o das guerras, — veremos como se enriquece a contradição, aparecendo a morte como a derrota e a vida como a vitória. Mesmo assim, o sofrimento e a melancolia parecem vencer a alegria da vitória. E' o que observa Newton de Macedo: "Já na *Ilíada* que tem como estribilho a morte próxima, inevitável de Aquiles, encontramos a cada passo repetida a nota melancólica da fragilidade do destino humano, um grito de ternura e de sofrimento, uma melancolia ampla, universal, um sentimento de profunda compaixão pelas dores e pelas lágrimas da humanidade, sentimento que, dominando o clamor das batalhas e a alegria da vitória, atenua a distinção entre gregos e troianos" (58).

Esta maneira pela qual a morte é referida e a indisfarçável fraqueza de alguns heróis em suportá-la testemunham a visão desconcertante de um além de quase total aniquilamento.

* *
*

Antes, porém, de procurar a noção de alma e seu destino, — ou de vida do além, em Homero, convém explicar porque ela aparece independente de conduta do Homem na terra e sem relação alguma com o bem e o mal, com o justo ou injusto.

Veremos a seguir, que o heróico e o grandioso de tal modo dominam a epopéia que o maior dos males — a morte, encontra nesse clima uma razão: a glória da posteridade. Apesar do terror que inspira, ela é própria do destino e assim aceita com resignação.

Essa mesma noção de destino, como arbítrio dos deuses, servirá para explicar os demais males, raramente existindo — e só na *Odisséia,* uma referência às faltas humanas. Em princípio, tal co-

(55). — *Il.*, XX, 463 e segs.
(56). — *Il.*, XXI, 64-66.
(57). — *Il.*, XXI, 95-96.
(58). — *Op. cit.*, págs. 14 e 15.

mo os deuses distribuem os bens dêste mundo, também êles repartem os males.

Príamo chora a morte de seu filho Heitor, e, Aquiles que lamentava a de seu amigo Pátroclo, diz-lhe: "De nada vale lamentar a dor que gela os corações, pois essa é a sorte que os deuses, que vivem alheios a todo cuidado, decretaram aos pobres mortais: a de viver em pranto. No solo de Zeus dois tonéis se acham postos: um contém os bens e outro, os males que nos dispensa. Aquêle a quem Zeus tonante dispensar a mistura de suas dádivas, encontrará hoje a desgraça e amanhã a felicidade. Mas aquêle a quem Zeus só distribui misérias, êle o tornará vítima do escárneo; a fome devoradora o perseguirá pela terra imensa, não sendo estimado nem por deuses nem pelos mortais. E' assim que a Peleu, já em seu nascimento, os deuses dispensaram esplêndidas dádivas, fazendo-o maior do que todos os homens em felicidade e riquezas... e embora mortal, dos céus recebeu uma deusa por espôsa. Entretanto, também a êle a divindade, a seguir, infligiu a desgraça não lhe dando filhos que o reino pudesse herdar; mas sòmente um único filho destinado a cêdo morrer. E agora, pois que me encôntro em Tróia, longe da pátria, causando-te desditas, a ti e aos teus filhos, não estou perto dêle para cuidar da sua velhice. E tu também, velho ancião, pelo que soube, já fôstes feliz... A todos sobrepujava, diz-se, com tesouros e filhos; e eis que os habitantes do Olimpo te enviaram esta desgraça e por tôda a parte, em tôrno aos teus muros, batalhas e mortes! Não atormentes sem tréguas a tua alma" (59).

Os destinos humanos são assim, em Homero, arbítrio de Zeus que "distribui — diz Helena, os bens e os males a cada um, pois êle é todo poderoso" (60).

O discurso de Aquiles a Príamo, em que se revela o que há de essencial na doutrina homérica sôbre a distribuição dos bens e dos males, não nos permite entrever nenhuma justiça na distribuição dos destinos. Entretanto, a figura justiceira de Zeus aparece várias vêzes na *Ilíada* e na *Odisséia,* como já vimos. Mas o conteúdo moral que se pode aí encontrar é pequeno e quase desaparece ante a idéia dominante do Destino. Por outro lado, — é o que nos importa por ora relembrar, a justiça de Zeus se realiza neste mundo; e seu castigo é um mal acontecido nesta vida, sem qualquer referência às penas eternas numa vida do além. O destino da alma não tem nenhuma significação moral, nem mesmo como prêmio à virtude, uma vez que a justiça divina só existe como punição.

E' o que justifica a ausência, na epopéia, de qualquer preocupação pelo além, e a sua doutrina da imortalidade — de uma

(59). — *Il.,* 525-549.
(60). — *Od.,* IV, 236.

imortalidade, aliás, relativa, em que predomina o sentimento de resignação. Pátroclo que já experimentou a morte, diz: "o odioso traspasso já me enguliu", e Aquiles, ao tentar abraçá-lo, fala com espanto (61): "Ah! sem dúvida, um não sei que ainda vive no Hades; uma alma, uma sombra, na qual, entretanto, já não habita o espírito". Aquiles refere-se aos mortos como "fantasmas invisíveis dos humanos exauridos" (62). "Os mortos são cabeças sem fôrças" (63) "sêres sem nervos", iguais a sombras. A visão desconcertante do além é dada no patético encôntro de Ulisses e Anticléia:... "A saudade e a ternura que a mim dedicavas, tiraram-me a vida" — diz Anticléia ao seu filho Ulisses que a seguir nos conta: "Assim ela dizia e, meditando em suas palavras, desejava, ao menos, apertar entre meus braços a sombra de minha mãe desaparecida. Por três vêzes a ela atirei-me e, com todo meu coração, queria agarrá-la; e por três vêzes ela se desvaneceu de meus braços, semelhante a uma sombra ou a um sonho. A angústia, maior que antes, apoderou-se de meu coração e, dirigindo-me a ela, disse-lhe estas palavras aladas: — Minha mãe, por que de mim te vais quando eu quero abraçar-te? que ao menos no Hades, estando abraçados, possamos nós dois suportar os gelados lamentos!... A nobre Perséfone, ao despertar a tua sombra não quis mais do que multiplicar a minha pena e o meu sofrimento? Assim disse e a augusta mãe me respondeu: Ah! meu filho, o mais infeliz dos sêres! Não! A filha de Zeus, Perséfone, não quis enganar-te! Mas para todos nós, quando a morte nos toma, êste é o destino fatal: os nervos já não prendem nem a carne, nem os ossos; tudo cede à energia da chama ardente quando a alma abandona a branca ossatura; e a alma voa e se vai como um sonho"... (64). Das ágeis pernas de Agamenon não restam nem fôrças nem músculos (65). Privados de todo sentido, nada podem os mortos, embora no Hades "se encontrem tôdas as preocupações e rancores dêste mundo" (66). Esta última referência parece incompatível com a noção de quase aniquilamento da alma que domina a teologia homérica; mas o que aí se tem vista é apenas a representação da vida futura sem *ação*, e apenas como uma continuação da vida terrena em dores e sofrimentos. E' o que permite a aproximação da idéia de Hades mais a inferno que a Paraíso. Mesmo assim a dificuldade permanece.

De qualquer modo, e apesar de tôdas as dificuldades em saber-se ao certo o que significa a vida do além para Homero, pode-

(61). — *Il.*, XVIII, 78-79; 100-104.
(62). —.*Od.*, XI, 489.
(63). — *Od.*, XI, 49.
(64). — *Od.*, XI, 204 e segs.
(65). — *Od.*, XI, 393-394.
(66). — *Od.*, XI, 541-542.

mos dizer que não há, na sua noção de imortalidade, qualquer conteúdo moral.

A própria ausência, na epopéia, de uma esperança além do Destino, que por si responde a tôda inquietação, haveria de impedir uma imagem retributiva do além que não existe na epopéia. E' o que bem observa Rohde: "A idéia de Homero sôbre a vida apagada das almas dos mortos é fruto da resignação, não do desêjo. O desêjo jamais teria imaginado um estado que não oferecesse ao homem, depois da morte, nem continuação da ação nem repouso das fadigas da existência, mas que faz peregrinar a sua psique, inquieta e sem rumo; um estado que lhe deixa a vida, é certo, mas sem nenhum conteúdo que possa torná-la digna de ser vivida" (67).

Os heróis da epopéia não escondem o sofrimento que os deuses impuseram aos homens, nem nos falam da alegria e dos prazeres da vida. E nem mesmo a condição humana que contrasta com a felicidade dos deuses (68), os leva a preferir a morte. Mas não é difícil compreender a alienação do além em que vive o mundo homérico, apesar de as vicissitudes da existência imprimirem uma significação pessimista à vida, se tivermos presente o caráter "cavaleiresco" da epopéia em que se reduz o mundo homérico e onde apenas vivem os fortes e poderosos. Nesse mundo, a tentação da morte em nada perturba a serenidade em que vivem os poderosos que encontram na ação o prazer e a dignidade da existência terrena". "Tudo o que podemos concluir — diz Rohde, é que a imaginação religiosa dos gregos em meio dos quais cantava Homero, tomara uma direção tal que a fé nos espíritos e nas almas não encontrava ali nenhum alimento" (69). A morada dos mortos é inacessível aos vivos e êles em nada podem intervir na existência inteiramente entregue às mãos dos deuses. A alma, uma vez chegada ao Hades, já não tem qualquer significação; e a sua existência, como um desdobramento invisível do eu e que irá quase desaparecer com a destruição final do corpo, não pode ter nenhuma significação para a vida moral.

E' verdade que na passagem dos funerais de Pátroclo, por exemplo, vemos reaparecer, com hesitações, é certo, ritos destinados a acalmar a alma de um morto e sua cólera. Entretanto, esta alma se encontra *ainda* no lugar do sacrifício, à frente ou perto da morada do Hades. De qualquer modo, a solenidade dos ritos contrasta com a idéia que Homero, outras vêzes, tem da alma; e Rohde prefere, acentuando a concepção homérica da alma, que, separada do

---

(67). — E. Rohde, *op. cit.*, pág. 56.
(68). — "O mesmo contraste entre a felicidade dos deuses que vivem fàcilmente e a perturbada existência que êles deram aos homens, reaparece nos hinos homéricos a Apolo Pítico e a Demeter" (Newton de Macedo, *op. cit.*, pág. 15).
(69). — E. Rohde, *op. cit.*, pág. 35.

corpo se torna um *nada*, ver nesses ritos e cerimônias um sacrifício às divindades: "Se, em tais holocaustos, vemos uma oblação às divindades ctonianas e freqüentemente também às do Olimpo, não temos direito de atribuir outro valor às cerimônias realizadas em honra de Pátroclo" (70).

Independente de qualquer interferência ou ação dos mortos que nem sequer continuarão uma "existência", não poderia a vida terrena ser julgada com o recurso de qualquer imagem do além. A sua significação estará inteiramente nas mãos dos deuses.

E no próprio desenvolvimento da epopéia, vemos a passagem de uma primeira concepção da interferência arbitrária dos deuses a uma ordem superior e racional, na qual o próprio sofrimento aparecerá também como a conseqüência de uma falta humana.

Às afirmações de que o quinhão do mortal é o de viver em lamento, de que Zeus dispensa como bem lhe agrada, a felicidade ou a desgraça (71), que ao homem cumpre aceitar o que Zeus ordenou (72), vemos opor-se que erradamente o mortal considera os deuses como autores dos males que a sorte lhes destinou e que êles mesmos aumentam, por sua estultície (73).

As misérias e a fragilidade da vida que, em lugar da esperança retributiva do além, levam, em Homero, ao abandôno à vontade divina, aparecem como conseqüentes às próprias faltas humanas na medida em que se anuncia na própria epopéia, um mundo que é a *boa ordem*. "O grego de Homero sente muito profundamente a sua dependência a poderes que agem fora dêle; lembrar-se desta dependência e submeter-se ao seu destino, constitui a sua piedade. Acima dêle reinam os deuses; o seu poder provém da magia e muitas vêzes é um simples prazer sem sabedoria, mas vai aparecendo a concepção de uma ordem geral do universo; começa-se a perceber que os incidentes da vida dos indivíduos e do mundo, por mais enredados que possam parecer, se sujeitam a uma vontade superior (*moira*); o poder arbitrário do demônio particular é limitado pela vontade do maior dos deuses. Anuncia-se a crença de que o mundo é um *Kosmos*, ou *boa ordem*, algo de parecido ao que os Estados dos homens se esforçam por criar. Em presença desta maneira de ver as coisas, a crença na atividade desordenada de espectros não podia prosperar; na realidade, o que é próprio desta crença é deixar tôda liberdade ao capricho e a malícia dos poderes invisíveis, fazendo-as agir de encôntro ao que é verdadeiramente divino e sem nenhuma ligação com o conjunto da natureza. O elemento de crença nos espíritos e espectros é o irracional, o inexplicável; e o que

(70). — *Op. cit.*, pág. 4.
(71). — *Od.*, XVIII, 129; *Il.*, VI, 146; XXI, 464; XXIV, 525.
(72). — *Od.*, VI, 188.
(73). — *Od.*, I, 32.

há nela de aterrorizante é a instabilidade das formas que ela toma. A religião homérica vive no racional; seus deuses são plenamente concebíveis para a inteligência grega; suas formas e atitudes são perfeitamente nítidas e nìtidamente acessíveis à imaginação helênica" (74).

A importância dêste racionalismo que Rohde acentua a ponto de nele encontrar, ao lado de uma tendência *leiga* uma longínqua ameaça a todo o mundo de criações plásticas da Antigüidade, fazendo perecer a "mitologia do homem interior", só se revelará aos séculos posteriores com a criação da ciência da natureza e da filosofia.

Nos primeiros tempos que se seguem à epopéia, as vagas de exotismo irão suplantá-lo, e, dentre elas, especialmente o culto exaltado de Dionísio, ao lado do ressurgimento dos cultos agrários.

Esta circunstância que, històricamente, se explica pelo recúo da cidade e declínio da aristocracia (75) fazendo "rasgarem-se os véus de que a poesia épica havia tudo recoberto, e reaparecer, muitas vêzes, o elemento antigo" (76) nos permite perguntar: até que ponto o racionalismo homérico respondia, mesmo com resignação, à inquietude da alma grega que das misérias e fragilidade desta vida procurava no destino das almas uma recompensa para a existência?

Ao lado do aniquilamento da alma que parece constituir um tema próprio de Homero, encontramos na própria *Odisséia* a promessa de retôrno às Ilhas dos Felizes, feita por Proteu a Menelau: "quanto a ti, ó! divino Menelau, descendente de Zeus, o teu destino não é o de sujeitar-se à sorte comum nem o de morrer no Argos... mas os deuses te enviarão aos confins da terra, num prado elísio... Lá será dada aos humanos uma vida fácil... E êste será o teu destino, porque és espôso de Helena e filho de Zeus" (77).

A dificuldade em conciliar êstes dois destinos da alma — embora se trate de uma indicação única nos poemas homéricos, e introduzida talvez posteriormente (78), se resolve na promessa de que os prediletos dos deuses não sofrerão a morte e serão transportados aos confins da terra sem que suas psiques se separem de seus corpos. A descrição dêste prado elísio, sem neve nem longo inverno (79) se aproxima da própria morada dos deuses, no Olim-

---

(74). — E. Rohde, *op. cit.*, págs. 35-36.
(75). — R. Pettazzoni, *op. cit.*, caps. III e IV.
(76). — E. Rohde, *op. cit.*, pág. 93.
(77). — *Od.*, 561-569. Ainda que o último verso seja repudiado pela crítica, êle marca, da mesma forma, uma tradição, ou um ensaio de explicação.
(78). — F. Nietzche, *Anm. Zur Odyssee*, III, pág. 352, citado por Rohde, *op. cit.*, pág. 57.
(79). — *Od.*, IV, 566-568. Compare-se a descrição dêste *paraíso*, com a que aparecerá em Hesíodo, para alguns dos heróis da quarta idade (T. e D. 171 e segs.).

po (80), o que nos permite logo distinguir os *Campos Elísios* do *Hades*. Neste país não habitarão as almas dos mortos mas sòmente aquêles que para lá se transportaram com o seu corpo, pois, assim poderão desfrutar as alegrias da vida (81).

Contra os argumentos que pretendem ver nessa passagem uma contribuição espúria ao pensamento homérico, e mesmo posterior — o que, aliás, é de pouca importância para o que temos em vista neste trabalho, lembramos as inúmeras vêzes em que, na *Ilíada* os prediletos dos deuses são por êles arrebatados (82) ou "tornados invisíveis" aos mortais.

E' curioso perceber que a idéia de aniquilamento da alma, no Hades, impedindo qualquer figuração moral da existência com relação ao além não conseguiu prevalecer a ponto de negar para os prediletos dos deuses uma vida imortal.

Entretanto, esta vida imortal que pressupõe a imortalidade também do eu visível ou corpóreo, não aparece rigorosamente como a continuação do presente. Há nela também uma esperança retributiva .E' o que se vê, por exemplo, em Penélope que aspira, em seu sofrimento, ou à morte imediata ou ao arrebatamento (83). E' de pouca importância saber, para o nosso propósito, se êste desejo de morte se opõe ao de arrebatamento que no caso de Penélope deveria conduzí-la às portas do reino dos mortos. Mesmo aí — na prece de Penélope, pode entender-se que o seu arrebatamento se opõe à morte e à morada no Hades. Em todo o caso — e é o que nos parece mais importante nessa passagem, a libertação desta *existência de dor* aparece de uma ou outra forma, como retribuição ao seu sofrimento. Penélope aspira a êste arrebatamento que é uma crença homérica, porque a terra dos vivos lhe parece insuportável.

O Hades e os Campos Elísios (84) permanecem assim como os dois destinos possíveis; mas êste reino divino que é a morada da felicidade sòmente é dado ao homem a quem o próprio Zeus, em cujo nome agem as demais divindades, concedeu a graça de torná-lo também *deus* ou *imortal*.

Vemos bem a independência pelo menos, na *Ilíada*, entre a conduta dos homens e a vida do além que não guardam entre si nenhuma relação de qualificação moral. Da crença de que os deuses podem dispensar a imortalidade aos mortais, recebendo-os em

---

(80). — *Od.*, VI, 43-45.
(81). — *Od.*, IV, 565.
(82). — O arrebatamento de Paris por Afrodite, *Il.*, III, 380; de Enéias por Apolo, V, 334; de Ideu por Hefesto, V, 23; de Heitor por Apolo, XX, 443; de Enéias por Poseidon, XX, 325; de Agenor por Apolo, XXI, 596; Sarpedão por Zeus, II, 436 e outros.
(83). — *Od.*, XX, 61-65, 79 e segs.
(84). — A rigor, os Campos Elísios são, já em Homero, uma morada especial destinada aos que foram raptados pelos deuses, e não a própria morada dos deuses em que vivem os imortais. A identificação do texto refere-se a crenças anteriores a Homero.

seu reino, não pode o homem esperar mais do que êsse *milagre* para o qual em nada deverá contribuir.

A dispensação arbitrária de Zeus aparece claramente quando Nausicaa, dirigindo-se a Ulisses, explica: "E' o próprio Zeus Olímpico que dá superioridade aos homens, sejam êles bons ou maus, e a cada um como bem lhe apraz; o teu quinhão foi dado por êle, e tens que suportá-lo" (85).

Poderíamos mesmo notar um indisfarçável egoismo dos deuses neste mito do arrebatamento: Calipso quer tornar Ulisses "imortal e sempre jovem" (86) não em retribuição aos seus meritos nem para atender à sua aspiração, *mas para que êle permaneça sempre ao lado dela*.

Êste preço da imortalidade, e pelo qual não cabe ao mortal decidir-se, repete-se outras vêzes na *Ilíada* e na *Odisséia* (87); o que nos permite prevenir-nos contra sua aproximação a um paraíso de justos.

Trata-se de um mito de indiscutível importância na epopéia quer como criação nova ou nova expressão de tempos anteriores Se de um lado se opõe ao *racionalismo* com que em Homero se destrói todo o mundo de criações plásticas da Antigüidade, de outro é a única alternativa para a imortalidade que a idéia de aniquilamento da alma não conseguiu apagar. E' especialmente no desenvolvimento posterior da espiritualidade grega que veremos a sua importância como único resíduo de imortalidade herdado da epopéia.

Mas, se neste desenvolvimento, a idéia da imortalidade decorre dos méritos e virtudes da existência terrena, esta decorrência não existe em Homero.

Nas passagens citadas, não há uma só referência que nos permita entrever na morada dos imortais um paraíso para os justos. Nada em Homero consente concluir que se a virtude não nos leva à felicidade nesta existência, na terra prometida encontraremos o seu prêmio. Em Menelau não há uma só das virtudes da idade homérica, e a promessa de Proteu diz expressamente... "porque és espôso de Helena e genro de Zeus".

A graça da imortalidade se legitima apenas no Destino divino; nem o mérito, nem a virtude, dão lugar à felicidade futura.

Êste "último refúgio da esperança humana" que Rohde qualifica mais como criação poética que religiosa, se encontra além da terra habitada, donde conclui Rohde: "Se uma vida de inalterável felicidade sòmente pode ser imaginada nos confins mais afastados da terra, com ciúmes defendida contra os estrangeiros, bastará um passo a mais para concluirmos que tal felicidade se encontra apenas

(85). — *Od.*, VI, 187.
(86). — *Od.*, V, 135 e 209; XXIII, 335.
(87). — Cf. *Od.*, VI, 280; *Il.*, XX, 232; XI, 1 e *Od.*, V, 1.

onde nenhum homem pode ser conduzido, nem pelo acaso, nem por sua própria determinação, isto é,... além de tôda a vida real. E' um desêjo idílico que encontra a sua satisfação na fantástica terra elísia. A felicidade dos homens chamados e uma vida eterna não pareceriam inteiramente asseguradas a menos que subtraídas a tôda pesquisa e investigação. Esta felicidade é vista como um prazer contínuo sob um céu muito doce; onde, diz o poeta, a vida dos homens corre sem aflição, semelhante à vida dos deuses, mas ela é também uma vida sem desejos e sem ação. E' de se duvidar que o poeta da *Ilíada* tenha tido êste futuro como digno de seus heróis e pode-se perguntar se tal felicidade teria sido para êle uma felicidade! (88).

* *
*

Na obra de Homero poderíamos ainda perceber uma valorização do passado como processo de educação moral. A educação da posteridade, num mundo cavaleiresco de grandes tradições, não se anima de qualquer sentido revolucionário, apesar de todos os progressos burgueses.

A poesia épica em si mesma encerra o ideal ético uma vez que "no primitivo pensamento grego a estética não se separa da ética" (89). A importância que nela assume o mito e a lenda heróica, como paradigma de conduta moral permite-nos ver no próprio mito o mundo ideal.

Por outro lado, no mito está o conhecimento do passado que assim se eleva a modêlo da vida moral. Os grandes feitos dos homens e dos deuses são um processo de educação da posteridade.

Jaeger, recorrendo à concepção platônica do "terceiro gênero de possessão e delírio, de que as Musas são o princípio" e no qual "se a alma possuída é uma alma delicada e imaculada, ela assim desperta e atirada aos transportes que se exprimem nas odes e nas diversas poesias, pela glorificação de mil e mil feitos dos antigos realiza a educação da posteridade (90), não hesita em afirmar que se trata de uma concepção "originàriamente helênica" que parte da união necessária de tôda a poesia com o mito" que é o "o conhecimento dos grandes feitos do passado" (91)... Assim é que "in the Homeric poems we saw that the interests of the present were subordinated to a splendid picture of the ideal past" (92). Em geral "os pensadores gregos voltam-se de preferência para o passa-

(88). — *Op. cit.*, pág. 69.
(89). — W. Jaeger, *Paidéia*, trad. inglêsa de Gilbert Highet, vol. I, pág. 35.
(90). — *Fedro*, 245 a.
(91). — W. Jaeger, *op. cit.*, pág. 40.
(92). — J. A. Symonds, *op. cit.*, vol. I, pág. 14.

do e é aos seus heróis míticos que os oradores e escritores políticos vão pedir inspiração e ensinamentos. A própria filosofia é "amiga do mito" diz Aristóteles na sua *Metafísica* (Livro I)" (93).

A importância que na obra de Homero tem o conhecimento do passado — o que nos atesta o alto valor que empresta ao mito, se esclarece melhor se recorrermos aos pressupostos mais gerais da ação humana. No mundo homérico, animado de um racionalismo teológico, nada acontece de grandioso sem a intervenção dos deuses.

Esta inspiração divina que não se reduz a um sentido apenas normativo, mas que mais se aproxima da ordem necessária, torna a ética um quadro permanente de virtude. "Os últimos limites da ética — diz Jaeger, são para Homero, como para os gregos em geral, leis do ser e não apenas normas de obrigação moral" (94). A implicação divina nas ações humanas, que permite aos homens responsabilizarem os deuses pelos bens e males acontecidos terminará por encontrar em Zeus a última razão de todo acontecimento. "Esta intervenção dos deuses em tôdas as ações e sofrimentos humanos — prossegue Jaeger, obriga o poeta grego a ter sempre em mira a eterna significação das ações e destinos dos homens, colocando-os num esquema geral do mundo e julgando-os em referência aos mais altos padrões religiosos e morais (95).

Não há, pois no pensamento homérico, lugar para um julgamento relativo da ação humana. A ética pertence ao domínio do ser e em Zeus está a razão de todo acontecimento. Esta "ordem ética" que é necessária, é também a ordem do passado expressa nos vários mitos que a revelam aos homens. Todo o ideal de sabedoria e perfeição ética se volta assim para o conhecimento do passado.

Se além das linhas mais gerais do pensamento homérico quiséssemos analisar mais detidamente o conteúdo pròpriamente ético da epopéia, as pequenas contradições que de passagem se assinalaram e nas quais não nos detivemos, haveriam de exigir uma explicação mais rigorosa (96).

Mas, para o que temos em vista nesta introdução histórica à noção de progresso moral, não há inconveniente em supor a unidade da obra homérica, apenas distinguindo o indiscutível progresso que se vê da *Ilíada* à *Odisséia*, que podem ser tomadas como espelhos fiéis de uma certa fase da sociedade grega.

A exigência de uma unidade entre essas duas obras, especialmente no que respeita à teologia e à moral, constitui precisamente

---

(93). — Newton de Macedo, *op cit.*, pág. 18.
(94). — *Op. cit.*, págs. 50-51.
(95). — *Ibidem*, pág. 52.
(96). — Estas dificuldades que ultrapassam o propósito dêste ensaio, têm levado estudiosos de Homero até mesmo a negar a sua existência histórica, ou pelo menos, a admitir, na sua obra, a presença de vários autores representando tradições diferentes que vieram, ao mesmo tempo, ou em tempos diversos, coexistir lado a lado numa só obra que se conheceu mais tarde pela epopéia homérica.

uma das razões que tem levado a contestar-se a sua identidade de origem. Em lugar de uma unidade, encontramos clara oposição entre a maneira por que Homero nos descreve o Olimpo, na *Ilíada,* e a final onipotência de Zeus, na *Odisséia*. E não é só: o fatalismo pessimista da *Ilíada* se atenua na *Odisséia* onde a variedade de deuses, antes igualmente vítimas do destino, desaparece ante a única vontade de Zeus. Com relação ao homem, esta evolução não é menos evidente: o sofrimento humano, na *Odisséia,* já encontra uma explicação na própria insensatez dos homens.

Em geral, da *Ilíada* para a *Odisséia,* vemos a maturidade de um espírito sereno que irá corrigir os excessos de uma juventude inteiramente voltada para a ação.

Para bem se avaliar a importância dêste progresso de espiritualidade a que correspondem imagens diversas da vida histórica, vendo-se, na *Ilíada,* a exaltação da moral guerreira própria a um tempo de lutas, e, na *Odisséia,* o ideal de fidelidade e hospitalidade quando o problema do momento e talvez o da colonização do Ocidente, convêm opor mais particularmente ao lado da noção de Destino, as passagens que ilustram, numa e noutra obra, o ideal de vida moral.

LINNEU DE CAMARGO SCHÜTZER
Assistente da Cadeira de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

O SAMBA DE TERREIRO DE ITU.

I. — INTRODUÇÃO.

Realizava-se anualmente em Itu (Estado de São Paulo), uma dança tradicional negra conhecida pelos naturais do lugar como "samba", "samba da negrada", "samba dos negros" ou "samba de terreiro". Essa dança fazia parte das cerimônias religiosas e profanas que os pretos dedicavam a São Benedito, por ocasião das comemorações em honra do santo negro, e à Santa Isabel, em homenagem à Princesa Isabel, e em regozijo pela passagem do dia da libertação dos escravos.

Recentemente, contudo, verificou-se na cidade uma tentativa de fazer reviver o antigo samba. Em sua apresentação atual, a dança sofreu algumas alterações, com referência aos caracteres do samba de terreiro tradicional de Itu. Êsse fato, associado com o interêsse folclórico que o samba dos negros apresenta para os especialistas, orientou nossa pesquisa no sentido de colher dados relativos à integração do samba de terreiro e suas manifestações na cultura local de Itu, tanto no passado, quanto no presente.

Os dados relativos às atuais manifestações do samba de terreiro foram colhidos nos princípios dêste ano. Houve uma tentativa para restabelecer essa festa da cultura local e nessa oportunidade pudemos acompanhar tôdas as fases de sua realização. Ao lado dos dados colhidos por observção direta, realizamos entrevistas com indivíduos de diversas idades, brancos e negros, principalmente aquêles que puderam participar, direta ou indiretamente, do samba de terreiro no período que termina por volta de 1940. Além dessa parte da pesquisa, tentamos explorar a documentação histórica acessível, com o fito de completar a descrição sociológica do fenômeno.

Afinal, por que durante cêrca de 15 anos consecutivos não houve samba em Itu? Por que se relevou com caracteres diversos em 1955? Seria por causa do esquecimento provocado pela interrupção? Estas e outras questões nos preocupavam, enquanto realizávamos a pesquisa. Procurávamos saber, também, porque fôra extinto o samba de terreiro em 1940. Seria conseqüência de uma hipertrofia da festa profana, em detrimento da religiosa? Seria decorrência de uma modificação da mentalidade dos negros? Teria ha-

vido uma modificação profunda na situação dêles, na comunidade, alterando assim seus centros de interêsse?

Estas são as questões que se nos apresentaram e que pretendemos esclarecer neste trabalho. Todavia, o samba de terreiro de Itu é um fenômeno social que pode ser analisado como fato folclórico e do ponto de vista sociológico. E' como fato folclórico que vamos encará-lo na parte III, onde pretendemos também fornecer algum material comparativo. Será como fenômeno social, porém, que procuraremos interpretá-lo. Os resultados da análise sociológica serão apresentados na parte IV desta exposição.

II. — O SAMBA DE TERREIRO.

Os dados que colhemos em Itu permitem apresentar descrições do samba de terreiro em duas épocas distintas. Numa delas, a dança é exposta conforme se realizava entre os anos de 1930 e 1940, período a que se refere a quase totalidade dos informantes. Na outra descrição o samba é representado como o presenciamos na noite de 5 para 6 de janeiro de 1955, quando tentaram revivê-lo depois de cêrca de quinze anos de interrupção.

A. — Tem-se notícia de que a partir de 1888, quando a Princesa Isabel proclamou a libertação dos escravos, os negros realizavam a sua dança tradicional — o samba — em diversos lugares da região ituana: na cidade e nos arrabaldes. Entretanto, depois daquela data, um dêsses lugares logo sobrepujou aos outros, seja quanto ao interêsse que despertava, seja quanto à repercussão da fama de seu samba. Tratava-se do terreiro fronteiro à igrejinha de São Luís, Bispo de Tolosa, situada no antigo largo de São Francisco, hoje praça D. Pedro I (1). Êste logradouro público reunia dois elementos altamente favoráveis à realização do samba: possuía uma igreja, onde se encontrava também a imagem de São Benedito, o que levava a irmandade negra de mesmo nome a ter aí sua sede; e permitia aglomeração de gente, havendo chão batido suficientemente amplo para a dança e a assistência-participante. Reuniam-se, pois, num mesmo lugar, fatôres favoráveis à festa religiosa e à profana. Aí se realizou o samba até a primeira década dêste século. Dançava-se em duas épocas do ano, ambas particularmente importantes par o grupo negro. Sambavam no princípio do ano, nas chamadas festas do Ano Bom. Nesta ocasião dançavam tôdas as noites, do dia 1.º, a partir de seus primeiros momentos, até a noite do

---

(1). — Cf. Francisco Nardy Filho, *A Cidade de Itu*, III vol., São Paulo, 1950, pág. 204. Joaquim Luís Bispo, "Morreu o Samba Ituano", crônica publicada em *O Estado de São Paulo*, a 13-5-1954 — São Paulo.

dia 5 para o dia 6. Normalmente o samba iniciava-se logo após a reza, que se celebrava na Igreja. No dia 5, entretanto, realizava-se uma procissão ao entardecer, em honra de São Benedito. E à entrada da procissão celebrava-se a reza, depois da qual se iniciava o samba de terreiro à frente da igreja (2).

Conforme se verifica pelo exposto, havia nessa época do ano uma perfeita conjugação de cerimônias religiosas e festas profanas. Aquelas incluiam missas, comunhões, rezas e a procissão, enquanto que estas se resumiam em beber e sambar.

Em maio também se dava o mesmo. Neste mês, nas noites dos dias 10, 11 e 12 havia samba no terreiro da mesma igreja. Nestes dias, celebrava-se a reza em honra de Santa Isabel, mas a intenção era prestar uma homenagem *in memorian* da Princesa Isabel, que no dia 13 de maio de 1888 assinara a lei de Abolição da escravidão no Brasil.

Nesta época também reinava equilíbrio entre as cerimônias religiosas e as profanas. Tudo corria em perfeita ordem. Os negros respeitavam os ofícios religiosos e, em compensação, o clero e autoridades municipais respeitavam o samba.

Na primeira década dêste século, contudo, um incêncio destruiu parte da igreja de São Luís (3). E na mesma época foi inaugurada, à rua Santa Cruz, a igreja de São Benedito, dedicada ao padroeiro dos negros (4). E' para esta nova igreja que os pretos transferem os seus festejos, tanto os religiosos com os profanos, e com a mesma harmonia que se verificava anteriormente. Apesar de não estar situada numa praça como a outra, a igreja de São Benedito possuía um terreiro amplo ao lado e à frente, o que possibilitava a continuação do samba nas condições anteriores.

O samba que descrevemos a seguir é aquêle que se realizava no terreiro que fica em frente a esta igreja, e possui os caracteres notados por nossos informantes entre 1930 e 1940.

Por ocasião do samba, o terreiro era tomado por uma *caieira* (fogueira), junto à qual se encontrava o recipiente com quentão (5). Ao lado formava-se um círculo de negros e negras sambadores, em sua grande maioria, e alguns brancos e brancas, curiosos quase sempre. Êsse círculo apresentava diâmetro extremamente variável, segundo o entusiasmo geral. Mas possuía geralmente cêrca de 7 metros de extensão. E era no interior dêsse círculo que se distribuiam tocadores e dançadores.

---

(2). — Francisco Nardy Filho, *op. cit.*, pág. 205.
(3). — Francisco Nardy Filho, *op. cit.*, pág. 206; Joaquim Luís Bispo, *op. cit.*
(4). — Francisco Nardy Filho, *op. cit.*, págs. 206-207.
(5). — Segundo nosso informante Henrique Maia, o quentão é uma mistura de pinga e água potável em quantidades iguais, onde se adiciona gengibre e pimenta ao gôsto dos sambadores; a mistura completa passa por uma fervura antes de estar em condições de ser tomada.

Os instrumentistas sempre eram indivíduos do sexo masculino. Localizavam-se no interior do círculo, mas próximos à assistência, e reunidos num grupo. Isto não os impedia, contudo, de participarem da dança carregando seus instrumentos, conforme veremos adiante. Os instrumentos usados eram todos de percussão: *zabumba* (bumbo), pandeiro, reco-reco, cuíca, tamborim, guiso e *guaiá* (chocalho) (6). Às vêzes encontrava-se mais de um instrumento do mesmo tipo no mesmo samba; mas nem sempre se reuniam todos os citados num mesmo samba.

Se entre os tocadores não havia mulheres, isto não significa que elas não participassem do samba, como dançarinas. Veja-se por exemplo a lista de sambadores fornecida por Joaquim Luís Bispo: Isaac, Filadelfo, Miguelzinho, Rafael, Juvêncio, João Pereira, Nhá Vitalina, Nhá Dita, Nhá Júlia, Nhá Inacinha, Nhá Teolinda e Nhá Maria Barriquinha (7). Todos êles eram muito conhecidos na década a que nos referimos.

Considerando que os indivíduos se dispunham no terreiro da forma mencionada, o samba iniciava-se da seguinte maneira: reuniam-se tocadores e dançadores ao redor do zabumba e aí alguém cantava uma estrofe improvisada. Êsse indivíduo cantava e passava a repetir seguidamente a mesma estância. Aos poucos os outros decoravam a parte do côro, que lhes cabia. Quando os versos estavam suficientemente decorados, a melodia já perfeitamente delineada e o ritmo nìtidamente marcado, entrava em cena o zabumba, acompanhado dos outros instrumentos. E assim se iniciava entusiàsticamente o samba de terreiro. Dada a estrofe, que podia ser improvisada por um homem ou mulher, dançador ou tocador, realizava-se um trabalho de aprimoramento da mesma, enquanto ela era decorada, até que se pudesse iniciar a dança com versos perfeitamente "polidos" pelo grupo todo. Aliás, êsse processo se repetia aproximadamente do mesmo modo para todo e qualquer samba (8), pois na sua grande maioria eram improvisados pelos sambadores, o que exigia aquêle mecanismo a fim de serem aceitos, sentidos e decorados por todos.

Quanto à coreografia, êsse samba de terreiro apresenta poucos elementos fundamentais. Não são numerosos os passos característicos nem as figurações. Além do processo de introdução da estrofe improvisada no seio do grupo, o que já deve ser considerado um elemento coreográfico importante, poucos são os que se lhes acrescentam. Senão, vejamos: tomando-se os indivíduos dis-

(6). — Esta lista de instrumentos foi elaborada com base nos dados fornecidos por Joaquim Luís Bispo (*op. cit.*) e Francisco Nardy Filho (*op. cit.*, pág. 205).
(7). — Joaquim Luís Bispo, *op. cit.*
(8). — A expressão samba é utilizada pelos participantes tanto para designar o samba de terreiro, como um todo, como para designar cada dança em si, ou o conjunto dos sambadores.

postos no terreiro, conforme já mencionamos, temos um círculo que é formado pelo que chamamos de assistência-participante. No interior do círculo encontram-se os dançadores, dispersos, e os instrumentistas a um canto (9). Como nos referimos a um samba já em execução, verifica-se que, enquanto os instrumentistas repetem seguidamente as mesmas frases musicais, os dançarinos fazem, individualmente, circunvoluções pelo interior da roda. Êstes não dançam numa direção pré-fixada; parecem sambar a esmo, tendo como único ponto de referência o conjunto de tocadores, particularmente o zabumba. Dançam com os braços levantados, seja na altura do torax, seja para cima. A não ser em algum dançarino improvisador, os passos se reduzem a passadas irregulares, onde se nota nìtidamente a marcação do ritmo; os pés parecem ser usados principalmente para a marcação rítmica. São, conutdo, os braços, as cadeiras e o corpo todo que nos dão o modo característico de cada um dançar. Os quadrís, em particular, são grandemente usados pelas mulheres, que os utilizam em requebros.

Outro elemento coreográfico característico do samba de terreiro de Itu é a umbigada. Apresenta-se, contudo, de forma relativamente estilizada, pois raramente se verifica o contacto real entre os dançadores. Há apenas a menção de um dançarino encostar seu ventre no de outro. Em dois casos, no entanto, a umbigada atinge aspectos novos e mobiliza a atenção de grande parte da assistência. Num dêles ela se dá entre um dançarino e uma dançarina. Ambos se acham sambando e começam a se enfrentar frente a frente, a pouca distância um do outro. Neste caso, a disputa parece iniciar-se por uma provocação, um negaceio, entre os dois. Essa negaça, e isto se nota claramente, é altamente carregada de sensualidade, o que provoca o interêsse de todos. Um pretende atingir o ventre do outro com o seu, mas, enquanto a mulher foge e se oferece, o homem procura e recusa ao mesmo tempo. Nisto consiste o negaceio, que é realizado no ritmo certo do samba. Geralmente, esta situação atinge seu clímax com a umbigada pròpriamente dita, onde muitos dos nossos informantes viam manifestações sexuais e até mesmo figurações do coito. Outro caso onde a umbigada apresenta aspectos curiosos, coreogràficamente, é aquêle onde participam uma dançarina e o tocador de zabumba, com seu instrumento. Desta vez a disputa é também carregada de sensualidade, mas acrescida de um elemento cômico, que é o zabumba interpondo-se entre os dançarinos. Aliás, agora o aspecto luxurioso torna-se ainda mais notório devido ao verdadeiro

(9). — Tanto tocadores como dançadores são designados conjuntamente como sambadores.

poder mágico que o instrumento (o som evidentemente) exerce sôbre todos. O clímax do negaceio, a umbigada, é conseguido através do zabumba, que toca muitas vêzes fortemente o ventre da dançarina.

A assistência-participante também deve ser considerada elemento coreográfico conforme a própria expressão o sugere. Os indivíduos que formam a roda, homens e mulheres, não formam uma assistência impassível. São negros e negras, mulatas e mulatos, prontos para entrar no samba, seja através da umbigada que um dos dançadores lhes dirige, seja por uma simples insinuação dessa umbigada, seja expontâneamente. Muitas vêzes, um dançarino permanece alguns segundos em frente de uma sambista que está na roda e esta já se sente convidada a entrar no samba. Outras vêzes verifica-se a menção de atingí-la com a umbigada. Em outros casos, nenhuma sugestão é necessária — apenas o entusiasmo que a música provoca.

Quanto às estrofes cantadas no samba de terreiro, no período que antecede 1940, verifica-se que podem ser dísticos ou quadras, onde encontramos uma parte para solo e outra para côro, conforme podemos constatar pelos exemplos colhidos:

1 — solo — Lá vem a roda
côro — Quem tem faca com ponta qu'esconda (10).

2 — solo — Capim fino virô catinguero
côro — Minha gente, cadê campinero (11).

3 — solo — Piriquito, cadê papagaio?
côro — Hoje é dia treze de maio (12).

4 — solo — .....
côro — Delegado mandô pará (13).

5 — solo — Eu tenho pena
Eu tenho dó

côro — Da novia preta
De minha avó (14).

6 — solo — Uá, uá
Uê, uê

côro — Só trabaio
P'ra bebê (15).

---

(10). — Informante: Anísio Belcofine.
(11). — " Anísio Belcofine.
(12). — " Corintho Galvão de Toledo.
(13). — " Attílio Ianni.
(14). — Joaquim Luís Bispo, *op. cit.*
(15). — Joaquim Luís Bispo, *op. cit.*

7 — solo — Meu São Benedito
Já foi cozinheiro

côro — Agora êle é
Nosso pai verdadeiro (16).

Evidentemente essas são apenas algumas das muitíssimas estrofes, que os negros criavam contìnuamente no samba de terreiro.

Geralmente um samba (uma estrofe) durava longo tempo, cantado numa monotonia enervante para os que ouviam, mas num ritmo envolvente para os que sambavam. Alguns informantes chegam a falar em uma hora e até mais de duração de um samba; aliás, todos são unânimes em afirmar que durava longo tempo, o que pode ser indício do elevado grau de participação que os negros revelavam no samba de terreiro.

E quando se cansavam demais, era lícito aos sambadores retirarem-se para descansar, seja entre os que assistiam, seja nos bancos da igreja, que permanecia aberta e iluminada por tôda a noite (17).

Êsses foram os elementos que conseguimos colher a respeito do samba de terreiro que era dançado em Itu, na década que medeia os anos de 1930 e 1940. Neste período, aliás, já se constatavam elementos perturbadores do samba, como manifestação exclusivamente negra. Os brancos passaram a participar da dança ativamente. Não havia mais, conforme se verificava anteriormente, a preocupação dos negros e mulatos de manter o samba isento daqueles elementos. E os brancos, por sua vez, não o evitavam. Ou melhor, já o procuravam os indivíduos brancos da mesma camada social que os negros, principalmente os caboclos. E assim, pouco a pouco, o samba foi deixando de ser dos negros, *foi clareando*. Foi secularizando-se, perdendo os caracteres mágico-religiosos. Já não era uma festa profana, associada a cerimônias religiosas. Aquêle passou a ser a exclusiva preocupação da maioria dos sambadores. Assim, o samba de terreiro ganhou novo significado para o branco, que o integrou.

Muitos descendentes de antigos sambadores não participavam da dança, pois viam nela um fator de desprestígio para si. Preferiam dedicar-se, por êsse motivo, a outros divertimentos. Aliás, isso era possível, por causa do calendário anual de festas, que abrange outros divertimentos. Passaram a divertir-se principalmente nos dias de carnaval, para o que fundaram dois clubes em Itu, depois de 1920. Nesses clubes, da mesma forma que os brancos nos seus, os descendentes de escravos e velhos sambadores faziam bai-

---

(16). — Francisco Nardy Filho, *op. cit.*, pág. 205.
(17). — Francisco Nardy Filho, *op. cit.*, pág. 205.

le nos mesmos dias que aquêles: o baile do Ano Bom, o baile de Aleluia, o baile da Primavera, os bailes pré-carnavalescos, os carnavalescos, etc. E assim o samba de terreiro foi sendo esquecido pelos negros e mulatos já antes de 1930. Alguns saudosistas, velhos e ex-escravos, juntamente com alguns brancos, conseguiram levá-lo até cêrca de 1940, quando algumas medidas tomadas pelo clero e pelas autoridades policiais ajudaram a apressar sua extinção. O clero proibiu-o nas proximidades da igreja e a polícia impediu a sua realização dentro da cidade.

B. — Na noite de 5 de janeiro de 1955, após a reza na igreja de São Benedito, dançou-se novamente o samba em Itu. Não foi diante da igreja, que hoje não é mais terreiro de chão batido, mas coberto de lajes. Êste samba realizou-se no quintal do Mercado Municipal, que se encontra no quarto quarteirão acima daquela igreja, na mesma rua.

Desta vez, contràriamente ao samba de terreiro realizado anteriormente a 1940, era maior o número de brancos, entre os que assistiam. E poucos eram os negros e mulatos, todos também curiosos.

O terreiro estava tomado por uma *caieira* (fogueira), de um lado, e uma barraca de quentão, no outro lado. Entre a caieira e a barraca postaram-se os tocadores — todos mulatos — com seus instrumentos de percussão: uma *caixa* (caixa surda), um *guaiá* (chocalho) e dois *zabumbas* (bumbos) (18). Ao lado dos tocadores colocaram-se os dançadores. E, cercando a todos, formou-se um círculo de aproximadamente 5 metros de diâmetro, com a assistência. Sim, agora temos apenas uma assistência, e não mais uma assistência-participante como anteriormente.

Encontravam-se no terreiro sòmente oito sambadores (tocadores e dançadores), um dos quais do sexo feminino: Juvenal de Campos, Maria Faustina, Lupércio Freitas, Osvaldo Caetano, João Ramos, João Barulho, Roque Galvão e Sebastião Peitudo. Eram negros e mulatos. Todos tinham sambado nos sambas de antes de 1940, em Itu mesmo. Quanto à dançarina, que era jovem, não pudemos confirmar êste detalhe.

Antes de irem para a roda os sambistas já haviam tomado uns goles de quentão, "para esquentar". Já no interior do círculo passaram a conversar, tomando providências. A seguir ouve-se algumas batidas fortes no zabumba, pedindo silêncio à assistência e a atenção dos sambistas. Entraram novamente a conversar, já agora

---

(18). — O *guaiá* é uma caixa cilíndrica, de fôlha de flandres, com cêrca de 30 centímetros de comprimento e 15 de diâmetro; possui duas alças também de fôlha de cada lado, e no seu interior pedrinhas. O instrumento era pintado de amarelo e prêto, em faixas longitudinais de cêrca de 3 centímetros de largura.

procurando saber quem iria começar o canto. Logo em seguida ouve-se uma estrofe que diz:

Eh! Campina, eh! Sorocaba
Ô sóio da minina
Ôi tá quenem jabuticaba.

Os versos são repetidos diversas vêzes por todos, até que começa a estabelecer-se um diálogo entre o cantador que deu o "ponto" e os dançadores, que fazem o côro, repetindo a frase "Ôi tá quenem jabuticaba". Quando êsses versos parecem já bem delineados e decorados por todos; quando a melodia está bem gravada e o ritmo patente a todos, o bumbo entra em cena na marcação certa, acompanhado pelos outros instrumentos. E assim se inicia o samba, com entusiasmo dos sambadores, e sob os olhares curiosos da assistência.

Os que estavam dançando faziam-no individualmente, sempre orientados para os instrumentistas, onde se reuniam cada vez que o samba era "cortado" (19). Davam os passos que entendiam, fazendo trejeitos próprios, e requebravam como podiam, principalmente a mulher presente. Não presenciamos nenhuma figuração que lembrasse a umbigada, estilizada ou não, encontrada no samba descrito anteriormente.

Aliás, o samba de terreiro presenciado por nós nesse dia apresentou alguns caracteres diferentes do antigo e desagradou aos próprios sambadores. Um dêles foi a curta duração de cada samba. Conforme sabemos, antes de 1940 cada estrofe era cantada por muito tempo — mais de uma hora, muitas vêzes — o que evidentemente deveria corresponder às exigências emotivas do grupo. No samba que presenciamos, entretanto, isto não se verificou. Durante tôda a noite não houve samba que durasse mais que 5 minutos. E, além disso, o "ponto" foi dado, na sua quase totalidade, por um só indivíduo, que os tinha de memória, decorados. Êste indivíduo era o que tocava zabumba, o qual, ao mesmo tempo, orientava os outros instrumentistas.

Êsses aspectos, associados com a ausência de mulheres sambistas, a distância da igreja que tanto se ligava aos festejos negros, e outros, revelavam marcantes diferenças entre o samba de terreiro em 1955 e o de 1940. Aliás, os próprios sambadores presentes demonstravam não estar satisfeitos com a dança, pois mostravam-se desorientados, interrompendo o samba a cada instante e bebendo quentão em grande quantidade logo de início. Veja-se, outro exemplo ilustrativo dessas diferenças: a assistência, que não era com-

(19). — "Cortar" significa interromper o samba que está sendo dançado, quando está esmorecendo, a fim de se iniciar outro.

posta, conforme já o dissemos, de indivíduos participantes, integrados no grupo. Eram curiosos: brancos, mulatos ou negros. Não se encontravam entre êles pessoas dispostas a entrar na dança, como antigamente. Não havia, portanto, possibilidade de manutenção do entusiasmo do grupo sambador, através do revesamento. Não precisamos lembrar, pois, que tôda a noite sòmente sambaram aquêles oito já mencionados, revezando-se entre si, e refazendo o entusiasmo através do quentão.

Quanto à vestimenta, usavam trajes domingueiros. A mulher vestia um vestido branco e os homens, calça, camisa e paletó, sem gravata. Posteriormente alguns tiraram o paletó.

Conforme dissemos acima, as estrofes eram dadas sempre pelo mesmo indivíduo, que as tinha de memória. Tratava-se de um velho sambador que decorara muitos dísticos, tercetos e quadras nos sambas de antes de 1940. Eis o que conseguimos registrar:

8 — solo — Sambá comigo é melhó.
côro — Sambá comigo é melhó.

9 — solo — Eh! Campina, eh! Sorocaba
Ô sóio da minina
côro — Ôi tá quenem jabuticaba.

10 — solo — Eu tenho pena
Eu tenho dó

côro — Do galo preto
Apanhá do carijó.

11 — solo — Ai papai
Ai papai

côro — Eu quero fazê bunito
Porque sô feiô demais.

12 — solo — Eu não sô criança
P'ra enganá cum ovo

côro — Pois, a gente casado véio
Tá quenem casado novo.

13 — solo — Verdura é serráia boa
P'ra quem qué comê

côro — Quem tem dente não morde
Quem não tem qué mordê.

14 — solo — Até um dia
Até um dia

côro — Sereno cái
No cabelo de Maria.

15 — solo — No arto da samambáia
Viram o rôxo da semente

côro — Não façá carinho p'rosotro
Sabe bem que a gente sente.

16 — solo — Assim não é
Assim não é

côro — Que dança com muié.

17 — solo — Pisei na pedra torta
Essa pedra balançô

côro — O mundo que tava tôrto
A Rainha endireitô.

A seguir transcreveremos os textos das estrofes colhidas por nosso informante Henrique Maia, cuja grafia será mantida:

18 — Ôi, abra a roda
prá Ema dançar|!... Bis

19 — Ôi, Campinas! Ôi Limêra
Pisei na ponta da linha,
balancei, Campina inteira!...

20 — D. Maria, saia fora
venha vê, no seu terrero
corre água, sem chuvê,
corre água, sem chuvê...

21 — Ai, eu chorei
eu chorei, logo ao nascer,
se mecê não acredita,
eu choro para mecê vê!...

22 — Mataram o meu carnêro,
na Fazenda Chapadão,
não quero sabê de nada...
Quero meu carnero, são!...

23 — Adeus, adeus,
adeus, que já vou mimbora...
Quem fica, fica com Deus,
eu vou com Nossa Senhora!... (20).

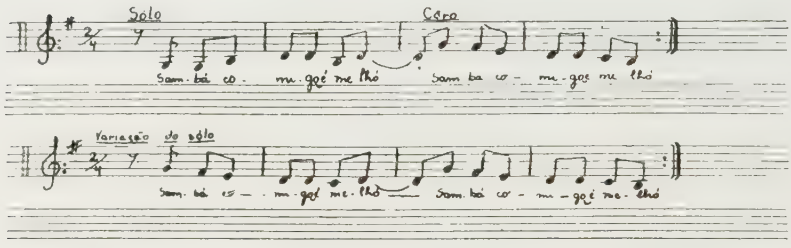
Os textos de número 8 a 23, portanto, são de estrofes cantadas no samba de terreiro realizado em 5 de janeiro de 1955. Conforme já dissemos, sòmente algumas foram improvisadas; a grande maioria foi fornecida pelo tocador de zabumba, que as tinha de

(20). — As estâncias número 18, 19, 20, 21, 22 e 23 foram colhidas por Henrique Maia e publicadas em *A Gazeta de Itu*, a 16-1-1955.

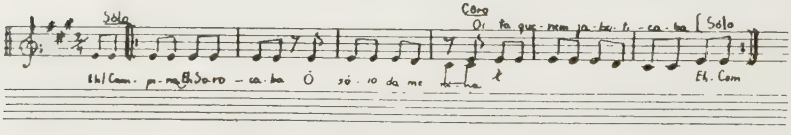
memória, guardandas de sambas anteriores. Tivemos o cuidado de transcrever tôdas as estâncias colhidas, para que os especialistas interessados nesta parte de nossa pesquisa tivessem o máximo de material comparativo. Aliás, na parte seguinte esboçaremos uma análise dessas composições com relação a modas e trovas do folclore caboclo paulista.

Para os interessados em uma análise poético-melódica, entretanto, transcrevemos a seguir os textos musicais correspondentes à estrofes número 8, 9, 10 e 11. Êstes textos foram colhidos pelo musicólogo Dr. Tarcizo Leonce Pinheiro Cintra, que esteve presente ao samba de terreiro acima descrito:

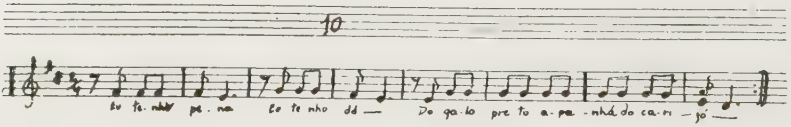
8



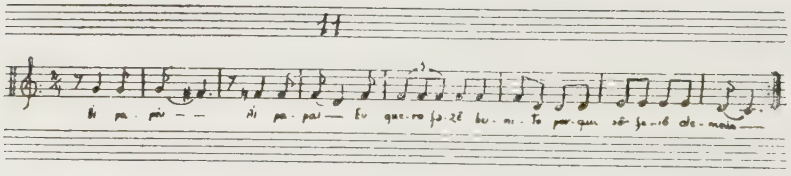
9



10



11



III. — SAMBA OU BATUQUE?

Apesar de não ser nossa preocupação principal realizar uma análise folclórica do material recolhido, faremos algumas indicações nesta parte que permitam situar adeqüadamente o samba de terreiro de Itu, tanto no plano de suas origens africanas, como no das relações com as diversas manifestações suas já estudadas em nosso meio. Vamos estabelecer algumas conexões entre os estudos realizados por Arthur Ramos, Oneyda Alvarenga, Renato de Almeida e outros, a respeito do samba e do batuque, e o samba estudado por nós em Itu. Nosso intuito primordial é fornecer ao leitor elementos tais que lhe permitam obter uma noção clara do que pode representar o samba de terreiro de Itu no quadro das danças brasileiras, particularmente com referência ao samba e ao batuque estudados por aquêles autores.

Conforme nos afirma sugestivamente Renato de Almeida, o negro "já vinha sambando lùgubremente nos navios negreiros" enquanto era trazido da África para o Brasil. E, "aqui chegando, nas horas vagas, ia batucar e sambar" (21).

E' Arthur Ramos, no entanto, que nos fornece indicações documentadas sôbre a origem africana de diversas danças do folclore brasileiro (22). Segundo êste autor, o batuque é de origem angola-conguês e é a dança africana trazida pelos escravos que maior influência exerceu sôbre as danças populares afro-brasileiras (23). Assim, o samba é considerado como um dos desenvolvimento que sofreu o batuque quando entrou em contacto com as condições sócio-culturais do meio brasileiro. Conforme a região do país, ou seja, de acôrdo com as condições sociais e culturais encontradas, o batuque teria sofrido transformações neste ou naquele sentido. Posteriormente o samba, por sua vez, também sofreria transformações, o que viria dar diversos tipos regionais do mesmo (24). Em linhas gerais, o batuque — uma dança trazida pelos negros da África — teria como uma das suas características a "umbigada", que os negros chamavam de *semba*. No Brasil, esta palavra ter-se-ia transformado em *samba*, expressão esta que passou a ser usada como sinônimo de batuque. Mas sòmente mais tarde é que o samba teria adquirido feição própria, não perdendo, contudo, certos caracteres de dança de roda, comuns também ao jongo, além do batuque (25).

Em que consiste, afinal, o batuque africano? Para Alfredo Sarmento, citado por A. Ramos (26), na Angola "o batuque consiste

---

(21). — Renato de Almeida, *História da Música Brasileira*, Rio, 1942, pág. 151.
(22). — Arthur Ramos, *O Folclore Negro do Brasil*, Rio, 1954, 2a. ed. cap. V.
(23). — Arthur Ramos, *op. cit.*, pág. 124.
(24). — Arthur Ramos, *op. cit.*, pág. 127.
(25). — Arthur Ramos, *op. cit.*, pág. 127.
(26). — Arthur Ramos, *op. cit.*, pág. 124.

também num círculo formado pelos dançadores, indo para o meio um prêto ou preta, que, depois de executar vários passos, vai dar uma embigada, a que chamam *semba*, na pessoa que escolhe, a qual vai para o meio do círculo, substituindo-o". Para Luciano Gallet, que Arthur Ramos utiliza grandemente nesta parte de seu trabalho, tanto o batuque como o samba conservaram no Brasil êsses caracteres, apesar das variantes regionais. Aliás, L. Gallet nos fala na improvisação da estrofe e no diálogo entre o solo, que é feito por quem fornece a estrofe, e o côro, que é cantado por todos os dançadores, como elementos comuns ao jongo, batuque e samba. "O cantador improvisa a estrofe, o côro responde enquanto ao lado estão os músicos com seu instrumental ruidoso". "Estas danças prolongam-se dia e noite; desde que circule a "pinga" e que os ânimos se mantenham exaltados" (27). Note-se, contudo, que a descrição de L. Gallet se refere a material colhido no Brasil e em data recente, pois sua obra *Estudos de Folclore* foi editada em 1934.

Renato de Almeida, que já mencionamos acima, adota o mesmo ponto de vista de A. Ramos: o samba foi por muito tempo usado como sinônimo de batuque, e dêle se desenvolveu, posteriormente. E afirma "o *batuque* tem o significado genérico das danças de roda afro-brasileiras, como sinônimo de *samba*. Êste se faz no terreiro ou no interior, em pequeno espaço. Enquanto a negrada em roda batuca e canta, um dançarino ou dançarina, às vêzes um par, dança ao centro, numa coreografia primária, de requebros e meneios, abaixando-se ou erguendo-se, ora em movimentos lânguidos ora frenéticos, sempre sensuais, e terminando com a umbigada. Quando, ao centro, está um dançarino, êle dá a umbigada numa mulher, de fronte da qual pára e faz vários floreados. Dada a umbigada, vem ela para o centro, conclui a sua dança e acaba dando a embigada num homem e assim, sucessivamente, vão se alternando homens e mulheres. Quando dança um par, a embigada é sinal do fim e novo par deve substituí-lo ao centro da roda" (28). Evidentemente, esta descrição parece ser um adendo à anterior; parece completar a descrição da coreografia fornecida por A. Ramos, deixando de lado o canto.

Oneyda Alvarenga, da mesma forma que Renato de Almeida, é uma estudiosa que se preocupa principalmente com os aspectos musiciais das danças brasileiras. Coloca-se, no entanto, como defensora da mesma tese dêste autor e A. Ramos. Para ela o samba "é outro nome dado no Brasil a essa mesma coreografia" (29), isto é, ao batuque. E, numa descrição suscinta nos diz que o ba-

(27). — Arthur Ramos, *op. cit.*, pág. 127.
(28). — Renato de Almeida, *op. cit.*, pág. 158.
(29). — Oneyda Alvarenga, *Musica Popular Brasileña*, México, 1947, pág. 113.

tuque "consiste em uma roda na qual tomam parte, além dos dançadores, os músicos e os espectadores. No centro da roda fica um dançador solista, ou um ou mais pares, ao cargo dos quais está de fato a coreografia. A dança consiste em movimentos violentos dos quadrís, sapateados, palmadas e estralar de dedos, e apresenta, como elemento específico, a umbigada, que o dançarino ou dançarinos dão nos componentes da roda que escolhem para os substituir" (30). A palavra batuque, nos informa ainda a autora, é corrente no Brasil como designativo genérico do tipo coreográfico que ela representa, ou das danças acompanhadas por grande instrumental de percussão, ou, ainda, como designativo dêsse próprio insrtumental (31). Mas tem estado a cair em desuso em favor do samba, principalmente em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro (32).

No Estado de São Paulo o samba é realmente mencionado por diversos autores e, segundo êstes, apresenta características próprias. E' a mesma Oneyda Alvarenga quem nos informa que o samba paulista das zonas rurais não apresenta a umbigada e está passando dos negros para os caboclos. Em Tietê, diz ela, existe um samba em que os dançadores se dispõem em duas filas, uma de homens e outra de mulheres, os quais fazem uma série de meneios; do lado dos homens ficam os instrumentistas. Entre as duas filas fica um solista (dançarino), que vai sendo substituído sucessivamente por outros das filas (33).

E' Mário de Andrade, no entanto, quem nos dá uma das melhores descrições do samba no Estado de São Paulo. Em seu trabalho intitulado "O Samba Rural Paulista" (34) êsse autor nos fornece excelentes indicações a respeito de uma das manifestações típicas do que êle chama *o samba rural paulista*. Trata-se do samba estudado por êle em Pirapora, em 1937. Coreogràficamente, essa dança apresenta-se do seguinte modo: os tocadores ficam de um lado, em fila, e as dançadoras (tôdas eram mulheres) situam-se também em filas (três filas sucessivas), de frente voltada para os tocadores. Quando dançam verifica-se um avançar e recuar constante dos instrumentistas e das dançarinas. "Na aparência, diz Mário de Andrade, a coreografia é precária": rebolar de ancas, passos improvisados, o inclinar e erguer do torso e uma marcha pesada, para frente e para trás. Aliás, o que predomina estèticamente é o ritmo. E' a êste que os indivíduos se entregam com maior intensidade, deixando para segundo plano a letra, a melo-

(30). — Oneyda Alvarenga, *op. cit.*, pág. 112.
(31). — Oneyda Alvarenga, *op. cit.*, pág. 113.
(32). — Oneyda Alvarenga, *op. cit.*, pág. 114.
(33). — Oneyda Alvarenga, *op. cit.*, pág. 116.
(34). — Mário de Andrade, "O Samba Rural Paulista", in *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XLI, ano IV, novembro, 1937, São Paulo.

dia, o mesmo os passos do samba. Quanto ao texto das estrofes, pode ser dado por homem ou mulher, desde que pertençam ao grupo de sambadores (tocadores e dançadores). Êsse texto é introduzido no seio do grupo através do que M. de Andrade chama a "consulta coletiva", que pode ser considerado um momento coreográfico. Esta consulta consiste no seguinte: todos sambadores se reunem em volta do bumbo, donde emerge um texto recitado indistintamente, que aos poucos vai se firmando, vai se polindo, até atingir uma forma nítida, marcada e decorada por todos. Sòmente neste ponto o bumbo e os outros instrumentos entram em cena. Além de outros aspectos do samba que estudou, o autor lembra ainda a duração de cada samba, que era de cêrca de 5 a 6 minutos (35).

Em seu trabalho intitulado *Descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora*, resultante de uma pesquisa realizada em 1936, em Pirapora, Mário Wagner Vieira da Cunha nos oferece também uma descrição do samba. Não podemos, contudo, afirmar que seja o mesmo samba dsecrito por Mário de Andrade, que o estudou no ano seguinte, pois a festa de Pirapora apresenta certas peculiaridades que não nos permitem essa constatação. Aliás, conforme nos informa o próprio Mário Wagner (36), os sambadores que se encontravam em Pirapora nos dias de festa pertenciam a *batalhões* distintos quanto à procedência: batalhão de Campinas, de São Paulo, de Itu, etc., cada um com seu chefe. Sabemos que o samba estudado por Mário de Andrade foi aquêle apresentado pelo batalhão de São Paulo; mas não sabemos a que batalhão pertencia o samba descrito por Mário Wagner. Isto não nos impede, contudo, de aproveitar, para fins comparativos, a descrição fornecida por êste autor.

O samba estudado por Mário Wagner apresenta os seguintes elementos coreográficos: geralmente os dançadores se compõem de homens e mulheres (estas em maior número) que dançam voltados para os tocadores, em direção dos quais avançam e recuam, ao compasso do samba. Os requebros não são uniformes nem constantes, havendo grande improvisação de gestos e passos. As mulheres utilizam em seus meneios principalmente os quadris. Os instrumentistas, que são sempre indivíduos do sexo masculino, tocam: tamborim, pandeiro, guaiá, bumbo, cuíca, reco-reco e tambor médio. O chefe é quem toca o bumbo e oferece, geralmente, a primeira estrofe para o samba. Verifica-se, contudo, a improvisação nos

---

(35). — Mário de Andrade, *op. cit.*, págs. 39-47.
(36). — Mário Wagner Vieira da Cunha, "Descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora", in *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XLI, ano IV, novembro, 1937, São Paulo.

moldes descritos por Mário de Andrade na parte referente à "consulta coletiva", de onde emergem dísticos, tercetos e quadras (37).

Finalmente Mário Wagner faz algumas considerações a respeito da decadência do samba em Pirapora, decadência essa constatada por êle mesmo, no ano seguinte ao da pesquisa, em 1937. Segundo seu parecer, o samba estaria em decadência no lugar em conseqüência do desiquilíbrio verificado entre a festa religiosa, que era o motivo da concentração de forasteiros em Pirapora, e a festa profana, onde predominava o samba. Naturalmente êsse desiquilíbrio passou a favorecer o samba, o que levou a uma ação repressiva por parte do clero, que se estribou na licenciosidade reinante no seio do samba (38).

Evidentemente o leitor já verificou em que pontos o samba de terreiro de Itu se assemelha ou diverge das diversas manifestações de samba e batuque apresentadas acima. Entretanto, para que os aspectos que julgamos significativos fiquem suficientemente destacados, convém esboçar uma análise comparativa.

Muitas são as contingências sociais e culturais que separam o batuque encontrado por Alfredo Sarmento em Angola e o samba de terreiro de Itu (39). Entretanto, apesar dessas contingências, o que perdurou neste, tendo provindo daquele? Manteve-se a roda, ou seja, o círculo formado pela assistência-participante que envolve os sambadores e a umbigada. Se aquêle elemento, contudo, permaneceu relativamente intacto, a umbigada transformou-se, estilizou-se, saiu da roda para fazer parte da dança pròpriamente dita. Em Itu a disputa coreográfica entre os componentes do casal que dança é realizada dentro do círculo e está fortemente carregado de sensualidade. E esta disputa, ou melhor, esta negaça, é ainda mais intensa quando entra em jôgo o zabumba e seu tocador. Mas a umbigada já não é obrigatória nem generalizada no samba ituano. Muitos dançadores saem da roda sem deixar substituto, enquanto que outros convidam seus subsittutos de formas diversas: com a umbigada, batendo com as costas da mão direita no ventre de quem aguarda, atingindo o indivíduo que está parado com o corpo todo, etc. Transformou-se. Não se extinguiu como em Tietê e Pirapora, mas perdeu a antiga significação para os sambadores. A umbigada em Itu não tem aquela essencialidade para a dança conforme assinalam A. Ramos, Renato de Almeida e Oneyda Alvarenga, tanto para o samba quanto para o batuque. E' apenas um dos elementos coreográficos. Ela sòmente

(37). — Mário Wagner Vieira da Cunha, *op. cit.*, págs. 20-30.
(38). — Mário Wagner Vieira da Cunha, *op. cit.*, págs. 30-33.
(39). — Sempre que nos referirmos ao samba de terreiro de Itu, estaremos nos reportando ao samba existente nessa localidade antes de 1940. Tornaremos explícitas as referências que fizermos ao samba encontrado por nós em 1955, nessa cidade.

polariza o entusiasmo coletivo, conforme dissemos, quando se verifica uma disputa entre dois dançarinos de sexos opostos, ou quando entra em cena o tocador de zabumba com seu instrumento. Mas, nestes casos insinuam-se elementos cômicos e eróticos, os quais despertam as atenções gerais. Por outro lado, no samba de terreiro presenciado por nós em 1955 já não ocorre a umbigada, o que vem confirmar a importância relativa que lhe era atribuída antes de 1940.

Aliás, nos seus aspectos coreográficos, e ressalvado o papel atribuído à umbigada em Itu, o samba de terreiro é semelhante ao descrito por Oneyda Alvarenga em sua *Musica Popular Brasileña*. Não se constatam as filas de dançadores, como em Tietê, nem a disposição em filas de dançarinas e fila de tocadores, como encontrou Mário de Andrade em Pirapora.

A "consulta coletiva", que Mário de Andrade descreve e Mário Wagner também registra (sem essa denominação), é encontrada no samba de terreiro ituano de forma semelhante àquela encontrada por êsses dois autores em Pirapora. Apesar de não ocorrer no samba de 1955, o samba ituano anterior a 1940 apresenta manifestações bastante semelhantes ao que aquêle autor chama consulta coletiva. Aliás, as três manifestações apresentam os mesmos caracteres gerais no conjunto do samba: a consulta coletiva visa congregar o grupo em tôrno das mesmas expressões poético-musicais, que são, geralmente, compostas de elementos da experiência comum dos indivíduos componentes do grupo.

E que dizer das estrofes em si? O que nos releva essas composições quanto às formas que assumem e quanto aos temas que utilizam como motivos? De acôrdo com Amadeu Amaral (40), a poesia popular brasileira divide-se em dois ramos distintos: o canto e o recitativo. Do cancioneiro, êle distingue o do campo daquele da cidade, ou seja, o rural do urbano. No quadro do cancioneiro rural, Amadeu Amaral distingue a "moda" da "trova". Deixando de lado as considerações que êle faz acêrca das origens das mesmas, o que não nos interessa no momento, verifiquemos o que êle nos diz a respeito da forma e dos motivos dessas composições caboclas. "Quanto à forma, predominam geralmente na *moda* o verso setissílabo e a rima única, ora soante, ora toante, alternando com versos brancos. Mas também aparecem de quando em quando versos menores, como o de cinco sílabas, e as rimas variadas" (41). Quanto aos temas, na "moda" predominam os seguintes: misérias do caboclo, aventuras, trabalhos, brincadeiras, humorismos, pura fantasia, "os mais diversos acontecimentos

(40). — Amadeu Amaral, *Tradições Populares*, São Paulo, 1948.
(41). — Amadeu Amaral, *op. cit.*, pág. 76.

da vida social" (42). Apesar de nada dizer a respeito das motivações da "trova", o autor deixa implícito que as desta são as mesmas daquela. Aliás, a coleção que êle nos oferece o demonstra. Quanto à forma, entretanto, as "trovas" "constam geralmente de quatro versos de sete sílabas, rimando o segundo com o quarto, e quase sempre se dividem, quer quanto ao ritmo, quer quanto à idéia e quanto à estrutura oracional, em duas metades destacadas" (43). "Freqüentemente a primeira das duas metades de uma quadrinha não tem relação lógica com a segunda, resolvendo-se em puro enchimento" (44).

Uma análise da forma e dos motivos das estrofes mencionadas neste trabalho revelam o seguinte fato: o samba de terreiro de Itu incorporou, ainda que imperfeitamente, modas e trovas do folclore caboclo. Quanto à forma, enquanto nas composições referentes ao samba anterior a 1940 encontramos sòmente a "moda", no de 1955 temos ao mesmo tempo a "moda" e a "trova". Quanto aos motivos, por outro lado, tôdas as composições citadas por nós enquadram-se no conceito de cancioneiro rural, de Amadeu Amaral. Em resumo, glosando-se as estâncias fornecidas por êsse autor (45) e aquelas apresentadas na parte II dêste trabalho, conclui-se que o samba de terreiro ituano, já no decênio 1930-1940, incorporara elementos do folclore caboclo paulista.

Um fator que nos chamou a atenção logo a princípio foi a duração de cada samba. Enquanto em Itu falam os informantes em mais de uma hora de duração de cada canto, não vimos nada semelhante em outras pesquisas. Mário de Andrade refere-se à duração de um samba de 5 a 6 minutos, em média. Mesmo em Itu, em 1955, durava poucos minutos cada samba. A que se pode atribuir êsse fenômeno? Por que durava tanto tempo um samba, em Itu? Seria inovação cantar apenas poucos minutos, como se verificava em outras localidades?

A nosso ver, a duração temporal de um samba constitui um caráter que pode servir de pista para se avaliar o grau de "pureza" da dança, como manifestação cultural de origem africana. No plano da emotividade, a duração do samba seria um dos fatôres que revelariam o grau de integração das personalidades no grupo. Os negros, individualmente, estariam mais integrados quanto maior fôsse o entusiasmo que dedicassem à dança. Assim, o samba de terreiro duraria até horas seguidas porque seria uma manifestação integral e expontânea do grupo, tanto no que se refere à estrofe como à melodia e ao ritmo. Aliás, como criação especí-

(42). — Amadeu Amaral, *op. cit.*, pág. 72.
(43). — Amadeu Amaral, *op. cit.*, pág. 79.
(44). — Amadeu Amaral, *op. cit.*, pág. 80.
(45). — Amadeu Amaral, *op. cit.*, págs. 71-93.

fica dos negros, é lícito ajuizar-se do alto grau de interêsse que a dança lhes despertava (46).

Em outras localidades, e mesmo em Itu em 1955, a pequena duração das estâncias poderia ser atribuída à influência de padrões dos brancos, entre os quais podemos destacar, por exemplo, a imitação da duração das danças de salão. Ou então, seria conseqüência da integração do negro na sociedade livre, o que evidentemente alterou as suas disposições psico-sociais, o seu sistema de respostas, mesmo com relação a situações sociais semelhantes às que enfrentava quando em regime de escravidão (47).

Em resumo, o samba de terreiro ituano pode ser interpretado folclòricamente, em seus aspectos gerais, como uma variedade local assumida pelo samba, mas mantendo ainda, antes de 1940, alguns caracteres que o assemelham ao batuque transportado pelos negros de Angola.

IV. — ANÁLISE SOCIOLÓGICA.

Nesta parte de nosso trabalho vamos fazer algumas considerações sôbre os dados colhidos em Itu, a fim de evidenciar as implicações sócio-culturais mais significativas (48). Pretendemos principalmente mostrar: a) quais as condições que levaram o samba de terreiro a se manter por muitos anos após a extinção da escravatura; b) quais os fatôres que levaram o samba de terreiro a perder o interêsse para os negros e seus descendentes, a partir de determinada época.

Contràriamente ao que supúnhamos inicialmente, a análise dos textos das estrofes citadas na parte II poucos elementos nos fornecem para a compreensão do processo sócio-cultural que levou o samba a manter-se por muitos anos e, em seguida, decair ràpidamente. Após a extinção da escravatura, com o passar dos anos, as motivações que o grupo negro possuía foram se transformando ràpidamente com as mudanças que ocorreram na estrutura social da comunidade. Tinham deixado de vigorar aquelas barreiras de castas e estamentos do período escravocrata. O negro agora livre, cidadão como qualquer branco, trabalhando lado a lado com êste e recebendo também o seu salário. As restrições do regime escravo foram sendo esquecidas, e aquêles que não tinham

---

(46). — Sòmente em Florestan Fernandes se encontra referência à longa duração do canto, ao se referir ao batuque: "note-se, diz êle, que cantam apenas um dos versos noite a dentro" (pág. 256). "Congadas e Batuques em Sorocaba", in *Sociologia*, n.º 3, vol. V, São Paulo, 1943.

(47). — Considere-se a explicação dada a respeito da duração de cada samba como sugestão que necessita de novas pesquisas para confirmação.

(48). — Evidentemente, o material apresentado na parte II não satisfaz totalmente as considerações dêste tipo. Daremos, contudo, na medida do necessário, as informações acessórias essenciais à interpretação.

sido escravos não chegaram a sentí-las, não tendo, portanto, o que recordar. A nova situação social dos negros era a mesma dos brancos: lavradores, artesãos, serviçais, operários, etc. — assalariados, enfim. E' por isto que não encontramos nas estrofes citadas (49) senão motivos cotidianos. Não revelam as tensões sociais dos tempos da escravidão. Há apenas referências a experiências cotidianas: a dança, a mulher, o trabalho, a bebida, a polícia, enfim, os componentes fundamentais da vida social que os negros passaram a viver. Sòmente em três de tôdas as estâncias citadas encontramos indicações significativas com relação à ascenção social do negro: nas número 3 e 17 constatamos o regozijo pelo término da escravidão, e a número 7 sugere metafòricamente a aquisição do novo *status*.

Ascender na escala social foi, aliás, a preocupação fundamental dos negros após a extinção da escravatura. A própria luta anti-escravagista é uma manifestação marcante do desêjo de igualar-se aos brancos. Por que, no entanto, os negros mantiveram o samba de terreiro por tantos anos — uma dança que os levava a distinguir-se dos brancos, a lembrar sua recente condição escrava, origem africana, etc.? A nosso ver, o samba (50) teve, a despeito disso, o mérito de ajudar a restaurar o equilíbrio social do grupo negro, tanto quanto a função de preservar o equilíbrio psíquico e o auto-respeito de seus componentes nas condições de rápida mudança social e econômica, que sobrevieram. Por que? Sabemos que durante a escravidão, apesar das lutas que muitos negros mantiveram pela libertação, êles encontravam um grau mínimo de segurança material na sua dependência dos senhores, e certa segurança e estabilidade emocional no plano dos ajustamentos sócio-psíquicos dentro do seu próprio grupo. Com a libertação, todavia, tiveram que se defrontar com novas condições de existência social: cada indivíduo ou família devia procurar o seu próprio interêsse; devia-se, agora, entrar no mercado de trabalho nas mesmas condições que o branco (o brasileiro ou o imigrante recém-chegado), que geralmente possuía maior adestramento técnico nas diversas profissões, iniciativa própria desenvolvida por longo treino, etc. Isto tudo provocava no negro sérios desajustes sociais, que em alguns casos foram letais, conforme nos informa a história. Entretanto, como enfrentar as novas condições? Lançando mão dos recursos disponíveis, a fim de que não fôsse demasiado violenta e nociva a passagem brusca do *status* de escravo para o de

---

(49). — Para efeito destas considerações, estamos considerando as estrofes do segundo grupo (referente a 1955) como fazendo parte do primeiro.

(50). — E isto acreditamos que possa ser atribuído também a outras danças negras, em outros lugares do país, desde que houvesse escravidão.

cidadão (51). E' isto que os leva a fortalecer a unidade e a harmonia grupais através de todos os recursos disponíveis, donde destacamos o culto de suas tradições comuns. Assim, o samba assume novo significado para os negros, enquanto que as danças das senzalas eram um meio de resistir ao poderio e à opressão da casa grande, o samba de terreiro é um fator que colabora na manutenção da vida grupal, através do culto das tradições comuns. E assim êle se mantém por muitos anos.

Entretanto, de acôrdo com todos os depoimentos obtidos por nós em Itu, o samba já vinha decaindo como cerimônia negra antes de 1930. Enquanto muitos negros já não lhe davam a importância habitual, indivíduos de côr branca passaram a imiscuir-se no mesmo, colaborando assim na transformação do significado e da finalidade que os negros lhe atribuiam. Ao lado dêstes fatôres, outros entram em jôgo no processo em curso. Os descendentes dos escravos, conforme já dissemos, não comungam dos mesmos ideais que os pais, e nem tinham motivos para tal. Primeiro, porque não haviam participado da experiência escravocrata. Depois, porque estavam em melhor situação social que os antepassados para enfrentar a luta pela vida ao lado dos brancos, pois tinham nascido em condições sociais semelhantes e já desfrutando dos mesmos direitos e garantias sociais. Por isso, as tradições que os ex-escravos tiveram necessidade de cultuar não encontraram apôio nos seus descendentes. Temos ainda de considerar devidamente a intromissão do branco no samba de terreiro, o que provocou a introdução da licenciosidade no mesmo, para o que colaboraram grandemente a pinga e o quentão. Mesmo muitos negros jovens passaram a considerar o samba da mesma forma que os brancos. E é a licenciosidade que justifica a ação da polícia e do clero, êste proibindo-o no pátio da igreja, e aquela impedindo a sua realização em qualquer parte da cidade (52).

Por conseguinte, o negro vai, pouco a pouco, abandonando o samba de terreiro em conseqüência de sua luta para igualar-se socialmente ao branco. Mais ainda, procurava subir na escala social da mesma forma que o assalariado branco o fazia. Uma diferença fundamental entre um e outro, contudo, é o fato de que o negro enfrenta o problema da linha de côr, que lhe era adversa; isto sem lembrar outros fatôres mencionados acima. Aliás, há outros elementos que ressaltam mais ainda a amplitude da luta dos negros. E' assim que vamos encontrar como componentes de grande significação social nesse processo os clubes dos negros e mula-

(51). — Veja-se Roger Bastide e Florestan Fernandes — "Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo" — in *Anhembí*, números 30, 31, 32, 33 e 34, São Paulo, 1953; especialmente cap. I.

(52). — O terreiro em frente da igreja já não é mais de chão batido; está agora coberto de lajes.

tos. Quando os filhos dos escravos e descendentes deixavam de comparecer ao samba de terreiro, abandonando-o ao branco, em algum lugar deveriam estar se divertindo. Não era nos clubes dos brancos. Mesmo aquêles de proletários brancos não permitiam o ingresso dos pretos e mulatos; e quando o permitiam, êstes não se sentiam à vontade, sentiam a barreira que lhes tolhia a espontaneidade — o preconceito dissimulado. Portanto, quando o negro não ia ao samba de terreiro, estava em *seu* clube, dançando com seu par, da mesma forma que os brancos faziam em seus clubes. A cidade de Itu possui permanentemente dois clubes de pretos e mulatos (53). E é neles que os jovens negros e mulatos encontram de há diversos anos o ambiente para a sua dança, o seu baile. O *samba de salão* substitui o *samba de terreiro*. Abandona-se o samba na forma tradicional pela valsa, pelo tango, pelo *swing*.

Assim, paralelamente à secularização do samba de terrerio, verificou-se a acaboclização do mesmo, com sua transferência para a cultura rural regional do tipo caboclo, o que, aliás, já ficou indicado na análise das composições. Houve uma evasão do substrato humano, que suportava anteriormente o samba, mantendo seu clima moral.

V. — CONCLUSÕES.

Examinando detidamente tudo que foi exposto, podemos concluir que:

a). — o samba de terreiro de Itu é uma dança que deve ser inincluída no quadro das danças brasileiras desenvolvidas do batuque;

b). — o samba ituano manteve-se em atividade enquanto o grupo social negro, recém-egresso da escravidão, sentiu nele um fator a mais no processo que o levava a adaptar-se às novas condições de existência social. Neste sentido, o samba de terreiro ajudou a atenuar o desnível existente entre as condições sociais anteriores, mas de relativa segurança, e as novas, mas de insegurança;

---

(53). — Segundo nos informa Francisco Nardy Filho (*op. cit.*, págs. 205-206), já antes de 1900 os negros tinham fundado dois clubes: o "21 de Abril" e o "Fuzileiros" para "dançar baile". Cerraram suas portas em conseqüência principalmente da febre amarela, que dizimou muitos negros em 1892, 1893 e 1897.

Entretanto, depois de 1920 foram fundados novamente dois clubes, os quais têm tido vida intermitente até nossos dias, atualmente têm se manifestado com os nomes de "Paz e Amor" e "Flor de Maio". Sabemos, contudo, que a partir de 1930, é nos dias de carnaval que êsses clubes se manifestam intensamente, organizando desfiles e bailes pomposos. A respeito dêsses clubes, aliás, estamos projetando nova pesquisa.

c). — os decendentes dos escravos abandonaram o samba de terreiro porque êste perdeu sua antiga significação sócio-cultural, pois não tiveram que enfrentar os problemas decorrentes do ajustamento a novas condições de existência e pretendiam ascender na escala social da mesma forma que branco, procurando imitá-lo mesmo na esfera da recreação.

OCTAVIO IANNI
Assistente da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

*

BIBLIOGRAFIA

I. — *Samba do Terreiro em Itu.*

NARDY FILHO, Francisco — *A Cidade de Itu,* III vol., São Paulo, 1950.

BISPO, Joaquim Luís — "Morreu o Samba Ituano" — crônica, in *O Estado de São Paulo,* 13-5-1954, São Paulo.

MAIA, Henrique — "De novo o Samba de Terreiro!", in *A Voz de Itu,* a 31-12-1954, Itu.

MAIA, Henrique — "Exibição Folclórica de Samba", in *A Gazeta de Itu,* a 1-1-1955, Itu.

MAIA, Henrique — "Foi Concorridíssimo o Samba", in *A Gazeta de Itu,* 1-1-1955, Itu.

II. — *Subsídios para a análise comparativa ou para a interpretação.*

RAMOS, Arthur — *O Folclore Negro do Brasil* — Rio, 1954, 2a. ed.

ALMEIDA, Renato de — *História da Música Brasileira,* Rio, 1942.

ONEYDA Alvarenga — *Musica Popular Brasileña* — trad. de José Lión Depetre. México, 1947.

ANDRADE, Mário de — "O Samba Rural Paulista", in *Revista do Arquivo Municipal,* vol. XLI, ano IV, novembro, 1937 — São Paulo.

CUNHA, Mário Wagner Vieira da — "Descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora", in *Revista do Arquivo Municipal,* vol. XLI, ano IV, novembro, 1937 — São Paulo.

FERNANDES, Florestan — "Congadas e Batuques em Sorocaba", in *Sociologia,* vol. V, n.° 3, São Paulo, 1943.

BASTIDE, Roger e FERNANDES Florestan — "Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo", in *Anhembí,* n.°s 30, 31, 32, 33 e 34, São Paulo, 1953.

CASCUDO, Luís da Câmara — *Dicionário do Folclore Brasileiro* — Rio de Janeiro, 1954.

ARAÚJO, Alceu Maynard — "Documentário Folclórico Paulista e Instrumentos Musiciais e Implementos", in *Revista do Arquivo Municipal,* vol. CLVII — ano XX, julho a dezembro, São Paulo, 1953.

DIAS, Afonso — "O Batuque em Tietê", in *Folclore,* n.° 4, São Paulo, 1952.

LANE, Frederico, JAPUR, Jamile e LIMA, Rossini Tavares de — "Notas sôbre o atual batuque ou tambú do Estado de São Paulo", in *Folclore,* n.° 1, São Paulo, 1952.

AMARAL, Amadeu — *Tradições Populares,* São Paulo, 1948.

FATOS E NOTAS

AS COLÔNIAS DA AMÉRICA.

O problema das Índias como colônias tem entretido a alguns historiadores. Razões de amizade internacional aconselharam declarar, semi-oficialmente, que na América nunca houve colônias. O velho conceito das colônias americanas é substituído pelo de nomenclaturas nem sempre exatas. A história nada perde nem ganha. O fato, discutível sòmente para os ignorantes, de que Espanha transportou para o Novo Mundo a cultura européia cada dia encontra mais apôio nas investigações. Não obstante, ter-se-ia que esclarecer, de uma vez por tôdas, o verdadeiro significado das colônias americanas. A afirmação de que na América não houve colônias é um dêsses erros ridículos, para não dizer absurdos, que é mantida sòmente pela autoridade pessoal de alguns professôres com a cumplicidade ou colaboração inconsciente de jornais e revistas. Em outras páginas estudamos a fundo êsse problema e explicamos os fundamentos do êrro que tanto se tem difundido. Além disso, convém recordar que u'a mesma região americana era chamada vice-reino quando se referia a uma divisão administrativa; bispado, quando se tratava do bispado ou de assuntos eclesiásticos; capitania, quando entrava em jôgo o aspecto militar, próprio da jurisdição do capitão geral: colônia, quando se aludia ao trabalho colonizador, e feitoria, quando a referência dizia respeito a uma feitoria. Em outras palavras, u'a mesma terra poderia ser, conforme o caso, um vice-reino; um bispado; uma capitania; uma colônia e uma feitoria. Ora era uma coisa e não era outra, como também podia ser tôdas juntas. Por isso, como demonstramos até à saciedade, num mesmo documento se fala, por sua vez, de vice-reino e de colônia, de bispado e de colônia, de govêrno, de colônia e de feitoria, sem que signifique contradição alguma, nem faça imaginar que os reis da Espanha e as autoridades superiores da Península e da América não soubessem o que diziam. Em nada temos que modificar as conclusões de outros trabalhos nossos sôbre êste particular. Pelo contrário, são incontáveis os documentos que confirmam nossas demonstrações. Mencionamos agora apenas um texto que nos faz conhecer como falavam das colônias americanas geógrafos do século XVI que conheciam êstes problemas "algo" melhor que todos os historiadores de nosso tempo.

O texto a que nos referimos é um *Compêndio de História Natural das Índias* dado a conhecer por D. Miguelez no tomo segundo de seu *Catálogo* da Biblioteca do Mosteiro do Escorial e comentado

por José Tudela de la Orden em sua obra *Los Manuscritos de América en las Bibliotecas de España* (Madrí, 1954, 401-404). O autor dêste valioso *Compêndio* foi, segundo Tudela de la Orden, o famoso e eruditíssimo cosmógrafo Juan López de Velasco, indiscutìvelmente a maior autoridade em assuntos geográficos americanos. Seja autor desta obra López de Velasco, ou outro geógrafo daqueles tempos, o que não parece provável, o certo é que se trata de um texto do século XVI que vem refutar, de maneira cabal, aos que muito ligeiramente e com um excesso de boas intenções, se empenharam em sustentar que na América não houve colônias ou que as terras americanas não eram colônias.

Com efeito, o *Compêndio* explica que

> "por todas las Indias está derramada grande copia de españoles, y aun con mezcla de gentes de otras naciones, poblados en sus pueblos que han fundado por sí, y tan arraigadas que no será ya posible dexar de perpetuarse por allá, y pasar adelante por si y su subcesión; sí que lo primero que se innovó en las Indias con la entrada de los españoles fué la población de ellos, de los cuales hay muchas colonias y pueblos muy fundados, y algunos dellos muy acrescentados, cuyo Catálogo y número me paresció ponerlo aquí por pedirlo el lugar".

O *Compêndio*, como vemos, distingue colônias e povoações já fundadas. E' uma distinção que não levaram em conta aquêles que se têm ocupado dêste problema. As colônias como é lógico, não podiam ser as cidades. Eram as terras onde havia povoadores ainda não reunidos em cidades. O Catálogo do *Compêndio* tem êste título:

Pueblos y Colonias de españoles que acerca de las occidentales yndias se han poblado y fundado dende su descubrimiento hasta el día de oy. Y primeramente de las Islas, y luego de los de tierra firme, por el orden siguiente:

José Tudela de la Orden escreve que

> "sigue la lista por orden de conquista y población, a dos columnas, sumando ciento treinta y cuatro colonias, con las cuales establecen nueve categorías, dando el primer lugar a Méjico, a Santo Domingo el segundo, a Lima el tercero, etcétera".

O *Compêndio* tem observações acertadíssimas. Profetiza que os habitantes estrangeiros haveriam de multiplicar-se a tal ponto, com o correr do tempo; que os indígenas terminariam por extinguir-se; e reconhece que o govêrno espanhol mantinha em u'a dura servidão aos autóctones; mas êstes fatos não nos interessam agora.

Recordamos nossas discussões, em alguns centros eruditos, quando sustentamos a conveniência de não negar de forma absoluta, que na América não havia colônias. Como em outras oportunidades, vem darnos razão nesta polêmica, um dos mais eminentes geógrafos espanhóis do século XVI. Aquêles que sustentaram, com uma suficiência indisculpável, que América não era terra de colônias, agora deverão reconhecer, silenciosamente, que no Novo Mundo, no século XVI, era possível contar, nada menos que 134 colônias. E' uma refutação esmagadora e uma verdade que sòmente a teimosia defensora do orgulho ou de uma ignorância difícil de definir poderão continuar negando no futuro.

ENRIQUE DE GANDÍA

O PLANISFÉRIO DE MAIOLLO DE 1504.

Nova prova do itinerário de Gonçalo Coelho-Vespúcio, à Patagônia, em sua viagem de 1501-1502 (*).

Ao entrar na exposição vespuciana de Florença, em princípios de julho de 1954, fiquei admirado à vista do conjunto cartográfico. Além dos cinco mapas que formam o grupo de 1502, diretamente derivado da viagem que comento, encontrava-se entre êles, ocupando lugar de honra, um planisfério que uma etiqueta oficial indicava ser de Maiollo, datado de 15(3?)4. Procedia da Biblioteca Federiciana de Fano. Já à distância, havia reconhecido no perfil atlântico do hemisfério austral, grande semelhança com Kunstmann II, Pesaro e Hamy. Pude verificar, aproximando-me, que a nomenclatura da região atlântica meridional concordava com a de Kunstmann II, Cavério e Waldseemüller, desde o Cabo de Santa Cruz, ao norte, até Cananor, ao sul. Numa vitrina vizinha, estava a única cópia existente da edição de 1507 de Waldseemüller, com o título: *América*. Em frente ao Maiollo exibia-se o planisfério de Cavério. A um lado, Salviati e Juan Vespúcio. Faltava apenas Juan de la Cosa para encontrarem-se reunidas aos *facsímiles* de Hamy, Cantino e Juan de la Cosa (que chegou depois da inauguração), as mais importantes imagens do Novo Mundo, associadas à viagem austral. Essas peças únicas e originais, pertencem às bibliotecas italianas e mapotecas estrangeiras.

Não era estranho que me surpreendesse com Maiollo, pois nunca havia sido reproduzido. No grande salão do Palazzo Vecchio levei tempo estudando-o, medindo-o e fazendo-o fotografar, até conseguir uma boa cópia do hemisfério meridional, do mesmo tamanho do modêlo. Em Veneza, em agôsto, procurei e encontrei na Biblioteca do Convento de São Marcos a respectiva bibliografia, e em começos de outubro entreguei à Revista *L'Universo* do Instituto Geográfico Militar de Florença, um breve estudo sôbre o mapa de Maiollo, antes um conjunto de reflexões de um historiador de

(*). — Texto espanhol traduzido pela Lic. Sônia Aparecida Siqueira (*Nota da Redação*).

viagens austrais, que a análise técnica de um cartógrafo. Êste se publicou com o título de *Il Maiollo di Fano alla mostra vespucciana* 1). Deixando de lado os problemas de projeção e de construção do mapa, consagrei-me sòmente a quatro pontos: 1.º) a configuração do hemisfério austral; 2.º) a toponímia da costa dessa região; 3.º) a legenda que marca a data e a assinatura do autor, e 4.º) o sentido da legenda *Tera de Gonçalvo Coigo vocatur Santa Croxe*, ou seja: Terra de Gonçalo Coelho chamada Santa Cruz (2).

A bibliografia me ensinou que o mapa era conhecido pelo menos há um século, porém mais de nome que de vista. Uzielli e Amat de San Filippo (3) registram-no em seu catálogo como de 1504, numa simples anotação, baseada no elenco das cartas geográficas reunidas na exposição de Veneza em 1881. Harrisse (4) e Nordenskiold (5) já não puderam encontrá-lo e declararam perdido o que acreditam ser um atlas. Por essa razão provàvelmente, e por estar arquivado na biblioteca de uma pequena povoação adriática, passou despercebido até que o Prof. Sebastián Crino o descrevesse em um curto estudo, em 1907, sem reproduzí-lo (6). Por êle sabemos que o sr. Luigi Massetti o havia doado à Biblioteca de Fano em 1862. Cita as três legendas principais sem tirar delas conclusão histórica, calcula a escala em 1:20.000.000 e sugere a data de 1534.

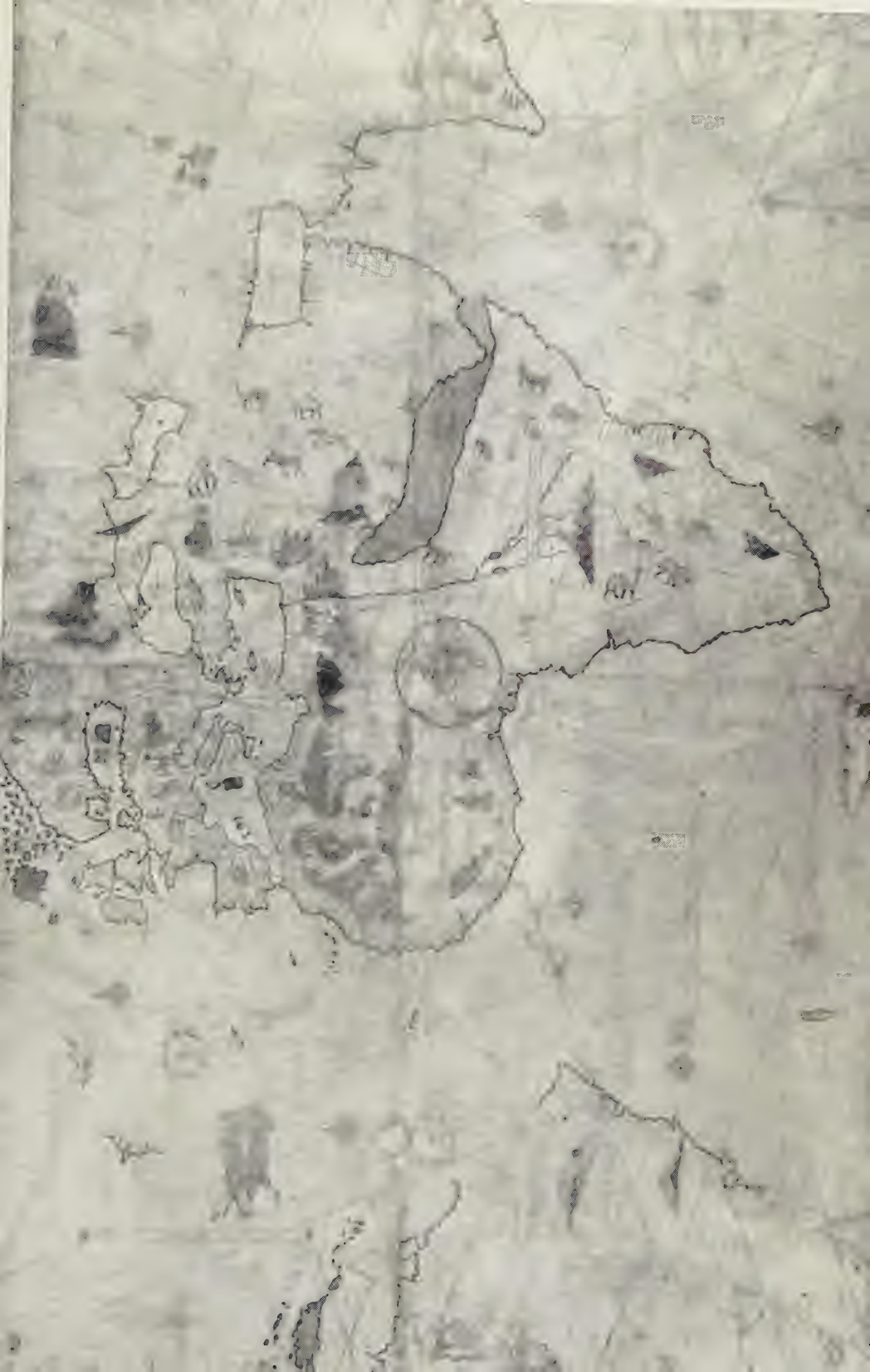
A razão que dá para atribuir ao *mapa-múndi* essa data, parecia lógica, mas não era a exata. O reputado polígrafo Desimoni havia descoberto um convênio subscrito por Maiollo nesse ano, no qual se comprometia a entregar antes de 1535 ao editor Lomellini uma carta náutica do mundo (7), e o prof. Crino deduziu dessa circunstância que

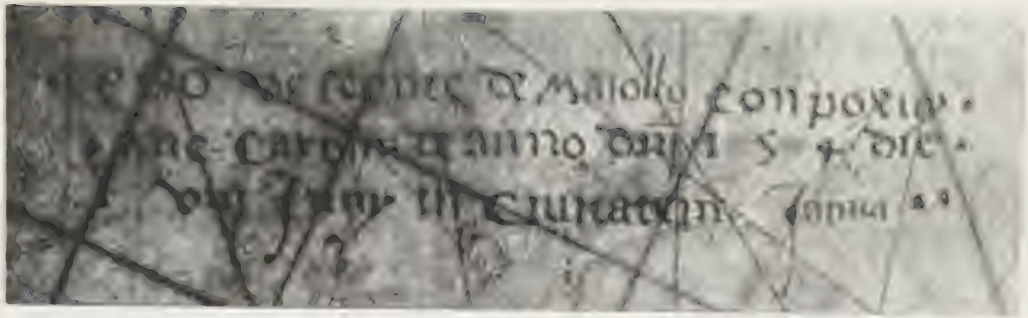
> "essendo stata composta da carta in esame l'8 Giugno 15 4, due mesi dopo cioe dell'atto notarile su ricordato se la cifra mancante tra il 5 e il 4 come non senza verosimiglianza puo supporsi, sia un 3 completamente obliterato".

Várias razões, que veremos mais adiante, se opõem a esta conjectura. A que formulará depois o Prof. Giuseppe Caraci é igualmente infundada. Em um artigo em que se ocupa de outros mapas de Maggiolo, dedica algumas linhas a êste, à sua data e aos que

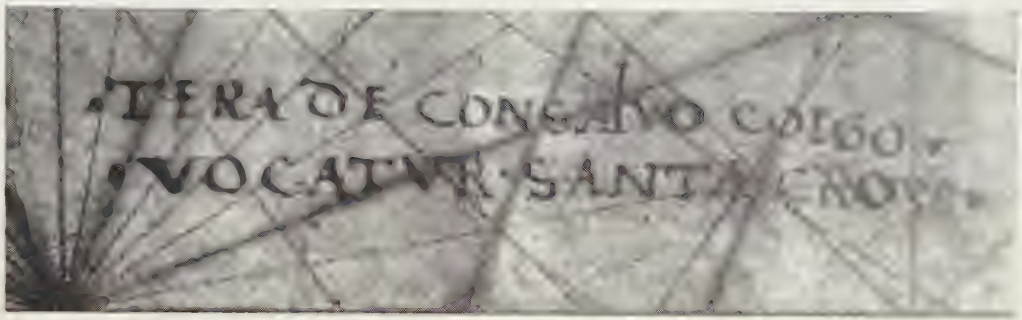
---

(1). — Revista do Instituto Geográfico Militar. Ano XXXIV, n.º 6, novembro-dezembro, 1954. Florença.
(2). — A referida legenda se vê com facilidade na região norte do Brasil.
(3). — *Studi biografici e bibliografia sulla storia della geografia in Italia*. Roma, 1882.
(4). — *The Discovery of North America*. Londres, Paris, 1892.
(5). — *Periplus*. Estocolmo, 1897.
(6). — *Notizie sopra una carta de navigare di Visconte Maiollo*. Boletim da Sociedade Geográfica de Roma, t. III, 1907.
(7). — *Elenco di carte et atlanti nautici di autore Genovese*. Giornale linguistico, 1875.



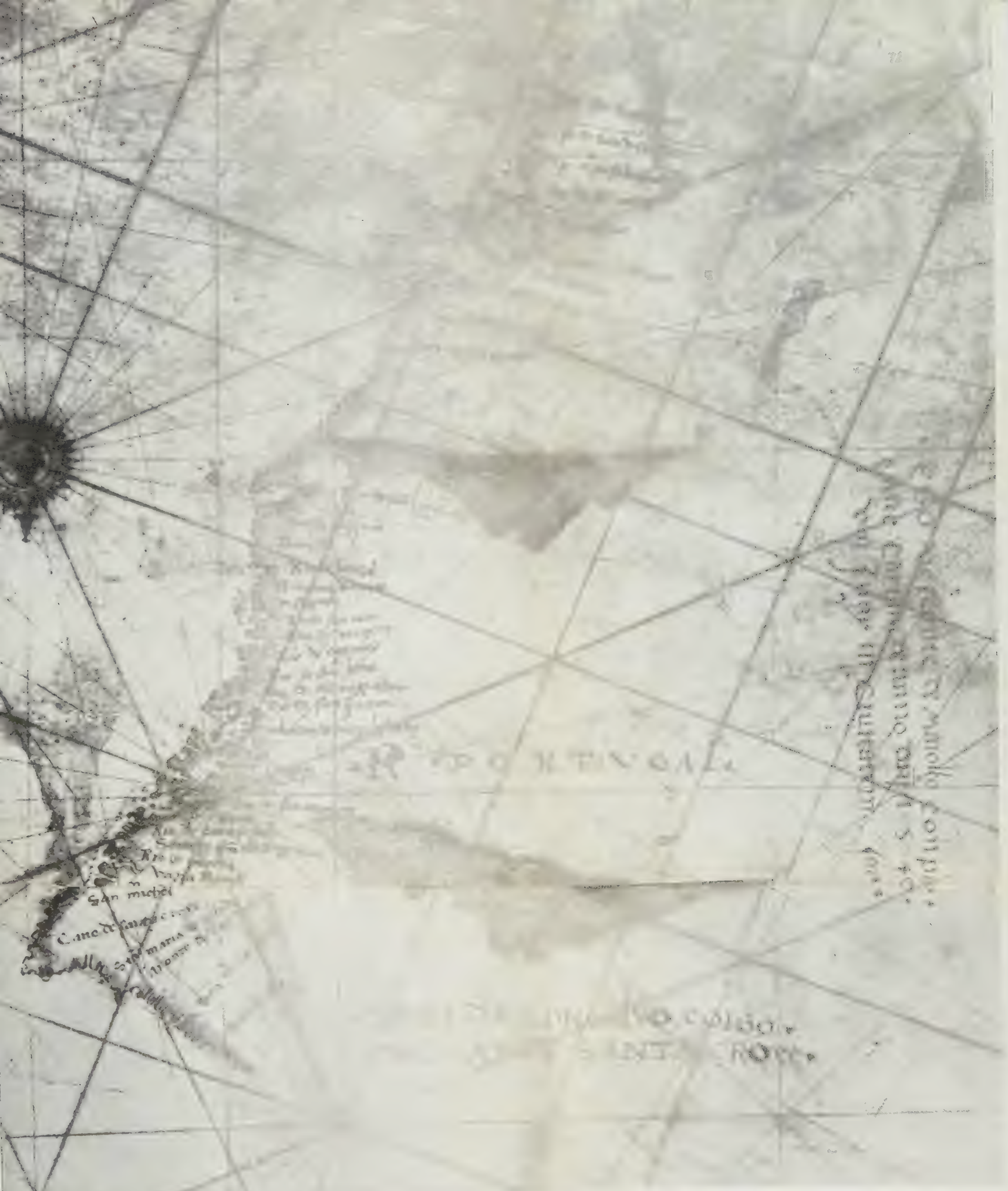


Legenda com a data do planisfério.



Legenda com o nome de Gonçalo Coelho.

Mapa de Maiollo — 1519.



Costa atlântica do planisfério.

TOPONÍMIA COMPARADA DO PERFIL ATLÂNTICO MERIDIONAL EM KUNSTMANN II, CAVÉRIO, MAIOLLO E WALDSEEMÜLLER

KUNSTMANN II (1502)	CAVÉRIO (1502)	MAIOLLO (1504)	WALDSEEMÜLLER (1507)
Capo de Sancta	Cabo de Sta. Croxe	Cavo de Santa Croxe	Caput Scte Crucis
San Michael	San Michel	San Michel	S. Michaelis
.....	.....	Praia	.....
Rio de S. Francisco	Rio Sam Francesco	Rio de San Francesco	Rio de S. Francisco
Bafra Barill	Vazia Baril	Vazia Barill	Vazia Baril
Rio de Perera	Rio de Perera	Rio de Perera	Rio de Perera
Serra de S. Madlena de Gratia	Serra de Sta. Ma. de Gracia	Serra de Sta. Ma. de Gracia	Serra de S. Ma. de Gracia
Rio de Caxa	Rio de Caixa	Rio de Canefistola	Rio de Casa
Punta Real	Porto Real	P. Reall	Porto Real
Rio de San Hieronymo	Rio de Sn. Jeronymo	Rio de San Ieronimo	R. S. Iheronimi
Rio de Odio	Rio de O'do	R'o de oido	Rio de Odio
Rio de Mezo	Rio de Mayo	Rio di nico	Rio de Mezo
Monte Fregoso	Monte Fregosso	Monte fregoso	Monte Fregoso
A baia de tutti santi	Baie di tutti li santi	abaida detuti li Santi	Abbatia Omni Sanctorum
Rio de San Jacomo	Rio de Sam Jacomo	Rio de San Jacomo	Rio Giacobi
Rio de S. Augustino	Rio do Sto. Agustino	Rio de Sto. Augustimo	Rio S. Augustini
Rio de S. Helena	Rio de Sta. Elena	Rio de Sta. Iena	.....
.....	.....	.....	Rio de S. Lucia
Rio de Cosines	.....	Rio de Coxmes	.....
Rio de Virgene	Rio de Vergine	Rio de Vergens	Rio de Virgine
Rio de San Johan	Rio de Sam Joam	Rio de San Ioan	Rio de S. Ioham
Punte Seguro	Porto Seguro	p. Seguro	Porto Seguro
Barefres Vermegl	Bareras Vermeias	Bareras Vermeias	Bareras Vermega
Rio de Brazil	Rio de Brazil	Rio de Brazil	Rio de Brazil
Barossa	Barossa	Barossa	Barossa
Monte de Pasqual	Mont Passqual	Monte Pasquoa	Mont Pasqual
Rios de Sta. Lucia	Rio de Sta. Lucia	Rio de Sta. Lucia	R'o de S. Lucia
Serra de San Thome	Sierra de Santhome	Sera de San Thome	Serra S. Thome
.....	Alapega de Sam Paulo	Alapego de san Paulo	Pagus S. Pauli
Rio de Arefens	Rio da Refens	R'o darefens	Rio da Refens
Baia de Reis	Ba'a de reis	Baia do reis	Baia de Reis
Pinande detentio	Pinachullo detencio	Pinaculo detencio	Pinachullo detentio
Rio Jordan	Rio Jordam	Rio Iordam	Rio Iordam
Rio de San Antonio	Rio de S. Antonio	Rio de Sto. Antogno	R. de San Anthonio
.....	Porto de San Sebastian	P. de San Sebastiam	P. San Sebastiam
Punta de Sn. Vincentio	Porto de S. Visenso	Punta de San Visenso	P. San Vicente
Rio de Cananor	Rio de Cananor	Rio de Cananor	Rio de Cananore

o haviam precedido no exame ou menção do planisfério (8). Com tal ênfase generalizadora de que soe usar, rejeita sem dar razão alguma, a data de 1504, e assevera:

> "La data del atlante (êle ainda acredita ser um atlas) e senza dubbio piu tarda; l'equivoco fu possibili perchè nella sotoscrizione la terza cifra del milesimo e illegibile e fu credeta un zero".

Verá o leitor que o *senza dubbio* tem, como o *equivoco*, tão pouca justificação como aquilo de que

> "il piu antico lavoro finora conosciuto di Vesconte resta il notissimo atlante del 1511".

O exame do hemisfério austral de Maiollo e sua comparação com as outras representações já citadas do novo mundo, oferece sólidos fundamentos para associar êste planisfério à primeiríssima cartografia derivada do périplo de Gonçalo-Coelho-Vespúcio de 1501-1502 e autoriza assim mesmo a fixar-lhe a data de 1504. Antes de lançar-me ao estudo, pareceu-me prudente escrever a Fano, indagando se era ou não inédito, respondendo-me o Diretor da Biblioteca Federiciana que não havia sido reproduzido em publicação alguma que êle soubesse, mas sim comentado pelo prof. Crino em 1907. Enviou-me inclusa uma fotografia do planisfério, que não utilizei por parecer-me que as obtidas em Florença, tanto do conjunto como das partes que me interessavam, eram mais pormenorizadas e claras.

O mapa é de 1,40 m de comprimento por 0,895 m de altura no bordo direito e 0,915 m no da esquerda. Carece de graduações de latitude e longitude, não inclui Cuba, e sòmente chega até a Índia pelo Oriente. A forma da costa atlântica americana ao sul do equador, é a mesma de Pesaro, Hamy e Kunstmann II, sobretudo a dêste último, pela sua inflexão SSO. Termina uns graus mais ao sul de um estuário ou gôlfo denominado por Kunstmann II e Cavério, e mais tarde Waldseemüller: Rio Jordán, e êste é o nome que Maiollo também lhe dá, enquadrando-o, como os anteriormente citados, entre Pináculo Detentio (Pináculo de Tentación) ou seja o cerro de Montevidéu e Rio Santo Antônio. Já demonstramos em *América la bien llamada* e em *El Nuevo Mundo* (9) com uma vasta cartografia, que essa enseada representa o sítio e o primeiro nome cristão do Rio da Prata, chamado até então Paranaguazú ou Huruay pelos índios. Cavério, mapa assinado, Kunstmann II, sem as-

---

(8). — *Di un atlante sconosciuto di Vesconte Maiollo* (1548). *"L'Universo"*, setembro de 1926. *Di un atlante poco noto di Vesconte Maggiolo* (1549). Bibliofilia, Florença, janeiro-fevereiro 1951.

(9). — 2 vols. Kraft. Buenos Aires, 1948 e Editorial Nova, Buenos Aires, 1951.

sinatura, mas datado de 1502 pelos mais eminentes cartólogos (10) se unem a Maiollo, datado e assinado, para certificar que ao redor de 1502 e 1504 foi atingido e descoberto o Rio da Prata. E os três planisférios assim como Waldseemüller marcam também a presença em sua nomenclatura de *Cananor,* como extremo fim da expedição descobridora da Patagônia. Do ponto de vista da toponímia, Maiollo é muito satisfatório (11).

Quanto à configuração, se conserva a inflexão SSO de Pesaro, Kunstmann II e Hamy, não leva a costa atlântica até a alta latitude de Cananor. Possìvelmente por má informação diminui de uns 10 graus ao norte da latitude do Cabo Agujas, se é que não dá demasiada extensão norte-sul ao continente africano. Cavério e Hamy são, entre os mapas citados de 1502, os únicos que marcam latitudes, e o segundo o faz com características curiosas.

Publiquei Hamy, fazem anos, na parte que mais interessava ao meu estudo (12). Reproduzi a África também, para demonstrar que a costa atlântica descia frente ao continente negro, algo mais ao sul que o Cabo Agujas (35°) mas a graduação da escala acabou ilegível na cópia fotográfica, e a imprensa a devolveu pedindo que se aclarasse. Um desenhista o fêz, sem reparar no fato realmente insólito de que êsse mapa apresenta *duas* linhas equinociais. Uma começa no Oriente e termina pelo merediano de Alexandria, e a do Ocidente termina na costa oriental da África, cinco graus ao sul da anterior. O paralelo marcado 35°S na escala oriental, passa com tôda exatidão pelo cabo terminal da África, mas na mesmíssima altura, na escala ocidental, se lê mal, mas se lê: 30°. Segundo Gallois, a linha que vem de Este a Oeste é a de Ptolomeu, e a que vai de Oeste a Este a dos navegantes modernos. O desenhista ao esclarecer as cifras, que são claras na escala oriental, utilizou as mesmas para a ocidental, alterando, sem direito, um conceito do autor do mapa. De tôda maneira, não favorece essa inadvertência à prova para a qual originàriamente ia utilizando o mapa de Hamy, conjuntamente com Pesaro, Kunstmann II, Cavério e Cantino, todos de 1502. Os cinco mapas, uns pela sua configuração, outros pela sua toponímia, outros pela extensão de sua costa, demonstram com êsses testemunhos, e não com suas latitudes escritas, que o Rio da Prata e o litoral patagônico estavam descobertos desde 1502, por uma expedição que

---

(10). — Ocuparam-se de Cavério, considerando-o de 1502, Gallois, Kretschmer Marcel, Nordenskiold, Harrisse, Ruge, Phillips, Lowery, Stevenson, Vignaud Winter, Tomaschek, Revelli, Almagia, Magnaghi e muitos outros. Com Kunstmann II se especificaram aceitando a data dada por P. Kunstmann: Kohl, Peschel, Ruge, Kretschmer, Nordenskiold, Harrisse, Stevenson, Winter, Uzielli, Philips, Lowery, Almagia, etc.

(11). — Veja-se a toponímia comparada no quadro anexo.

(12). — *América la bien llamada,* vol. II, págs. 8, 9 e 10.

só podia ser a de Gonçalo Coelho-Vespúcio. Maiollo corrobora esta verdade de forma concludente.

Se sua costa atlântica apresenta um perfil quase idêntico ao de Hamy, Kunstmann II e Pesaro, a do Caribe oferece uma característica igual a que dão Juan de la Cosa (1500), Kunstmann II e Hamy. Nesses três mapas, como pode ver o leitor em *América la bien llamada* (13), se interrompe de repente a linha do litoral, prolongando-se êsse corte ao ponto de fazer desaparecer tôda a terra compreendida entre o Marañón e o Rio Grande do Mar Doce (Amazonas) e também êsses dois rios. Esta singular omissão ocorre também em Maiollo indicando parentesco de época. O desenhista italiano inspirou-se num modêlo análogo ao de Kunstmann II, ao qual está ligado por outros indícios de contemporaneidade. A toponímia de alguns dêstes mapas é um dêles. Veja o leitor o quadro no qual aproximamos os nomes da costa atlântica sul de Kunstmann II, Cavério, Maiollo e Waldseemüller. Pouco falta para que sejam idênticos, desde Santa Croxe até Cananor. Êstes indícios concordantes permitem também afirmar que Maiollo pertence à cartografia derivada das viagens caribeanas, de Colombo a Vélez de Mendonza, que reflete, como os cinco mapas citados, as viagens atlânticas de Cabral e Gonçalo Coelho-Vespúcio. O que foi dito já está muito bem provado. Não obstante ampliarei os testemunhos para que o Q.E.D. seja concludente. Passarei à data.

A legenda em que ela consta provê sòmente três cifras, apresentadas assim: 1.5.4. À primeira vista poderia ser 1534, 1524, 1514 ou 1504. Os antecedentes enunciados tendem a demonstrar que é 1504. Acrescentarei razões pelas quais se deve eliminar qualquer outra data.

Indiquei, há anos, a série de nomes mal situados por Maiollo, na costa atlântica de seu mapa de 1519 (14). Acreditava que o cartógrafo os havia transposto *nessa* representação. Descubro agora que não fêz mais do que reiterar seu errado encolhimento da costa de 1504, ficando outra vez uma série de lugares fora do sítio. Leva Cananor, Santo Antônio, Pináculo Detentio e Rio Jordão, da jurisdição castelhana à portuguêsa, colocando êsses nomes por São Paulo. Além de que, atribui a essa região uma altura de 19 e 20°, em vez da correta; 23°30'. Comete outro êrro, ao marcar o cabo de Santa Maria por 28° em vez de 34°45'. A abundância da toponímia neste mapa de 1519, em comparação com as cartas geográficas citadas, indica uma época mais avançada e a utilização de novas viagens, cada uma das quais deixou atrás de si, ba-

(13). — *Op. cit.*, vol. I, 92: vol. II, págs. 8 e 10.
(14). — *Op. cit.*, vol. II, págs. 72 e 73.

tismos sem precedentes. Maiollo 1519 é, pois, *posterior* ao que ocasiona êste estudo, e com muito maior razão deve afastar-se a suposição de que pudesse ser de 1524. Por seu lado, o planisfério de 1527 torna inadmissível a data de 1534. Inteirado o cartógrafo da viagem de Magalhães, marca todo o litoral e o *estreito*, e acrescenta o nome de São Cristóvão (posto pelo nauta lusitano ao Rio da Prata) ao de Jordán, resultante da viagem Gonçalo Coelho-Vespúcio. Vai corrigindo erros de 1504 a 1519 e aproximando-se da realidade topográfica do litoral (15). E seria verossímil que sete anos depois, ou seja, 1534, aparecesse um mapa seu de tão breve costa e tão primitiva nomenclatura? E' bem sabido que surgiram a meúdo na cartografia do século XVI, surpreendentes recúos, mas raramente entre os italianos. Êles sempre souberam informar-se e foram entre os primeiros a fazê-lo, graças ao seu contacto mediterrâneo com as potências descobridoras e a atividade sutil dos núncios, diplomatas e agentes comerciais, prevalecentes em Lisboa, Burgos e Sevilha. Basta para concretizar, escrever aqui os nomes de Martir de Angleria, Pascualigo, Trevisano, Cantino, Affaitadi, Cretico, Ca-Masser, Rondinelli, Priuli, Sanuto, Empoli, Marchioni, Vespúcio mesmo (16). Todos escreviam mostrando que *sabiam*. O segrêdo das chancelarias interessadas era um mito. Demonstram-no mapas italianos de 1502, 1504, 1519 e 1527; 1536, 1543 e 1553. As abelhas sugavam seu mel onde e como podiam. Dar ao Maiollo de Fano, conhecendo o de 1527, a data de 1534, seria uma extravagância. Tão pouco é aceitável 1514. O corte na costa norte, semelhante ao de Juan de la Cosa de 1500, Hamy e Kunstmann II de 1502 é explicável numa época em que os pilotos de Espanha e os desenhistas de Portugal não tinham segurança de acertar na indicação das jurisdições. Omitir, também podia ser uma astúcia: mas em 1514, os nautas de Castela haviam percorrido muitas vêzes a costa norte, e descoberto o Mar do Sul. Um mapa como o de Maiollo, nessa data seria um anacronismo.

Ao aparecer êste artigo en *L'Universo*, em dezembro de 1954, enviei um exemplar ao meu eminente amigo Heinrich Winter, cartólogo alemão de grande autoridade e autor de muitos trabalhos de valor, como *The false Labrador and the Oblique meridian, Francisco Rodrigues Atlas of* 1513; *The true position of Hermann Wagner in the controversy of the Compass Chart, A circular map in a Ptolemaic mss*, etc., pedindo-lhe sua opinião sôbre a interpretação da data de Maiollo de Fano. Sua resposta de 2 de fevereiro de

(15). — *Op cit.*, vol. II, págs. 108 a 110.
(16). — Veja-se *op. cit.*, vol. I, págs. 182 a 199, meus comentários à extravagante *"política de segrêdo"*, do senhor Jaime Cortesão, publicada pela primeira vez sob o título de *"O sigilo nacional sôbre os descobrimentos"* na revista "Lusitânia" de janeiro de 1924. O mesmo conceito é repetido com maior extensão na *Histria de América* de A. Ballesteros, em 1947.

1955, ratifica, por uma excelente razão, a conclusão formulada de: 1504. Publicamô-la em inglês, tal como a recebemos.

> "As to the date of Maiollo, certainly it was inevitable to refute the readings: 1534, 1524, 1514. But there is another reason for favoring 1504. At the end of the 15th century *one* changed from semigothic letters to latin ones and vice versa from latin numbers to semigothic ones, and after 1500 there was a new situation: *one* pronounced *one* (thousand) *five* (hundred) and *four* = 1.5.4, so, having only three unities. Therefore one was not obliged to put in a zero, as far as the 3 unity was an independent word, not composed as thir-teen, fourteen, etc. Therefore 1.5.4. is not a lapse. And even the same Maiollo uses the last possibility for such writing (3 unity twelve) on his portulan chart in New York: "Vesconte maiolo composuy hanc cartam in neapoly de anno dny. 1.5.12. dic 2 Juny, still with three unities for writing as for speaking".

Pensamos que esta grata lição, saída da realidade histórica, servirá para consignar ao planisfério de Maiollo uma poderosa ratificação de Hamy-Pesaro-Kunstmann II-Cavério-Cantino, como grupo cartográfico e reflexo da viagem de Gonçalo-Coelho-Vespúcio ao Rio da Prata e à Patagônia em 1501-1502.

Uma circunstância visível no próprio mapa, empresta à referida data um poderoso apôio. Em uma legenda escrita em caracteres maiúsculos, aparece no alto do mapa: *TERA DE GONZALVO COE (G?) (L?) O VOCATUR SANTA CROXE.* Maiollo interpretou errôneamente o nome e o sobrenome Gonzalo Coelho. Escreveu-os mal, e nele não eram raros tais descuidos. Anota por Santo Antônio: San Antogno; Cristóvão Colombo: Cristofa Colombo; Santa Croce: Santa Crusis, e Magalhães: Maçaianes. A legenda evidencia a intenção de uma homenagem ao capitão-mor da expedição descobridora das terras meridionais da América, percorridas por Gonçalo Coelho, com Vespúcio, em 1501-1502, desde o cabo São Roque no Brasil, até Cananor na Patagônia. Muito se discutiu, particularmente entre brasileiros e na época do Império, se *êle* foi o chefe, ou se êsse cargo correspondeu a André Gonçalves (17). Os quatro historiadores brasileiros mais renomados no século XIX: Caetano da Silva, Varnhagen, Mendes de Almeida e Capistrano de Abreu, firmaram o pêso de sua autoridade em favor do primeiro, e ante os motivos alegados por êles, sustentei em *América la bien llamada, El Nuevo Mundo,* e vários artigos de polêmica publicados na *Revista de História,* de São Paulo, que deveria ter sido Gonçalo Coe-

---

(17). — Veja-se Varnhagen A., *História Geral do Brasil,* Madrí, 1854. Capistrano de Abreu, *O descobrimento do Brasil,* Rio, 1883.

lho (18). A legenda até então nunca apreciada (1954) corrobora de maneira decisiva essa tese. Vespúcio, a quem um profissional da quimera, e, mais tarde, seus corifeus, pretenderam atribuir o *comando* da viagem de 1501-1502, nunca escreveu ter sido capitão-mor de nenhum périplo, e quando foi capitão de uma caravela, afirmou-o claramente. Em tôdas as suas cartas predomina seu interêsse pelas questões cosmográficas, astronômicas, etnográficas e geográficas, sôbre os problemas náuticos. E sua hierarquia a bordo das três primeiras viagens, sobretudo na terceira, deve ter sido a de assessor científico. Refere que o Conselho de Oficiais lhe confiou em 15 de fevereiro a orientação do périplo, que êle dirigiu até 50° de latitude sul. Em 7 de abril, o capitão-mor retomou a direção para voltar a Portugal. Em outro parágrafo alude à morte de um grumete e ao impulso da tripulação de vingar-se dos indígenas, o que o capitão-mor proibiu. Não pretendia, pois, ser o Chefe.

A legenda de Maiollo tira tôda a dúvida sôbre êste tão discutido ponto; era Gonçalo Coelho o capitão-mor da expedição de 1501-1502. A Vespúcio coube o mais importante, para descobrir sob sua direção o Brasil Meridional, o Rio da Prata, o Cerro de Montevidéu e a Patagônia. Isto não é tudo. Esta terra foi também sua fonte de inspiração. Ao bordejar por seu litoral interminável, inteirou-se de seu caráter de continentalidade. A essa compreensão feliz se deve pela primeiríssima vez na história o uso dos têrmos *Mundus Novus, Continente* e *Quarta Pars Mundi,* e foi um uso exato. A viagem de tão fecundos resultados repercutiu sôbre o Capitão-mor, provocando a homenagem lusitana de Tera de Gonçalo Coelho, provàvelmente inscrita no modêlo utilizado por Maiollo. Dêsse precioso testemunho evidencia-se que a viagem, o planisfério, e a legenda são coetâneos, e a êles se agregam as seguintes conclusões:

1) O mapa de Maiollo de Fano, incorpora-se, por sua configuração ao grupo dos três planisférios de 1502, de inflexão SSO; 2) a concordância de sua toponímia com a de Kunstmann II, Cavério e Waldseemüller, perceptível no quadro anexo, associa-o igualmente à família cartográfica derivada da viagem Gonçalo Coelho-Vespúcio de 1502; 3) em razão dos conhecimentos obtidos em viagens posteriores, resumidos nos mapas de Maiollo de 1519 e 1527, não é aceitável que o de Fano seja de 1514, 1524 ou 1534; 4) êstes

---

(18). — Veja-se *América la bien llamada,* tomo II. *El Nuevo Mundo* e *Revista de História,* de São Paulo, n.° 16 de 1953. Boletin de la Real Sociedad Geográfica de Madrid, n.° 333, de 1954.

fundamentos acrescentados a indícios da época, como a interrupção da costa no litoral norte do Brasil (concordante com outros mapas de 1502) e a lembrança da memória de Gonçalo Coelho, impõem a data de 1504 ao planisfério de Maiollo da Biblioteca de Fano; 5) a explicação dada pelo sr. Winter sôbre a maneira de numerar em princípios do século XVI, é definitiva para solução do problema de data.

ROBERTO LEVILLIER

RECAPITULANDO EMPOLGANTE CONTROVÉRSIA (1).

(A propósito da recente publicação do 1.º Volume dos "Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia").

O quarto centenário do estabelecimento da Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, transcorrido no ano de 1949, teve a comemorá-lo *in situ* um Congresso de História regional, promovido pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, para o qual contribuí com pormenorizado estudo acêrca do problema da fundação em causa.

Grande celeuma levantou-se em derredor do meu trabalho durante as discussões travadas no seio da Comissão de História Geral e no plenário, pelo fato de ser por mim apontada nova solução para fixar-se o dia natalício da primitiva metrópole brasileira, baseada em raciocínio lógico, decorrente de minha interpretação pessoal de documentos coevos.

Impotentes para destruir lealmente as claríssimas deduções expostas em minha tese, tramaram os mentores da aludida assembléia os mais torpes meios de impedir sua integral aceitação, apelando para manobras condenáveis de tôda a espécie. Cessado o tumulto dos debates, que tiveram grande eco na imprensa profana local, entraram a usar os "donos do assunto" nova tática: o silêncio oficial do Congresso em tôrno do ocorrido. Assim é que, ao ser iniciada a série de publicações dos volumes dos "Anais", fizeram-na a partir do 2.º tomo, no ano de 1950. Dos cinco programados, apenas os quatro últimos, contendo simplesmente os demais trabalhos apresentados, vieram a lume naquela época. O primeiro, inexplicàvelmente, mantinha-se engavetado no seio da Comissão de Redação. Sòmente agora, quase sete anos decorridos, foi expelido

(1). — Comunicação apresentada à Academia de Letras da Bahia.

após laboriosíssimo parto. A gestação interminável teve como conseqüência a formação dum mirrado aleijão, inteiramente desconexo e omisso, propositadamente mal disposto e mal revisto, com evidente intuito de ocultar a verdade dos fatos sucedidos. Duas ordens de considerações tecerei a seguir, a propósito do lançamento dêsse volume, a saber: a) — quanto à sua contextura em si mesma; b) — quanto à correlação dêle com os festejos comemorativos do ano de 1952.

I

Inicia-se o volume em questão com uma falha incompreensível: a omissão do nome do Prof. Braz do Amaral na qualidade de presidente da Comissão Organizadora do certame. À página 9 figura simplesmente como ocupante daquele pôsto o Dr. José Wanderley de Araújo Pinho. Foi riscado, sem qualquer explicação, dessa posição de relêvo, o comendador de Acioli e Vilhena, que todo o mundo sabe ter sido o primeiro eleito para êsse cargo de ação e o haver exercido com a maior eficiência até o mês anterior à realização da assembléia, sendo privado do mesmo por ter falecido em fevereiro de 1949. O Dr. Wanderley Pinho, que já era um dos Presidentes de Honra, por exercer, no momento, as funções de Prefeito Municipal da Cidade do Salvador, passou então a ocupar a presidência da Comissão Organizadora, pouco antes da efetuação do Congresso. Aliás, três páginas adiante, aparece o Prof. Braz do Amaral, assinando, como presidente da citada comissão, o ofício datado de 5 de maio de 1948, comunicando à Academia de Letras da Bahia a decisão do Instituto Histórico de promover, em março de 1949, o Primeiro Congresso de História da Bahia.

* * *

Dessa omissão inicial, que assinala injustificável desatenção à memória do Prof. Braz do Amaral, passo a outra de maior vulto: a supressão das atas dos trabalhos das secções parciais. Rezava o Artigo 11.º do Regimento Interno do Primeiro Congresso de História da Bahia (vol. I dos "Anais", pág. 21): "De cada reunião da Comissão o Secretário respectivo lavrará a ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros". E' claro que tais registros, abrangendo o árduo trabalho desenvolvido no círculo das comissões especiais, só se destinavam a um fim: serem publicados nas Memórias do Congresso, como fruto do labor

dos que compareceram pessoalmente, emprestando sua colaboração imediata ao andamento do certame. Pois bem, a Comissão de Redação houve por mais acertado suprimir tôdas essas atas, revelando assim imenso desaprêço aos estudos efetuados em tais reuniões. Apagou-se dessa maneira por completo o ocorrido no recesso da 1a. Comissão (História Geral), relativamente à minha tese. Prevendo que isso viria a acontecer, dado o empenho dos dirigentes da assembléia em ocultar os debates havidos em derredor de meu trabalho, fiz publicar na imprensa da capital baiana, oito dias após os sucessos tumultuosos (2), serena exposição que não sofreu a mais leve contradita, na qual narrava exatamente as ocorrências havidas em relação à minha pessoa. De semelhante nota, é oportuno recapitular como decorreram, no âmbito da 1a. Secção, as discussões em tôrno de minha tese, para o que abro espaço a seguir: "Lido a 22, pelo relator da tese, Prof. Hernâni Cidade, o parecer sôbre o conteúdo da mesma, opinava aquêle do seguinte modo: "Quanto à 1a. conclusão, de ser 1.º de maio data mais adeqüada para nela fixar-se o dia do estabelecimento oficial da Cidade do Salvador, não parecia ao relator suficiente a documentação apresentada. Quanto à 2a. conclusão, relativa ao predicamento de cidade, considerava perfeitamente esclarecido pela tese o problema suscitado pelo Pe. Manuel Barbosa". Tomando a palavra pela ordem, o Sr. Frederico Edelweiss secundou a opinião do relator, concordando plenamente com ambas as conclusões, chegando a dizer textualmente: "enquanto na 1a. parte o Autor não consegue demonstrar seu ponto de vista, na 2a. parte fá-lo admiràvelmente, sendo impossível a mínima contestação". Depois destas duas apreciações, tomei a palavra e desenvolvi a defesa. Fí-lo de tal modo que o Prof .Cidade, lealmente, se confessou vencido pelos meus argumentos e declarou que modificava o seu parecer, desde que eu aceitasse pequena troca de verbos que êle sugeria: em vez de dizer eu *"deve* ser considerado", preferisse dizer *"pode* ser considerado". Abrandada com a substituição do *deve* pelo *pode,* a minha tese continuava de pé em seu sentido afirmativo, revestida porém dum tom menos categórico. Aceita por mim a sugestão, o Prof. Cidade

(2). — Vide a "A Tarde" e o "Estado da Bahia" de 31-3-1949.

elaborou novo parecer, no qual concluia mais ou menos assim: "dado pelo Autor aos seus argumentos um aspecto hipotético, o cotêjo das datas 29 de março e 1.º de maio permite preferir-se a 2a. sôbre a 1a. no estabelecer dum dia simbólico para comemorar-se a fundação da cidade". Pelo adiantado da hora, infelizmente, êste parecer não pôde ser discutido imediatamente, ficando adiado o debate para o dia seguinte. Na sessão parcial da 1a. Comissão, do dia 23, foi de novo lido perante outra assistência, composta de muitos elementos que não haviam tomado parte na 1a. discussão. Já então era evidente o propósito de perturbar-se a marcha dos trabalhos, com apartes intempestivos e violentos. Não me foi permitido mais expor, com a mesma clareza e precisão com que o fizera na véspera, os meus pontos de vista. Pôsto o parecer em votação, afinal, foi *aprovado* por 12 votos, sendo: 5 pela adoção integral do parecer, isto é, *declarando preferível a data de 1.º de maio* e 7 com restrições, isto é, negando apenas êste ponto de vista. Dêstes sete últimos, quatro foram emitidos pelos Srs. Frederico Edelweiss, Alberto Silva, Conceição Menezes e Afonso Ruy, todos membros da Comissão Organizadora do Congresso. Dos cinco primeiros favoráveis, um foi do Presidente da Comissão, Dr. Alcindo Sodré, e outro do Sr. Antônio Loureiro de Souza, desconhecendo eu os nomes dos outros três". Para melhor documentar minhas assertivas, remeti incontinenti essa publicação ao Dr. Alcindo Sodré, solicitando que confirmasse ou infirmasse os têrmos da mesma. Do saudoso diretor do Museu Imperial de Petrópolis recebi a carta que estampo em *fac-simile*, como documento n.º 1. Por ela se vê que nada havia que tirar nem pôr ao meu depoimento.

* * *

Imprescindível se tornou o esclarecimento retro, antes de comentar o conteúdo da IV parte, onde foi reproduzido o parecer final do Prof. Hernâni Cidade. Abre o parágrafo inicial dêste capítulo, subordinado ao título "Esclarecimento necessário", com a seguinte declaração: "Em obediência a certo preceito do Regulamento do Congresso, não foram inseridas nos Anais, por terem sido apresentadas já impressas, as teses abaixo, sendo entretanto publicados na íntegra, para registro, os pareceres e votos em se-

parado sôbre as mesmas". Entre as dêste modo arroladas, figura a minha contribuição, que aparece sempre com o título mutilado, não sòmente aí, mas em várias outras passagens do volume. Não é verdade que minha tese tenha sido apresentada já impressa. Muito pelo contrário, fí-lo em páginas datilografadas. Sua impressão ocorreu alguns meses depois, por minha conta, numa brochura em que reuni todos os elementos que poderiam servir de confrônto entre as minhas idéias e as dos meus adversários. E se não o houvesse realizado, esperaria talvez quase sete anos para ver em letra de fôrma o meu estudo.

Entro agora a apreciar o famoso parecer Cidade, tal como foi divulgado às páginas 109-111 dos "Anais" em jôgo. Infelizmente, não me foi concedida do mesmo a cópia que solicitei, na ocasião, à Secretaria do Congresso. Faltam-me, pois, elementos categóricos para afiançar se houve ou não adulterações na transcrição. Que introduziram, porém, retoques na forma, posteriores à sua leitura nas sessões competentes, é indiscutível. Os circunlóquios retorcidos do trecho em que o Prof. Cidade aceita a supremacia do 1.º de maio sôbre o 29 de março, como data simbólica da fundação da Cidade do Salvador, escondem do leitor o pensamento emitido com clareza por aquêle relator, no momento das dicussões. Declarara êle taxativamente: desde que eu substituísse o *deve* pelo *pode*, estava de pleno acôrdo comigo. E foi exatamente isso que provocou a onda de protestos dos membros da Comissão Organizadora, os quais apelaram para todos os recursos no intuito de não ser aprovado em plenário o malfadado parecer. Na parte final, que vai da 1a. à 19a. linha da página 111 do volume em questão (documento fac-similar n.º 3), são mais do que evidentes os retoques retro-mencionados. Com efeito, o antepenúltimo parágrafo está assim redigido: "O Autor consultou autoridades alheias — um latinista e um professor — para corroborar a sua tese. Podia dispensar-se de o fazer, pois não são elas que lha valorizam. O interêsse dela consiste na modificação que à tradução da bula citada do Sr. Cônego Barbosa o Autor dá com atribuir à palavra *oppidum* o sentido de cidade fortificada, e a *civitas* a significação de cidade episcopal ou sede episcopal. De passo, notemos que valeria a pena o Autor aprofundar o étimo da palavra *"oppidum"*, que apressadamente relaciona com *"opes, opum"* —riquezas". Tal redação revela completa falta de atenção de leitura da parte do Prof. Cidade. Não fui eu quem interpretou o sentido de *oppidum* como cidade fortificada e o de *civitas* como

cidade episcopal, e sim o Cônego Raimundo Trindade, autor igualmente da malsinada derivação latina de *ops,* riqueza. A lição discreta que me aplicou o relator, mandando aprofundar o étimo da palavra *oppidum,* veio, portanto, com enderêço errado. Devia dirigir-se ao diretor do Museu da Inconfidência. Falta de atenção idêntica também cometeu o Prof. Eremildo Viana, e lição de latim semelhante pretendeu aplicar-me, recomendando a consulta ao *"Glossarium mediae et infimatis latinitatis"* de Du Cange. Dêste segundo baralhamento tenho nítida lembrança. Mas do pelo qual é responsável o Prof. Cidade, só agora tomei conhecimento. Onde, porém, se acentua a convicção de haver sido modificada a redação da peça em análise, é no último período, quando se acha expresso: "o trabalho do Congressista merece aplauso e publicação, o que não significa a adesão do Congresso à sua proposta para a substituição da data debatida". Se estivesse dêsse modo redigida a conclusão do parecer, de forma alguma se justificaria o substitutivo do Sr. Gustavo Barroso, com teor absolutamente idêntico, o qual obteve o afastamento daquele laudo da decisão do plenário. À página 56, na ata da 3a. sessão plenária, lê-se: "O congressista Gustavo Barroso apresentou um substitutivo ao parecer emitido pelo Sr. Hernâni Cidade sôbre a tese do congressista Falcão. O substitutivo que manda publicar nos Anais o trabalho em tela, sem encampar suas conclusões quanto à data da fundação da Cidade". Fica de pé, pois, a alternativa: ou o parecer terminava da forma por que está impresso, e então a assembléia plena cometeu a tolice de aprovar um substitutivo que era a própria essência da conclusão do laudo condenado, ou tinha redação diferente, e, neste caso, o procedimento dos organizadores dos "Anais" não tem qualificativo.

* * *

Torna-se gritante, outrossim, a absoluta falta de critério adotada no estabelecer normas para publicação de trabalhos nos "Anais": enquanto, para suprimir dos mesmos certas comunicações para êles indesejáveis, alegaram os redatores já terem sido elas divulgadas prèviamente em letra de fôrma, recorreram, todavia, sem o menor escrúpulo, ao noticiário dos jornais profanos e dêles extrairam *ipsis verbis* o material necessário para compilar o seu tex-

to. Nota-se isso à página 111 do tomo em aprêço, cuja reprodução facsimilar é feita ao lado dos fragmentos de três colunas da 3a. página da edição do "Diário de Notícias" da Cidade do Salvador, do dia 25 de março de 1949, também em *fac-simile* (Documentos n.ºs 2 e 3). Nem ao menos se deram ao trabalho de modificar os dizeres do cabeçalho das duas publicações; apenas, na mais recente, acrescentaram o título de "Prof." ao Sr. Alberto Silva (3).

* * *

Por último, chocante contradição ressalta das páginas da III parte, onde se inseriram o relatório do secretário geral do Primeiro Congresso de História da Bahia e o texto das moções aprovadas na última reunião plenária do certame. Sob a epígrafe "Principais resoluções", escreveu o secretário geral à página 93 da brochura em apreciação: "Se as teses aprovadas testemunharão no futuro o êxito dos trabalhos realizados, e constituirão o monumento que acabamos de construir, não devemos esquecer os resultados oriundos das indicações e moções votadas na última sessão plenária. Façamos pelo menos o registro de algumas que nos interessam de perto para conhecimento imediato: 1.º) apoiando a decisão do Instituto Histórico da Bahia que escolheu, como data simbólica da fundação da Cidade, o dia 29 de março;..." Contudo, mais adiante, às páginas 99-104 se acham transcritas, na íntegra, nove propostas e indicações, que se supõem aprovadas na derradeira reunião plenária, embora sòmente da primeira se declare explìcitamente ter recebido apôio unânime. A única dessas propostas que se refere à fundação da Cidade do Salvador, para estarrecimento dos historiadores que a lerem, recomenda como data a ser adotada, até segunda ordem, a inscrita no "Monumento ao Dois de Julho", isto é, *6 de agôsto de 1549*. Não me posso furtar ao ensêjo de reproduzir em *fac-simile* tão esdrúxula resolução aprovada ao apagar das luzes do Primeiro Congresso de História da Bahia

(3). — Nesta altura, novas e inqualificáveis omissões se registraram. Assim, das quatro justificações de voto formuladas contra minha tese, apenas duas encontraram guarida nas páginas 111-115 do 1.º Volume dos *"Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia"*, a saber: a do Sr. Alberto Silva e a do Sr. Eremildo Viana, tendo sido suprimidas, sem qualquer explicação, as dos Srs. José Figueiredo Lôbo e Manuel de Aquino Barbosa, as quais, entretanto, podem ser lidas em meu livro *"A Fundação da Cidade do Salvador em* 1549", às páginas 69-71 e 83-84.

(Documento n.º 4). Assim, nas próprias páginas do Vol. I dos "Anais", recebeu o Cônego Manuel Barbosa a mais formal negação às suas afirmações sem base.

II

No ano de 1952, decidiu a Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador, comemorar, com desusada pompa, o dia 29 de março na qualidade de data simbólica da fundação da urbe de Tomé de Sousa, em 1549, ou seja, o 403.º aniversário natalício. Para tanto, baixou o dirigente da Comuna, em exercício na ocasião, a portaria n.º 299, datada de 11 de março daquele milésimo, na qual, após inscrever cinco "considerandos", resolveu nomear certa comissão composta de figuras representativas da intelectualidade local, a fim de concatenar os festejos em perspectvia. Essa comissão tomou na devida conta o espírito e a letra do 3.º item, que dizia: "considerando que os compêndios didáticos, na sua quase totalidade, não dão o devido registro a um dos acontecimentos mais importantes da História do Brasil ou, quando o fazem, não fixam os debates e as conclusões dos historiadores brasileiros reunidos em dois congressos, um de História da Bahia, nesta Capital, em março de 1949 e outro, o quarto congresso de História Nacional, no Rio de Janeiro, em abril de 1949 — deixando a mocidade na mais completa ignorância de fato histórico tão digno de mais estudos". E elaborou vasto plano, começando por levar a todos os colégios e ginásios da capital baiana, durante uma semana, provectos conhecedores de história soteropolitana, com a finalidade expressa de instruir a juventude estudantil, acêrca do valor do simbolismo da comemoração. Fêz mais: "encomendou" ao tupinólogo teuto-brasileiro Frederico Edelweiss determinado "manual" para ser distribuído sobretudo nas escolas, com resumos e explicativos da momentosa questão histórica. E, em conseqüência disso, veio a lume, editado pela Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Cidade do Salvador, um folheto de 40 páginas, cujo título, em caracteres crescentes, assim se rotulava: "29 de março — data simbólica da fundação da — Cidade do Salvador".

Infelzimente, não sendo historiador de ofício, louvou-se o então prefeito Osvaldo Veloso Gordilho em informações tendenciosas

de certos indivíduos que vivem a apregoar, com a maior desenvoltura, ter sido a famosa decisão do Instituto Histórico da Bahia, de 16 de março de 1945, homologada pelos Primeiro Congresso de História da Bahia e IV Congresso de História Nacional, reunidos, respectivamente, em março e abril de 1949, na Cidade do Salvador e no Rio de Janeiro.

Havendo defendido ponto de vista em franco antagonismo àquela decisão, resolvi também contribuir para a ilustração da mocidade baiana na matéria. Remeti, naquela mesma época, a todos os diretores dos estabelecimentos de ensino da capital baiana, exemplares dos meus trabalhos "A fundação da Cidade do Salvador em 1549" e "Contestações", acompanhados de carta, oferecendo-os às suas respectivas bibliotecas. Aguardei, porém, pacientemente, mais quase quatro anos, até que saisse do prelo o primeiro volume dos "Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia", a fim de dizer a última palavra no assunto.

Posso, pois, agora proclamar, sem receio de contradita: é absolutamente falsa a notícia veiculada por alguns elementos, presumidos mestres de História da Bahia, de que tanto o certame da Cidade do Salvador como o do Rio de Janeiro haviam aceito o famigerado parecer do Sr. Frederico Edelweiss (4).

Quanto ao ocorrido no seio do IV Congresso de História Nacional, de há muito deixei bem clara a verdade dos fatos: havendo sido designado para relatar a tese por mim apresentada àquela assembléia, intitulada "A instituição do Govêrno Geral do Brasil e a fundação da Cidade do Salvador", juntou o Sr. Frederico Edelweiss, ao parecer que elaborou nessa ocasião, cópia do seu laudo anterior, aprovado pelo Instituto Histórico da Bahia, em 16 de março de 1945. Após fortes debates no âmbito da 1a. Secção de História Geral, nos quais não tomei parte, por ausente, ficou assentado que se *publicasse* na íntegra o meu trabalho, por "conter boa fundamentação histórica" (5), bem como o parecer discordante do relator, acompanhado da *transcrição* da peça de 1945. E' *ùnicamente* o que consta dos "Anais do IV Congresso de História Nacional" e pode ser verificado às páginas 59 e 121 do Vol. I e à página 415 do Vol. II. Não houve nenhuma *aprovação* dos referidos pareceres, apenas *transcrição* para confrônto com a minha contribuição, aceita para publicação, não obstante os desleais esforços em sentido contrário dos meus antagonistas do Instituto Histórico da Bahia. Em artigo intitulado "Ponto Final", estampado, a 12 de junho de 1950, no

(4). — Entre os historiadores pouco dignos de crédito, que puseram em circulação essa notícia sem fundamento, figuram: *Alberto Silva* — "A Cidade de Tomé de Sousa" — Rio de Janeiro, 1949 — pág. 87. *Afonso Rui de Sousa* — "Páginas de História do Brasil" — Bahia, 1955 — pág. 22.

(5). — Conforme me assegurou, em carta datada de 1.º de setembro de 1949, o Prof. Ernesto de Souza Campos, presidente da 1a. Secção de História Geral do IV Congresso de História Nacional ("Contestações" — págs. 22-24 e págs. 28-29).

"Estado da Bahia" da Cidade do Salvador, e posteriormente inserto no meu livro "Contestações", às páginas 26-36, demonstrei, exuberantemente, isso.

Relativamente ao que se passou no Primeiro Congresso de História da Bahia, a recente publicação do Vol. I dos "Anais" desmascarou os impostores, como provei páginas atrás. De acôrdo com o conteúdo do mesmo, não houve nenhuma *aprovação* explícita do dia 29 de março como data simbólica. Ao contrário disso, a moção apresentada e aceita na última sessão plenária, de autoria dos historiadores mineiros Cel. Humberto Teixeira d'Assumpção e Copérnico Pinto Coelho, indica, no tocante à fundação da Cidade do Salvador, *o dia 6 de agôsto,* como data a ser comemorada, até segunda ordem.

Pulverizada a base em que se alicerçou o ex-prefeito Osvaldo Veloso Gordilho, para dar caráter permanente às comemorações simbólicas do dia 29 de março, entro, finalmente, a apreciar o opúsculo da lavra do Sr. Edelweiss, publicado às custas da Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Cidade do Salvador.

* * *

Depois de reproduzir o histórico e frustrado anteprojeto de decreto-lei, datado de 24 de janeiro de 1945 e assinado pelo então prefeito Elísio Lisboa, e de pôr, mais uma vez, em letra de fôrma o seu assás comentado *parecer,* aceito em sessão do Instituto Histórico da Bahia, de 16 de março de 1945, escreveu o professor de tupi Edelweiss à página 19: "A referida iniciativa da Prefeitura e a emenda final do parecer, da mesma procedência, faziam presumir que não tardaria o pronunciamento oficial. No entanto, meses e anos decorreram sem que as autoridades municipais voltassem a considerar o problema da fundação da Cidade, *nem mesmo por ocasião da quarto centenário, quando foi Prefeito da Capital um dos signatários do Parecer,* Dr. Wanderley Pinho" (6). Êste *inocente* período enfeixa, oculto em seu bôjo, palpitante mundo de ocorrências e disputas, processadas nos bastidores e ignoradas do grande público, as quais tentarei concatenar, narrando os seguintes fatos autênticos.

No mesmo dia (7) em que o "Diário Oficial" da capital baiana estampou o anteprojeto de decreto-lei, assinado pelo prefeito Elísio Lisboa, fixando 1.º de maio como data natalícia da Cidade do Salvador, abria fogo o "Estado da Bahia" contra o ponto de vista do então dirigente da Comuna, publicando a opinião do Prof. Charles Walter Wagley, segundo a qual se adotou, nos Estados

(6). — O grifo é meu.
(7). — 25 de janeiro de 1945.

Unidos da América do Norte, para determinar a fundação das cidades históricas ianques, o critério de considerar como marco inicial o dia da chegada das primeiras autoridades ao local. E, desde logo, sugeriu o jornal supra-citado que se devia dar preferência, no caso da primitiva metrópole brasileira, ao dia 29 de março, por ter sido, em 1549, a data em que aportou, às plagas baienses, Tomé de Sousa, o fundador. Dois dias após (8), novo artigo sem assinatura inseria aquêle vespertino, batendo na mesma tecla. Evidentemente, tratava-se de insidiosa campanha já bem definida, embora ainda anônima, contra a idéia dominante no espírito do Sr. Elísio Lisboa. Quem a estaria orientando? O tempo se encarregou de mostrar mais adiante: o Sr. Osvaldo Valente, diretor do Arquivo Municipal, pessoa de imediata confiança do prefeito em função e por êle nomeada para aquêle cargo. No dia 3 de fevereiro de 1945, terceiro artigo, opinando em favor do dia 29 de março, era lançado pelas colunas do "Estado da Bahia": trazia a assinatura de Antônio Loureiro de Souza, graduado funcionário da Diretoria do Arquivo, sob a influência, portanto, de Osvaldo Valente. Enquanto isso ocorria, Elísio Lisboa expedia ofícios endereçados a instituições culturais locais e a pessoas competentes, solicitando que emitissem opiniões a respeito. Dois sodalícios foram consultados na mesma ocasião: o Centro de Estudos Bahianos e o Instituto Histórico da Bahia. No primeiro pontificava Valente e certo grupo de dissidentes do segundo. Incontinenti, formou-se em seu seio a corrente contrária ao anteprojeto favorável a 1.º de maio. E, logo surgiu, sob a forma de "Sugestão do Centro de Estudos Bahianos, sôbre a escôlha da data simbólica da fundação da Cidade do Salvador", pormenorizado estudo, cuja cópia foi entregue, em mãos, ao prefeito Lisboa pelo Sr. Valente, sem data, nem assinatura, apenas datilografada em papel timbrado do "Centro" (9). Segundo me afiançou categòricamente, em março de 1950, o Sr. Hermann Neeser, membro fundador dessa associação, foi feita a leitura daquela peça em sessão da mesma entidade, *muito antes* da reunião do Instituto Histórico, de 16 de março de 1945. Tudo, porém, realizado em silêncio. A 8 de fevereiro do citado ano de 1945, o segundo sodalício, de muito maior tradição e projeção nos meios intelectuais baianos, promoveu concorrida reunião para debater-se o empolgante tema, e convidou o prefeito Elísio Lisboa a tomar parte nela. Êste não se fêz de rogado. Redigiu elucidativa nota, reafirmando seu ponto de vista em favor de 1.º de maio e refutando com muita lógica o 29 de março, e compareceu. Após ouvir a palavra daquela autoridade municipal e de animada troca de idéias, deli-

(8). — 27 de janeiro de 1945.
(9). — Vide reprodução facsimilar às págs. 50-55 do meu livro "A Fundação da Cidade do Salvador em 1549" — São Paulo, MCMXLIX.

berou a assembléia presente nomear luzida comissão para estudar a matéria e dar parecer. Fêz parte dela, como relator, o tupinólogo Frederico Edelweiss, aliado de Valente no Centro de Estudos Bahianos. Facílimo, pois, foi introduzir vigorosa cunha na opinião do Instituto, contra o prefeito. Limitou-se Edelweiss a repetir *ipsis verbis* o trabalho do Centro e a apresentá-lo aos seus novos companheiros. Êstes, porém, para dar um ar de sua graça, resolveram suprimir o período final do arrazoado prefabricado no Centro e substituí-lo pelo seguinte: "Quanto ao seu sancionamento oficial imediato, êste se nos afigura um tanto prematuro. Por isto, não havendo motivo urgente para semelhante decisão governamental, somos de opinião seja ela adiada por algum tempo. Não é impossível que, no espaço que nos separa do quarto centenário, ainda surjam documentos capazes de resolver definitivamente o problema". Era a voz do bom senso a refrear a vaidade de alguns apressados, ansiosos por liqüidar de vez e sem mais apêlo, importante questão histórica. Era, ao mesmo tempo, sério entrave à oficialização de 29 de março como coisa definitiva. Mas, deu-se um jeito. Depois de lida em plenário, a 16 de março de 1945, a peça edelweissiana, e de muita discussão em derredor, Osvaldo Valente tomou a palavra e propôs simplesmente que se eliminasse o período final. O presidente da reunião consultou, então, o relator sôbre a oportunidade da emenda supressiva, e êste último deu pleno assentimento à glosa. Subtraiu-se, assim, do parecer do Instituto Histórico, a única parcela que não viera de fora, e sancionou-se, dessa forma, a data simbólica proposta. Duas pessoas, entretanto, não engoliram a trama de Valente e Edelweiss: Elísio Lisboa e Wanderley Pinho, êste último membro da comissão ludibriada do Instituto Histórico. Ambos deixaram de tomar conhecimento oficial da deliberação da Casa da Bahia (10), quando tinham ensêjo de fazê-lo, isto é, ao empunharem o bastão da governança municipal, em 1945 e 1949, respectivamente.

Acha-se, pois, agora suficientemente esclarecida a dúvida ingênua de Edelweiss: a) — porque, *sendo da mesma procedência* a iniciativa da Prefeitura de fixar-se a data aniversária para as comemorações do 4.º centenário e a emenda supressiva do trecho que atrapalhava a aceitação do ponto de vista de 29 de março (o Sr. Osvaldo Valente era diretor, na ocasião, do Arquivo Municipal), o prefeito Elísio Lisboa não endossou o parecer filho de dois progenitores; b) — porque também o prefeito Wanderley Pinho não o fêz, quando podia e tinha autoridade para tanto, embora fôsse um dos signatários do mesmo. Que mais eloqüente pá de cal para sua tese desejaria o genial inventor da teoria da fundação virtual?

(10). — Nome pelo qual também é conhecido o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

* * *

Sob a epígrafe "Revisão crítica das opiniões divergentes emitidas sôbre a data da fundação da Cidade do Salvador em publicações dedicadas ao seu quarto centenário", segunda parte do opúsculo em análise, estende-se o Sr. Edelweiss em contestar Teodoro Sampaio, Pedro Calmon e minha modesta pessoa.

No que tange ao magistral autor da "História da Fundação da Cidade do Salvador", comete o tupinólogo-historiador incrível êrro de perspectiva no tempo: tomando por base a data da publicação póstuma daquela obra, atribui ao escritor falecido em 1937 o papel de *divergir* do parecer dêle, Edelweiss, emitido oito anos depois daquele desenlace, ou seja em 1945. Como poderia Teodoro Sampaio *discordar* duma coisa que ainda não existia enquanto êle viveu? Só mesmo do bestunto do Sr. Edelweiss.

Quanto à refutação a mim endereçada, gira ùnicamente em tôrno da figura de Rodrigo de Arguello, que o meu lácteo antagonista teima em definir como sendo Provedor da Capitania da Bahia e não da Cidade do Salvador. Convido os que me leem a compulsar as páginas 39 e 40 do meu livro "Contestações", onde está textualmente consignado: "O título de *provedor da Bahia de Todos os Santos,* coube, em 1549, a Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor, segundo se lê às páginas 8-9 do Vol. XXXV dos "Documentos Históricos" (edição da Biblioteca Nacional), a saber:

> "A quantos esta minha Carta virem faço saber, que confiando eu de Antonio Cardoso de Barros Cavalleiro Fidalgo da minha Casa, que nisto me servirá bem, e verdadeiramente com aquelle recado, e fidelidade, que a meu Serviço cumpre; e querendo-lhe fazer mercê do Officio de *Provedor-mor de Minha Fazenda da Bahia de todolos Santos,* e de todolas terras do Brasil por tempo de tres annos com duzentos mil réis de ordenado em cada um anno, o qual cargo servirá assim, e da maneira, que se contém em meu Regimento, que para isso lhe será dado: Notifico-o assim, e mando a Thomé de Souza Capitão da dita Bahia, e Governador das ditas Terras do Brasil, que meta em posse do dito Officio ao dito Antonio Cardoso e lho deixe servir pela dita maneira...".

A autoridade de Rodrigo de Arguello circunscrevia-se *apenas* à Fortaleza de Salvador e seu têrmo, conforme está meridianamente consignado à página 27 do mesmo volume citado:

> "A quantos esta minha Carta virem Faço saber, que confiando eu de Rodrigo de Arguello Porteiro da Camara da Rainha minha sobre todos muito amada, e presada mulher, que a meu serviço cumpre. Hei por bem e me praz de lhe fazer mercê do Officio de *Provedor de*

Minha Fazenda da Fortaleza do Salvador na Capitania da Bahia de todolos Santos nas terras do Brasil por tempo de cinco annos e com trinta mil réis de ordenado em cada um anno".

Não seria possível haver, ao mesmo tempo, *dois* provedores da Bahia de Todos os Santos. Cai, dêste modo, por terra a principal objeção oposta pelo Sr. Edelweiss ao meu arrazoado".

Minha demonstração é muito mais complexa do que apregoa depreciativamente o Sr. Edelweiss. Remeto o leitor, outrossim, às páginas 40-41 do volume retro-citado, onde destruí lealmente o insubsistente parecer contrário à minha comunicação apresentada ao IV Congresso de História Nacional. Lê-se aí: "Funda-se meu raciocínio na ilação lógica depreendida da leitura das cartas de nomeação dos diferentes elementos integrantes do corpo expedicionário de Tomé de Sousa. Ao fim de cada uma delas, vem anotada *a data do início do pagamento dos ordenados* ao respectivo servidor. Observa-se, assim, que três datas assinalam, precisamente, o princípio de funções públicas em três setores: 1.º de fevereiro, 1.º de abril e 1.º de maio de 1549. A 1.º de fevereiro, começa a ganhar o escrivão da armada, Nuno Alves; êsse dia marca, por sua vez, a partida do Tejo da frota de Tomé de Sousa. De 1.º de abril em diante passam a perceber vencimentos todos os servidores graduados do Govêrno Geral (Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor da Fazenda, Pero de Góis, capitão-mor do Mar da Costa do Brasil, Gonçalo Ferreira, tesoureiro das Rendas de tôdas as terras do Brasil, João de Araújo, escrivão do Tesouro de tôdas as Rendas das terras do Brasil, Gasgar Lamego, contador da Bahia de Todos os Santos e das terras do Brasil, Brás Fernandes, escrivão do Ouvidor Geral, Luís Dias, mestre de obras, etc.), inaugurando-se, *de fato,* em tal ocasião, o período administrativo sob a direção suprema daquele capitão-general. Sòmente a 1.º de maio, contudo, é que entram a *servir* e *receber estipêndios* os funcionários *expressamente* designados para exercer ofícios *no recinto da Fortaleza do Salvador e seu têrmo*: o provedor Rodrigo de Arguello e o físico Jorge de Valadares. Que dedução se deve tirar disso, sabendo-se, além do mais, que Tomé de Sousa, havendo concluído, *ao cabo do mês de abril,* a paliçada protetora do futuro perímetro urbano, para dentro dela se trasladou em tal momento? A única compatível com o bom-senso: que a *vida oficial* da Cidade do Salvador se encetou a 1.º de maio de 1549. Daí minha proposta para se considerar êsse o verdadeiro dia *natalício* da primitiva capital brasileira".

Ao pingar o ponto final nestas linhas, delego aos futuros historiadores da Bahia a tarefa de apreciar, com imparcialidade e isenção de ânimo, o mérito de minha contribuição. E certo estou de que hão de concordar com o juízo já emitido a meu favor por mui-

tos estudiosos e instituições, entre outros o Serviço de Documentação da Marinha, cujo ofício-depoimento, reproduzido em *fac-simile* como documento n.º 5, constitui a minha chave de ouro.

Santos, março de 1956.

EDGARD DE CERQUEIRA FALCÃO

DOCUMENTO N.º 1
Teor da carta enviada ao Autor pelo Dr. Alcindo Sodré.

M. E. S. – MUSEU IMPERIAL

Petrópolis, 8 de abril de 1949

Sr. Dr. Edgard Falcão:

Acuso o recebimento de sua prezada carta de 1 do corrente, acompanhada de um recorte do jornal "A Tarde", de Salvador, edição de 31 de março último, contendo uma entrevista dada por V.S. ao referido periódico, à propósito de sua tese, apresentada ao 1º Congresso de História da Bahia, e atendendo ao pedido de sua missiva, para que eu deponha a respeito de suas declarações, passo a responder.

Sobremodo honrado que fui pela investidura de Presidente da 1ª Comissão do Congresso, destinada a julgar os trabalhos sôbre "História Geral", a essa comissão foi dado apreciar a tese de V.S.

Na minha comissão, seu trabalho foi discutido em duas reuniões consecutivas, antes de ir a plenário.

Na primeira, lido o parecer do Prof. Ernani Cidade, foi o mesmo vivamente debatido. E o ilustre relator, apreciando a discussão, alvitrou modificar as conclusões de seu parecer com a condição de V.S. substituir alguns vocábulos que davam sentido categórico a certas afirmativas. Aceita por V.S. a sugestão, no dia imediato, o Prof. Cidade leu o seu novo parecer, que suscitou ainda um não menos vivo e caloroso debate. Nesta altura, se me não falha a memória, o Sr. Frederico Edelweiss declarou, de fato, que contestava integralmente as conclusões da primeira parte de seu trabalho, ao passo que concordava plenamente com as da segunda. Afinal, foi o parecer aprovado, manifestando-se sete votos com a restrição expressa à data de 1º de maio, e cinco votos sem restrições às conclusões do parecer do Prof. Ernani Cidade.

São estas, meu caro colega, as declarações que lhe posso fazer.

Aproveito a ocasião para lhe apresentar os meus cordiais cumprimentos.

Alcindo Sodré

DOCUMENTO N.º 2
Reprodução facsimilar de trechos da pág. 3 do "Diário de Notícias" da Bahia, de 25 de março de 1949.

DEBATES SOBRE A DATA DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR

Historiadores bahianos justificam o seu voto sobre a tese do sr. Edgar Falcão — O voto do sr. Alberto Silva

"O estabelecimento da fortaleza Cidade do Salvador", tese apresentada ao Primeiro Congresso de Historia da Bahia, pelo historiador Edgar Cerqueira Falcão, vem suscitando fortes e acalorados debates nas sessões plenarias, pela circunstancia do autor, pretender que a data de fundação desta Cidade do Salvador deveria ser tomada com primeiro de maior, ao envés de 29 de março, data estabelecida pelo Instituto Geografico e Historico da Bahia, como a mais provavel e segura, devido não existir documento algum, que determine claramente o dia exato da fundação da Cidade do Salvador. Assim é que, o historiador Edgar Cerqueira Falcão, apresentando a sua tese, deu margens a debates, pelo interesse que vem despertando, e na sessão de ontem, á noite, que se prolongou até a madrugada de hoje, houveram três justificações de votos.

A primeira do congressista Eremido Viana e a segunda do conego Manoel de Aquino Barbosa, que refutam a pretensão do historiador Edgar Cerqueira Falcão e não aceitam de maneira alguma, a data simbolica de 1º de maio, preferindo o dia 29 de março, ate que, surjam documentos satisfatorios que venham a esclarecer o palpitante assunto. O proprio conego Manoel Barbosa, na sua justificação de voto, esclareceu que oportunamente, tudo dependendo de informações de coletas de dados na Europa esclarecerá o fato.

VOTO DO SR. ALBERTO SILVA

Usando da palavra, o historiador Alberto Silva, fez a seguinte justificação do seu voto:

"Na pesquisa seria por uma data simbolica que pudesse servir de marco para as comemorações do quarto centenario desta Cidade, uma vez que a historica, e portanto verdadeira não foi ainda encontrada, tivemos de estudar com certo rigor quais os melhores predicados apresentados pela data de 29 de março e pela data de 1º de maio, a primeira referente ao desembarque de Tomé de Souza, na enseadinha de Vila Velha, a segunda relativa não só a pessoa de Rodrigo de Arguelho no oficio de Provedor da Fazenda da Fortaleza do Salvador na Capitania da Bahia de Todos-os-Santos, o qual nesse dia em 1549" começou a servir e vencer seu ordenado", senão ainda ao pretenso inicio da construção da cidade porque a quase totalidade dos mandados do Provedor Mor faz partir desse dia o pagamento os soldos do operariado vindo de Lisboa. E, no computo das razões que assistiam a essas duas datas apontadas simbolicamente num prelio historico de profunda analise, preferimos a de 29 de março por uma serie de razões de ordem logica que certamente convencerão aos que se não extremarem no assunto e quiserem estuda-lo com a sinceridade e compreensão que o mesmo exige.

"Discutamos. Se o 1º de Maio deve ser preferido no lanço como data simbolica porque nesse dia em 1549 Rodrigo de Arguelho simples porteiro da Camara da Rainha tomou posse de seu cargo de Provedor da Fazenda da Fortaleza do Salvador entã0 porque esquecer, em contra-partida o 1º de Abril, dia em que nesse mesmo ano de 1549 Pero Góes fidalgo da Casa Real tomou posse do seu alto cargo de Capitão Mor da Costa do Brasil, e Antonio Caruoso de Barros começou a vencer o seu ordenado do tambem elevado cargo de Provedor Mor da Fazenda del Rei, ou o 11 de abril em que Gaspar Lamego Contador Mor não da Cidade do Salvador somente, mas de todas as terras do Brasil foi empossado no seu cargo. Ademais como admitir fosse fundada, esta cidade a 1º de Maio quando ainda a 22 de junho os mandados do Provedor Mor falam repetidamente em nesta cidade que se faz ou nos operarios que servem nesta cidade e só a partir de 25 do aludido mês começam esses mesmos documentos a se exprimir deste jeito "quando se fazia esta cidade" ou "quando se edificou esta cidade" ou ainda "desta cidade quando se edificou". Como se admitir tambem fundada esta cidade a 1º de maio de 1549 quando a 3 de junho do mesmo ano Bastião de Almeida Porteiro da Fazenda recebia alèm de uma arca, uma resma de papel e 5 livros para a Fazenda, e 5 dias depois tambem recebia um selo de latão das armas Del Rei Nosso Senhor. Como, por termo aceitarmos o inicio da construção desta cidade a 1º de maio se não existe uma certa seguran-

(Conclue na 2a. pag.)

DOCUMENTO N.º 3
Reprodução facsimilar da pág. 111 do 1.º volume dos "Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia".

O A. consultou autoridade alheias — um latinista e um professor para corroborar a sua tese. Podia dispensar-se de o fazer, pois não são elas que lha valorizam. O interesse dela consiste na modificação que à tradução da bula citada do Snr. Cônego Barbosa o A. dá com atribuir a palavra oppidum o sentido de cidade fortificada, e a civitas a significação da cidade episcopal ou séde episcopal. De passo, notemos que valeria a pena ao A. aprofundar o étimo da palavra "oppidum", que apressadamente relaciona com "opes, opum" — riquezas.

A interpretação parece-me inteligente e digna de tôda a atenção. E' na verdade a melhor forma de conciliar os diplomas de que resulta ser a designação de cidade a que marca a povoação nascente com a Bula pontificia que erige o "oppidum" em "civitatem" e Ecclesiam Sancti Salvatoris em cathedralem Ecclesiam.

Por esta interpretação corroborada com documento que oportunamente cita, como pelo que, na primeira parte da comunicação, representa honesto esforço investigativo e cautela critica na conclusão inferida o trabalho do Congressista merece aplauso e publicação, o que não significa a adesão do Congresso á sua proposta para a substituição da data debatida.

Salvador, em 23 de março de 1949.
Hernani Cidade

DEBATES SOBRE A DATA DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR

Historiadores bahianos justificam o seu voto sobre a tese do Sr. Edgard Falcão — O voto do Prof. Alberto Silva.

"O estabelecimento da fortaleza Cidade do Salvador", tese apresentada ao Primeiro Congresso de História da Bahia, pelo historiador Edgard Cerqueira Falcão, vem suscitando fortes e acalorados debates nas sessões plenárias pela circunstância do A. pretender que a data da fundação desta Cidade do Salvador deveria ser tomada como primeiro de maio, ao envés de 29 março, data estabelecida pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, como a mais provavel e segura, devido não existir documento algum, que, determine claramente o dia exato da fundação da Cidade do Salvador. Assim é que, o historiador Edgard Cerqueira Falcão, apresentando, a sua tese deu margens a debates, pelo interesse que vem despertando, e na sessão de ontem, á noite, que se prolongou até a madrugada de hoje, houve três justificações de votos.

A primeira do congressista Alberto Silva e a segunda do congressista Eremildo Viana e a terceira do conego Manoel de Aquino Barbosa, que refutam a pretensão do historiador Edgard Cerqueira Falcão e não aceitam de maneira alguma, a data simbolica de 1.º de maio, preferindo o dia 29 de março, até que, surjam documentos satisfatorios que venham a esclarecer o palpitante assunto. O proprio conego Manoel Barbosa, na sua justificação de voto, esclareceu que oportunamente, tudo dependendo de informações de coletas de dados na Europa esclarecerá o fato.

Usando da palavra, o historiador Alberto Silva, fez a seguinte justificação do seu voto:

DOCUMENTO N.º 4

Reprodução facsimilar da pág. 102 do 1.º volume dos "Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia".

PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTORIA DA BAHIA

M O Ç Ã O

Em torno da data da fundação da cidade do Salvador.

Os congressistas abaixo assinados, membros da Delegação Mineira, têm a honra de propôr aos seus pares seja feito um apêlo aos historiadores brasileiros, no sentido de darem ao colendo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, uma ampla colaboração no trabalho exhaustivo a que está entregue, desde 24 de janeiro de 1940, para fixar, de modo definitivo, a data exata da fundação da Cidade do Salvador.

A presente proposta se justifica pelos seguintes argumentos:

1.º) — A Bahia polarisa a nossa gratidão cívica. pelos seus ideiais de liberdade, positivados, com sacrificio dos seus filhos, nas lutas contra os invasores bátavos, na Conjuração Bahiana, na sua adesão moral ao movimento republicano nascido em Pernambuco, e em outras pelejas sangrentas, assinalando. com um luzeiro de glorias, o dia 2 de Julho de 1823, a principal marca das nossas liberdades políticas;

2.º) — O dia da fundação da **Cidade do Salvador**, depois chamada **São Salvador da Bahia de Todos os Santos**, é uma data que interessa a todo o país, por que se a Bahia foi o berço da nossa nacionalidade, a sua atual capital gosou, de 1549 a 1763, os fóros de metrópole do Brasil-Colonia e do Brasil-Vice-Reinado;

3.º) — Até hoje, apesar dos eruditos esforços de alguns historiadores bahianos, depois de transcorridos quatro séculos do memorável acontecimento, ainda não foi possível fixar, de modo claro e insofismável, a sua verdadeira data:—

a) — opinaram antigos historiadores pela de 6 de agosto (1549) (e é esta a que está gravada no notável Monumento a Dois de Julho, que o patriotismo dos bahianos levantou nesta capital) com apoio em Inácio Acioli, o autor das "Memorias históricas e políticas da Bahia", na sua monografia sôbre o Padre Nóbrega;

b) — houve ainda quem apontasse, sem documentação probante, o dia 30 de maio; e outros, o dia 24 de junho, firmados numa carta de vereadores endereçada a el-rei citando o fáto da festa de S. João ser realizada na Bahia dêsde a sua fundação! Há até quem opine que é o dia 13 de junho. devido á descrição que Nóbrega fez de uma procissão de "Corpus Christi";

c) — opinião muito aceita nos meios cultos bahianos é pelo dia 1.º de novembro (1549), com base num lançamento citado pelo historiador frei Antonio de Santa Maria de Jaboatão, o clebre autor do **Novo Orbe Seráfico Brasileiro**, que o aceitou como plausivel. E' a data que coincide com a da descoberta, em 1501, da bahia de Todos os Santos, pelo piloto e cosmógrafo Americo Vespucio. Mas o próprio Barão do Rio Branco que a comenta com simpatia, dizendo que a data indicada por Jaboatão póde ser aceita, registra, a respeito, entre outras advertências, a seguinte

DOCUMENTO N.º 4-A

Reprodução facsimilar da pág. 103 do 1.º volume dos "Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia".

resalva: de que a data indicada por Jaboatão póde ser exata: — "mas Nóbrega nenhuma menção faz dessa cerimônia e sabe-se que nesse mesmo dia êle embarcou para Pôrto Seguro na esquadra que viera visitar a costa (veja a sua carta de 6-1-1550)";

d) — o eminente relator da Comissão designada pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, para emitir opinião sôbre o assunto, depois de vários argumentos baseados nos **Documentos Históricos** publicados pela direção da Biblioteca Nacional, proclama, no seu parecer lido em sessão de 11-4-40, o dia 1.º de maio (1549) como sendo a data da fundação da Cidade do Salvador. Este parecer foi esposado pelaMunicipalidade do Salvador, que consagrou a data de 1.º de maio como a da fundação da cidade, no Decreto de 21-1-45. O erudito autor de um segundo parecer lido em sessão de 16-3-45 do mesmo Sodalicio, propõe a preferência pelo dia 29 de março, o da chegada do emissário real encarregado da fundação, "enquanto documentos precisos não surgirem", ficando sendo êle "o dia virtual e simbólico da citada fundação"

Os historiadores bahianos, nesse admirável trabalho pela verdade, estão construindo a ciência experimental por excelência, praticando os bons principios: recolher, apontar e apurar as tradições as crônicas e as lendas, para depois, chamando o passado a juizo, anotar os fatos identificados como verídicos.

Realmente, a História e a Verdade. Sem esta não haverá cunho histórico. E se o fato registrado é apenas existente como faculdade e de caráter simbólico, êle não tem fundamento histórico.

E finalmente, atendendo a que o patriotismo é um sentimento natural nos homens cultos, maximé nos historiadores que perscrutam o passado e dêle tiram ilações para o futuro, propomos:

1.º) — Que o Congresso dirija um apêlo aos historiadores brasileiros para que facam um percuciente estudo nos velhos arquivos, no sentido de ser estabelecida, em plintos solidos, a data da fundação da **Cidade do Salvador;**

2.º) — Que a data adotada nas comemorações cívicas da fundação da atual capital bahiana, até que se possam firmar uma outra em documento peremptório, seja a de 6 de agosto (1549), a que a tradição incutiu na alma do povo, cristalizou na sua consciência, cimentou a grandeza da sua terra e que os patriotas bahianos, num justo entusiasmo pela vitoria da nossa Emancipação Política, inscreveram na magnificente joia de aprimorada arte, que é o imperecível **Monumento a Dous de Julho.**

A fundação da **Cidade do Salvador** é um acontecimento que brazona os fatos da História Nacional.

Salvador, 23 de Março de 1949.

Cel. Humberto Teixeira d' Assunpção

Copernico Pinto Coêlho

DOCUMENTO N.º 5

Teor do ofício enviado ao Autor pelo Serviço de Documentação da Marinha.

ISN/DIAC

MINISTÉRIO DA MARINHA
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Nº 0149 (Gab.)

RIO DE JANEIRO, D. F.
Em 24 de novembro de 1951.

Do: Diretor
Ao: Ilmº. Sr. Dr. Edgard de Cerqueira Falcão.

Assunto: Agradecimento.

1. Tenho a satisfação de acusar o recebimento, destinados à Biblioteca da Marinha, 2a secção dêste Serviço, de dois exemplares dos notáveis trabalhos de V.S. - A Fundação da Cidade do Salvador em 1549 e Contestações em tôrno do mesmo assunto.

2. A 1a secção dêste S.D.M., "História Marítima do Brasil", examinou cuidadosamente a matéria e resolveu, em consequência, lançar em seus registos a data de 1º de maio de 1549 como a da fundação da gloriosa cidade do Salvador.

3. Agradecendo a valiosíssima oferta dos exemplares citados, felicito a V.S. pela sua escorreita contribuição histórica, reiterando-lhe os meus protestos de alto aprêço e distinta consideração.

Didio Iratin Afonso da Costa
Didio Iratin Afonso da Costa
Contra-almirante, Ref., Diretor.

DOCUMENTÁRIO

ESTUDO SÔBRE A DECADÊNCIA DAS MINAS, ATRAVÉS DE UM DOCUMENTO.

INTRODUÇÃO.

O documento que serviu de base para êsse estudo, foi a *Memoria sobre o estado actual da capitania de Minas Gerais, por José Eloi Ottoni, estando em Lisboa, no anno de* 1798, publicado nos *Annaes* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XXX, 1908.

A publicação dos *Annaes* foi iniciada em 1876, sob a direção do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, bibliotecário da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Revista periódica, os *Annaes* tinham por objetivo, a publicação de manuscritos interessantes da Biblioteca e de trabalhos bibliográficos de merecimento, visando a divulgação dos nossos documentos até então sepultados pelo esquecimento e pelo pó das estantes e dos arquivos.

Foram os *Annaes*, da Biblioteca Nacional, obra sem precedente no país, portanto, pioneira no assunto. Dêles foi extraído o documento para a elaboração do presente trabalho.

E' êste documento escrito na época da decadência da mineração, um exemplar dentre vários do mesmo gênero, escritos para um mesmo fim: observar a situação econômica da Capitania de Minas Gerais e sua decadência e, elaborar uma solução para a melhoria das condições reinantes.

Entre os similares da "*Memória*" de José Eloi Ottoni, eis a *Memoria Q' Je. Mel de Seqra. Presbe. Secular Professor Real da Filosofia Racal. e Moral da Va. de Cuyabá academico da Rl. Academia das Sciencias de Lxa. Enviou a Mma. Academia sobre a Decadencia actual das tres capitanias de Minas e os meios d'a reparar; no anno de* 1802" (1).

Eis a *Informação da capitania de Minas Gerais, dada em* 1805 *por Basilio Teixeira de Sá Vedra Freire,* carta datada de 30 de março de 1805, escrita em Sabará e dirigida a um deputado do Conselho Ultramarino, cujo nome não aparece (2).

---

(1). — Sérgio Buarque de Hollanda, *Monções,* Rio de Janeiro, 1945, pág. 220.
(2). — *Rev. do Arquivo Público Mineiro,* vol. II, 1897, pág. 673, Imp. Oficial de Minas Gerais.

Eis a *Exposição do governador D. Rodrigo Jozé de Menezes sobre o estado de decadencia da capitania de Minas Gerais e meios de remedial-o* (3).

Como êsses documentos citados, muitos outros existiram nesse gênero, relativos à Capitania, desde que era moda na época, os funcionários da Coroa portuguêsa e mesmo, os leais súditos, informarem sôbre a situação econômica dos domínios de S. Majestade e, tratarem dos meios mais indicados para a solução de problemas. Haja visto também, a "Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadencia e modo de restabelecel-a, escripta por Marcellino Pereira Cleto, em 25 de Outubro de 1782" (4).

Conclui-se que a *Memória*, de José Eloi Ottoni é um documento informativo, num gênero literário comum à época, a informação, como objeto de estudo de um problema, visando uma solução e, tendo em vista também, agradar a Corôa.

*

A ÉPOCA EM QUE FOI ESCRITA A "MEMÓRIA".

1798. Êste foi o ano em que José Eloi Ottoni escreveu a *Memória*. Já havia sido sufocado o glorioso movimento da Inconfidência. As Gerais entravam em franco declínio, alarmando a Metrópole, cujo sustentáculo econômico principal era a mineração do Brasil-Colônia.

Nos fins do século XVIII, decaía a mineração no Brasil Colonial. As Capitanias produtoras do metal precioso, Minas Gerais, Mato Grosso, viam extinguir-se as suas ricas jazidas. Era o fim da civilização do ouro nas Gerais, civilização que criara a escola literária de Cláudio e de Gonzaga, a doce imagem de Marília, as obras vivas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho; que implantara no interior brasileiro essa arte barroca das igrejas mineiras, cujos altares e pórticos denunciam ainda os vestígios de uma época brilhante, que jamais retornará.

Vejamos, porém, a decadência das Minas.

Desde meados do século, o declínio da mineração já se fazia sentir no Brasil-Colônia. Vários fatôres presidiam êsse acontecimento, tanto na Capitania das Gerais, como nas de Goiás e de Mato Grosso. A razão dessa agonia era o esgotamento das jazidas que

(3). — D. Rodrigo Jozé de Menezes, Governador que tomou posse em 20 de fevereiro de 1780. Foi mais tarde, Conde de Cavalleiros (L. J. dos Santos, *A Inconfidência Mineira*. São Paulo, 1927. Tip. das Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus); vide também a *Rev. do Arquivo Público Mineiro*, ano II, 1897, pág. 311, Imp. Oficial de Minas Gerais, Direção e Redação de José Pedro Xavier da Veiga. Cópia extraída do livro n.º 222, de 1780 a 1782, existente no Arquivo Público Mineiro.

(4). — *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXI, 1899. Rio de Janeiro, tip. Leuzinger, 1900.

a Metrópole portuguêsa teimava em considerar inesgotáveis. A técnica deficiente na exploração, foi o segundo fator (5).

Enquanto os trabalhos de extração eram feitos em depósitos aluvionais, não era difícil obter o ouro; porém, quando foi preciso aprofundar de muito as pesquisas e, levá-las a grandes profundidades, a capacidade do minerador fracassou, por falta de recursos e por falta de conhecimentos técnicos (6). Tentou-se algumas e raras vêzes, obviar o primeiro inconveniente, pela associação de esforços, organizando ligas, ou sociedades, para as quais entravam vários proprietários. Porém, isto foi excepcional, porque faltava o necessário espírito associativo.

Quanto às deficiências técnicas, a culpa coube à administração pública que manteve a colônia num completo isolamento, não tendo-se interessado em organizar nenhum sistema eficiente de educação, por mais rudimentar que fôsse, tornando inacessível aos colonos, qualquer conhecimento relativo à mineração.

A administração portuguêsa, além de ter entravado o progresso da mineração, pondo obstáculos à difusão dos conhecimentos gerais e especializados, apressou a decadência dessa grande fonte de renda, com o sistema de regulamentação adotado; nunca se cogitou de outra coisa, senão dos quintos, o tributo que os mineradores deviam pagar, ou por bem, ou pela fôrça. Porém, êstes foram minguando, baixando, de 118 arrobas, máximo atingido em 1754, para sòmente 35 arrobas, cinqüenta anos depois (7), (8). E, em vez de técnicos para explicarem a razão dêste fato, a Metrópole só enviava para as Gerais, simples cobradores fiscais, atribuindo a deficiência do metal, a processos duvidosos, por parte dos mineiros e usando de meios coercitivos para a obtenção dos tributos.

As Intendências administrativas das minas, além do seu caráter burocrata, eram constituídas por funcionários e legistas gananciosos, que lançavam mão de regulamentos complicados, para ga-

---

(5). — Por êste motivo, Basílio T. de Sá Vedra Freire, escreve em sua carta (*op. cit.*, pág. 682) — "E havendo hábeis mineralógicos, qe. saibam fazer com menos trabalho, menos dispezas, ou menos tempo maiores vantagens de mineração, mandem-se instruir a estes Mineiros, e athé concorrendo a Corôa com algua dispeza de experimentos... será qto. baste p.a que os mineiros melhorem do modo possivel o seu fabrico".

E Jozé Manuel de Sequeira, (*op. cit.*, pág. 255) também diz — "a falta de um Messenas he o pr.al porqu'havendo este, elle procurará e mandará naturalistas ou su.tos habeis q'tenham alem do conhecimento da natureza, inclinação e propenção aos descobrimentos e não aquelles, q' p.a encobrir as suas ignorancias, se ocupão em escrever couzas bem inuteis, e talvez por informaçõens".

(6). — "A mineração nas montanhas exige um aparelhamento e uma organização custosos, sòmente possíveis a grandes concentrações capitalistas", Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*, vol. II, pág. 83.

(7). — Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, pág. 69.

(8). — "As Minas Geraes davão de 5os. a Rl. Fazenda cem arrobas de ouro (1.288 cruzados) todos os annos... hoje em dia, me affirmão q' estes annuais 5os. apenas a 40 arrobas, alias, 491 cruz.dos eis aqui manifesta a decad.a actual das minas, q' sempre irá a mais se senão reparar (*Memoria Q' Je. Mel. do Seqra.*, etc., págs. 221, 223).

rantir os interêsses do fisco e, ignorantes, em matéria de mineração.

Quaisquer críticas ou objeções a respeito do pesado tributo, eram sujeitas a punições severas.

Êstes fatos apressaram a prematura decadência do ouro no Brasil.

O fim do século XVIII assistiu ao esgotamento de todos os depósitos auríferos superficiais que cobriam vasta área geográfica. Era o colapso final da mineração. Não existiam recursos para restaurá-la sôbre novas bases impostas pela situação, estas haviam sido dissipada pelo oneroso sistema fiscal e, pelo esplendoroso luxo da côrte portuguêsa ao lado de uma dispendiosa e ineficiente administração.

Nada havia sido acumulado na fase de prosperidade.

O que sobrara desta fonte considerada inesgotável, foi também imprevidentemente gasto pelos mineradores e, empregado na aquisição de mão-de-obra negra, importada da África.

Os fatos observados transformaram a indústria mineradora, numa aventura passageira; a ignorância, a rotina e a incapacidade de organização solaparam uma grande fonte de riqueza; auxiliada pelo apetite imoderado de aventureiros e, pelo critério esbanjador da Metrópole portuguêsa.

O tratado de Methuen [1703], acentuando ainda mais o predomínio econômico do ouro brasileiro, se incumbiria de organizar o afluxo de grande parte do ouro brasileiro para a Inglaterra (9). D. João V acabaria por delapidá-lo (10).

Assim foram lançadas, em terreno fertil, as sementes da decadência da mineração no Brasil, decadência crescente que começou a atemorizar a Metrópole, constituindo um de seus graves problemas econômicos. Daí se originarem as "Dissertações" e as "Memórias" sôbre o estado da Capitania das Minas Gerais e os meios de suster o declínio que se acelerava.

---

(9). — Tratado que "ia ligar definitivamente a orientação da política portuguêsa, às diretrizes da política comercial inglêsa... O ouro do Brasil não ficaria em Portugal em pagamento de seus vinhos, nem das reservas do erário real, que, sem saldos efetivos, não poderia retê-los; atravessava o país, em demanda da Inglaterra, em pagamento da balança de comércio, inteiramente favorável a esta nação. Estimulando o trabalho inglês, remunerando melhor as suas mercadorias, concorreu para o progresso efetivo daquele povo, muito mais do que para o enriquecimento de Portugal. O ouro, estimulando os preços em geral, conferiu novos elementos à expansão britânica que há mais de meio século se preparava para a conquista de colônias e mercados. Lucrou assim a Inglaterra, bem mais do que Portugal, com as descobertas dos bandeirantes paulistas. O ouro do Brasil tinha provocado uma grave perturbação no velho reino, transformando-o em grande produtor de vinhos e entreposto de comércio, sem outras atividades agrícolas e manufatureiras. Notável importador de artigos inglêses pagava o seu *deficit* da balança de comércio com êsse ouro. Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*, vol. II, págs. 42, 43, 44, 213.

(10). — "O convento de Mafra, o palácio das Necessidades, [...] os gastos descompassados da Côrte foram pagos com rendas provenientes do Brasil. Para conseguir distinções de ordem religiosa, como a criação do Patriarcal de Lisboa, o título de "Fidelíssimo" e para manifestações de seu aprêço à Cúria Romana, fêz, D. João V, a esta, constribuições, cujos valores têm sido objeto de controvérsias, tornando-se até lendárias". (*Idem*, pág. 39).

Dentre os escritos da época, destinados a analisar a situação e a estudar uma solução satisfatória, salienta-se a *Memória* de José Eloi Ottoni. E' a testemunha da época, como o são também, vários outros documentos contemporâneos; entretanto, torna-se evidente a sua autoria, pelo nome de quem a escreveu.

*

O AUTOR

José Eloi Ottoni, nasceu na Comarca do Serro Frio, cuja sede, era a Vila do Príncipe, em Minas Gerais. Iniciavam-se os meados da segunda metade do século XVIII. A Vila do Príncipe era a capital política de todo o sertão norte-mineiro. Era o centro do grande distrito do ouro e dos diamantes: ouro de Itapanhoacanga, diamantes do Tejuco, esmeraldas do rio Doce. Desde 1720 fôra necessário criar a comarca do Serro Frio, com sede em Vila do Príncipe.

Para ali afluiam, desde a expedição de Fernão Dias Paes, paulistas e reinóis, para tentar fortuna.

Dentre as grandes instituições coloniais da Vila do Príncipe, destacava-se a Intendência do Ouro, com a Real Casa de Fundição. Nela se fundia e se quintava todo o ouro do norte de Minas, proveniente dos arraiais e das lavras.

Um dos fundidores da Real Casa de Fundição, foi Manuel Vieira Ottoni; recém-chegado de São Paulo, pertencia ao ramo de uma família genovesa, transplantado para as terras do Brasil, na pessoa de Manuel Antão Ottoni, em começos do século XVIII. Êste último escolhera São Paulo para se fixar. Aí, por volta de 1727, registrou sua carta de naturalização. Motivos políticos o haviam impulsionado para Lisboa e depois, para o Brasil.

Manuel Vieira Ottoni, filho de Antão, fixando-se em Vila do Príncipe, em pouco tempo casava-se com D. Ana Felizarda Paes Leme, da melhor linhagem paulista, descendente dos Paes Leme de um lado e dos Godoi Moreira, de outro.

Dois filhso teve o casal: José Eloi Ottoni e Jorge Benedito Ottoni.

Assim iniciava-se em Minas Gerais a progênie ilustre dos Ottoni, em cujas veias corria o sangue turbulento dos Godoi e dos Leme.

Jorge Benedito foi advogado e político de prestígio em Vila do Príncipe. Foi o pai e o orientador daquele que seria mais tarde um grande liberal: Teófilo Ottoni.

José Eloi precocemente manifestou sua brilhante inteligência. Fêz os primeiros estudos em Catas Altas e depois, no Rio de Janeiro. O fundidor, seu pai, esgotando-se no trabalho, mandou-o à Itália aperfeiçoar os estudos latinistas.

Na Itália eclodiram pujantemente as suas tendências poéticas. Depois de estar em Portugal, regressou ao Brasil, obtendo o lugar de professor de Latim, na Vila do Bom Sucesso.

Porém, Lisboa o atraía e de novo para lá voltou; fundou um curso de retórica. Atirou-se à boemia com Bocage. Organizou uma Arcádia. Tornou-se freqüentador assíduo dos salões do Conde dos Arcos, do marquês de Paranaguá, da condessa de Oyenhausen e de lord Strangford. Graças a essas amizades, por pouco não foi parar nas prisões do Santo Ofício (11).

Foi secretário do conde de Ega, o genro da marquesa de Alorna e embaixador de Madrí, com quem permaneceu até a invasão francesa, em 1807.

Na primeira fase de sua vida, foi um lírico amoroso, cultivando a poesia erótica (12). Porém, de regresso ao Brasil, possuído de estranha melancolia, dedicou-se ao estudo da Santa Escritura, onde encontrou novos motivos (13). Era a revelação da tendência religiosa.

Além dessas poesias, dedicou vários sonetos e liras a diversas pessoas da família real.

Sílvio Romero considera José Eloi Ottoni, "patriarca dos novos poetas brasileiros e, dentre os líricos, o que mais suavidade romântica possui" (14).

Foi, José Eloi Ottoni, o poeta que, com suas rimas, enfrentou D. João VI no teatro São João, em 1821, na época em que o povo da Côrte reunido em praça pública, havia exigido do monarca bragantino, que as Côrtes de Lisboa promulgassem a Constituição (15). "Nessa ocasião, a Bahia estava convulsionada, apoiando a causa constitucional. Nas ruas da Côrte, empenhavam-se em luta, nacionais e tropas portuguêsas. Uma nuvem de insubmissão invadia o Reino. E D. João VI acabou por satisfazer os desejos do povo" (16).

O monarca não pudera retrucar ao poeta irreverente, empolgado com os acontecimentos da ocasião.

Em fins de 1821, realizava-se a eleição dos vinte deputados por Minas, às Côrtes de Lisboa. José Eloi foi um dos deputados eleitos. As rimas de 26 de fevereiro foram a sua profissão de fé.

---

(11). — Como diz Paulo Pinheiro Chagas em *Teófilo Ottoni, ministro do povo* (Zélio Valverde, s-d, Rio, pág. 30).

(12). — *Analia de Josino* (1801-1802), *Poesia*, dedicada à marquesa de Alorna, sua protetora, a qual também, lhe dedicou versos seus, em 1801. *Um drama alusivo a Bocage* (1806), *Poesias diversas dedicadas à princesa da Beira, por ocasião do seu casamento* (1811).

(13). — *Quadro das dôres de Maria Santíssima* (1823), Tradução dos provérbios de Salomão (1815), dedicado ao príncipe da Beira. *Job*, tradubido, como os provérbios, do latim da Vulgata (*Enciclopédia e Dicionário Internacional*, vol. XIV. J. M. Jackson, Inc. Ed. Rio de Janeiro, s-d.).

(14). — Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*, págs. 29-30.

(15). — Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*, pág. 32.

(16). — Max Fleiuss, *História da Cidade do Rio de Janeiro*, Cia. Melhoramentos, São Paulo, 1928.

Amparado na velhice por D. Pedro I, grato, José Eloi acabou-se afeiçoando ao jovem monarca. Correspondia-se com êle, mandava-lhe versos e foi considerado, pelo Imperador, como seu "poeta favorito" (17).

Nesse tempo, servia na Secretaria da Marinha. Sua casa era dos sobrinhos, dentre os quais, Teófilo, que cursavam a Academia da Marinha.

Levava, então, uma vida estranha, longe da espôsa e dos filhos que moravam em Minas Novas. Profundamente melancólico e misântropo, voltava-se para os livros, para a poesia e para a meditação.

Em 1851, no Rio de Janeiro, chegava ao fim de sua existência, em avaçanda idade, José Eloi Ottoni, êsse representante de uma das famílias tradicionais do Brasil, cujos membros destacaram-se no cenário da história pátria.

Culto, conhecedor dos problemas coloniais, nesse fim do século XVIII e primeira metade do século XIX. Nascido na região do ouro, o autor da *Memoria sobre o estado actual da capitania de Minas Gerais,* era bem jovem ao escrever aquelas linhas; vivendo no meio geográfico e social da época de declínio econômico da região, tinha elementos suficientes para analisar o problema.

Após esta rápida observação sôbre o autor, podemos atribuir ao documento, mais amplos fundamentos de interêsse sôbre a época em que viveu.

*

A *"MEMORIA SOBRE O ESTADO ACTUAL DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS,* por JOSE' ELOI OTTONI, ESTANDO EM LISBOA NO ANO DE 1789".

Analisando a situação de decadência do ouro produzida pelo esgotamento das jazidas, o objetivo do Ottoni é, de início, provar que a mineração não seria a única atividade produtiva das Gerais. A agricultura e o comércio poderiam erguer a capitania decadente, sustentando-a nessa fase de decréscimo acelerado da produção do seu principal produto: o ouro.

> Minas Geraes he huma daquellas Capitnas. que formão o grande continente do Brazil, da qual podemos dizer que a natureza liberalme. confiára os thezoiros da abundancia; não tanto por haver ali criado o oiro... como pela fertilide. do terreno que larga e profuzamente produz alem dos generos da primeira necessidade todos os mais que podem fazer consideravel o objecto do nosso Commercio [...]. Este paiz [...] caminha apressadamente para a sua última ruina; huma vez que a ex-

(17). — Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*, pág. 32.

> tração do oiro (único objecto da industria daquelles povos) tem chegado à tal ponto de difficuldades de que excede as forças dos Mineiros e redunda em detrimento do Estado".

Para chegar ao objetivo visado, isto é, aconselhar a prática da mineração, não como atividade única, porém exercida conjuntamente com a agricultura e com o comércio, Ottoni analisa, primeiro, os fatôres que provocaram a decadência da mineração; segundo, as soluções que poderiam trazer melhoria de situação.

I. — a) *O esgotamento das jazidas*:

> "O oiro, esta producção da natureza, que huma vez criada e removida do seo centro jamais se reproduz".

b) *A complicação dos processos de mineração,* pelo esgotamento dos mananciais, acarretando maiores despesas para os mineradores:

> ..."logo que esta porção se extrahio e que a experiencia foi conduzindo os Mineiros à necessidade de profundar as catas, de por cerco à rios caudalozos, e de minar os montes gradativam.e e forão [...] crescendo o trabalho e a dispeza... p.la difficuld.e de mineração, como p.lo necessario consumo que se faz o ferro e aço; generos que alem de pagarem direitos nas Alfandegas pagão tão bem o Quinto e carrettos excessivos pela difficuldade de sua importação...".

c) *A renovação constante da mão-de-obra negra* para os trabalhos nas minas:

> ..."a necessidade de escravos que sendo capazes de todo o trabalho, se comprão a cento e sincoenta mil reis e a mais cada hum, esta he sem duvida a origem dos maiores obstaculos, que os mineiros tem de vencer, porque [...] estão os escravos sujeitos á velhice, á doença, e á morte e esta se acelera ou debaixo das ruínas de huma cata profunda, ou no cerco dos rios, que huma imprevista cheia ou outro algum incid.e arrombara; este damno se faz tão sensivel, que no decurso de poucos annos se vem a perder fábricas inteiras, ainda as de maior escravatura..." (18).

d) *Os gastos excessivos com a burocracia administrativa* e com os litígios. *A opressão dos tributos,* muitas vêzes obrigando a extração de qualquer modo, sem um processo racionalizado.

---

(18). — Trabalhos construídos com o fito de extrair o ouro. Mundéus, canoas, etc., etc. Quanto mais complicado o processo de extração, mais ficava provado que o ouro estava se esgotando.

> "...os pequenos lucros, que por esta causa se tirão da mineração, em vez de a fomentarem de novo se consomem [...] no Juizo da Superintendencia (19) ou defendendo os privilegios concedidos pelo Snr. Rei D. Jozé aos mineiros de 30 escravos (20) ou apoiando a ambição de terras e agoas mineraes, unicos bens que restam aos pobres mineiros, conservados por meio de litigios (21) que em sim.es factos se fazem eternos. E como os mineiros se vem opprimidos, recorrem aos meios que tem, devastão as terras que, havendo forças sufficientes, devião ser lavradas a talho aberto sobre canais que ainda podiam ser uteis. Deste modo as terras de mineração em poucos annos se tornam inuteis; e os Mineiros succumbem aos mizeraveis effeitos da indigencia.

Aí está a análise dos principais motivos da decadência das Gerais, ao que Ottoni conclui:

> "Quem não vê que estas cauzas diametralme. se oppoem aos lucros da mineração? E que os seos effeitos recahem sobre as vantagens da Coroa? "A prosseguir este methodo, jamais se poderão perencher as cem arrobas do Quinto".

Pode-se estabelecer um paralelismo entre esta *Memória* e a *Exposição do governador D. Rodrigo Jozé de Menezes sobre o estado de decadencia da capitania de Minas Gerais e meios de remedial-o* (22), escrita anos antes da *Memória*, por êsse "fiscal vigilante dos... regios interesses e igualmente aos destes habitantes" com um caráter administrativo:

> "procurei informar-me [...] a cauza de se acharem estes povos exauridos, e reduzidos a huma decadencia incrivel [...] se como testemunha ocular poderia indicar das entranhas da terra este metal [...] necessario... capitania ao estado florescente, em que ha tão pouco tempo esteve "A Capitania [...] não he propriamente dita, nem agricula, nem comerciante" [...] "Para arrancar das entranhas da terra este metal [...] necessario [...] excessivo trabalho, despezas avultadissimas obstáculos na [...] natureza do terreno [...] o mineiro pobre exposto às execuçoens dos seus credores e sem credito ou cabedal para poder comprar negros, sustentar alguns se os tem [...] falta de agoas que he necessario encanar de

(19). — Órgão administrativo destinado a cobrar os quintos e demais tributos e a fiscalizar os rendimentos do Erário Régio.

(20). — Direito que assistia ao mineiro com 30 escravos, de possuir uma data, isto é, um lote para minerar, de onde o ouro extraído, a quinta parte revertia em benefício da Corôa.

(21). — Os mineiros estavam sempre visando a obtenção de novas datas, com novas jazidas e com "águas minerais", o que muitas vêzes ocasionava as infindáveis demandas entre os mineradores. Águas que, canalizadas artificialmente, serviam para o desgaste e desmonte das rochas, com o fito da extração do ouro. Eram numerosos os litígios por causa dos cursos de água e do seu fornecimento.

(22). — *Op. cit.*, pág. 311.

> distancias afastadias e processos [...] pca. harmonia dos vizinhos não concorrerem cada hum da sua parte com alguma despeza e bem comum [...] demandas interminaveis e ficar a Lavra inutil [...] Qualquer falta (de ferro) que se experimente cessa toda qualidade de trabalho. Paga ele avultadas somas aos suecos, hamburguezes e biscainhos [...] não entrando de fora [...] diminuiria o Regio rendimento no ramo que constitúe o Contrato das Entradas"...

Tinha razão Antonil, quando disse:

> "Não ha cousa tão boa que não possa ser ocasião de muitos males, por culpa de quem não usa bem della [...] o ouro tão formoso e tão precioso metal, tão util para o comercio humano e causa de muitos damnos" (23).

A *Informação da Capitania de Minas Gerais, dada em* 30 *de março de* 1803, *por Basilio de Sá Vedra Freire,* também confirma a opinião de Ottoni (24).

> ..."A Capitania de Minas Gerais q.e fez a gdes. riquezas dos reinados de [...] D. João o 5.° e de [...] D. José I.° se acha [...] n'hum extremo de mizeria [...] o real Quinto tem diminuido progressivamente [...] As causas desta mal [...] riqueza achada de repente e com facilidade, não nascida de industria ou de trabalho fará sempre o mesmo damno [...] porem a esta tendencia natural se tem juntado alguns motivos particulares pa. acelerar a decadencia da Capitania [...] A extensão de terras, q.e muito tem acumulado, impede à outros q' possam minerar ou cultivar n'hum bocado dellas" [...] "a falta de braços na nossa mineração he de huma importancia muito maior e os negros q.e vem p.a as Minas [...] são por tal preço q.e não se faz conta aos mineiros e o que estes compram fiados, nem por fim a absorverlhe seus capitaes em penozas execuçoens" (litigios). "Os direitos do ferro, do aço, da polvora e do sal [...] fazem augmentar as difficuldades da mineração, particularmte. por ser esta actualmente em morros (25), [...] cada homem não tira a 4a. e 5a. parte e mtas. vezes, nem a 10a. do que tirava antigamente extrahia dos rios [...] "Os empregados no governo civil e militar que tem havido, ou faltos de conhecimento, ou de caracter, ou ambiciosos tem deixado crescer a devacidão q.e tem sobre-

---

(23). — *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e Minas* — Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1922, pág. 260.

(24). — *Op. cit.*, pág. 673.

(25). — As tentativas esparsas de fundição de ferro no Brasil foram interrompidas pela famosa ordem régia de 1785, que proibia o exercício de qualquer indústria na colônia. Importado do Reino, o ferro chegava às Minas, por altíssimo preço, devido ao lucro do comércio português em Lisboa e no Rio, adicionadas ainda despesas com os fretes marítimos e terrestres, os direitos de entradas, etc. (Afonso Arinos de Melo Franco, *Terra do Brasil*, Ed. Nacional, São Paulo, 1939, pág. 104).

> passado os limites. Alguma impunidade, ou por falta de provas [...] outras vezes execuçoens feitas no Rio de Janeiro cem e mais legoas distante do lugar dos delictos [...] são motivos [...] q.e [...] tem lançado este paiz na mais extrema decadencia [...] A repartição das terras q.e muitos tem acumulado e não podem minerar, mas por hum modo justo e suave; a repartição das agoas mineraes, qdo. o proprietario as não pode desfructar todas".

O mesmo se dá em relação à *Memória Q' Je. Mel. de Seqra. Presbo. secular, professor real da Filosfoia* etc. (26) *sobre a decadencia actual de Minas e os meios d'a reparar; no anno de* 1802.

> "as (capitanias) de Minas, q' so exportão o ouro, se vem hoje em dia em grand.ma decadencia, por q'este tirado huma vez e removido p.a beira mar, nada fica senão alguns escr.os e faz.das que nellas se consomem. E q.m não ve q' d'onde se tira, e não se poem, necessariamte. ha de faltar? Esta pois he a pr.al cauza da decada. das Minnas e da penuria em q' vivem os seus habitantes (27) [...] O comerciante d'huma vez perde nas suas mercadorias fica-lhe esp.ça de ganhar e, outra carre.am o lavrador [...] guarda e conserva os viveres ate q'tenhão melhor preço dos bois e da carne ([...] consola-se em concirvar a sua casa farta [...] o misero minr.o he o homem das esper.ças o ou prodigo do seu e do alheio, e q'se não acha o q'espera, perde-se a si, perde ao lavrador, perde ao comerciante [...] E esta a segda. cauza da decad.a das Minnas [...] a "despesa de ferro, asso e escr.os [...] falta de industria p.a miner.am [...] p.a o Comercio e p.a facilitar a lavoura [...] a 3a. cauza da decad.a das Minnas he a falta de escr.os...

Eram estas as idéias correntes na época, sôbre os motivos que influiam na decadência da mineração; idéias, não sòmente de Ottoni, porém, igualmente de outros contemporâneos, apresentadas em trabalhos vários.

Desde que conhecidos fôssem os motivos que provocavam o inevitável declínio dessa indústria extrativa, era preciso estudar uma solução, que sanasse o mal. Porém, antes de expor suas próprias idéias, Ottoni abordou e criticou as soluções que "alguns políticos se tem lembrado" (28).

II — a) "as associaçõens feitas por aucthoridade publica".
b) "o prosseguimento das frotas pa. o commercio".
c) "o cunho de moedas provincial".
d) "o valor do oiro a mil e quinhentos por oitava".

---

(26). — *Op. cit.*, pág. 221.
(27). — *Ibidem*, pág. 221.
(28). — *Ibidem*, pág. 305.

A primeira era uma solução precária, não existia um espírito de associação e as minas tendiam cada vez mais ao esgotamento: "de nenhum modo podendo ser perennes os lucros da mineração"...

Quanto à segunda, o prosseguimento das frotas, não deveria ser uma solução admitida. Seria a revogação da navegação livre de Portugal para o Brasil, decretada em 1765 por Pombal (29), com o objetivo de anular do comércio colonial, o inconveniente das frotas anuais. As frotas permaneciam mais tempo do que o necessário, nos portos brasileiros, por falta de observância das épocas de embarque e traziam, a um só tempo, dos portos portuguêses, grande quantidade de produtos coloniais que se deterioravam. Além de difícil armazenagem dessa massa considerável de produtos, a dificuldade de contrôle da qualidade, irregularidade nos preços, prejudicavam os interêsses dos produtores e dos intermediários portuguêses, além do tardio reembôlso das dívidas aos negociantes da Metrópole.

Em relação às Gerais, a continuação das frotas favorecia "a indolencia de aquelles povos que por uma cauza fizica são susceptiveis" (30). Porém, muita gente se aproveitava dêsse pretexto, a prova é que "o têrmo periódico das frotas dava tempo aos Mineiros para acabarem perfeitamente os serviços e acudirem com o pagamento dos créditos vencidos à Praça do Rio de Janeiro" (31), "porque a mineração não havia ainda chegado à aquêle ponto de difficulde. que só com o decurso do tempo se deve desenvolver" (32).

Em síntese, as frotas com sua peridiocidade anual, servia de pretexto para que os mineiros protegessem o seu ouro, em detrimento do fisco e do régio erário.

> "Finalmente se as frotas ainda hoje existissem (o que de algum modo vemos pela necessidade do Comboi (33), nem por isso seria mais vantajoza a soma do Quinto; o que realmente tem acontecido, salvo se contrapezar a remessa de dous ou tres annos como aquella que anteriormente se fazia de hum só".

Eis o que diz D. Rodrigo Jozé de Menezes (34) a respeito da extinção das frotas:

---

(29). — Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*, vol. II, pág. 215; J. L. de Azevedo, *Novas Epanáforas*, pág. 37; *Alv.* 10-9-1765, *Coll. das Leys* etc. T. 2.º Liv. Class. Ed., Lisboa, 1932.

(30). — O hipotireoidismo, o funcionamento deficiente da glândula tireóide, a qual comanda a atividade física e intelectual do indivíduo. E' comum essa moléstia entre os habitantes de Minas Gerais, pela falta de iôdo, o que não sucede com as populações litorâneas, em virtude da aproximação do ar iodado do mar.

(31). — *Op. cit*, pág. 305.

(32). — *Ibidem*, pág. 306.

(33). — O "Comboi" era a proteção à navegação. A expressão "o que de algum modo vemos pela necessidade do Comboi" significa que, com a navegação livre esporàdicamente chegava alguma frota comboiada.

(34). — *Op. cit.*, pág. 319.

> "Desde [..] que se estabeleceo (o subcidio voluntario) (35) principiou a deminuir o preço do Contrato das Entradas que não tornou a subir, não obstante a bem entendida providencia de terem alguns annos extinto as frotas e permitido o Comercio das Colonias por navios soltos".

Em relação ao cunho da moeda provincial "sem duvida hum grande socorro à necessidades do público", [...] "não he com tudo o baste. para aumentar os direitos da Coroa".

Porém, Ottoni aqui se esqueceu de observar a necessidade de possuirem as Gerais, moeda provincial, mormente porque circulava o ouro em pó, causando prejuízos aos habitantes (36).

Eis o que diz Menezes, dirigindo-se ao ministro Martinho de Melo e Castro (37):

> "A Caza da Moeda he util, necessaria, e a circulação dela proveitoza, se seguirião á Fazenda Real, e aos particulares immensas utilidades de que os priva o ruinôzo giro do ouro em pó, a mais pernicioza invenção que jamais foi imaginada [...] A Real Fazenda podia logo lucrar [...] fazendo-lhe o grande beneficio de mandar circular aqui em lugar do ouro em pó, moeda provincial de prata e de cobre [...] "A mizeravel moeda de ouro em pó tem aqui produzido huma circulação tão irregular e feito recorrer os particulares a tantos expedientes nocivos e creditos involuntarios, para evitar a perda de que experimentão nela que para dizer em huma palavra, até as custas dos processos são fiadas".

O mesmo clamava, ainda em 1805, Basílio T. de Sá Vedra (38):

> "q.e se prohiba o uzo do ouro em pó como moeda [...] q.e se permita o giro da moeda nesta Capitania mudando-se a casa della no Rio de Janeiro p.a Minas [...] para evitar o perniciozo abuzo de ouro falsificado, facilitar o commercio"...

Je. Bel. de Seqra. (39), completa as asserções acima:

> "seguem as utilidades de não se retardar o comercio a esperado pagamto. d'ouro, q. ainda se não extrahio, a de não se elevarem os preços das mercadorias q'a titulo de fiadas sobem de preço [...] se evita o grav.mo prejuizo, q'a mtos. annos sente o publico, o ql. cauza o ouro em pó correndo mal acondicionado nas algibeiras; e

(35). — Impôsto em ouro para a Corôa portuguêsa.
(36). — "E não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó", Antonil, *op. cit.*, pág. 217.
(37). — *Op. cit.*, págs. 320, 321, 322.
(38). — *Op. cit.*, pág. 688.
(39). — *Op. cit.*, pág. 237.

> a consideravel quebra q' tem de pezo a pezo na sua distribuição [...] com o uzo do dinhro. se evita a descarada uzurpação, q' costuma fazer a gente falsificando pezos [...] e ajuntando latão ao ouro para augmentar o seu pezo".

Isto talvez fôsse mais interessante, do que aumentar o "valor do ouro a mil e quinhentos por oitava" (40), acrescendo "huma [...] vantagem nos tres tustoens".

Porém, tem razão Ottoni, em raciocinar da seguinte forma:

> "se o mineiro percebe mais tres tustoens em cada oitava de oiro, esta mesma vantagem faz que subão de preço os generos importados, e por consequencia estão os mineiros no mesmo estado de abattimto. por não haver na Capitania hum só genero q. possa suster a força de hum imposto ainda o mais leve em quanto não se crearem no Brazil alguns ramos de mecanismo e da industria. Eis aqui a origem da abundancia, a protectora das artes e mãen do provido trabalho, a industria, [...] eis aqui some. quem pode assegurar a independencia das naçoens" (41).

Entretanto, por alvará da Rainha D. Maria, em 5 de janeiro de 1785, a Metrópole havia sufocado a indústria e o comércio do Brasil:

> "Eu, a Rainha, faço saber aos que este alvará virem: que sendo-me presente o grande numero de fabricas e manufaturas, que de alguns annos se tem diffundido em differentes Capitanias do Brasil [...] hei por bem ordenar que todas as fabricas, manufaturas ou teares de galões de tecidos, veludos, bordados, etc. etc., etc., todas [...] sejam extinctas e abolidas nos meus dominios do Brasil".

Era sòmente permitida a manufatura de "fazendas grossas de algo. para uzo e vestuario dos negros" (42).

Já o ministro Martinho de Melo e Castro escrevera em 6 de outubro de 1784:

---

(40). — O valor da oitava de ouro oscilou muito no século XVIII:
até 1725 foi de 1$500
de 1725 a 1730 foi de 1$200
de 1730 a 1732 foi de 1$320
de 1732 a 1735 foi de 1$200
de 1735 a 1751 foi de 1$500
de 1751 a 1789 foi de 1$200
L. J. dos Santos, *A Inconfidência Mineira*, pág. 30, 1927, São Paulo, Tip. das Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus.

(41). — *Op. cit.*, pág. 307.

(42). — In *Documentos Officiais Ineditos Relativos ao Alvará de 5 de Janeiro de 1785, que extinguiu no Brasil todas as fabricas e manufaturas de ouro e prata, sedas, algodão, linho, lã*, etc. Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, t. X, 2a. ed., 1870, pág. 228).

"A S. Magtde. foi presente que na maior parte das Capitanias do Brazil se tem estabelecido, e vão cada vez mais propagando differentes fabricas e manufaturas, não só de tecidos de varias qualidades, mas até de galões de ouro de prata... Os effeitos destas perniciosas transgressões se tem já feito e vão cada vez mais fazendo sentir nas alfandegas d'este reino... demonstrativamente se conhece uma diminuição sucessiva e cada vez maior dos generos e fazendas que se exportam para o Brasil" (43).

Ottoni manifesta-se, reservadamente, em sua *Memória* a favor de uma indústria em Minas Gerais, sem perder de vista os interêsses econômicos da Metrópole, traçando, em poucas linhas, a apologia desta atividade, como meio eficiente de erguer as Gerais, em cujo solo minguava o ouro.

Porém, a indústria era sufocada na Colônia e a Metrópole canalizava para a Inglaterra, quase todo o ouro das Gerais (44). Êsse ouro que seria para a economia inglêsa, um dos fatôres de engrendecimento, iria influir, sem dúvida, no progresso industrial da Inglaterra (45).

Ao lado da indústria extrativa do ouro, a agricultura e o comércio seriam meios úteis para a solução do problema da decadência da mineração e Capitania.

---

(43). — *Op. cit.*, pág. 213.

(44). — Para o Snr. Conde de Oeyras.
n.º 5

Illmo. e Exo. Snr. — Ainda que V. Exa. com as claras luzes da sua admiravel penetração tem cabalmente comprehendido a idropicacobiça, com que os Inglezes com o seu comercio nos absorvem todo o nosso ouro para confirmação desta phizica certeza, em que V. Exa. se acha accrescentarey mais huma pequena prova do que tenho alcançado nesta Capitania a este respeito.

Em carta n.º 6 do — "Estado Politico" — que em 31 de janeiro do anno proximo preterito de 1768 escrevi a V. Exa. toquei já levemente este ponto prometendo remeter a V. Exa. o numero de escravos que actualmente existem nesta Capitania; [...]. bem advertidas todas estas despezas, não só percebe S. Mage. [...] lucro desta Capitania, mas ainda dezembolça bastante cabedal do Seu Real Erario, onde outras partes para se manter na posse, e Dominio della.

Á sombra destes trabalhos vem a Inglaterra, sem custo nem despeza, desfructar tranquilamente o melhor e mais puro cabedal de todos estes habitantes, porque adormecidos na natural occiozidade, e recostados no descanso da sua mal entendida vaidade, pagão fielmente nas tendas e Logens de negocio (que se compoem pela mayor parte de effeitos Extrangeiros) tudo quanto os seus escravos diariamente lhes ganhão, e tirão nas suas Lavras, ficando ainda em cima empenhados para nunca possuirem de seu um só vintem, porque, não falando nos comestiveis, e fazenda de fora do Reyno, que comprão os Povos, que he couza muito avultada, falarei só particularmente no calculo do que gastavão os negros os quaes computados a 3$500 rs. cada anno de surtum, baeta, e bombachas, sendo os negros 23.323 soma o gasto 81:630$500 rs. de que vay a mayor parte para a Inglaterra com o mais que gastão os brancos, e todos os habitantes livres [...] Ds. Ge. a V. Exa. S. Paulo 22 de Fevro. de 1769. Illmo. e Exmo. Snr. Conde de Oeyras — D. Duiz Antonio de Souza.

"*Documentos Interessantes* para a História e costumes de S. Paulo" — vol. XIX — Correspondencia ao Capitão-General Dom Luis Antonio de Souza (1767-1770), págs. 282-284. Typ. da Cia. Industrial de São Paulo, 1896.

(45). — Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*, vol. II, pág. 41 e ss. Ed. Nac., 1944; Alfredo Ellis Jr., *O Ouro e a Paulistânia*. Bol. F.F.,C.L., U.S.P., 1948, págs. 255, 288, 306.

> "os unicos meios mais poderozos de restabelecer e animar a população daquelle paiz, e ainda mesmo de fomentar o objeto da mineração consiste [...] em se promoverem a agricultura e o comercio, removendo-se toda a difficuldade da importação dos generos extranhos e, facilitando-se por consequencia a exportação dos proprios generos".
>
> [...] "enquanto estes meios não forem desenvolvidos, debalde se applicarão outros, que possão aumentar os lucros da mineração" "E S. Mage. pode vir a tirar as 100 arrobas de Quinto, assim, como a perceber outras vantagens"... (46).

E' o que diz Ottoni, na segunda parte da sua *Memória*, depois de analisar as soluções propostas por "alguns políticos" do seu tempo.

A maneira de conseguir êste intento, seria facilitar o transporte do interior até o litoral, abrindo estradas livres das taxas de circulação ("estradas francas"), partindo de Vila Rica, do Serro Frio, e de Minas Novas (47), em direção leste, para os portos de mar, permitindo a navegação do rio São Francisco, do rio Doce e seus afluentes; isto, quanto ao comércio exterior para a Metrópole; quanto ao interior, seria efetuado pelos cursos dos rios das Mortes e Sapucaí. O preço dêste transporte fluvial sairia até mais barato do que o terrestre.

> "Pa. se costeiar o Commercio dever-se-há uzar de canoas de voga: huma só aloja mais carga do que podem levar vinte bestas; o preço destas, sendo arreiadas e prontas chega necessariame. à dispeza de oito centos mil reis; e o valor d'aquella não excede a de cem mil reis" (48).

Em síntese, o transporte poderia facilitar a exportação e a importação, resolvendo o barateamento dos gêneros importados, contribuindo para o beneficiamento da lavoura e da mineração, duas atividades opostas que poderiam se realizar na Capitania das Gerais, pela grande extensão territorial.

> "Facilitados deste modo os meios de exportação, segue-se infalivelmente que os generos importados hão de descer de preço em que estão por duas razoens; [...] porque a sua importação hé mais facil, e por conseq.a menos dispendioza: segda. porque havendo generos de exportação, o seu lucro vem a compençar, e talvez com vantagem, o abbatimto. do preço dos generos importados.

(46). — *Op. cit.*, pág. 307.
(47). — O Destrito de Minas Novas, ao norte de Minas, anexado, nos meados do século XVIII à Capitania das Minas Gerais, separado da Bahia, à que pertencia inicialmente.
(48). — *Op. cit.*, pág. 309.

> O que tudo conduz p.a o aumento da Mineração; pois antes da apuração do oiro, que nos grandes serviços some. se faz depois de hum anno e mais de trabalho, vão os Min.ros cobrindo as suas dispezas com os generos da Lavoira, sendo p. este fim deputada aquella porção de escravos que for necessaria".

A mesma solução foi prevista por Basílio T. de Sá Vedra, em 1805 (49), embora tenha sido um indivíduo de cultura inferior à de Ottoni. E' o que se depreende das suas linhas:

> "desta região a qual ainda q.e visse finalizadas as suas ricas minas de ouro e pedras preciosas, aliás inextinguiveis podia ser sempre mto. interessante em algodão, assucar, café, cacao, tabaco, anil, couros, queijos e muitos outros generos de Commercio, especialmte. ajudando-se a facilidade de transporte com boas estradas, navegações de rios como o de São Francisco e Doce, Diques...".

Seria incentivada, então, a agricultura que, pela infelicidade da Metrópole e do Brasil, fôra relegada a segundo plano econômico, em exclusivo benefício da mineração.

> "Hoje [...] que magoa! nem as minas de oiro nem as de diamantes podem fazer subsistir sem o socorro extrangeiro huma população que não chega a tres milhoens de habitantes. Donde se deve concluir que infelizmte. para o nosso Portugal sedescobrirão as Minas; pois que nos fizerão disprezar as verdadeiras riquezas da Agricultura p.a correrm os cançados apóz hum fantasma de riquezas imaginarias"... (50).

E' de se notar a mesma idéia, no bispo de Pernambuco e Elvas, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (51):

> "A riqueza rapida daquellas Minas que tanto tem aumentado a industria dos Extrangeiros (52) chamou a si quaze todos os braços das nossos fabricas de assucar: este cego abandono fez que elas fossem logo em decadencia [...] Portugal perdeo a superioridade da sua agricultura e do seu comercio, pela cegueira com que correo atraz de uma reprezentação, e de uma sombra de riqueza, sem ver que deixava atrás de si o preciozo que ela

(49). — *Op. cit.*, pág. 677.
(50). — *Op. cit.*, pág. 310.
(51). — *Op. cit.*, pág. 148.
(52). — E' evidente que aqui há uma referência à Inglaterra. Antonil em sua obra, também lembra:
"E o peior he que a maior parte do ouro que se tira das minas, passa em pó e em moedas para os reinos estranhos: e a menor he a que fica em Portugal e nas cidades do Brazil". Nem ha pessoa prudente que não confesse haver Deos permittido que se descubra nas minas tanto ouro, para castigar com ele o Brazil". (*Op. cit.*, pág. 261).

reprezentava; sem duvida porque a sombra parece muitas vezes maior do que o corpo" (53).

E' de se perguntar, teria o economista influído em Ottoni? E' bem possível, porque ambos eram contemporâneos, o *Ensaio Econômico sôbre o Comércio de Portugal e suas Colônias*... "veio à luz em 1794 e a *Memória* de Ottoni foi escrita quatro anos depois. Ambos nasceram no Brasil, Azeredo, em São Salvador dos Campos dos Goitacazes, em 1742; Ottoni, na Comarca do Serro Frio, não se sabe exatamente a data, presume-se que tenha sido na segunda metade do século.

A apologia que êste faz da agricultura, lembra as idéias do bispo. Eis o que diz Ottoni (54):

> "Que incomparaveis riquezas nos promete a Agricultura naquelle paiz! (55). "Este manancial da humana prosperide. he a base mais solida sobre a qual se firma com segurança a planta dos Estados florentes. E como a Agricultura hé somente quem fornece à Industria a materia necessaria p.a a sua mam d'obra, he preciso deliberarmos sobre a cultura daquelles generos que aumentão a massa do superfluo que he a alma do Commercio".

Eis o que escreve Azeredo Coutinho (56):

> "E' certo que se á agricultura, e á produção dos generos das Colonias se dér toda a extensão de que elas são capazes; a Metropole não os poderá consumir todos, nem dár-lhes em generos e manufaturas um igual valôr das suas receitas, e que por isso será necesário saldar a sua conta a dinheiro. Mas que prejuizos se seguirá disto a Metropole? Quanto mais abundár em generos das Colónias, tanto éla terá máis que vendêr aos Estrangêiros. Os géneros das Colónias são preciozos, são da primeira necesidáde; os Estrangêiros necesitão, não se pódem dispensar deles.
>
> Porque; em primeiro lugar abáixado um gênero pela sua abundancia, principalmente sendo da primèira necesidade tambem os géneros da industria ão de necesáriamente abaixár pela mesma razão da abundancia, e túdu virá a ficar em equilibrio na Metropole...".

O café, a baunilha, o cacau, o anil e a coxonilha seriam gêneros destinados à agricultura e ao comércio nas Gerais, gêneros sugeridos também por Basílio T. de Sá Vedra (57). D. Rodrigo Jozé de Menezes lembra a agricultura canavieira (58):

(53). — *Op. cit.*, pág. 151.
(54). — *Op. cit.*, pág. 313.
(55). — O Autor escrevia em Lisboa.
(56). — *Op. cit.*, pág. 106.
(57). — *Op. cit.*, pág. 677.
(58). — *Op. cit.*, págs. 316-317.

"Outros meios de as aumentar (as Rendas reais), mecconduzem a falar em huma proibição que aqui existe, de que não posso perceber o espirito... He esta a do novo estabelecimento dos Engenhos de asúcar, em que a cachássa he o principal objeto que se procura extrahir, os quaes julgo pelo contrario se devião promover e animar... Eu seria pois de parecer se derrogasse a tal proibição... permitindo os engenhos, promovendo-se a plantação dos Canaviaes...".

Nota-se que os gêneros referidos são de clima tropical. Não poderiam oferecer concorrência à Metrópole e eram de interêsse nos mercados europeus.

Incentivando-se a agricultura e o comércio, facilitando-se os meios de exportação, seria fácil auxiliar a mineração decadente. E' o que se depreende das linhas seguintes do documento de Ottoni (59):

"Crescerão de tal forma os progressos da mineração animados plas. vantagens da Agricultura e Commercio, que em poucos annos se perceberá hum aumento consideravel de população do paiz; e os diversos ramos das Finanças broiarão com vantagem, pois que a população onde pende o aumento de todos os redditos. perfeitame. se enlaça com os progressos da Agricultura por hum vinculo da mais estreita união. (Nesta altura Ottoni faz uma citação: "L'agriculture et la population sont etroitement liées ensemble" — "La Morale de Raison", Sect. 2 pg. 155; o que prova ser um indivíduo de cultura).

Vira S. Magde. a perceber não some. as cem arrobas do Quinto, como tão bem maiores vantagens do contracto dos diamantes; porque reunidos os Povos da oppressão que os abate, cessa infalivelme. o extravio do oiro em pó e diamantes".

Seria mais fácil evitar o desvio do ouro, porque os lucros obtidos com a exportação de gêneros, ultrapassariam, sem risco, os lucros dos descaminhos.

Uma outra causa do desvio do ouro, estaria na ausência da indústria (60); iniciada esta, o ouro ficaria retido, sem esvair se, na compra dos gêneros de importação e o comércio poderia empregá-lo em gêneros de exportação.

..."esta (indústria) he some. quem pode fazer que se percebão grandes vantagens daquelle paiz (Gerais). Eu não digo se lhe permitão o uzo de todas as Fabricas, nem todos os generos de manufacturas (61); porem não acho razão por que se-lhe neguem aquelles ramos da In-

(59). — *Op. cit.*, pág. 314.
(60). — Suprimida pelo alvará de 5-1-1785, de D. Maria I.
(61). — Isto poderia estabelecer concorrência com a Metrópole e ser prejudicial a ela, como já vimos no início dêste trabalho, ao falarmos no alvará de 5-1-1785.

> dustria, que por negligencia compramos às Naçoens extranhas, e que de algum modo esgotão o sangue do Estado, como são o ferro, o aço, o salitre, e o cobre como aquelles generos que ainda fazem mais sensivel o damno, e vem a ser o linho, a carne, a pesca e o pão; generos que podiam vir do Brazil e fazer de algum modo a felicidade da Nação, retendo no giro do commercio interior huma grande porção de dinheiro em espécie [...] para o restabelecimento da Capitania de Minas Gerais só me resta lembrar que a não se lhe aplicarem os meios da Industria veremos com dor diminuir consideravelmente a população cada dia; o que já se experimenta em muitos lugares que se achão quazi desertos por lhe haverem faltado meios da mineração" (62).

E' o que a *Memória* Q' Je. Mel. de Seqra. vem confirmar (63):

> "A Cap.nia de Minas Geraes tem dado algmas. providas. mandando carregaçõens de queijos toucinhos, carnes salgadas de porco e tabaco p.a o Rio de Janeiro. Porem que comercio pode ser este q' equipare a grand.ma despeza de ferro, asso e escrvos. q' se precisão p.a as Minas? [...] Estão as Minnas cansadas; os seus jornaes ja não cobrem as despezas do ferro, asso...".

D. Rodrigo Jozé de Menezes, como administrador, em sua *Exposição* (64), também é favorável à indústria, como meio de socorrer a Capitania decadente:

> ..."o estabelecimento" de "huma Fabrica de ferro" [...] "concorre este artigo para q.e faça mais conta ao mineiro extrahir ouro tendo mais barato o ferro".

A agricultura, o comércio e a indústria seriam os meios indicados por José Eloi Ottoni, para reforçar a atividade decadente da mineração (65).

Passemos a considerar o problema, de acôrdo com Ottoni e, também, os meios de impedir a decadência e impulsionar essa atividade mineradora, em benefício do reerguimento das minas.

As demandas, as controvérsias sôbre a terra e águas nas Gerais, seriam impedimentos no prosseguimento da indústria extrativa, em detrimento do Erário Régio.

As demandas, mal dessa sociedade mineira do fim do século XVIII, faziam-se entre os mineradores e os seus credores, entre os

(62). — *Op. cit.*, pág. 316.
(63). — *Op. cit.*, págs. 221, 222, 224.
(64). — *Op. cit.*, pág. 315.
(65). — "A França [...] (Colbert) (...) a salvou pelo meio de infinitos canaes, que ele abrio a industria da sua Nação; o ser grande homem de Estado não consiste em descobrir meios de impor mais e mais tributos consiste sim em descobrir meios de fazer rebentar de novo perênes fontes de riqueza, que fertilizem o Estado por toda a parte". — Azeredo Coutinho, pág. 85. Aqui existe um paralelismo entre o bispo e Ottoni, êste último querendo solucionar o problema da decadência do ouro, com novas fontes de riqueza.

próprios mineradores, sôbre a questão de limites e de distribuição das águas indispensáveis aos trabalhos de mineração (66). Eram litígios que interferiam diretamente no prosseguimento dos trabalhos nas minas, o que, ao lado do esgotamento das mesmas, prejudicava o real quinto.

Seriam duas as soluções para o problema: 1.º) A criação de um tribunal local, ou "huma Junta de Mineiros prezididos pelo Superintendente respectivo" (67) das minas; "Porque estes homens são os que sabem de facto sobre aquellas materias", para sanar "as controversias que se levantão no Juizo da Superintendencia sobre terras e agoas mineraes que engrossão tão altos volumes que os filhos muitas vezes não chegam a ver sentenciadas afinal aquellas Acçoens que foram propostas por seus pais..."; 2.º) Novos descobrimentos de minas, pelas bandeiras paulistas, descobrimentos que "forão... de muita vantagem p.a o uso da mineração; e a proporção que cessarão foram cessando tão bem os progressos da extracção do oiro" (68).

Seria necessário interessar "os bandeiristas" com "graças", "privilegios e indultos", para que prosseguissem na faina exploradora.

E' o que *Je. Mel. de Seqra.*, Presbítero Secular, em sua *Memória* (69) menciona, como primeira solução, para reparar a decadência — "invenção de novas Minnas".

> "De algumas temos trad.am de que existem, porem a inercia e innação dos povos destas Capitanias não permitem indagação e menos exame de campanhas virgens, e assim ficarão sempre até q' haja q.m fomente esta necessaria diligencia etc.". "E porque senão procura inventar novas Minnas? porq' senão examinam campanhas incultas, e ainda aquellas, em q. senão achão formação. Hajão pois expedições annuaes a inventar novas Minnas [...] as despezas devem sahir do publico auxiliado p.r

(66). — "Os negociantes dos Portos de mar do Brasil se fizerão ricos com o comercio das Minas, e os hab'tantes destas julgavão q.e o ouro se lhes não acabaria, porem toda esta brilhante fase se transformou [...] os mesmos negoc'antes dos portos de mar tem perdido muito com os devedores falidos em Minas; de poucas pessoas fião os seus generos, e com interesses similhantes ao risco de não lhe serem pagos no q.e se aumente muito mais o mal desta Capitania [...] e toda a Capitania (Excepto poucas pessoas) se povoada de Negociantes, mineiros de fazendeiros falidos ou quase a falir". (Basílio T. de Sá Vedra Freire, *op. cit.*, pág. 674).

As desmandas já eram uma decorrência do esgotamento das jazidas auríferas. O afastamento dos trabalhos nas margens, a necessidade de trabalhos maiores na profundidade do solo, criavam problemas, porque, as datas de terra eram demarcadas ao longo dos rios e, quando êstes traçavam suas curvas, as datas se sobrepunham em raio de círculo, dando origem a dúvidas quanto às propriedades; daí as disputas. Além do mais, a intendência das minas não se interessava pela regularização da propriedade das jazidas. Tudo isto provocava o abandôno das lavras, enquanto duravam os processos. Demandas que duravam de uma geração a outra, subordinadas aos interêsses cavilosos dos funcionários ineptos e gananciosos.

(67). — *Op. cit.*, pág. 311.
(68). — *Op. cit.*, pág. 312.
(69). — *Op. cit.*, pág. 223.

S.A.R.I. ou muitos sertanejos [...] e sem mta. despeza fazerem as expedições [...] bandeiras (70).

Eis o texto de Ottoni:

"...descobrir-se oiro e pedras [...] talvez em mais em abundancia do que se tem discuberto [...] dentro da matta se podem fazer descobrimtos. vantajozos e úteis, etc." (71).

*

CONCLUSÃO

E' a *Memória* de José Eloi Ottoni, o produto de uma época e de uma sociedade.

De uma época, a última metade do século XVIII, em que entrava em declínio a mineração, essa atividade que, durante três quartos de século absorvera tôdas as atenções de Portugal e do Brasil-Colônia.

De uma sociedade oprimida por um problema: "a decadência do ouro e o modo de solucioná-la".

Portanto, a dissertação de Ottoni, revela, de maneira erudita, o pensamento dêsse homem do fim do século XVIII, produto de um meio geográfico e de um meio social em decadência.

Ottoni aponta a existência do problema e suas causas e propõe as soluções para resolvê-lo: soluções de outrém e soluções suas; critica as primeiras e expõe as seguintes: agricultura, o comércio, a indústria (esta compreendida com restrições: não estabelecer uma concorrência prejudicial à indústria da Metrópole, nem lesar seus interêsses comerciais) e a própria mineração. Com o incentivo destas atividades e, corrigindo alguns erros relativos à mineração, se estancaria a fonte dos problemas que se originaram com o esgotamento das jazidas e das lavras.

As idéias apresentadas por Ottoni, não lhe pertencem exclusivamente, outros indivíduos, diante da situação econômica e social da época, tocaram simultâneamente nos mesmos tópicos e nas mesmas soluções: um administrador, um religioso e um leigo. Foi o que procuramos evidenciar no decorrer dêste trabalho.

Em relação à agricultura, Ottoni opina ser esta a principal solução para o reerguimento da Capitania, solução que não poderia ser nociva à economia da Metrópole (72), portanto, pregou-a, sem restrições, embora mencionasse os produtos exclusivamente tropicais,

(70). — *Op. cit.*, págs. 223, 228.
(71). — *Op. cit.*, pág. 313.
(72). — J. J. da Cunha Azeredo Coutinho, *op. cit.*, pág. 105 — "Ainda que nas Colonias se cultive com abundancia este ou aquelle genero que se cultiva na Metropole, como por exemplo o trigo e que aquella abundancia fasa abaixar de preço o genero da Metropole, esta [...] nunca se podera dizer prejudicada nem ainda algum lavrador dela considerado em particular".

como o cacau, o café, o anil, etc., produtos que não fariam concorrência à Metrópole, nos mercados europeus. Isto já não sucederia com a indústria e o autor da *Memória*, ao indicá-la como solução para o reerguimento das minas, restringiu-a ao alvará de Maria I, seguindo também algumas idéias de Azeredo Coutinho (73).

> II — Que não posão as Colónias ter fabricas, principalmente de algodão ("Desta regra se devem excétuar os teáres de algodão groseiro para vestir os pretos, etc. [...] ou se fará mto. cára a mão de obra dos Agricultores das Colonias [...] é necesário facilitar os mêios, e ainda prestar alguns socôrros ao Agricultor, para ter a melhor mercado os generos, principalmente da primeira necessidade") linho, lãa, seda, e que sejão obrigadas a vestir-se das manufaturas e da industria da Metropole".

A indústria, Portugal vedara-a no Brasil, tanto em caráter comercial, como doméstico. A razão dada para êsse impedimento era a necessidade de proteger a mineração e a agricultura (74). Mas, na realidade, o que se desejava era favorecer o comércio metropolitano. A Metrópole lucrava com a reexportação dos produtos estrangeiros, inglêses, principalmente.

Ottoni, porém, se refere, ùnicamente a uma indústria que, sem causar grandes prejuízos a Portugal, procurasse auxiliar o desenvolvimento econômico das minas: a indústria siderúrgica, cujas tentativas esparsas foram interrompidas por ordem régia de 1785 e com a qual os Inconfidentes já haviam sonhado, para a Capitania das Minas Gerais (75).

Em vista da grande necessidade de utensílios e ferramentas para a mineração, em virtude do lucro do comércio português em Lisboa e no Rio, adicionadas ainda as despesas do transporte marítimo e terrestre, direitos de entradas, etc., os conjurados de Vila Rica

---

(73). — *Op. cit.*, pág. 107.

(74). — "Eu, a Rainha... sendo-me presente o grande numero de fabricas e manufaturas que de alguns anos se tem diffundido em diferentes capitanias do Brasil com grave prejuizo da cultura e da lavoura e da exploração das terras mineiras como ja tem considerado diminuido a extração do ouro e diamante, tudo procedido de falta de brasos... ...Consistindo a verdadeira e solida riqueza nos frutos e produção da terra as quaes somente se conseguem por meio de colonos e cultivadores, e não de artistas e fabricantes"... — Alvará de 5-1-1785, in *Docs. Officiaes Ineditos*, Rev. Inst. H. G. Bras., tomo X, 2a. ed., 1870, pág. 229.

Eis o que diz concomitantemente o ministro Martinho de Melo e Castro: "O Estado do Brasil o mais fertil e abundante em frutos e producções da terra... lavoura e cultura se a estas incontestaveis vantagens ajuntarem as da industria e das artes para o vestuario, luxo e outras commodidades precisas... ficarão os ditos habitantes totalmente independentes da sua capital dominante: é por consequencia indispensavelmente necessario abolir do Estado do Brasil as ditas fabricas e manufacturas", "extinção das afficinas e officio de ourives... todos os que trabalham em ouro..." "manda exceptuar da geral prohibição acima indicada as manufaturas e teares de pannos grossos de algodão... para uso e vesturios dos referidos negros, indios e pobres familias". — In *Docs. Off.*, Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras., págs. 218, 219.

(75). — Affonso Arinos de Melo Franco, *Terra do Brasil*, pág. 104.

desejavam incentivar a siderurgia em Minas. Porém, sòmente no início do século XIX, êsse ideal se tornou realidade, com os trabalhos de Eschwege.

Quanto ao comércio, seria uma resultante da própria agricultura e da própria e restrita indústria. Deveria ser efetuado dentro da própria Colônia e, com o exterior, isto é, com a Metrópole. Para tanto, deveriam ser estabelecidas as vias de comunicação entre as vilas e as cidades mineiras, e, entre o interior e o litoral.

Porém, Ottoni não encarou êsse regime de monopólio da Metrópole, em que os negociantes portuguêses fixavam o preço que êles, negociantes, únicos intermediários determinavam, de acôrdo com os próprios interêsses. Era um contrato em que uma das partes arcava com todos os ônus e a outra, com tôdas as vantagens. Também, não observou o lucro que Portugal tirava das colônias, o qual consistia nos direitos cobrados pela Metrópole sôbre as exportações para as próprias colônias e as importações destas colônias, muito mais do que nos proventos industrial e marítimo. Em síntese, Portugal recebia 250 libras, em cada 100 libras mandadas sob a forma de material de venda e de trabalho, além dos ganhos apurados nos fretes, juros do capital empregado, monopólios e estancos, etc. (76).

Quanto à mineração, deveria ser desentravada de obstáculos dificultantes para o seu progresso: em relação às longas demandas que paralisavam os trabalhos e reduziam os quintos, deveriam ser criados tribunais locais e especializados. Em relação ao esgotamento inevitável das jazidas metalíferas, deveriam ser incentivadas as novas expedições exploradoras ao sertão da colônia.

Isto só, porém, não bastava. A mineração também necessitava de uma providência da Corôa. Eis por exemplo uma idéia de D. Rodrigo Jozé de Menezes (77):

> "...os estabelecimentos de hum fundo por conta da Fazenda Real, d'onde se imprestasse ouro aos mineiros que dele precizassem".
>
> "...oito ou nove por cento se poderia lucrar de interésse [...] atendendo que nas compras fiadas que fas o mineiro de escravos e generos lucra o vendedor vinte e sinco e trinta [...] o comprador ganhando sinco ou dés" [...] "A segunda (utilidade decorrente do empréstimo) aumentará o n.° e força das lavras, por consequencia os quintos [...] o consumo [...] dos generos pro-

---

(76). — Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, 2a. edição, Liv. José Olímpio, Rio, 1945. Era êste o sistema preconizado por Azeredo Coutinho, em seu *Ensaio*... etc.". (*Op. cit.*, pág. 107):

"A Metropole (...) ainda que seja (...) devedora às Colonias á de fazer duplicados lucros (...) ganhará nas compras, nas vendas (...) nos [fretes] nos transportes"...

(77). — *Op. cit.*, pág. 317.

duzidos e fabricados no Reino [...] o Rendimento. do. Contrato das Entradas desta Capitania, das Alfandegas da Bahia, Rio de Janeiro, Lisboa e Porto"...

Era um empréstimo, porém, visando, ùnicamente, o lucro e a garantia da Metrópole.

O incremento da agricultura nas Gerais, preconizado pelo Autor, era um problema realmente muito mais sério do que se imaginava então; por falta de elementos, que sòmente hoje possuímos, escapava à alçada dos agricultores e dos que se dedicavam à observação de questões econômicas e sociais da época.

Com exceção à zona da Mata, o território mineiro, com as suas terras pobres, teria grandes dificuldades em incentivar uma agricultura em larga escala. Isto, devido à formação geológica dos solos da região aurífera, onde os terrenos algonqueanos não oferecem grandes possibilidades para as plantações.

Além de tudo, estas regiões do interior da Colônia apresentavam dificuldades no que concerne ao desenvolvimento de uma economia agrícola, essencialmente exportadora de produtos dêsse gênero, devido aos problemas de transporte até os portos do litoral.

Por estas razões, as Capitanias do Centro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, que viviam em função da mineração, com a decadência do ouro, haveriam de escolher, de preferência, a pecuária como atividade rural.

Concluindo, a *Memória* de Ottoni não é completa no intuito de criar soluções para suster a decadência das Gerais, porque faltam-lhe naturalmente, conhecimentos técnicos e especializados e, as soluções apresentadas procuram, antes, o bem-estar do erário régio, do que pròpriamente da Capitania.

A indústria é aconselhada por Ottoni, porém dentro das normas do Alvará de D. Maria I; e o comércio, tendo em vista o monopólio e os lucros da Metrópole nos fretes, nos juros de capitais empregados, nos contratos das entradas, etc.

Os processos de sanar a decadência da mineração visavam, antes, o benefício da Metrópole.

Mais um reinol do século XVIII, do que outra coisa, é o que Ottoni se revela na sua *Memória*. Observa a decadência da Capitania, sob o prisma dos lucros da Corôa (78). Dissertando sôbre o

(78). — "Estabelecida esta ordem e vencidos os obstaculos acima propostos... crescerão de tal modo os progressos da mineração animados pelas vantagens da Agricultura e Commercio... Virá S. Mage. a perceber não som.e as cem arrobas do Quinto, como tão bem maiores vantagens do contracto dos diamantes..." Eu trato especificam.e da Com.ca do Serro Frio; e então apresento um plano sobre o Real Contracto dos diam.tes que a ser admittido, tenho toda a evidencia p.a pençar que S. Mage. pode vir a tirar mto. maiores vantagens daquellas terras... do que actualm.e percebe"... "Não cesso de lamentar o defallecimento e a ruina de hum paiz fertil e rico, que podendo ser util aos seos habitantes e vanta jozo ao Estado, illude a esperança deste e enerva as forças daquelles (*op. cit.*, págs. 314 a 318).

declínio do ouro, esquece de fazer uma referência à verdadeira política econômica Metropolitana, como um dos fatôres que, conjugados ao esgotamento das jazidas, haveria de ser uma das principais molas impulsionadoras da decadência das Gerais.

Os métodos indicados como solução conveniente, não resolveriam o problema. Êste, como uma resultante de vários fatôres que se conjugaram durante três quartos de século, não teria mais solução. A decadência da mineração era inevitável. Suas bases além de repousarem nas condições geográficas e geológicas do Brasil Colonial, também repousaram nas diretrizes emanadas da Metrópole.

MYRIAM ELLIS
Assistente da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

*

BIBLIOGRAFIA

Fontes documentais.

1). — Anônimo — 1) *"Considerações* sôbre as duas classes mais importantes de povoadores da Capitania das Minas Geraes como são as de Mineiros e Agricultores, e a maneira de as animar". 2) *Descrição* dos Sertões de Minas, Despovoação, suas causas e Meios de os fazer florentes" — In *Rev. Inst. Hist. Geogr. e Etnog. do Brasil*. III trimestre de 1862, tomo XXV, Rio de Janeiro, 1862, Tip. Luiz dos Santos.

2). — Anônimo — "Informação sôbre as Minas do Brasil", in *Anais da Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro,* vol. LVII. 1935. Rio de Janeiro, 1939. Serviço Gráfico do Mins. da Educação.

3). — "Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo", vol. XIX — "Correspondência do Capitão-General Dom Luiz Antonio de Souza" (1767-1770). São Paulo, Tip. da Cia. Industrial de São Paulo, 1896.

4). — Documentos Officiais Ineditos Relativos ao Alvará de 5 de janeiro de 1785 que extinguiu no Brasil todas as fábricas e manufaturas de ouro, prata, sedas, algodão, linho, lã, etc. In *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasileiro,* tomo X, 2a. ed. 1870. Tip. João Lucio da Silva.

5). — "Exposição do Governador *D. Rodrigo Jozé de Menezes* sôbre o estado da decadencia da Capitania de Minas Geraes e meios de remedial-o", — In *Rev. Arq. Publico Mineiro*. Ano II — 1897. Ouro Prêto, Tip. Imp. Oficial de Minas Gerais, 1897.

6). — Informação da Capitania de Minas Gerais dada em 1805, por *Basilio Teixeira de Sá Vedra Freire*. In *Rev. Arq. Público Mineiro,* vol. II, 1897.

7). — *Memoria Q' Je. Mel. de Seqra. Presbo. Secular* professor real da filosofia Rac.al e Moral da Va. do Cuyaba Academico da R.l Academia das Sciencias de Lxa. enviou a mma. Acade-

mia sobre a Decadencia Atual das tres Capitnias de Minnas e os meios d'a reparar; no anno de 1802. In Sérgio Buarque de Holanda, "Monções", Rio de Janeiro, 1945. Coleção dos Estudos Brasileiros. Liv. Ed. da Casa do Estudante do Brasil.

8). — Memoria sobre o estado actual da Captnia. de Minas por Jozé Eloi Ottoni, estando em Lisboa no anno de 1789. In *Anais da Bibliot. Nacional* do Rio de Janeiro, vol. XXX, 1908. Rio de Janeiro, Of. Graf. da Biblioteca Nacional, 1912.

Obras

1). — ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni) — "Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas". São Paulo, 1922, Ed. Cia. Melhoramentos.

2). — AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha — "Memória sôbre o preço do Açúcar", introdução de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, 1946. Inst. do Aç. e do Alcool. Separata de "Brasil Açucareiro", Graf. Lucena.

3). — *Idem*, "Ensaio Economico sobre o Comercio de Portugal e suas Colonias, oferecido ao Serenissimo Principe do Brasil Noso Senhor e publicado de ordem da Academia Real das Ciencias pelo seu socio, J. J. C. de A. Coutinho". Lisboa, 1794, Ofic. da Academia.

4). — AZEVEDO, J. Lúcio — "Épocas de Portugal Econômico". Lisboa, Liv. Clássica Editôra, 1947.

5). — *Idem*, "Novas Epanáforas", Lisboa, 1932, Liv. Clássica Ed.

6). — CALÓGERAS, João Pandiá — "As Minas do Brasil e sua legislação", vol. I, Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1904.

(7). — CHAGAS, Paulo Pinheiro — "Teófilo Ottoni, ministro do povo", Ed. Zélio Valverde, s-d.

8). — ELLIS, JR., Alfredo — "O Ouro e a Paulistânia", Bol. n.º 8 da Cad. Hist. Civ. Bras. da F.F.,C.L. da U.S.P., São Paulo, 1948.

9). — LIMA JR., Augusto de — "A Capitania das Minas Gerais", Ed. Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1943.

10). — MELO FRANCO, Afonso Arinos — "Terra do Brasil". São Paulo, 1939, Cia. Editôra Nacional.

11). — *Idem*, "Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil". Publ. do Serviço do Patrimônio Hist. e Artístico Nacional, 1944.

12). — PRADO JR., Caio — "História Econômica do Brasil", São Paulo, 1945, Ed. Brasiliense.

13). — *Idem*, "Formação do Brasil Contemporâneo". São Paulo, 1942, Liv. Martins Editôra.

14). — SANTOS, Lúcio José dos — "A Inconfidência Mineira". São Paulo, 1927. Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus.

15). — SIMONSEN, Roberto — "História Econômica do Brasil", vol. 2.º. São Paulo, 1944, Cia. Editôra Nacional.

16). — SODRÉ, Nelson Werneck — "Formação da Sociedade Brasileira". Col. Documentos Brasileiros. Liv. José Olímpio. Rio de Janeiro, 1944.

17). — ZEMELLA, Mafalda P. — "O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII". Bol. n.º 12 da Cadeira de Hist. da Civilização Brasileira, Fac. Fil., Ciênc. e Letras da U. S. P.

QUESTÕES PEDAGÓGICAS

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS (V).

QUARTA PARTE

As Interpretações da História através dos séculos.

(*Continuação*)

CAPÍTULO SEGUNDO

A CIDADE DE DEUS.

§ 76. *A resposta de Santo Agostinho.*

Os primeiros cristãos viviam na expectativa ansiosa da segunda vinda do Senhor e faziam pouco caso da vida política e cultural, aliás, constituíam uma minoria exígua e sofriam muitas vêzes perseguições. Mas à medida que o Império se ia cristalizando, tendiam a situar a *parousia* num porvir mais remoto e a tornar-se mais conscientes das suas obrigações para com o Estado, a sociedade e a cultura. Às perturbações sociais e políticas, que atravessou a *cikouméne* entre 180 e 284 d.C., pôs têrmo o braço forte do Imperador Diocleciano, o último perseguidor da Igreja. A obra de restauração foi continuada por Constantino, o autor do Édito de Tolerância, promulgado em Milão (313 d. C.). Mas a ordem, restabelecida pelos dois Imperadores enérgicos, era a de um prisão, e a tranqüilidade a de um cemitério: não deviam sobreviver ao século IV. Em 376, o mundo civilizado presenciou com pavor o início da Grande Migração dos Povos. Dividido o Império em duas metades (1), o Ocidente era prêsa fácil para os bárbaros, que iam invadindo o território romano de todos os lados (2). Em 410 deu-se a grande catástrofe: Roma, a cidade invencível, que em oito séculos não tinha visto nenhum conquistador estrangeiro (3), foi tomada pelos visigodos do capitão Alarico. Foi enorme a repercussão que

(1). — Cf. § 21 I, nota 14. — A bipartição da dignidade imperial remonta aos dias do Imperador-filósofo Marco Aurélio (161-180), e torna-se comum desde Diocleciano (2 *Augusti* e 2 *Caesares*). Só em 364, a bipartição tomou o caráter de uma divisão do próprio Império, a qual se tornou definitiva em 395 (se fazemos abstração do breve período de Restauração, sob o Imperador Justiniano).

(2). — Em 406 várias tribos germânicas (vândalos, burgundos, suevos e alanos) atravessaram o Reno, invadindo a Gália e as Espanhas; os visigodos, saindo da Mésia (=Bulgária), infestaram a Itália três ou quatro vêzes no primeiro decênio do século V; a Britânia, invadida pelos anglos e saxões, foi abandonada pelas legiões romanas em meados do mesmo século.

(3). — Foi em 387 a.C. que Roma fôra tomada pelos gauleses: *Vae victis!*

o desastre teve na imaginação dos contemporâneos: não cairam apenas as muralhas, as pedras, os palácios de Roma: caira, — o que impressionava incomparàvelmente mais, — o Mito, a Lenda de Roma. Foi a bomba atômica do século V, e muitos acreditavam que estivesse próximo o fim do mundo. Os pagãos que ainda restavam e não poucos cristãos frouxos e pusilânimes, convertidos só exteriormente por ser o Cristianismo religião de moda, imputavam a causa dos males recentes ao fato de haver sido abandonado o culto dos deuses antigos, sob cuja visível proteção a Cidade Eterna prosperara e conquistara o mundo. A Queda de Roma parecia comprometer a nova fé e o Império cristão (4). As queixas e as acusações ameaçavam abalar também a fé dos cristãos na África, onde Santo Agostinho (354-430) era bispo da cidadezinha de Hipona. Aos tímidos entre seus paroquianos parecia melhor não se tocar na questão espinhosa: *Sed non dicat de Roma, dictum est me. O, si taceat de Roma! Quasi ego insultator sim, et non potius Domini deprecator, at vester qualiscumque exhortator*(5). Mas o bispo não era homem para evadir problemas cruciantes, e obrigou os pessimistas e os resmungões a ouvirem uns sermões (6), em que destruía o Mito de Roma, e demonstrava residir a esperança da nova religião, não em construções humanas, mas em promessas divinas. Além disso, instado pelos pedidos incessantes do seu amigo Marcelino, pôs-se a escrever o *De Civitate Dei* (7), em que se dirigia a um público culto.

I. A Composição da Obra.

A primeira parte da obra (livros I-X) é de natureza apologética: nela o autor refuta as incriminações e pretensões do paganismo. Na segunda parte (livros XI-XXII) dá uma visão teológica da história e da sociedade (8).

Roma é uma cidade perecível, construída por mãos humanas, e tôdas essas construções têm o seu fim. Sempre nos impressionam mais as calamidades atuais do que as do passado: o que Roma sofreu, sofreu conforme o *mos hostium*, aplicado em tôdas as épocas a todos os derrotados por todos os vencedores, também pelos próprios romanos. Não eram catastróficas, nos tempos idos, as conquistas romanas para outros povos? (9) É ilegítimo responsabilizar o

(4). — O Império cristão, preparado por Constantino, data do ano 380: Édito do Imperador Teodósio, cf. *Codex Theodosianus*, XVI 1,2.
(5). — Augustinus, *Sermo, CV* 12.
(6). — Augustinus, *Sermones*, LXXXI, CV e CCXCVI. — Cf. *Sermo de Excidio Urbis*, in Migne, PL XLII, 715 sqq.
(7). — A obra compõe-se de 22 livros (661 capítulos, com numerosíssimas digressões), e foi escrita de 411 a 426/7. — Documentação abundante relativa ao *De Civitate* encontra-se em *Miscelânea "Universitas"* (da Fac. de Filos., etc. de Sorocaba), I, 1955 (págs. 55-90), artigo de lavra do autor dêste livro.
(8). — Cf. Augustinus, *Retractationes*, II 43.
(9). — Já Cícero (in *De Republica*, III 13,10) disserra: *Quae sunt patriae commoda nisi alterius civitatis aut gentis incommoda?*

Cristianismo pelas desgraças contemporâneas: são elas de todos os tempos, e o autor dá a longa lista das calamidades de outrora, a começar por Tróia, a metrópole dos romanos, que foi tomada, saqueada e incendiada pelos gregos. E tudo isso acontecia, enquanto os deuses pagãos eram escrupulosamente venerados. Roma caíu, porque estava decadente, fato sobejamente confirmado pelo testemunho insuspeito de autores clássicos, tais como Cícero, Salústio e Juvenal. Até mitigou o Cristianismo os horrores da depredação, que antigamente eram ilimitados. Pois os gôdos, cristãos, embora hereges, pouparam os santuários da capital, e muitos pagãos aproveitaram-se, nesses dias pavorosos, dos asilos que lhes oferecia o Deus dos Cristãos. Roma foi humilhada, é verdade, e aflige-nos o destino dos ricos que foram despojados, dos jovens que foram cativados e transportados, dos cidadãos que foram massacrados e deixados insepultos, das virgens que foram violentadas e, depois, num ato de desespêro, se suicidaram. Mas será que Roma não foi humilhada por causa da sua soberba? Por causa do seu paganismo clandestino? Por causa do seu Cristianismo exterior e superficial? Sem dúvida, a catástrofe a todos atingiu, aos bons e aos maus: mas quem se pode chamar "justo" perante Deus? Todos nós não somos pecadores? Tal desastre é uma provação para o justo, e um castigo para o pecador.

Em seguida, o autor mostra que o povo romano não deveu a sua prosperidade aos deuses pagãos nem ao Fado. As grandes realizações do passado explicam-se pela *virtus* e pelo *amor laudis* dos romanos primitivos: recompensou-as a justiça divina, dando-lhes o maior Império de todos os tempos. "Já receberam a sua recompensa" (Mt. VI 2). Nem é de estranhar que, degeneradas essas virtudes naturais, tenham decaído também o poder e o prestígio do povo romano. Mas não nos iludamos com aparências especiosas! Pois, como tôdas as outras realizações humanas autônomas, também o Estado Romano tinha os males da nossa natureza corrompida. Daí a idolatria, a favorecer e a sancionar os vícios mais vergonhosos. Daí a *libido dominandi*, egoísmo coletivo, sem verdadeiro amor ao próximo. Daí a luxúria insaciável. Daí a soberba e o orgulho, essas máscaras com que o homem tenta disfarçar a sua miséria: *Tolle jactantiam, et omnes homines quid sunt nisi homines?* (10)

Nada de piedade, na obra do Hiponense, para com a religião antiga (11): nem a *religio civilis* (do Estado), nem a *religio fabulosa* (dos poetas), nem a *religio naturalis* ou *physica* (dos filósofos) estava ao abrigo das suas invectivas sarcásticas. Desmascarava o ca-

(10). — Augustinus, *De Civitate Dei*, V. 17,2.
(11). — No pensamento de Santo Agostinho, os deuses pagãos eram ou anjos revoltados (=demônios), ou então homens, divinizados depois da sua morte pela superstição ignorante dos sobreviventes. Esta última teoria, bastante comum entre os Padres da Igreja, remonta ao filósofo helenista Evêmero (século III a.C.).

ráter imoral da mitologia, ridicularizava as inépcias da religião civil, e demonstrava a insuficiência dos sistemas filosóficos para efetuar a nossa eterna salvação, aduzindo numerosas incoerências e contradições nas obras dos sábios segundo as normas dêste século. A nova fé não se baseia nem em ficções poéticas, nem em especulações cosmológicas, nem num culto formalista ou orgíaco, mas funda-se em dados históricos de uma Revelação progressiva. Entretanto, o autor não é apenas desmoronador: mostra singela admiração pela figura de Sócrates, pelos Estóicos, e principalmente por Platão, cuja doutrina identificava com a dos neoplatônicos (12); sua admiração não era, porém, ilimitada. Critica várias vêzes os orgulhosos *qui secundum elementa hujus mundi philosophantur*(13), exprobrando-lhes que, apesar das suas teorias elevadas, continuavam idólatras, negavam a possibilidade da ressurreição da carne, acreditavam no Eterno Retôrno e na metempsicose, etc. Além disso, faltava-lhes o fervor apostólico, êsse característico dos adeptos de Cristo, e sobretudo ignoravam a obra da Redenção e o sacrifício divino, que exige da nossa parte lágrimas de penitência e de amor(14).

Eis o resumo magro dos dez primeiros livros. Examinemos agora ràpidamente o conteúdo dos doze últimos, que se subdividem em três partes:

a) *Exortus ou o Princípio das duas Cidades* (XI-XIV).

O mundo é o terreno onde se combatem dois poderes ou duas Cidades: a Cidade de Deus, e a Cidade do Diabo ou a Cidade Terrestre. Deus criou o universo, os anjos e os homens num estado bom e inocente, pois tudo o que sai das mãos divinas, é essencialmente bom. O bispo de Hipona está longe do maniqueísmo (15), a que aderira na sua juventude: o ser, enquanto é, é bom; todo o ser, inclusive a matéria, vem de Deus. Deus fêz o universo, cujos primeiros habitantes, os anjos, eram os primeiros cidadãos da Cidade de Deus. Mas o livre arbítrio, dádiva precária para as criaturas racionais, tornou-se desastroso para uma parte da criação. Alguns dos anjos se revoltaram contra Deus, pelo que passaram a ser demônios,

---

(12). — Santo Agostinho acha muito provável que Platão tenha possuído um conhecimento, embora indireto, dos livros sagrados, cf. *De Civitate Dei*, VIII 11.

(13). — *Ibidem*, VIII 10,1.

(14). — Cf. Augustinus, *Confessiones*, VII 21: *Non habent illae paginae vultum pietatis illius, lacrimas confessionis, sacrificium Tuum, spiritum contritum et humiliatum, populi salutem, sponsam civitatem, arram Spiritus Sancti, poculum Pretii nostri.*

(15). — O maniqueísmo, seita religiosa, foi fundado pelo persa Mani, degolado por ordem do rei persa Bahram em 276. Originàriamente um sistema pagão, influenciado por elementos heterogêneos (persas, babilônios e budistas), acabou por pedir emprestados elementos cristãos e, principalmente, gnósticos. O maniqueísmo ensina um dualismo metafísico: dois Reinos eternos, — o divino (a Luz) e o diabólico (as Trevas), — combatem-se eternamente; a matéria é má em si; no fim do mundo, o Reino das Trevas será aniquilado pelo Reino da Luz. — O maniqueísmo sobreviveu até à Idade Média (Cátaros ou Albigenses).

ou por outras palavras: alguns dos cidadãos celestes transformaram-se em cidadãos terrestres. Pois, assim como a Cidade Celeste é a obra de Deus, assim a Cidade Terrestre é fruto do pecado. Os anjos seduziram Eva, e mediante ela, causaram a queda do primeiro homem. *Fecerunt itaque civitates duas amores duo: terrenam scilicet amor sui usque ad contemptum Dei, caelestem vero amor Dei usque ad contemptum sui* (16).

b) *Procursus ou o Desenvolvimento das duas Cidades* (XV-XVIII).

Fundada a Cidade Terrestre pela revolta dos anjos e estabelecida na terra pelo pecado do primeiro homem, Caim, depois de ter matado o seu irmão Abel, foi o primeiro a construir uma cidade visível (*Gênesis*, IV 7), como se quisesse simbolizar o caráter permanente do seu reino, ao passo que Abel não fundou cidade alguma, entremostrando assim que esta vida não passa de uma peregrinação para uma morada eterna. Pois o cidadão terrestre goza (*fruitur*) das coisas criadas como de fins em si, o cidadão usa-as (*utitur*) como meios que o devem levar para o seu fim verdadeiro, que é Deus.

Nestes quatro livros, o autor esboça a história das duas Cidades no tempo: a luta entre o mal e o bem. Não é uma história universal, e muito menos ainda uma relação sistemática ou pormenorizada dos destinos profanos da humanidade. Santo Agostinho escolhe apenas alguns episódios da história bíblica e profana, que para êle são manifestações visíveis das duas Cidades místicas. Em Noé revela-se a Cidade de Deus, a construção da tôrre de Babel é a obra dos cidadãos terrestres. Desde os tempos do patriarca Abraão, as duas Cidades vão-se organizando cada vez mais: a Cidade de Deus no povo eleito para se concentrar em Cristo e na Igreja, a Cidade Terrestre nos impérios mundanos da Assíria e de Roma.

c) *Fines Debiti ou os Fins das Duas Cidades* (XIX-XXII).

Nos quatro livros finais, Santo Agostinho trata da moral, da paz e da justiça que reinam entre os cidadãos do povo de Deus, e da desordem e da confusão que lavram no Reino do Diabo. E afinal, expõe a escatologia cristã: a vinda do Anticristo, o fim do mundo, a ressurreição da carne, o Juízo Final, a criação do novo *Kósmos*, e a bem-aventurança eterna. A Cidade de Deus terá o seu fim no Céu, a Cidade Terrestre no Inferno.

---

(16). — Augustinus, *De Civitate Dei*, XIV 28.

II. O Significado das Duas Cidades.

As duas Cidades, concebidas pelo bispo de Hipona, não são fenômenos históricos, mas entidades místicas. A Cidade de Deus é a comunhão de todos os sêres racionais que, num ascenso de amor, se submetem incondicionalmente à Vontade incriada de Deus, a Cidade Terrestre é a organização orgulhosa das criaturas racionais que procuram subtrair-se à sua Origem e ao seu Fim. Solidariedade no bem, e solidariedade no mal. A Cidade de Deus não coincide com a Igreja, porque esta, enquanto vive no tempo, contém também pecadores (17); outrossim, a Cidade de Deus compõe-se dos anjos e dos justos já glorificados no céu, e só uma mínima parte vive neste momento no mundo, viajando para a sua pátria eterna. Afinal, também fora da Igreja, houve e há almas justas, por exemplo, no Velho Testamento, Abraão e Davi, e até entre os gentios, por exemplo, a Sibila, e Jó(18). Por outro lado, nem a Cidade Terrestre coincide com o Estado, porque êste, correspondendo às exigências da natureza humana, criada por Deus, não é mau em si (18a); além disso, fazem parte da Cidade Terrestre também os diabos e todos os eternamente condenados, ao passo que do Estado fazem parte também os cidadãos celestes, enquanto vivem no mundo. *Perplexae sunt igitur duae civitates in hoc saeculo, donec ultimo judicio dirimantur*(19).

Mas, de fato, a Igreja é a única instituição a preparar e a construir, no tempo, a Cidade de Deus: *aedificatur enim domus Domino Civitas Dei, quae est sancta Ecclesia, in omni terra* (20). Para tal foi fundada por Cristo, e recebe a divina assistência até a consumação dos séculos. E, de fato, estão corrompidos e pervertidos os Estados históricos por causa da sua aliança com os ídolos e devido à sua *libido dominandi*. Embora a organização política como tal não seja obra do diabo, numerosos exemplos, tirados da história antiga, — também do povo romano, — provam a decadência efetiva do Estado antigo.

O fim de tôda e qualquer sociedade é a paz, que é a *tranquillitas ordinis*(21). Também o Estado ama a paz, e esta não é desprezível. Mas a verdadeira paz é inconcebível sem a verdadeira ordem: *Ordo est parium dispariumque rerum sua cuique loca tri-*

---

(17). — *Ibidem*, I 35: *Etiam Dei civitas habet secum, quamdiu peregrinatur in mundo, connexos communione sacramentorum, nec secum futuros in aeterna sorte sanctorum, qui etiam cum ipsis inimicis adversus Deum, cujus sacramentum gerunt, murmurare non dubitant, modo cum illis theatra, modo ecclesias nobiscum replentes.*

(18). — *Ibidem*, XVIII 23,2 (a Sibila, cf. § 48 I a); XVIII 47 (Jó).

(18a). — *Ibidem*, XV 4: *Terrena porro civitas... hic habet suum, cujus societate laetatur, qualis esse de talibus rebus potest.* — Quanto à cultura, cf. Augustinus, *De Doctrine Christiana* (*passim*).

(19). — *Ibidem*, I 35.

(20). — *Ibidem*, VIII 24,2.

(21). — *Ibidem*, XIX, 13,1.

buens dispositio(22). Ora, o Estado antigo pecava cabalmente contra a Justiça, — *sua cuique distribuere* (cf. XIX 21,2), — por negar a Deus o culto que lhe era devido. Dessa Injustiça primordial decorrem tôdas outras injustiças: *Remota itaque justitia, quid sunt regna nisi magna latrocinia?* (23). Partindo da definição ciceroniana de um povo: *coetus multitudinis, juris consensu et utilitatis communione sociatus* (24), o autor chega à conclusão de que nem o povo romano constituía um povo no sentido próprio da palavra (25). Mas dá também outra definição: *Populus est coetus multitudinis rationalis, rerum quas diligit concordi communione sociatus*(26). Evidentemente, o povo romano constituía um povo, embora mau, nesta acepção do têrmo.

Afastando-se por vêzes do sentido alegórico das duas Cidades, — sobretudo em outras obras, em que a elas se refere (27), — o Hiponense chega a identificar, pelo menos aparentemente, a Cidade de Deus com o povo eleito e com a Igreja, e a Cidade Terrestre com o Estado e, em geral, com a cultura autônoma do homem, corrompido pelo pecado original. Não esqueçamos que tinha fins polêmicos, ao escrever o seu livro, e que sistematizava pouco. Destarte não é de estranhar que o pensamento simplificador de gerações posteriores, preterindo as inúmeras e sutís distinções do mestre, tenha identificado simplesmente a Cidade de Deus com a *Christianitas*, — o povo de Deus, — uma única sociedade universal, a caminhar através "dêstes maus tempos" para as moradas eternas no céu. E a essa única sociedade competia uma única autoridade: a do Papa, de cujo poder espiritual devia depender o poder temporal, exercido pelo Imperador *ad nutum et patientiam sacerdotis* (28). A situação histórica em que viviam os medievos, era muito diferente da época de transição em que escrevera Santo Agostinho. Para êles tratava-se de santificar o Estado, o que lhes parecia possível por fazê-lo absorver pela Igreja. Muitos passos da obra agostiniana como também

---

(22). — *Ibidem.* XIX 13,1.
(23). — *Ibidem,* IV 4.
(24). — Cicero, *De Respublica,* I 25,39 (Cf. Augustinus, *De Civitate Dei,* XIX, 21,1 e II 24,2).
(25). — *Ibidem* XIX 23,5: *Quapropter ubi non est ista justitia, ut secundum suam gratiam civitati obedienti Deus imperet unus et summus, ne cuiquam sacrificet, nisi tantum sibi; et per hoc in omnibus hominibus... animus etiam corpori, atque ratio vitiis, ordine legitimo fideliter imperet:... profecto non est coetus hominum juris consensu et utilitatis communione sociatus. Quod si non est, utique populus non est.*
(26). — Augustinus, *De Civitate Dei,* XIX, 24.
(27). — Cf. sobretudo, Augustinus, *Enarrationes in Psalmos,* LI 1, 4 e 6; LXI 8: CXXXVI 2. Nesses passos tende a confundir o Estado com a Cidade do Diabo, e a Igreja com a Cidade de Deus. — Mas também no *De Civitate Dei* há passos que, embora não criem uma oposição absoluta entre a Igreja e o Estado, podiam prestar-se fàcilmente a mal-entendidos, veja por exemplo, VIII 24,2; XIII 16; XVI 2,3 e XX 9,3, onde identifica a Igreja com a Cidade de Deus, sem precisar o seu pensamento.
(28). — As palavras são da bula papal *Unam Sanctam,* promulgada pelo Papa Bonifácio VIII (1302).

seu exemplo prático de recorrer ao Estado para defender a Igreja das heresias(29), davam-lhes ensejo de apelarem para o Hiponense, ao construirem e elaborarem a doutrina teocrática do Sacro Império; mas também os adversários da teoria apelavam para os escritos do maior Padre da Igreja latina, inclusive para o *De Civitate Dei*. O certo é que Santo Agostinho nunca formulou a doutrina da teocracia medieval: *Quantum enim pertinet ad hanc vitam mortalium, quae paucis diebus ducitur et finitur, quid interest sub cujus imperio vivat homo moriturus, si illi qui imperant ad impia et iniqua non cogant?*(30). Apesar das expressões ambíguas, que se encontram nas suas obras, não se pode responsabilizar o bispo de Hipona pela evolução histórica de suas idéias na Idade Média. Limitou-se a dizer que o Estado tem um fim subordinado ao da Igreja, e a elogiar as figuras de dois grandes Imperadores cristãos: Constantino e Teodósio. *Sed felices eos dicimus, si juste imperant.....*, *si suam potestatem ad Dei cultum maxime dilatandum majestati ejus famulam faciunt*(31).

O ideal teocrático foi concebido, muito provàvelmente só no século IX, não pela cúria romana, mas pelo clero carolíngio(32). *The state was no longer regarded as something distinct from the Church with independent rights and powers. It was itself a part, or rather an aspect, of the Church*(33). Mas, ao lado dessa concepção, continuava a existir na sociedade medieval o conceito profano do Império, cujos adeptos recorriam igualmente à autoridade de Santo Agostinho. E assim como a primeira tendência, nas dadas circunstâncias, devia resultar na "papocracia" medieval, assim a segunda devia redundar em Cesaropapismo. Uma vez transpostos os conceitos místicos do Hiponense em realidades históricas, tornou-se inevitável um conflito entre os dois poderes: o *Sacerdotium* e o *Imperium*. É uma história variada, cheia de aspirações idealistas, de infrações mútuas e de deficiências humanas. Seus primórdios remontam aos dias dos primeiros Imperadores cristãos, e só uns mil anos após, nos tempos de Filipe, o Belo e Bonifácio VIII, devia ir morrendo o universalismo medieval, o qual continua a ser sinal de contradição: pedra de escândalo para muitos, ou, pelo menos, mera contingência histórica; para outros, ideal obrigatório de tôda e qualquer organização cristã da humanidade.

---

(29). — Cf. Augustinus, *Epistolae*, XCIII e CLXXXV.

(30). — Augustinus, *De Civitate Dei*, V 17.

(31). — *Ibidem*, V 24.

(32). — Já para Carlos Magno era leitura predileta o *De Civitate Dei*, cf. Eginhardus, *Vita Caroli Magni Imperatoris*: *Delectabatur et libris sancti Augustini, praecipueque his qui de Civitate Dei praetitulati sunt* (c. 24).

(33). — Christopher Dawson, *The Making of Europe*, London, 1936, pág. 261.

III. Santo Agostinho e a História.

O *De Civitate Dei* foi um dos livros mais lidos da Idade Média, e chegou aos nossos dias em mais de 500 manuscritos. Aí os medievos buscavam a solução de numerosos problemas: a posição do homem perante a natureza, a cultura, o trabalho; a questão da escravatura; a apreciação da família e do casamento, etc. E a visão agostiniana da história dominava, globalmente falando, o pensamento europeu até os tempos de Bossuet; nem depois lhe faltavam admiradores, um dos quais era Augusto Comte (34).

A obra exerceu uma influência duradoura, também no setor da historiografia. Exteriormente, por sua divisão da história mundial em seis épocas(35) e por seu retrato de certos personagens históricos, tais como Catão, Décio, Alexandre Magno, etc. Mais profundamente, porém, por acabar com a teoria dos ciclos históricos(36), substituindo-a pela fé numa Revelação progressiva através dos séculos: a *recta eruditio* do gênero humano(37); por insistir na origem comum de todos os homens (38); por frisar o sentido transcedente da história; por salientar o govêrno justo e universal, exercido pela Divina Providência, sem que êste nos tire a liberdade. Contando com dados inacessíveis para a sabedoria pagã, abre horizontes nunca avistados pelos filósofos da Antigüidade. *Fides quaerens intellectum*.

O *De Civitate Dei* não dá uma filosofia da história, no sentido próprio da palavra, mas é antes uma teologia da história, cujas perspectivas são meta-históricas. Não pretende descrever os destinos ou as realizações dos vários povos por causa da sua importância intrínseca: êste mundo é um "interim", pouco capaz de cativar o interêsse daquele que tem os olhos dirigidos para a sua eterna pátria. É parquíssimo em relacionar os acontecimentos da história profana com a história escondida das duas Cidades: não fala no papel providencial da filosofia grega, como fizeram alguns Padres gregos, nem atribui uma função providencial ao Império Romano, como fizeram alguns latinos (39). Não sonha com a unificação

---

(34). — A obra foi por êle adotada na *Bibliothèque Positive*, figurando aí no quarto lugar da quarta secção: 1) A *Ética* e a *Política* de Aristóteles; 2) A Bíblia; 3) O Alcorão; 4) A Cidade de Deus; 5) *Le Discours de l'Histoire Universelle*, de Bossuet; 6) *Esquisse Historique des Progrès de l'Esprit Humain*, de Condorcet.

(35). — Augustinus, *De Civitate Dei*, XXII 30,5; *De Catechizandis Rudibus*, XXII 39; *De Diversis Quaestionibus*, LXXXIII, 58,2-3; *De Genesi contra Manichaeos*, I 35-42. — Cf. § 26 VII.

(36). — Augustinus, *De Civitate Dei*, XII 12-14, e 17.

(37). — *Ibidem*, V 18,3: *Revelante Testamento Novo, quod in Vetere velatum fuit...*; cf. *Quaestiones in Heptateuchum*, II 83: *In vetere novum latet, et in novo vetus patet.* — Daí possuir caráter profético o Velho Testamento, cf. *De Diversis Quaestionibus LXXXIII*, 58, 2.

(38). — Augustinus, *De Civitate Dei*, XII 21: XVI 8, 1-2.

(39). — Dos gregos mencionamos Justino e Clemente de Alexandria; entre os latinos, Ambrósio e o poeta Prudêncio.

política do mundo, e embora acredite que se possa restabelecer o Império(40), não crê na eternidade de Roma nem cede à tentação de predizer o próximo fim do mundo. São coisas que Deus não se dignou comunicar-nos. Reconhece apenas que a *pax romana,* por mais frágil e precária que seja, pode ser útil e proveitosa para os cidadãos celestes. Em geral, não vai além de afirmações muito genéricas, não se atrevendo a entrar nos segredos divinos: *Haec plane Deus unus et verus regit et gubernat ut placet: et si occultis causis, numquid injustis*?(41).

§ 77. *Paulo Orósio*

Foi o sacerdote Paulo Orósio, natural de Braga em Portugal, que entre 416 e 418 tratou de transpor os princípios do mestre (42) para o plano da historiografia pròpriamente dita, no seu livro: *Historiarum Adversus Paganos Libri VII*. O título já anuncia o caráter apologético da obra. Com efeito, o sacerdote bracarense pretende apontar aos pagãos teimosos a esplêndida atuação da Divina Providência nos acontecimentos históricos. A obra baseia-se principalmente nos autores profanos Floro, Justino e Eutrópio(43); além disso, na Bíblia e na História Eclesiástica de Eusébio, traduzida por Rufino. Ao que parece, não tinha conhecimentos pessoais dos grandes historiadores clássicos(44), mas a despeito de numerosas deficiências historiográficas e alguns erros crassos, a obra de Orósio gozava de uma imensa popularidade na Idade Média.

I. Tudo é meio em relação a Deus, até os Estados orgulhosos que têm a pretensão de constituir um fim em si. Em última análise, êles não decaem por motivos de ordem meramente biológica ou social, mas por serem órgãos que deixaram de exercer a sua função sobrenatural. Os reinos de Babilônia, de Macedônia, de Cartago

---

(40). — Augustinus, *Sermo*, LXXXI 8: *Mundus senescit...*; 9: *Fortasse Roma non perit: forte flagellata est, non interempta: forte castigata est, non deleta. Forte Roma non perit, si Romani non pereant...* — A partir do ano 417-8, talvez sob a influência dos acontecimentos na Espanha (cf. nota 48), Santo Agostinho torna-se mais otimista quanto à sobrevivência do Império; foram desiludidas as suas esperanças: em 430 o bispo morreu, enquanto Hipona era cercada pelos vândalos.

(41). — Augustinus, *De Civitate Dei*, V 21.

(42). — Orósio escreveu sua obra a pedido de Santo Agostinho, elaborando os princípios que o mestre expusera nos três primeiros livros.

(43). — Floro, coevo do Imperador Adriano, escreveu uma *Epitome Bellorum Romanorum Libri II*, obra baseada em excertos de Tito-Lívio e exemplo clássico de *histoire-batailles* (desde Rômulo até Augusto); Justino (século III) resumiu os 44 livros das *Historiae Philippicae* de Pompeu Trogo, contemporâneo de Tito-Lívio; sua obra era uma espécie de história universal que tinha tendências anti-romanas e focalizava principalmente o reino macedônico (como a obra do historiador grego Éforo, cf. § 22 I, nota 19); Eutrópio, chanceler do Imperador Valens (século IV), escreveu um *Breviarium ab Urbe Condita* em 10 livros (de Rômulo até o seu tempo).

(44). — Segundo Orósio, Suetônio seria o autor do *De Bello Gallico*, e Salústio teria relatado a guerra dácica do Imperador Trajano!

e de Roma desempenharam uma função messiânica de importância progressivamente maior por se relacionarem, inconscientemente, com Cristo e a salvação dos homens. Deus quis a vitória de Ciro sôbre os babilônios para que os judeus pudessem regressar a Jerusalém; Deus quis a derrota de Aníbal para que o mundo se unificasse sob o Império romano; Deus quis a unificação do mundo sob Augusto para que se facilitasse a pregação do Evangelho e para que Cristo, *civis romanus*, pudesse falar aos *cives romani* da *oikouméne* mediante os seus apóstolos. Deus quis isto e aquilo. E atualmente parece-nos o grande êrro de Orósio o de não ter ignorado nada dos desígnios divinos.

II. Mais interessante se nos afigura seu relativismo histórico sistemático quanto ao árduo problema da felicidade humana, — tema êsse que, no século XIX, seria tratado outra vez, embora em sentido diferente, pelo historiador suiço J. Burckhardt (cf. § 106 I). A originalidade de Orósio não está em ter formulado(45), e sim em ter aplicado sistemàticamente, pela primeira vez, à matéria histórica esta regra: a nossa emotividade ante o mal está na razão inversa da sua distância, no tempo e no espaço(46). Pouco nos impressionam as derrotas dos inimigos de Roma: não obstante foi-lhes causa de extrema miséria a nossa vitória. Poucos gratos somos pela diminuição de certas catástrofes físicas em nossos dias, por exemplo, a erupção do Etna e a praga dos gafanhotos na África (47). É a estreiteza egocêntrica do espírito humano que dá valor completamente subjetivo a todos êsses fatôres. Orósio, porém, procede de maneira diferente: acentua os males do passado e ameniza os do presente, chegando a certo juízo otimista (48) no que diz respeito aos tempos cristãos: a época das Grandes Invasões. Será que trazem apenas calamidades? O autor nega-se a admití-lo, apresentando aos seus leitores uma porção de razões consoladoras: os bárbaros tornam-se cristãos, chegando a respeitar a vida e os bens dos romanos; vão adotando cada vez mais os costumes e as instituições dos vencidos: *inter Romanos Romanus, inter Christianos Christianus, inter homines homo legibus imploro rempublicam, re-*

---

(45). — Já dissera Ammianus Marcellinus, *Rerum Gestarum*, XXXI 5,11: *Negant antiquitatum ignari tantis malorum tenebris obfusam al'quando fuisse rempublicam, sed falluntur malorum recentium stupore confixi; namque, si superiores vel recens praeteritae evolvantur aetates, tales tamque tristes rerum motus saepe contigisse monstrabunt.*

(46). — Devemos esta formulação ao livro de Mário Martins, S.J., *Correntes da Filosofia Religiosa em Braga dos Séculos IV a VII*, Pôrto, 1950, pág. 189.

(47). — Orosius, *Historiarum*, V 2,6; I 6,1; I 21,17.

(48). — O otimismo de Orósio parecia, até certo ponto, justificado pela submissão dos gôdos e seu chefe Ataulfo ao Império, no ano 417. — Cf. P. Courcelle, *Histoire Littéraire des Grandes Invasions Germaniques*, Paris, Hachette, 1949, págs. 80-89.

ligione conscientiam, communione naturam (49). Há mais: os gôdos, há pouco o flagelo do Império, vão assumindo a defesa do mundo civilizado sob seu chefe Ataulfo: (*illum*) *elegisse saltem, ut gloriam sibi de restituendo in integrum augendoque Romano nomine Gothorum viribus quaereret, habereturque apud posteros Romanae restitutionis auctor, postquam esse non potuerat immutator* (50). O autor não nega os múltiplos males que atormentam a humanidade e que imputa ao pecado original: *ego initium miseriae hominum ab initio peccantis hominis ducere institui*(51). Contudo, não há desproporção entre os males nos tempos pagãos e os nos tempos cristãos, como pretendem alguns pessimistas: as calamidades são de tôdas as épocas e, no pensamento de Orósio, o Cristianismo trouxe alguns bens visíveis ao mundo, por ser o cimento entre povos e civilizações diferentes. Eis a fonte de seu otimismo.

§ 79. *O Evangelho Eterno*

Os bárbaros que invadiram o território do Império Ocidental, não destruiram, — nem sequer quiseram destruir, — a civilização helenista-romana: quiseram aproveitar-se dela, principalmente dos seus benefícios materiais(51a). Uma vez passados os primeiros choques violentos, os germanos iam assimilando, aos poucos, a cultura do Baixo Império, adaptando-a à nova situação, dando-lhe impulsos originais e infundindo-lhe vigor juvenil. É evidente que com o desaparecimento do antigo quadro social, político e racial certos elementos foram eliminados, e outros profundamente modificados; contudo, há certa continuidade com os antigos, muito mais do que nas províncias romanas que foram ocupadas pelo Islam(52). E essa continuidade efetuou-a a Igreja, a única instituição a sobreviver ao temporal da Grande Migração dos Povos. A Igreja, o prolongamento da Encarnação divina entre os homens, organizou diretamente a nova sociedade européia. A época ficou com o nome depreciativo de "Idade Média" (cf. § 28 I): humanistas, protestantes, e racionalistas contribuiram para a difamação daquela "noite milenária", degradando o adjetivo "medieval" a um sinônimo de atrasado, "obscurantista, ignorante e supersticioso". Se não existe

---

(49). — Orosius, *Historiarum*, V 2,3.
(50). — *Ibidem*, VII 43,6. — É nesse passo que aparece, pela primeira vez, a palavra *Romania*.
(51). — *Ibidem*, I 1.1.
(51a). — O livro recente de P. Courcelle (cf. nota 48) foi inspirado, ao que nos parece, pelos acontecimentos da segunda guerra mundial.
(52). — Recomendamos a leitura das seguintes obras sintéticas, primeira iniciação na cultura da Idade Média: Christopher Dawson, *The Making of Europe*, London, Sheed & Ward, 1936[5]; do mesmo autor, *Religion and The Rise of Western Culture*, London & New York, Sheed & Ward, 1951[2]; H. Pirenne, *Mahomet et Charlemagne*, Bruxelles, 1936; E. K. Rand, *Founders of The Middle Ages*, Cambridge, Mass., 1925; G. Schnürer, *Kirche und Kultur im Mittelalter*, I-III, Paderborn, 1924-1929[1] (trad. franc., *L'Église et la Civilisation au Moyen Age*, Paris, Payot, 1933).

motivo nenhum para idealizar a Idade Média nem para a considerar como modêlo perfeito de valor absoluto para tôdas as épocas, não é menos absurdo desacreditá-la como um período de barbarismo. Não podemos entrar aqui na discussão desta questão que quase nunca é tratada com a devida calma, nem sequer com os necessários conhecimentos históricos. Basta dizermos aqui que o universalismo medieval, a abranger todos os valores numa ordem hierárquica e objetiva, bem como sua visão teocêntrica nos parecem concepções grandiosas, bem capazes de nos encherem de sentimentos de saudades. Mas a luz resplandescente do ideal nos deve esconder a presença de numerosas sombras na realidade medieva.

No dizer de Gilson(53), a concepção medieval da história *n'est ni celle d'une décadence continue, puisque, au contraire, elle affirme la réalité d'un progrès collectif et régulier de l'humanité comme telle, ni celle d'un progrès indéfini, puisque elle affirme, au contraire, que le progrès tend vers sa perfection comme vers un fin; elle est bien plutôt l'histoire d'un progrès orienté vers un certain terme.* Os medievais, bem conscientes da sua situação histórica, julgavam-se no setor da filosofia, das ciências e das artes, tributários dos antigos, e bem sabiam que seu Sacro Império era um precursor no Império profano dos Césares; essas e muitas outras heranças longe de os condenarem a uma vida inerte e vegetativa, obrigavam-nos constantemente a um esfôrço original: o de enquadrá-las harmônicamente na sua concepção cristã do mundo e de continuar uma gloriosa tradição secular. É verdade, não possuiam o "senso histórico" na acepção moderna da palavra, mas dêle se aproximavam muito mais do que os antigos, devido à sua apreciação positiva do processo histórico; tampouco chegavam a uma "filosofia da história" pròpriamente dita(54). Predominava uma visão teológica da história, inspirada pela obra agostiniana(55). Neste parágrafo pretendemos falar de Joaquim de Fiore, cujos livros revelam uma ruptura com essa tradição secular.

I. Joaquim de Fiore (±1140-1202), abade de um mosteiro cisterciense na Calábria, partindo de uma noção pouco ortodoxa da Santíssima Trindade, dividia a História em três períodos (*status*), cada um dos quais devia ser a manifestação de uma das três Pessoas divinas (56). A época do Pai começou com Adão e

(53). — E. Gilson, *L'Esprit de la Philosophie Médiévale*, Paris, Vrin, II pág. 187.

(54). — Mencionamos aqui um filósofo árabe, Ibn Chaldun ou Abendjaldun (1332-1406), que elaborou nos *Prolegômenos* da sua *História Universal* uma filosofia da história, que, na Europa, nasceria só no século XVIII. Os interessados na obra de Ibn Chaldun consultem Julián Marías, *La Filosofía en sus Textos*, Barcelona, etc., Editorial Labor, 1950, I págs. 450-463, e A. Toynbee, *A Study of History*, por exemplo, III págs. 321-328, e X págs. 84-87.

(55). — Assinalamos aqui apenas uma Crônica medieval de cunho filosófico, escrita por Otão de Freising (±1115-1158): *Chronica, sive Historia de Duabus Civitatibus*. Já o título traz uma reminiscência da obra agostiniana.

(56). — Num tratado contra o *Liber Sententiarum* de Pedro Lombardo (bispo de Paris, século XII), Joaquim chegava a certo "triteísmo", dizendo *unitatem* (*divi-*

teve seu têrmo na vida e na morte de Jesus Cristo; começou a frutificar em Abraão. Caracterizava-se pelo temor servil à lei e pelo duro trabalho: era o *status* dos leigos e casados, e possuía apenas a *scientia*, um conhecimento muito imperfeito dos planos divinos. A segunda época começou com o profeta Eliseu (século IX a.C.) ou com Oséias, o último rei de Israel (século VIII a. C.), e terá seu fim num futuro muito próximo (por volta do ano 1260 d.C.); começou a frutificar em Jesus Cristo. É época do Filho, caracterizada pela obediência filial, pela fé e pela humildade, a possuir a *sapientia ex parte*: por ser ligada a um livro e aos sacramentos, — coisas exteriores, — é o meio-têrmo entre a escravidão e a liberdade, entre a carne e o espírito, o *status* dos clérigos. A terceira época é a do Espírito Santo ou do Evangelho Eterno, a qual não tardará em vir; começou com a fundação do monacato ocidental por São Bento e terá seu têrmo quando reaparecer o profeta Elias. Será a época da *sapientia perfecta* e da completa liberdade espiritual; não possuirá uma hierarquia, cuja característica é o *dominium saeculare*, mas todos serão livres e obedecerão, de boa vontade, à orientação inteiramente espiritual de uma nova ordem, *Ordo Justorum* (= Cistercienses?). Será o *status* dos monges. Como se vê, não são completamente distintos os três períodos, mas êles coincidem parcialmente: estando no seu apogeu o *status Patris*, anuncia-se o do Filho, e êste, por sua vez, chegado à sua plenitude, deve ceder seu lugar ao do Espírito. Há um processo ininterrupto de progresso espiritual na história humana, o qual terá por prolongamento a vida na Eternidade.

II. Joaquim pretendia ter recebido uma revelação particular na festa de Pentecostes (entre 1190 e 1195), a expor-lhe o sentido oculto do Apocalipse (57): em virtude dela julgava-se capaz de interpretar a marcha da história, embora tomasse o cuidado de se servir de uma linguagem muito obscura. São Tomás deu a resposta católica às especulações vagas e místicas de Joaquim, dizendo: *Lex nova, cum omnibus modis perfecta sit, nulla alia lex ei succedet, sed usque ad saeculi consummationem est duratura* (58). Com efeito, Cristo trouxe a plenitude da Revelação, a qual neste mundo não será aperfeiçoada, e o Santo Espírito apareceu aos apóstolos, comunicando-lhes tudo quanto deviam saber em relação à eterna salvação: *non tamen docuit eos de omnibus futuris eventibus; hoc*

---

nam) non veram et propriam, sed quasi collectivam et similitudinariam esse..., quemadmodum dicuntur multi homines unus populus, et multi fideles una Ecclesia, teoria essa que foi condenada pelo Quarto Concílio do Laterano em 1215 (Denzinger, 431).

(57). — As obras principais de Joaquim são: *Concordia Novi et Veteris Testamenti, Expositio in Apocalypsim*, e *Psalterium Decem Chordarum*.

(58). — Sanctus Thomas, *Summa Theologica*, Ia-IIae, a. 106, q. 4 (*conclusio et ad 2um*).

enim ad eos non pertinebat, secundum illud: "Non est vestrum nosse tempora vel momenta, quae Pater posuit in potestate sua" (*Atos*, I 7).

III. Joaquim, aderindo a uma espécie de "triteísmo", acreditava em três Testamentos progressivos: o Velho Testamento, o Novo Testamento e o Evangelho Eterno; admitia dois "éschata": um fim histórico, — o Evangelho Eterno, — e um fim meta-histórico, — a vida eterna (58a). Por mais heterodoxas que fôssem essas idéias, não eram poucos os que atribuiam muita importância às profecias joaquinas: não se conformavam com a secularização da Igreja, e viam no zeloso abade um inspirado de Deus. O franciscano italiano Gerardo di Borgo S. Donnino, que estudava em Paris, publicou em 1254 um tratado, chamado: *Introductorius in Evangelium Aeternum*, em que identificava as obras de Joaquim com o Evangelho Eterno de que falara o Apocalipse (XIV 6); ceder-lhe-ia o lugar o *Evangelium Christi* no ano 1260 (59); a nova ordem, da qual falara o abade calabrês, seria a que havia pouco fôra fundada por São Francisco de Assis (1182-1226): era êste o *novus dux*, anunciado por Joaquim. Essa interpretação foi adotada pelos *Espirituais* ou *Fraticelli*, os observadores rigorosos e intransigentes da regra franciscana, que constituíam um elemento revolucionário na história da Igreja medieval e consideravam a Igreja romana, com sua hierarquia, como carnal: *Babylon et meretrix*, expressões que, uns três séculos depois, se tornariam corriqueiras no vocabulário de Lutero. Abominando a pessoa do Imperador Frederico II, identificavam-no os *Espirituais* com o Anticristo(60), que se esforçaria em vão por contrariar a vinda do Evangelho Eterno. Nem a morte do Imperador (1250) nem as freqüentes condenações eclesiásticas conseguiram pôr têrmo definitivo à heresia, que perdurou até os fins da Idade Média. Dante, embora acreditasse na plenitude do Evangelho de Jesus Cristo e pouco simpatizasse com os *Fraticelli*, os desprezadores do Império, fêz menção honrosa de Joaquim dando-lhe um lugar de destaque no Paraíso: *il calabrese abate Gioacchino, di spirito profetico dotato*(61).

(58a). — Por isso Joaquim pertence, — *suo modo*, — aos chamados "quiliastas" ou "milenários", seitas heterodoxas que acreditam na vinda de um reino messiânico (de 1000 anos, cf. *Apocalipse*, XX) neste mundo, antes da consumação dos tempos. Assim opinavam, na Antigüidade cristã, por exemplo Lactâncio e Tertuliano (montanistas!), e nos tempos modernos, por exemplo os adventistas e os mormões.

(59). — O cálculo é baseado nestas especulações: São Mateus (I 27) dá 42 gerações de Abraão a Cristo. Ora, 42 gerações, cada uma de 30 anos, fazem 1260 anos, a duração de um período joaquino. Também o Apocalipse (XI 3; XII 6) fala em períodos de 1260 anos. Joaquim pertencia, portanto, à quadragésima geração depois de Cristo.

(60). — Joaquim admitia dois Anticristos: um no fim do segundo período, o outro no fim da história.

(61). — Dante, *Paradiso*, XII 140-141.

§ 80. *As metamorfoses da Cidade de Deus*

Chamamos agora a atenção dos leitores para duas "metamorfoses" medievais da Cidade de Deus (62).

I. Rogério Bacon (1215-1294), franciscano inglês e sábio universal (62a), que adivinhava um desenvolvimento vertiginoso das ciências e das técnicas(63), concebia o ideal de uma *respublica fidelium*, dirigida pelo papa(64) e a ser orientada pela *sapientia*. Apesar de ser composta dos mesmos membros que a Igreja, não se confunde com ela, porque esta tem um fim sobrenatural, ao passo que a *respublica* tem por finalidade o bem-estar temporal e material dos fiéis. Em tese é universal, do mesmo modo que a Igreja, e deve esforçar-se por sê-lo na realidade: propagar o Cristianismo, mediante a persuasão e, sendo necessário, mediante a coação, será uma das suas tarefas principais. Para êsse fim duplo, — garantir a felicidade temporal dos súditos e propagar a fé cristã, — devem contribuir observações científicas, experiências físicas, estudos matemáticos: "o alfabeto de tôda a filosofia", e afinal, o emprêgo de instrumentos mecânicos. A classe dominante da *respublica* baconiana será constituída pelos filósofos e cientistas, os possuidores da *sapientia*, o que, nessa época, equivale a dizer: serão os clérigos esclarecidos os orientadores da Cristandade, sob o primado universal do Papa. O autor era inimigo figadal do Direito Romano, que no seu tempo começava a seduzir tantos espíritos: "uma invenção de leigos para governar leigos": queria substituí-lo pelo direito canônico, que é verdadeiramente universal. Adepto da teoria platônico-agostiniana de que o homem adquire os primeiros princípios mediante uma intervenção particular de Deus, Bacon, ao contrário de São Tomás, mistura ciência e fé, e torna confusos os limites entre a natureza e o sobrenatural; apesar de seu pendor por experiências científicas e a despeito das suas inclinações por assuntos filosóficos, não atribui valor autônomo às ciências ou à filosofia, redu-

---

(62). — Cf. E. Gilson, *Les Métamorphoses de la Cité de Dieu*, Louvain-Paris, 1952, e a crítica a êsse livro, feita pelo Prof. L. Van Acher in *Revista Brasileira de Filosofia*, IV 4 (1954).

(62a). — Bacon tinha vastos conhecimentos lingüísticos para seu tempo: latim, grego, hebraico, árabe e caldeu. Criticava o texto parisiense da Vulgata que chamava *corruptus horribiliter*, e numa carta ao papa Clemente IV dizia: ...*quot sunt lectores per mundum, tot sunt correctores seu magis corruptores*, suplicando-lhe que mandasse fazer uma edição crítica. Editou uma gramática grega (a única do século!). — Além disso ocupava-se com a química, ótica, física, filosofia, teologia, etc. Ficou o original frade com a alcunha de *Doctor Mirabilis*.

(63). —No capítulo IV do seu livro *De secretis operibus artis et naturae* prediz a invenção do vapor d'água, do automóvel e do aeroplano.

(64). — A *respublica fidelium* deverá ser dirigida por um príncipe temporal, mas sob a orientação do papa e dos clérigos. — Bacon dedicava seu *Opus Tertium* ao Papa Clemente IV (1265-1268), seu antigo companheiro de estudos em Paris, dizendo-lhe: *Habetis Ecclesiam Dei in potestate vestra, et mundum habetis dirigere*.

zindo-as, em última análise, à uma iluminação divina. Assim como nega a existência de um legítimo saber humano, assim nega também a autonomia do poder temporal, chegando a fazer absorver o Estado pela Igreja.

II. O poeta florentino Dante Alighieri (1265-1321) desenvolvia, no seu opúsculo *De Monarchia* (escrito em latim), idéias de tendência mais laica. Como Bacon, sonha com um Império universal e cristão, dando-lhe, porém, feições bem diferentes. As três grandes teses do seu tratado, escrito com todo o rigor lógico da escolástica são estas: a monarquia universal é necessária para o bem-estar do mundo por corresponder perfeitamente à vontade divina e à natureza do homem (65); o povo romano conquistou com muito direito a monarquia universal, a qual foi reconhecida pelo próprio Cristo(66); e afinal, o poder do Imperador não depende diretamente do Vigário de Cristo(67). Os *duo luminaria humanitatis* dependem diretamente de Deus. Visto que o Império mundial é uma instituição ordenada por Deus, o Imperador Constantino não tinha o direito de alhear a propriedade do mundo ocidental ao papa(68). Assim como Bacon impugnava os "legistas", assim Dante combate os decretalistas, *qui theologiae ac philosophiae cujuslibet expertes, suis decretalibus.....tota intentione innixi, de illorum praevalentia, credo, sperantes, imperio derogant* (69). Não chega, porém, à negar certa subordinação do Imperador ao Papa: *Quae quidem veritas ultimae quaestionis non sic stricte recipienda est, ut Romanus Princeps in aliquo Romano Pontifici non subjaceat: quum mortalis ista felicitas quodammodo ad immortalem felicitatem ordinetur. Illa igitur reverentia Caesar utatur ad Petrum, qua primogenitus filius debet uti ad patrem: ut luce paternae gratie illustratus, vir-*

(65). — Dante, *De Monarchia*, I 2: *Est ergo temporalis Monarchia, quam dicunt Imperium, unicus Principatus et super omnes in tempore vel in his et super iis quae tempore mensurantur.* — Cf. I 8: O gênero humano deve imitar, na medida do possível, a unidade divina; ora, essa unidade do género humano pode ser melhor efetuada por uma única monarquia universal; logo, a monarquia universal corresponde aos desígnios divinos.

(66). — Ao conquistar o Império, o povo romano não se deixava guiar por cobiça ou sentimentos de vingança, mas (II 6): *subjiciendo sibi orbem, finem juris intendit.* Cristo reconheceu a legitimidade do Império, submetendo-se à jurisdição de Pôncio Pilatos (II 13): *Si ergo sub ordinario judice Christus passus non fuisset, illa poena punitio non fuisset. Et judex ordinarius esse non poterat, nisi supra totum genus humanum jurisdictionem habens... Et supra totum humanus genus Tiberius Caesar, cujus vicarius erat Pilatus, jurisdictionem non habuisset, nisi Romanum Imperium de jure fuisset.* — Cf. também § 49 II b.

(67). — *Ibidem*, III 4: *Sed ergo dico, quod regnum temporale non recipit esse a spirituali, nec virtutem, quae est ejus auctoritas, nec etiam operationem simpliciter; sed bene ab eo recipit, ut virtuosius operetur per lucem gratiae quam in caelo et in terra benedictio summi Pontificis infundit illi.*

(68). — *Ibidem*, III 10: *Nemini licet ea facere per officium sibi deputatum quae sunt contra illud officium; quia sic idem, in quantum idem, esset contrarium sibi; quod est impossibile; sed contra officium deputatum Imperatori est scindere Imperium, cum officium ejus sit humanum genus uni velle et uni nolle tenere subjectum...; ergo scindere Imperium Imperatori non licet.* — Cf. § 48 I b, nota 75.

(69). — *Ibidem*, III 3.

tuosius orbem terrae irradiet, cui ab Illo sole praefectus est, qui est omnium spiritualium et temporalium gubernator (70).

As tendências imperialistas do *De Monarchia*, compreensíveis numa época em que as usurpações da política papal provocavam uma reação forte (Bonifácio VIII), prejudicaram a boa reputação opúsculo de Dante: freqüentemente impugnado durante a Idade Média, o tratado foi pôsto no *Index Librorum Prohibitorum* (século XVI), do qual o tirou só o Papa Leão XIII.

(70). — *Ibidem*, III 16. — Cf. E. Gilson, *Dante et la Philosophie*, Paris, Vrin, 1952², págs. 163-222.

CAPÍTULO TERCEIRO

DA TEOLOGIA À FILOSOFIA DA HISTÓRIA

§ 80. *A Renascença*

Originàriamente, o têrmo "Renascença" ou "Renascimento" indicava apenas um novo estilo nas belas artes, inspirado pelos monumentos da Antigüidade e oposto ao estilo "gótico" ou "bárbaro" da Idade Média: nasceu na Itália e espalhou-se, aos poucos, por outros países europeus, onde, porém, nunca chegou à popularidade de que gozava na terra da sua origem. Como outros têrmos estilísticos (cf. § 28), acabou por designar uma época histórica (séculos XV e XVI), que marca uma profunda incisão na vida cultural do Ocidente. A Renascença é um fenômeno bastante complexo, a reunir em si várias correntes que, à primeira vista, poderiam parecer contraditórias. Neste parágrafo introdutório assinalamos sòmente algumas das suas feições mais características.

I. Absolutismo e Nacionalismo.

A sociedade medieval tinha-se organizado sob os auspícios, e até sob a liderança direta, da Igreja. A Renascença presenciou o nascimento do absolutismo e do nacionalismo, ambos em oposição ao ideal medievo de uma teocracia — ou de um Império, — universal. O processo de transição foi preparado pelo estudo do Direito Romano e favorecido pela desagregação do poder papal desde o pontificado de Bonifácio VIII (1294-1303), seguido do cativeiro dos papas em Avinhão (1309-1377) e do Grande Cisma Ocidental (1378-1429). A Universidade de Bolonha, continuando uma tradição que remontava à Antigüidade, era o centro de estudos jurídicos, onde ensinavam os grandes "legistas" ou "glosadores" da época (1). As lutas do Imperador Frederico II (1212-1250) e as do rei Filipe, o Belo (1285-1313) contra os papas tinham solapado a hegemonia do *Sacerdotium*, a qual nos tempos de Gregório VII (1073-1085) e de Inocêncio III (1195-1216) fôra uma realidade impressionante. E os papas da Renascença (2), na maioria, infe-

(1). — Aí estudou por exemplo o célebre jurisconsulto português João das Regras, chanceler-mor de D. João I (1385-1433), talvez o primeiro compilador das famosas "Ordenações", e um dos principais personagens do romance histórico de Alexandre Herculano: *O Monge de Cister* (1848).

(2). — A série dos papas renascentistas começa por Nicolau V (1447-1455), e termina por Clemente VII (1523-1534). O infeliz Adriano VI (holandês, 1522-1523) foi o último papa não italiano.

lizmente, mais príncipes mundanos do que pastores do rebanho de Cristo, prejudicavam o prestígio do poder espiritual penosamente reconquistado, depois de estar comprometido seu poder temporal sôbre os reis cristãos. O Sacro Império, que, apesar de quase sempre constituir uma realidade precária, nunca deixara de ser uma alta aspiração da Cristandade medieva, ia sendo abandonado como ideal.

II. Descobrimentos e Descobertas.

Caracteriza-se a Renascença pelo descobrimento do mundo material (3), da natureza (4) e do homem na sua individualidade e originalidade (5). O homem ocidental descobre a terra com suas maravilhas, e descobrindo em si potências adormecidas, vai-se afirmando a si próprio; sacode de si os inúmeros laços sociais e convencionais que lhe poderiam impedir o livre e autônomo desenvolvimento das suas faculdades. Entusiasma-o o ideal do "grande indivíduo forte" (6) que, livre de embaraços sociais e prevenções tradicionais, cria o seu mundo, fazendo conquistas, pesquisas e experiências; que consegue impor briosamente sua vontade a outros; que leva uma vida intensa, dinâmica e original. Afirmando com ênfase os valores da terra, — já não considerada como *vallis lacrimarum*, — corre o risco de ir esquecendo seu destino transcendente; maravilhado pelas grandiosas descobertas, tende a menosprezar as artes e a filosofia (7) da Idade Média, e a exaltar as realizações de um novo século de ouro.

---

(3). — E' bem conhecida a escola de navegação que o Infante D. Henrique (1394-1460) fundou em Sagres; ao morrer, deixava reconhecida a costa africana até a Serra Leôa. Em 1471, os portuguêses passaram o Equador. Em 1487, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo Tormentoso (=depois, o Cabo de Boa Esperança). Em 1492, Cristóvão Colombo descobriu o arquipélago das Baamas, Cuba, etc. Em 1497-1948, Vasco de Gama descobriu o caminho marítimo para as Índias. Em 1500, Cabral descobriu o Brasil. De 1519 a 1522 realizou-se a primeira circunavegação do globo (Magalhães e Elcano). — E' interessante confrontar a mentalidade conquistadora e aventureira do poeta renascentista, Luís de Camões ("...as memórias gloriosas daqueles reis que foram dilatando a Fé, o Império... cantando espalharei por tôda parte") com a interpretação "medieval" das viagens de Ulisses por Dante (cf. *Inferno*, XXVI).

(4). — Em diversos sentidos da palavra: descobre-se a beleza da paisagem e do corpo humano; os fenômenos físicos vão sendo estudados cada vez mais de maneira empírica, vindo a ser abalada a autoridade de Aristóteles neste ponto; a invenção da bússola e o emprêgo de mapas científicos possibilitam o descobrimento de outros continentes; mencionamos ainda a invenção da tipografia, e a revolução na astronomia feita por Copérnico (1473-1543).

(5). — Segundo o historiador francês, Jules Michelet (1798-1874), a originalidade da Renascença seria *la découverte de l'homme et de la nature* (in *Histoire de France*, 1835), tese essa que depois seria reencetada e desenvolvida por J. Burckhardt (in *A Cultura da Renascença na Itália*, 1860). Essa opinião, que se tem mantido até os nossos dias, exige várias precisões e restrições. Visto ser impossível "definir" as tipologias históricas, é bastante perigoso jurar por fórmulas sem lhes examinar o conteúdo.

(6). — E' chamado, na política, *l'uomo di virtù* ("homem de valor", ou "homem forte"), ao qual corresponde, na vida cultural, *l'uomo universale* (exemplos, Giovanni Pico della Mirandola, 1463-1494, que discutia *de omni re scibili et inscibili*, e o genial Leonardo da Vinci, 1452-1519).

(7). — A escolástica do fim da Idade Média sofria de graves defeitos: não prestava a devida atenção aos problemas reais, contentando-se com soluções fáceis e superficiais, e eliminando o mistério; renunciava ao espírito de invenção, e repetia as palavras dos mestres do passado; além disso, ia-se diluindo no Terminismo, seita filosófica fundada pelo frade franciscano William Ockham (1295-1349), que negava o valor objetivo dos universais.

A Renascença é, por assim dizer, a crise de puberdade da sociedade européia, a qual, até então, tinha sido educada pela Igreja: o homem ocidental julga chegado o momento de organizar autônomamente o mundo sem a intervenção da mãe que lhe guiara os passos durante a infância. Destruídas ou enfraquecidas antigas unidades sociais, o renascentista, anàlogamente a um adolescente: *se siente solo, aislado, con su nuda individualidad; siente a la vez el riesgo y la delicia de esta independencia desligada; está lleno de inseguridad y de audacia* (8). O processo de emancipação não foi sem experiências dolorosas e decepções amargas, e o homem do século XX, neto do renascentista, está farto da liberdade levada ao extremo, e vai procurando novas ligações.

Se a Renascença é uma crise muito grave no terreno da realidade, da moral e da filosofia, é uma fase esplêndida no campo das artes, ciências e letras. Muitas vêzes se salienta o elemento pagão da época (o imoralismo, a volúpia do poder, a libidinagem, o "estetismo", o desprêzo da religião, etc.). Decerto, êsse não lhe falta, mas devemos reconhecer que há também uma Renascença cristã, não menos vigorosa e brilhante do que a outra. Vistos na sua totalidade, os séculos XV e XVI são mais cristãos e, em alguns pontos, até mais "medievais" do que se pensa freqüentemente: a grande ruptura com o passado cristão verificou-se só na segunda metade do século XVII. Mas a Renascença, por manifestar uma confiança excessiva nas possibilidades do "homem natural", preparava a mentalidade "naturalista" de gerações posteriores; a afirmação enérgica do valor do "grande indivíduo", ao qual não raro era sacrificada a dignidade da pessoa humana, podia resultar fàcilmente no abandôno dos autênticos valores sociais e da autoridade; a proclamação da autonomia humana, a qual, em última análise, é a independência de um ser dependente, podia degenerar numa concepção antropocêntrica do mundo; e a ilusão racionalista, podia originar uma atitude "a-histórica", a revelar-se num menoscabo à tradição e às instituições do passado como também numa tentativa esforçada de "reviver", na realidade, a vida da Grécia e de Roma. Contudo, o pensamento renascentista não chega, em geral, ao relativismo dos tempos modernos, mas continua "absolutista" e autoritário: à autoridade da Bíblia e da Igreja acrescenta-se, — ou opõe-se, — a dos grandes autores clássicos. Ainda se procuram normas absolutas, mas se lhes dá uma base diferente da que tinham na Idade Média.

---

(8). — Julián Marías, *La Filosofía en sus Textos*, Editorial Labor, Barcelona, 1950, I pág. 697.

III. O Regresso à Antigüidade.

O "Regresso à Antigüidade", muito embora seja um traço saliente e integrante da Renascença, não passa de uma das suas características secundárias. Não foram os renascentistas que "descobriram" a Antigüidade: também a Idade Média lia, copiava e estudava os autores clássicos na medida do possível (9); o "humanismo" do século XIII era até mais harmônico e profundo do que o humanismo um tanto exaltado e pedante da Renascença. Mas os renascentistas, em virtude da sua posição alterada ante o mundo, o homem e a sociedade, estudavam e interpretavam os antigos com preocupações que eram alheias aos medievos. Êstes eram clérigos, a interessar-se principalmente pelo aspecto da verdade nos textos clássicos, e essa verdade procuravam integrá-la num sistema religioso de verdades reveladas, transmitidas e explicadas pela Igreja; na Renascença, os leigos iam contestando cada vez mais ao clero o monopólio do alto saber e, ao se dirigirem à Antigüidade, tinham sobretudo ideais estéticos e interêsses laicos, não teológicos. Mantinham um verdadeiro culto ao belo, culto amiúde um pouco frio e formalista, e desprezando quase totalmente a cultura clerical dos séculos passados, idolatravam a literatura clássica, a revelação do "homem natural", a qual ameaçava ir substituindo a Revelação divina da Bíblia. Ia-se formando uma *respublica bonarum litterarum*, possibilitada pela nova invenção da tipografia e composta da elite cultural de vários países: seus ministros eram os humanistas que, vivendo afastados do povo (10), consideravam como uma espécie de apostolado emendar, editar, comentar e imitar os autores da Grécia (11) e de Roma. Reserva-se, em geral, o têrmo "humanismo" para o estudo aprofundado da literatura clássica, praticado com tanta paixão nessa época: o "humanismo" constitui, portanto, o aspecto

---

(9). — Lembramos apenas o programa escolar das 7 *artes liberales* (*grammatica, rhetorica, dialectica, arithmetica, geometria, musica* e *astronomia*), que remonta a uma praxe do Baixo Império; o copiar e o estudo dos textos latinos nos mosteiros; a renascença carolíngia e otoníngia; o renascimento dos estudos aristotélicos no século XIII (em traduções latinas, das quais a mais importante é a do flamengo Willem van Moerbeke, utilizada por São Tomás).

(10). — Conforme o dito de Horácio (*Carmina*, III 11,1, que podia servir de divisa para a maior parte dos humanistas: *Odi profanum vulgus et arceo*.

(11). — Os autores gregos eram mal conhecidos na Idade Média, pelo menos diretamente; o primeiro professor de grego no Ocidente foi Manoel Crisoloras (em Florença, 1397; cf. Roger Bacon, § 80 I, nota 62); Petrarca (1304-1374), apesar dos seus estudos com o monge basiliano Barlaamo, não conseguiu ler correntemente grego. A situação começou a modificar-se só no século XV, principalmente depois da Queda de Constantinopla (1453), quando muitos eruditos bizantinos fugiram para a Itália, levando consigo manuscritos e conhecimentos práticos. Nos séculos XVI e XVII, o humanismo europeu baseava-se preponderantemente nos estudos latinos; se fizermos abstração de alguns helenistas ilustres (Erasmo, Vossius, Stephanus, etc.), o grego, após uma renascença pouco duradoura, era menos conhecido nesses séculos pelas pessoas cultas da Europa do que no século XIX, e êsse novo surto era principalmente devido ao Neo-Humanismo de origem alemã.

literário e filológico da Renascença. Nasceu igualmente na Itália, que nunca perdera por completo os laços que a prendiam à Antigüidade, mas, ao contrário do estilo renascentista, conseguiu tornar-se um fenômeno internacional (12), ainda que sempre limitado às classes cultas da sociedade, e sobreviveu à Renascença.

IV. A Reforma.

A essas correntes de confiança otimista nas possibilidades do "homem natural" e na razão humana, opõe-se o Protestantismo, a professar a corrupção completa da natureza humana e a desconfiar da razão (13). Mas, ao examinarmos bem alguns aspectos do Protestantismo primitivo (14), podemos verificar que se coadunam orgânicamente com certas convicções fundamentais da época. Assim como o humanista despreza a Idade Média como um período de barbárie, esperando um novo apogeu da cultura humana graças aos estudos clássicos, assim o reformador, no setor religioso, abomina a Igreja secularizada e exteriorizada da Idade Média, querendo regressar à simplicidade espiritual do Cristianismo primitivo, sem a intervenção de uma tradição corrompida. O renascentista frisa a autonomia do homem no seu esfôrço de organizar o mundo e a sociedade, e de conhecer a natureza; o reformador exige êsse direito também na sua vida religiosa, proclamando o livre exame da Bíblia e detestando a hierarquia da Igreja Romana.

Não devemos subestimar a inspiração genuìnamente religiosa dos reformadores e sua profunda indignação moral contra os abusos existentes na Igreja durante o "Outono da Idade Média". Com efeito, a Igreja, por demais incorporada numa sociedade histórica ao ponto de se identificar com ela, estava sèriamente comprometida, e Lutero tinha mais preocupações religiosas do que seu parceiro, o papa Leão X. Mas o Protestantismo, por acentuar unilateralmente a transcendência de Deus e por regressar ao Jahvé inclemente do Velho Testamento, chegava a esquecer-se do Deus de amor e do mistério central da fé cristã: a Encarnação. Atacando os abusos humanos, de-

---

(12). — Muretus e Valla na Itália; Scaliger (pai e filho) na França; Thomas Morus na Inglaterra; Erasmo na Holanda; Melanchthon na Alemanha; Vives na Espanha; D. Jerônimo de Osório em Portugal.

(13). — Segundo Lutero, a razão é "a grande meretriz, a noiva do diabo" (*die Erzhure und Teufelsbraut*), "a inimiga primeira da fé" (*die Erzfeindin des Glaubens*) ou "a boba que deve ser estrangulada" (*der Närrin Vernunft den Hals umdrehen*). — Calvino não usou expressões tão fortes, mas seu sistema, a exaltar a majestade de Deus em detrimento da liberdade humana, está longe do humanismo medieval; aos dois reformadores é comum uma depreciação radical da natureza humana em razão do pecado original, o qual não é efetivamente perdoado pelo batismo.

(14). — E' importante distinguirmos entre o Protestantismo primitivo (séculos XVI-XVII), autoritário e absolutista, e o Protestantismo moderno (desde 1750), subjetivista e relativista. — Cf. E. Troeltsch, *El Protestantismo y el Mundo Moderno*, Breviario del Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1951.

sumanizavam a religião; realçando a majestade divina, aniquilavam o homem. As distinções fecundas, elaboradas por tantos pensadores medievais, entre a graça e a natureza, entre a teologia e a filosofia, entre a religião e a cultura, passaram a ser oposições fatais e irreconciliáveis. Foi destruída a síntese entre o céu e a terra, e o abismo, criado entre Deus e o homem, devia resultar na secularização da cultura ocidental.

Segundo alguns historiadores (15), o Protestantismo, por frisar a vocação terrestre do homem e por dignificar o trabalho e a profissão, seria o grande responsável pelo nascimento ou, ao menos, pelo desenvolvimento do espírito capitalista nos tempos modernos. É uma questão complexa, tornada mais complicada ainda pelo equívoco do têrmo "Capitalismo", muitas vêzes confundido com "mamonismo", vício inerente a tôdas as gerações humanas. O capitalismo como concepção individualista e utilitarista da riqueza, a ser adquirida e desfrutada com liberdade ilimitada, é anterior ao Protestantismo, e chegou a ser uma mentalidade predominante em diversas repúblicas da Itália do Norte nos séculos XIV e XV (16); Lutero e Calvino eram adversários irredutíveis dessa mentalidade; por outro lado, não foram êles os primeiros a propor ao homem sua missão terrestre, pois já a Igreja medieval tinha dignificado, e até santificado, o trabalho e a profissão (corporações, o trabalho manual dos monges, etc.), e a Contra-Reforma não deixava de afirmar os mesmos ensinamentos (São Francisco de Sales!). Pode ser, porém, que algumas seitas protestantes, principalmente as de origem calvinista, por se considerarem um novo "povo eleito," por condenarem todo o luxo, e por verem na riqueza uma prova visível da predestinação divina, tenham favorecido positivamente o desenvolvimento do espírito capitalista. Mais importante, contudo, é a influência negativa: *Protestantism encouraged capitalism inasmuch as it denied the relation between earthly action and eternal recompense... Calvin linked salvation to arbitrary divine predestination, Luther made it depend upon faith alone ... Such an assertion invalidates any supernatural morality, hence also the economic ethics of Catholicism, and opens the way to a thousand moral systems, all natural, all earthly, all based on principles inherent in human affairs* (17).

---

(15). — Principalmente Max Weber, in *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus* (= "A Ética do Protestantismo e o Espírito do Capitalismo").

(16). — Sobretudo em Florença e Veneza. — Cf. os Medici, família de banqueiros em Florença, e também o nome da moeda "florim".

(17). — A. Fanfani, *Catholicism, Protestantism and Capitalism*, London, Sheed & Ward, 1939, págs. 205-206 (trad. ingl. da obra italiana: *Cattolicesimo e Protestantesimo nella Formazione Storica del Capitalismo*).

Mais espinhosa ainda é a questão muito discutida (cf. § 94 II) de saber se o Protestantismo tem sido a alavanca do Progresso social, científico e técnico nos últimos séculos. O problema, muitas vêzes mal pôsto, não admite uma solução simplista, mas exige numerosas distinções, cuja exposição nos levaria muito longe. Basta dizermos aqui que, para o católico, o Protestantismo como tal não poderia ser a fôrça dinâmica do verdadeiro Progresso, visto que é um "protesto" contra a plenitude da Revelação divina, guardada e transmitida pela instituição hierárquica da Igreja, fundada por Cristo; mas cumpre reconhecermos que muitos indivíduos e muitas coletividades protestantes não pouco têm contribuido para o enriquecimento da cultura humana, e assim para a glorificação de Deus nas suas obras.

A Reforma é, em última análise, um mistério da Divina Providência, cujo derradeiro significado se subtrai ao intelecto humano: umas das suas salutares conseqüências acidentais, — tais como a Contra-Reforma, e a nobre competição entre as diversas confissões cristãs para praticar as virtudes evangélicas, — não são capazes, humanamente falando, de consolar o católico pela perda ainda não restaurada da unidade eclesiástica. Protestantes e católicos tornam-se cada vez mais conscientes do fato de violar a separação, a ordem divina do Fundador: *ut omnes unum sint, sicut et Pater et ego* (*Ev. João,* XVII 11): com efeito, a separação é um pecado da Cristandade histórica. Sem querermos negar ao movimento ecumênico dos nossos dias uma certa tendência lastimável para "confusionismo", incompatível com o caráter absoluto e intransigente da Verdade Revelada, podemos dizer que a contrição pelos próprios pecados e a ânsia pela restauração da unidade cristã, a manifestar-se em orações comuns e em diálogos serenos, — não em discussões polêmicas, — criam condições mais favoráveis à volta de todos os fiéis ao redil de Cristo do que uma atitude meramente combativa.

§ 81. *Três figuras da Renascença.*

No que diz respeito à historiografia, a Renascença tratava de imitar os grandes historiadores da Antigüidade, principalmente Tucídides, Tito-Lívio e Tácito (cf. § 6). Mostrava interêsse especial pelo aspecto literário e estético, pela erudição, e pela restituição crítica dos textos escritos, sem chegar ao conceito moderno da história. A historiografia renascentista, além de ser deturpada freqüentemente por elementos declamatórios e especulações moralistas, alheias ao assunto, escravizava-se não raro aos interêsses dinásticos dos príncipes reinantes, ou era porta-voz das lutas confessionárias da época. Tampouco criava uma filosofia da história.

Contudo, merecem nossa atenção três figuras que representam três aspectos diferentes da Renascença.

I. Nicolau de Cusa (18), humanista de erudição extraordinária, cardeal desde 1448 e zeloso pela reforma eclesiástica, interessa-nos aqui como autor de um opúsculo: *Conjectura de Ultimis Diebus* (1452). Mediante uma mística de números que bem quadrava com seu sistema neoplatônico, Nicolau pretendia esclarecer a marcha da história. O número 7 é perfeito (cf. § 55 I a), e por isso 49 (=7x7) é número perfeitíssimo. A história da humanidade, depois da Encarnação, divide-se em períodos de 50 anos (=49 anos + 1 ano jubilar), e cada um dêsses períodos reflete fielmente um ano da vida de Nosso Senhor. Em 1452, ou seja no início do 29.º período histórico, o qual corresponde ao ano em que João-Batista ministrava o batismo aos judeus, preparando-os para a Boa Nova, inicia-se uma grande reforma eclesiástica, pela qual tanto se empenhava o douto cardeal. Nos três períodos seguintes (de 1501 a 1650), que correspondem à vida pública de Jesus, o Evangelho será pregado a todos os povos, mas no 34.º período (de 1651 a 1700), correspondente ao último ano de Jesus, haverá uma perseguição universal e uma apostasia geral: aos olhos dos seus inimigos, a Igreja parecerá morta. Mas Cristo ressurgirá por ocasião do 34.º jubileu, no ano 1700, e a Igreja, limpa de tôdas as máculas, esperará ansiosamente a segunda vinda do Senhor, que se dará entre 1700 e 1734. Não se cumpriu a profecia de Nicolau, e mais acertada foi a do cardeal Pierre d'Ailly (1350-1420), que se baseava em especulações astronômicas (19). As duas tentativas são características do fim da Idade Média e da Renascença (20).

II. Teve mais repercussão o livro famoso *Il Principe* (1513) de Niccolò Machiavelli (1469-1527), representante típico do aspecto paganizante da Renascença italiana. O autor defende, ou parece defender (21), um conceito completamente amoral da política, atribuindo-lhe êste único fim: ter bom êxito. O livro retrata cìni-

---

(18). — Nicolau de Cusa nasceu em Cues sôbre o Mosela, na Alemanha (1401), e faleceu em 1461 em Todi (Itália). Seu nome original era Chrypffs ou Krebs. — Cf. Lívio Teixeira, *Nicolau de Cusa* (in "Coleção da Revista de História" II) e *Oeuvres choisies de Nicolas de Cues* (ed. Maurice de Gandillac), Paris, Aubier, 1942, págs. 359-363.

(19). — Na obra *Concordia Astronomiae cum historica Veritate* (1414), em que predizia para o ano 1789: *multae tunc et magnae et mirabiles altercationes futurae sunt, maxime circa leges et sectas.*

(20). — Mencionamos ainda as profecias obscuras de Michel de Nostre-Dame (= Nostradamus) (1503-1566), astrólogo francês, de descendência judia. O frade dominicano Tommaso Campanella (1568-1639) predizia o fim do mundo para o ano 1600.

(21). — Há quem defenda o autor de amoralismo, mas os argumentos alegados não nos parecem convincentes; cf. E. Cassirer, *El Mito del Estado*, Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1947, págs. 166-193. — Segundo outros, — Rousseau é um dêles, — Maquiavel teria dado êsse retrato hediondo de um príncipe para torná-lo repugnante, sendo republicano disfarçado, como nô-lo mostram os *Discorsi*.

camente *l'uomo di virtù* (22), que não despreza meio algum para alcançar seus fins: será justo ou injusto, clemente ou cruel, religioso ou ateu, conforme o exigirem as circunstâncias. Pois também a religião não passa de um instrumento (23) nas mãos do príncipe para poder dominar e enfrear a estúpida multidão: o autor ataca sobretudo o Cristianismo, que ensinaria apenas a sofrer e a tolerar as injustiças (24). Tem má reputação o capítulo XVIII, onde Machiavelli diz que o príncipe deve cumprir sua palavra sòmente quando o puder sem se prejudicar a si mesmo; contudo, fica-lhe bem conservar as boas aparências: *A uno principe, adunque, non è necessario avere in fatto tutte le soprascritte qualità, ma è bene necessario parere di averle. Anzi, ardirò di dire questo, avendole e osservandole sempre, sono dannose, e parendo di averle, sono utili; come parere pietoso, fedele, umano, intero, religioso, ed essere; ma stare in modo edificato con l'animo, che bisognando non essere, tu* (25) *possa e sappi mutare il contrario. E hassi ad intendere questo, che uno principe, e massime uno principe nuovo, non può osservare tutte quelle cose per le quali gli uomini sono tenuti buoni, sendo spesse necessitato, per mantenere lo stato, operare contro alla fede, contro alla caritá, contro alla umanitá, contro alla religione.* Por isso mesmo, o príncipe dominará a arte de hipocrisia, sendo que a ralé julga apenas pelas aparências. Todos os conselhos são abonados com numerosos exemplos da história antiga e contemporânea. E o livro termina por uma calorosa exortação a Lourenço II para livrar a Itália do jugo estrangeiro.

Maquiavel não foi o primeiro, — nem seria o último, — a justificar e a glorificar o "homem forte", não incomodado por escrúpulo algum: já na Antigüidade, o sofista Trasímaco, combatido por Platão, emitia teorias semelhantes dizendo: "Eu digo não ser nada a justiça senão o proveito do poderoso" (26). A realidade política de tôdas as épocas vem a confirmar, infelizmente, a exatidão

---

(22). — O exemplo de um *uomo di virtù*, admirado pelo autor, é César Bórgia, cf. *Il Principe*, Capítulo VII.

(23). — A religião é simplesmente *instrumentum regni* no livro *Il Principe;* nos *Discorsi*, porém, é apresentada como o *fundamentum reipublicae* (II 2), mas também neste caso ela não possui valor transcendente.

(24). — Cf. *Discorsi*, II 2: *La religione antica, oltre a di questo, non beatificava se non uomini pieni di mondana gloria, como erano capitani di eserciti e principi di republiche. La nostra religione ha glorificato più gli uomini umili e contemplativi che gli attivi. Ha dipoi posto il sommo bene nella umiltà, abiezione, e nel dispregio delle cose umane: quell'altra lo poneva nelle grandezza dello animo, nella fortezza del corpo ed in tutte le altre cose atte a fare gli uomini fortissimi. E se la religione nostra rechiede che tu abbi in te fortezza, vuole che tu sia atto a patire più che a fare una cosa forte. Questo modo di vivere adunque pare che abbi renduto il mondo debole, e datolo in preda agli uomini scelerati...*

(25). — O autor se dirige a Lourenço II de Medicis, senhor de Florença (1512-1519). — Cf. também *Disccorsi*, III 41.

(26). — Plato, *Respublica*, 338 C.

das observações realistas de Maquiavel, mas elevar êsses fatos à categoria de um imperativo ou de uma necessidade, é sintoma de grande decadência moral. O autor não é desculpado nem por uma referência ao adágio latino: *Salus populi, lex suprema* (26a), nem por seus sentimentos patrióticos de aflição por ver uma *Italia irredenta,* desunida e impotente, nem pelo título que falsamente lhe é atribuído, de ser o "fundador da ciência política". Pois assim não se resolve o problema moral inerente a tôdas as questões políticas. Têm estas um fim humano, do qual a justiça na acepção mais ampla da palavra faz parte integrante: o bem político, que é um bem particular, não pode fazer abstração do bem universal, fim derradeiro de todos os atos humanos, também dos atos políticos. Maquiavel, suma expressão da *statolatria* renascentista, apregoa a emancipação da política, da moral, logo seguida da emancipação econômica: dois acontecimentos que se tornaram catastróficos para a civilização cristã (27). Talvez seja mais pernicioso ainda seu desprêzo total pela dignidade humana, a qual tem as suas raízes numa realidade transcendente à política: o homem não existe para a política, e sim a política para o homem.

O mesmo autor escreveu duas outras obras de certo interêsse para o historiador (28), nas quais se mostrava partidário da historiografia pragmática. O homem é ser essencialmente ambicioso e interesseiro (29), igual através de todos os séculos (30): mudam os tempos, sim, mas os homens não. Destarte, a história é o drama estúpido das paixões humanas, sem fim transcendente nem fim imanente: de vez em quando, a Fortuna escolhe um *uomo di virtù* para criar certa ordem no caos (31). Mas as realizações são pouco duradouras. Maquiavel, encetando uma tradição antiga, acredita no revezamento cíclico dos três regimes políticos, porém: *quasi nessuna republica può essere di tanta vita che possa passare molte volte per queste mutazioni e rimanere in piede* (32). Como se vê, o autor repete muitas das idéias clássicas: a historiografia didática, o fatalismo (33), e os ciclos históricos (embora não no sentido "cósmico" da palavra).

(26a). — Cf. Cicero, *De Legibus,* III 3, 8. — Cf. Os versos de Eurípedes (*Phoenissae,* 524, 525), traduzidos desta forma por Júlio César para o latim:
Nam si violandum est jus, regnandi gratia,
Violandum est, aliis rebus pietatem colas.
(Suetonius, *Vita Divi Julii,* XXX).

(27). — O maquiavelismo, — têrmo forjado por Bayle, — foi combatido por vários autores, entre outros por Jean Bodin (in *Les Six Livres de la République,* 1576) e por Frederico II da Rússia (in *L'Anti-Machiavel,* 1738). Frederico, uma vez rei da Prússia (desde 1740), mostrou-se na prática verdadeiro maquiavelista.

(28). — *I tre Libri de Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio* (publicados em 1531), e *Istorie Fiorientini* (publicados em 1532).

(29). — Cf. a atitude de Tucídides, § 73 I b.

(30). — *Discorsi,* I 39.

(31). — *Ibidem,* II 29.

(32). — *Ibidem,* I 2.

(33). — *Ibidem,* II 29; cf. *Il Principe,* XXV.

III. O humanista francês Jean Bodin ou Bodinus (1530-1596) escreveu, em 1556, um tratado meio técnico e árido: *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (34). Por chamar a atenção para os fatôres geográficos no processo histórico, pode ser considerado como um dos precursores de Montesquieu. Não elimina a Providência, mas a reduz à Providência imanente dos autores clássicos. Em oposição a Maquiavel, reconhece o direito natural, ao qual está sujeito também o Estado. Estabelecendo um método comparativo de cronologia e de culturas, rejeita a periodização medieval da história em quatro épocas, conforme a visão de Daniel, como também a época de ouro das lendas antigas. Os povos orientais, os gregos e os romanos foram grandes profetas, sábios e estadistas, mas sobrepujam-nos os setentrionais com as suas invenções científicas e técnicas, que caracterizam a Renascença. Bodin possui muita confiança na sua época: *ad nostra tempora relabor, quibus multo postquam litterae toto pene terrarum orbe conquierant, tantus subito scientiarum splendor affulsit, tanta fertilitas extitit ingeniorum, ut nullis umquam aetatibus minor* (35). Na sua obra *Colloquium Heptaplomeres*, escondida muito tempo a fim de evitar um escândalo público, o autor defendia uma religião natural, de caráter ético e aceitável para todos os povos: anuncia as publicações deístas do século XVIII (cf. § 84 V), que propagavam a tolerância dogmática e o indiferentismo.

§ 82. *O Discurso de Bossuet.*

Por volta de 1550, nasceu na Itália um novo estilo, que no século XVIII ficaria com o nome depreciativo de "Barroco" (cf. § 28 I c): como a palavra "Renascença", o têrmo "Barroco" (36) acabou por designar uma nova fase da cultura ocidental, tendo por sede, se não exclusiva, ao menos principal, os países católicos, revigorados pelo Concílio de Trento (1545-1563). De origem italiana, espalhou-se o o novo estilo pela Espanha e Portugal, — e daí pela América latina, — chegou à França no século XVII, e depois à Alemanha, onde teve seu apogeu (sobretudo na Austria e nas regiões católicas)

---

(34). — A obra foi reeditada em 1951 por Les Presses Universitaires em Paris.
(35). — *Methodus*, pág. 227 B (da edição citada na nota anterior).
(36). — O Barroco é, nos países católicos, a época do catolicismo (aparentemente) triunfador sôbre as heresias (Contra-Reforma!) e conquistador de novos continentes (América Latina, Índia, China, Japão); até o absolutismo se reveste de feições religiosas (na Espanha de Filipe II; Bossuet escrevia um tratado *Politique tirée de l'Écriture Sainte*, em que defendia a monarquia absoluta como o regime político ordenado por Deus; o rei, possuindo *um droit divin*, não é responsável a nenhum de seus súditos, devendo prestar contas só a Deus); é a época das devoções populares, das concentrações maciças, dos sermões impressionantes, e também dos retiros e dos "exercícios" espirituais (Ignácio de Loyola, 1491-1556); e afinal é a época de certas tendências heterodoxas mal reprimidas: o jansenismo, o quietismo, e o galicanismo.

só nos primeiros decênios do século XVIII. Em certo sentido, o Barroco é um regresso ao espírito medieval: frisa, por exemplo, a concepção teocêntrica do mundo, o conceito orgânico da sociedade, e a ordem universal; como estilo, redescobre o expressionismo dos séculos medievos. Mas são consideráveis as diferenças: a concepção orgânica e universalista é mais imposta do que espontâneamente aceita, e as realidades celestes, em vez de constituirem o fim transcendentes das atividades humanas, correm o risco de serem rebaixadas a um humilde papel secundário: o de dar mais brilho às realidades terrestres. Ademais, o Barroco não têm as suas raízes na cultura do povo, como a teve o estilo gótico nas corporações medievais, mas é essencialmente uma arte das côrtes, sendo a esplêndida expressão do absolutismo. Põe-se deliberadamente a serviço dos grandes soberanos (Filipe II, Luís XIV, etc.), dos papas, bispos e abades. É arte para o povo sem ser de inspiração popular. Renuncia à beleza estática e um tanto fria da Renascença, e procura impressionar mediante formas exuberantes e dinâmicas, exprimindo emoções intensas (êxtases!) em imagens comoventes e dramáticas, às vêzes patéticas e teatrais. Não atinge a simplicidade encantadora da Idade Média nem o recato espiritual, mas, por se deleitar em formas exteriores, tende para certa ênfase retórica, não só nas belas artes, mas também nos outros setores da vida cultural. Apesar disso, foi uma grande época com realizações duradouras e valiosas, talvez a última a representar, embora de modo forçado, o anelo da cultura européia pela unidade espiritual que se tinha perdido na época da Reforma.

I. Um representante ilustre do Barroco católico é Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), *l'aigle de Meaux*. Como educador do Delfim (37), escreveu uma obra que logo se tornou clássica na literatura francesa: *Discours sur l'Histoire Universelle* (1681). O livro vai até os tempos de Carlos Magno; a segunda parte, prometida no capítulo final, nunca saiu à luz. No *Discours*, Bossuet se dirige contra *les libertins* do seu século: os ateus e os céticos, que se atreviam a negar a atuação da Divina Providência na história, principalmente por aí serem repartidos injustamente o bem e o mal. Convencido da existência de um sublime plano divino, cujas linhas foram traçadas pela Bíblia e cuja elaboração podemos acompanhar através da história da Igreja Católica, o autor assume a tarefa de mostrar os caminhos do Senhor, concedendo aos adversários que

---

(37). — "Delfim" (francês: *Dauphin*), título dado aos príncipes herdeiros da França, desde 1349 até 1830. — Bossuet consagrou-se onze anos (1670-1681) à educação do filho de Luís XIV, e seu discípulo faleceu em 1711. Fénelon (1651-1715) foi nomeado educador do filho do *Dauphin* em 1689; também êste (que era neto de Luís XIV) não subiu ao trono, mas morreu em 1712.

há muita desordem e injustiça no mundo, mas salientando, ao mesmo tempo, uma verdade superior: a impressão caótica da história, tão preponderante para quem a contempla com os olhos deficientes da sabedoria humana, vai-se esvaecendo para quem a examina *sub specie aeternitatis* (38). A obra de Bossuet divide-se em três secções: as Épocas, as Religiões, e os Impérios. Comparada com o *De Civitate Dei*, revela mais "senso histórico" e maior interêsse pela concatenação pragmática de causas e efeitos (39). O *Discours* é, quanto a elaboração da tese, algo parecido com a História de Orósio, mas a supera em sólidos conhecimentos históricos e em grandeza de expressão.

II. Bossuet reconhece a atuação de causas particulares: *ce même Dieu qui a fait l'enchainement de l'univers,... ce même Dieu a voulu aussi que le cours de choses humaines eût sa suite et ses proportions; je veux dire que les hommes et les nations ont eu des qualités proportionnées à l'élévation à laquelle ils étaient destinés; et qu'à la réserve de certains coups extraordinaires où Dieu voulait que sa main parût toute seule, il n'est point arrivé de grand changement qui n'ait eu ses causes dans les siècles précédents* (40). Mas essas causas secundárias não passam de instrumentos inconscientes nas mãos de Deus. *En un mot il n'y a point de puissance humaine qui ne serve malgré elle à d'autres desseins que les siens* (41). Os exemplos são numerosos: Deus se valeu dos babilônios e dos assírios para castigar o povo eleito: dos persas, para reconduzí-lo à Palestina; do rei Antíoco, para prová-lo; da *pax romana*, para disseminar o Evangelho; da desobediência dos soldados romanos à ordem do Imperador Tito de poupar o templo de Jesusalém, para realçar a verdade da profecia de Cristo; da impiedade de Juliano, o Apóstata, que queria restaurar o templo, para confirmar novamente a verdade da mesma profecia (42). Partindo da parábola evangélica dos maus vinhateiros (Mt., XXI 33-41), Bossuet diz: *Ces trois choses devaient donc concourir ensemble: l'envoi du Fils de Dieu, la réprobation des Juifs, et la vocation des gentils. Il ne faut plus de commentaire à la parabole que l'événement a interprété* (43). Tôda a história da Igreja Católica, que continua orgânicamente a do povo eleito, prova abundantemente a origem divina dessa instituição: a Igreja tem encontrado no seu caminho inúmeras

---

(38). — Cf. *Discours*, II 29, III 8.
(39). — *Ibidem*, III 2 e III 7. — Sôbre o historiador Bossuet (autor também de uma *Histoire de France*) cf. A. Rébelliau, *Bossuet*, Paris, Hachette, 1900, págs. 101-118.
(40). — *Ibidem*, III 2.
(41). — *Ibidem*, III 8.
(42). — *Ibidem*, III 1, e II 22.
(43). — *Ibidem*, II 29.

heresias e outros obstáculos, mas sempre para dêles triunfar, podendo-se gabar de uma sucessão ininterrupta que remonta aos tempos dos apóstolos: *C'est aussi cette succession que nulle hérésie, nulle secte, nulle société que la seule Église de Dieu n'a pu se donner* (44). Para quem não fecha obstinadamente os olhos, o estudo das religiões e dos impérios prova que o Catolicismo tem por fundador o Criador do Universo. A frase inicial do último capítulo resume bem o pensamento do autor: *Mais, souvenez-vouz, Monseigneur que ce long enchainement des causes particulières qui font et défont les empires, dépend des ordres secrets de la divine Providence. Dieu tient du plus haut des cieux les rênes de tous les royaumes; il a tous les coeurs en sa main; tantôt il retient les passions, tantôt il leur lâche la bride, et par là il remue tout le genre humain.* Aos olhos profanos, a história poderia parecer uma série de fracassos humanos, mas a mesma, observada à luz da revelação divina, executa um desígnio sobrenatural e transcendente, cheio de significado.

III. As grandes teses de Bossuet têm valor para todos os tempos por serem verdades fundamentais do Cristianismo: a Providência rege soberanamente os destinos da humanidade sem que êste govêrno universal e absoluto desrespeite ou aniquile a atuação livre ou determinada das causas secundárias; o homem serve muitas vêzes a um fim que êle próprio desconhece ou nem sequer deseja. Mas nem por isso podemos usurpar uma visão pormenorizada dos planos divinos na sua elaboração concreta. Ao leitor moderno do *Discours*, mesmo ao católico, as tentativas de Bossuet para harmonizar a história sagrada com a profana, parecem amiúde arrojadas e até temerárias. *A more modest use of providence would be less questionable and more Christian* (45). Veio atrasada a apologia eloqüente da Providência: explicava demais, e explicava de menos. Considerar a história do povo eleito como o eixo em volta do qual girava tôda a Antigüidade, podia parecer um contrasenso numa época que adorava Grécia e Roma, e estava descobrindo outras civilizações fora da ocidental: na China, na Índia, no Japão; como enquadrá-las

---

(44). — *Ibidem*, II 30. — Bossuet, que aplaudia a revogação do Edito de Nantes (1685), publicou em 1688 os dois volumes da *Histoire des Variations des Églises Protestantes*, em que sustentava a tese de ser nocivo o abandôno da autoridade eclesiástica não só à religião e à moral, mas também ao Estado e à cultura. Também entretinha uma longa correspondência com Leibniz sôbre a reunião das Igrejas protestantes com a católica, em que igualmente frisava a necessidade de uma autoridade na matéria da religião, e destacava as conseqüências desastrosas do "livre exame". Fracassaram as tentativas bem intencionadas: é célebre a resposta de Leibniz: *Il nous plait, Monseigneur, d'être de cette église toujours mouvante et éternellement variable*. — O Barroco católico, que via no Protestantismo mais um cisma do que uma heresia, não perdera a esperança num regresso maciço para a unidade eclesiástica.

(45). — K. Löwith, *Meaning in History*, Chicago, 1950, pág. 142.

na história sagrada? O conceito "eclesiástico" do Cristianismo, típico do Barroco católico que acentuava o triunfo da Igreja reorganizada e redisciplinada sôbre as heresias dissolventes, devia irritar muitos leitores e, podia parecer pouco convincente a outros que viam crescer contìnuamente o prestígio e o poder das nações protestantes. As constantes referências a uma Providência transcendente fàcilmente podiam ser interpretadas como *testimonia paupertatis* num período que começava a interessar-se intensamente pela investigação das causas imanentes. Por isso o *Discours* não conseguiu retardar as ondas violentas de ceticismo e de racionalismo: seria um alvo sem defesa para os sarcasmos de Voltaire (46).

§ 83. *O nascimento da Filosofia da História*

Giambattista Vico (1668-1744), professor de retórica na Universidade de Nápoles, publicava, em 1725, uma obra chamada: *Princípi di Scienza Nuova d'intorno alla comune natura delle Nazione.* O livro, que inaugurava a "filosofia da história", foi reeditado em 1730, e mais uma vez em 1744, pouco após a morte do autor (47).

I. Opondo-se ao critério cartesiano da verdade: *les idées claires et distinctes,* Vico afirma que conhecemos plenamente só o que nós próprios fizemos. Deus criou tôdas as coisas: por isso possui Êle um conhecimento perfeito do mundo, ao passo que o homem não pode ir além de certa *coscienza.* No setor das disciplinas matemáticas, onde o homem é capaz de criar os seus objetos, atingimos a verdade demonstrável e perfeita, mas êsse conhecimento não passa de uma construção abstrata, não nos revelando nada da íntima estrutura das coisas concretas. É diferente a estrutura do mundo histórico: aqui encontramos o próprio homem como criador, e portanto podemos descobrir *i princípi dentro le modificazione della nostra medesima mente umana* (48). Até agora, os filósofos, dedicando-se quase exclusivamente à contemplação de *il vero* (=a idéia eterna e universal), não prestaram a devida atenção a *il certo* (=os produtos concretos e contingentes do livre arbítrio) (49). A "Ciência Nova", que é filosofia e, ao mesmo tempo, a história da humanidade, realizará a conexão, por desvendar, nos fenômenos passageiros e contingentes do passado, o elemento eterno e

---

(46). — Cf. § 22 I; § 86 II.
(47). — Utilizamo-nos da edição de Fausto Nicolini (Bari, 1953⁴): *La Scienza Nuova Seconda giusta l'Edizione del 1744.*
(48). — *La Scienza Nouva,* 331.
(49). — *Ibidem,* 141-142: *L'umano arbitrio, di sua natura incertissimo, egli si accerta e determina col senso comune degli uomini d'intorno alle umane necessitá o utilitá... Il senso comune è un giudizio senz'alcuna riflessione, comunemente sentito da tutto un ordine, da tutto un popolo, da tutta una nazione o da tutto il gener umano.*

necessário. Torna-se-nos compreensível a *storia ideal eterna*, ao examinarmos os dados da filologia, *o sia la dottrina di tutte le cose le quali dipendono dall'umano arbitrio come sono tutte le storie delle lingue, de' costumi, e de' fatti cosí della pace come delle guerre de' popoli* (50). A filologia e a história, desprezadas por Descartes, são reabilitadas por Vico, chegando a ser elevadas à categoria de disciplinas filosóficas. Não é conhecimento meramente racional, mas serve-se, a cada passo, de imaginação criadora com o fim de interpretar os vestígios do passado, sendo a ciência da "criação humana" pela própria humanidade. Por ser completamente apropriada à nossa natureza, ministrar-nos-á *un divin piacere, in questo corpo mortale, di contemplare nelle divine idee questo mondo di nazione per tutta la distesa de'loro luoghi, tempi e varietà* (51).

II. Pois o mundo histórico, por mais "humano" que seja, aponta para Deus: *Jovis omnia plena*, e a *Jove principium musae* (52). Os estudos históricos mostram que o homem não é senhor absoluto da história: o homem cria o mundo histórico, *ma egli è questo mondo, senza dubbio, uscito de una mente, spesso diversa ed alle volte tutta contraria e sempre superiore ad essi fini particolari ch'essi uomini sí avevan proposti* (53). Destarte a "Ciência Nova" chega a ser *una teologia civile ragionata della provvedenza divine* (54). O homem procura satisfazer aos seus instintos sexuais: inaugura-se o matrimônio casto, a origem da família. Os *patroni* abusam do seu poder sôbre os *clientes*: nasce o poder civil da Cidade. Os nobres exercem arbitràriamente as suas prerrogativas: são obrigados a sujeitar-se a uma legislação uniforme e universal. O povo quer subtrair-se às leis: são submetidos à vontade enérgica de um monarca ou déspota, e assim por diante. *Questo, che fece tutto ciò, fu pur mente, perché 'l fecero gli uomini con intelligenza; non fu fato, perché 'l fecero con eclezione; non caso, perché con perpetuitá, sempre cosí faccendo, escono nelle medesime cose* (55). A dialéctica entre os intentos particulares e o fim universal, ou entre os objetivos humanos e os seus resultados, não é uma comédia humana de erros, — como o quer Croce, — mas um sublime drama de verdade divina, porque Deus atinge seu fim apesar de todos os desvios humanos. A "Ciência Nova" é, portanto, a ilustração, e até a demonstração, da ação divina mediante os atos humanos.

---

(50). — *Ibidem*, 7.
(51). — *Ibidem*, 345.
(52). — *Ibidem*, 379 e 391. — A palavra é de Vergilius, *Ecloga*, III 60.
(53). — *Ibidem*, 1108.
(54). — *Ibidem*, 2. — Três fatos fundamentais, encontrados entre todos os povos: a religião, o matrimônio e a sepultura dos mortos, apontam para um *principio comune di vero*, que é a Providência, cf. *La Scienza Nuova*, 333.
(55). — *Ibidem*, 1108.

III. Partindo dêsses princípios, Vico julga-se capaz de ler o livro da história. Distingue entre três idades: a época divina, na qual os homens vivem sob um govêrno teocrático, usando largamente de oráculos e auspícios; a época heróica, na qual os homens vivem em repúblicas aristocráticas por ser reputada certa classe da sociedade superior ao resto da população; e afinal, a época humana, na qual todos os homens são considerados iguais quanto à sua natureza, estabelecendo regimes populares ou então monarquias. As três épocas, que se sucedem em longos intervalos, não se diferenciam apenas pelos regimes políticos, mas também pelas leis, instituições, costumes, línguas, artes, ciências, etc. Ultrapassando os limites políticos, Vico abre perspectivas para a vida cultural da humanidade: sua grande originalidade está em encarar a cultura no seu caráter orgânico e genético. *Gli uomini sentono il necessario, dipoi badano all'utile, appresso avvertiscono il comodo, più innanzi si dilettano del piacere, quindi si dissolvono nel lusso, e finalmente impazzano in istrapazzar le sostanze* (56). Uma civilização, depois de percorrer as três idades, termina em decadência, decomposição, dissolução, e a barbaridade de uma época civilizada é pior do que a dos tempos primitivos. Desta se serve a Providência para educar a humanidade para uma fase superior; daquela, para fazê-la regressar à barbaridade criadora dos tempos primitivos, que é simples e teme a Deus. Por outra: terminado um *corso* de três épocas, começa o *ricorso*, que se caracteriza por feições semelhantes às do *corso*. O *ricorso* não é, porém, um processo cósmico, como o imaginavam os antigos, nem uma repetição idêntica dos acontecimentos do *corso* anterior, mas admite modificações consideráveis e níveis diferentes: o processo histórico realiza-se, por assim dizer, em forma de uma espiral. Falhou o *corso* histórico: o *ricorso* é como que um apêlo para o Supremo Tribunal da história, presidido pela Divina Providência. Vico conhece dois dêsses ciclos históricos: uma abrange a Antigüidade (*corso*), o outro a história da Europa desde a Queda de Roma (*ricorso,*) cuja época teocrática vai até às Cruzadas, cuja época heróica termina nos tempos de Dante, e cuja época humana se iniciou na Renascença. Assim Vico relega a Idade Média entre os períodos "bárbaros", seguindo, neste ponto, os preconceitos dos séculos XVII e XVIII (57). Ao passo que estuda com amor dedicado a fase bárbara dos povos clássicos (por exemplo, Homero, as Leis das XII Tábuas, etc.), interessam-lhe pouquíssimo os séculos da formação do mundo ocidental. Muito menos ainda lhe cativam o interêsse a época heróica e a época humana do *ricorso,* mas tôda a

---

(56). — *Ibidem,* 241.
(57). — Vico fala do *ricorso* no Libro Quinto (1046-1096).

sua atenção está voltada para os primórdios da Grécia e de Roma, os quais analisa e interpreta com uma perspicácia extraordinária e com métodos inteiramente novos no seu tempo.

IV. A "Ciência Nova" poderia ter marcado uma nova fase na metodologia da história, mas, de fato, passou quase despercebida, visto que o século XVIII preferia explicações racionalistas e fáceis a um profundo "entendimento" histórico. Assim como o *Discours* de Bossuet saiu atrasado, assim a *Scienza Nuova* veio adiantada: *Proh dolor, quantum refert, in quae tempora vel optimi cujusque virtus incidat!* (58). O próprio autor confessava numa carta a um amigo que tinha a impressão de ter publicado seu livro num deserto: ninguém lhe ligava. O resumo que acabamos de dar, não faz justiça à riqueza dos pensamentos originais de Vico: o professor napolitano antecipou muitas teorias que o movimento romântico do século XIX havia de redescobrir e de desenvolver, muitas vêzes com menos prudência e equilíbrio do que Vico (59). A "Ciência Nova" anuncia o trabalho de F.A. Wolf na questão homérica, o de B.G. Niebuhr na reconstrução metódica da história primitiva de Roma. o de Fustel de Coulanges no entendimento da cidade antiga e seus fundamentos religiosos, o de Bachofen na interpretação da mitologia; até mesmo anuncia alguns conceitos fecundos de Hegel, Dilthey e Spengler. O escopo dêste livro não nos permite entrarmos nestes assuntos, por mais interessantes que sejam. A obra de Vico foi descoberta só no século atual, que lhe destacou os grandes méritos, contudo, não sem lhe criticar as deficiências e as falhas. Vico fala apenas da civilização ocidental, um terreno muito limitado para tirar conclusões de tamanho alcance; e nela se limita quase exclusivamente aos primórdios dos povos clássicos; além disso, é muitas vêzes incoerente, sobretudo na apreciação da sua própria época; e afinal, sua Providência é uma instância tão natural, tão fácil e tão lógica que parece coincidir com a lei imanente da história social.

V. Com efeito, por mais contrário que Vico fôsse ao ponto de partida cartesiano, não conseguiu esquivar-se por completo ao espírito racionalista da época. Católico convicto, acreditava na Providência cristã, no Deus dos patriarcas e dos profetas, a revelar-se ao homem durante o processo histórico; mas não sabia integrá-la de modo harmônico no seu sistema científico. Ao que parece, para êle, a Providência cristã era objeto da fé, não da ciência. Eis

---

(58). — Epitáfio do papa Adriano VI.

(59). — Em 1827, o historiador francês J. Michelet publicou uma tradução, ou antes, uma adaptação francesa da obra de Vico, sob o título de *Principes de la Philosophie de l'Histoire*. — O ensaísta espanhol, Juan Donoso Cortés (cf. § 94 I), publicou 11 artigos sôbre a obra de Vico en *El Correo Nacional* (1838).

porque deixa em silêncio a história dos israelitas, pretere a diferença radical entre os tempos pré-cristãos e pós-cristãos, e não considera a Encarnação como o ponto central da história. Sem dúvida, fala *della verità della religion cristiana* (60), professa ser a depravação humana uma conseqüência do pecado original, faz começar a história profana só a partir do dilúvio, admira a coragem heróica dos mártires, mas cada vez que toca nesses assuntos, sente-se o embaraço do autor em harmonizar os dados da fé com os resultados das suas investigações científicas. Compreende-se fàcilmente que tal atitude era interpretada como revolucionária pelos católicos conservadores da Itália, que viam na "Ciência Nova" um golpe à Providência da Revelação cristã. E os protestantes esclarecidos da Alemanha julgavam-na a obra de um jesuíta disfarçado, escrita com intúitos reacionários em favor do papismo. Tão diversos eram os mal-entendidos. Mas logo se acalmaram as discussões sôbre o livro, porque as obras racionalistas vieram a chamar a atenção do mundo erudito. Até em nossos dias foi contestada a catolicidade do autor pelo filósofo italiano B. Croce (61), que deu uma interpretação hegeliana das idéias de Vico, explicando os ocasionais protestos de fé como concessões mais ou menos obrigatórias aos preconceitos religiosos da época. Tal interpretação nos parece errônea. Separar o sobrenatural do natural, e a história sagrada da profana, não é o mesmo que negar a existência do sobrenatural sem a da história sagrada. Também seria injusto pôr-se em dúvida a sinceridade religiosa de Descartes (62). Acreditemos igualmente na sinceridade das palavras finais da obra de Vico: *questa Scienza porta indivisibilmente seco lo studio della pietà, e (che) se non siesi pio, non si può daddovero esser saggio* (63). Mas devemos confessar que a separação metódica das duas esferas, resultado de uma evolução histórica que se iniciou na Renascença, podia terminar fàcilmente na eliminação sistemática, — portanto, na negação explícita, — do fator sobrenatural, processo êsse que se verificou no século XVIII, como havemos de ver no capítulo seguinte.

(*Continua no próximo número*).

JOSE' VAN DEN BESSELAAR
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

---

(60). — *La Scienza Nuova*, 223; 310; 1092, etc.
(61). — B. Croce, *La Filosofia de G.-B. Vico*, Bari, 1911.
(62). — Combatida por G. Cantecor e H. Leroy, a sinceridade religiosa de Descartes é defendida por Laberthonnière, Blondel, Gilson, e outros. — Cf. agora Lívio Teixeira, *A Religião de Descartes*, in *Revista de História*, VI 20-21 (1955), págs. 171-208.
(63). — *La Scienza Nuova*, 1112. — Sôbre Vico, cf. um trabalho recente de Mesquita Pimentel, nas *Vozes de Petrópolis*, XIII (1935), págs. 1-9, e 113-120, e José Ferrater Mora, *Cuatro Visiones de la Historia Universal*, Buenos Aires, Editorial Losada, 1945, págs. 85-139.

NOÇÕES DE NUMISMÁTICA (II).

IV

A INVENÇÃO DA MOEDA.

A prioridade da invenção da moeda suscitou sempre dúvidas e acaloradas polêmicas entre os numismatas.

Ateneu e Macróbio, atribuem a invenção a Juno, outros a Saturno; Heródoto e Xenófanes, aos lídios; Eliano, aos eginéticos; Lucano, a Itonus, antigo rei da Tessália; Suidas, a Numa Pompílio; Plínio, tanto a Numa Pompílio, como a Sérvio Túlio.

Não ficam por aí as opiniões de outros historiadores e letrados, que apontam ainda outros povos e monarcas como os criadores das primeiras moedas.

Se quisermos aceitar o que nos diz o *Gênese,* veremos que andinheiro, quando ela nos cita o fato dos judeus recuperarem a liberdade de Ciro, cinco séculos antes de Cristo.

Plutarco, atribui esta invenção ao grego Teseu, que viveu mais ou menos em 1235 antes de Cristo.

Se quisermos aceitar o que nos diz o *Gênese,* veremos que antes daquela época, Abraão comprara a sepultura de sua mulher Sara, por 400 siclos de prata.

Muitos atribuem a Noé, outros a Nino e no seu *Dicionário Bíblico,* Calmet afirma que a moeda mais antiga de que se tem notícia, é o *siclo* de prata, vinda dos tempos de Davi ou de Salomão.

Nos poemas de Homero, não se fazem referências a moeda.

Outros apontam Caim, devido a sua requintada avareza, invejoso da predileção que seu irmão Abel havia dos progenitores. Fôra êle, quem primeiro estabelecera a distinção de haveres e fixara a diversidade de domínios; o primeiro que inaugurara o apartamento de possessões e o princípio do Meu e do Teu.

Há os que apontam a China como sendo o país onde se gravaram as mais antigas moedas de metal. A princípio, o objetivo era apenas ter uma cópia de qualquer objeto em escala menor, a fim de manifestar a fé que o povo depositava na sua religião. Mais tarde êsses primeiros esboços do dinheiro passaram a ser feitos de tal modo, que se assemelhassem com os objetos em troca dos quais deviam ser entregues. Formas de corpo humano para aquisição de

roupas; pás ou enxadas minúsculas para simbolizar instrumentos de agricultura e espadas para compra de material de guerra e cortante. A evolução continuou e as moedas com a forma de facas deixaram de ter o gume, ficando apenas com o cabo e mais tarde sòmente parte do cabo.

Conclui-se dêstes dados informativos literários e históricos que várias civilizações ensaiaram encaminhar para um molde prático, as imperiosas questões do dinheiro fracionado até atingirem o modêlo ideal da moeda. E é na origem e formação dos sistemas monetários, que a História Universal franqueia as suas portas ao interêsse numismático.

* * *

A idéia de garantir oficialmente os metais como intermediários das permutas, parece ter tido a sua primeira aplicação na Grécia Asiática. Xenófanes, nascido em Cólofon, na Ásia Menor, em princípios do século VI a. C., proclama a prioridade dos lídios no que concerne a invenção da moeda. Heródoto supõe, dando seu testemunho que *"os lídios foram os primeiros a cunhar as moedas de ouro e de prata"*.

Que moedas seriam essas? Os documentos monetários que nos chegaram dessas antigas épocas, falam de pequenos lingotes metálicos, de pastilhas de forma irregular marcadas com golpes ou pancadas que Aristóteles definia como "uma indicação de valor". O metal em questão era o *electrum* assim denominado pela sua côr amarelo-pálido. Estas primitivas moedas, provinham de regiões costeiras da Anatólia, vizinhas da Lídia. A opulência dos reis lídios, de Candaule, o último da dinastia dos Heraclides, de Giges seu sucessor (687-652) cujo nome está associado àquêle do ouro, a Aliate (610-561) e a Creso, seu filho que o substituiu (561-546), outro potentado faustoso cujos cofres estavam cheios de milhões de *creséidas de ouro*, parecem indicar pelos donativos suntuosos que êstes déspotas fizeram aos santuários helênicos de Delfos, Artemísion, Êfeso e ao templo de Apolo em Didimaion, próximo de Mileto, serem êles os inventores da moeda. E' natural que lhes atribuissem a invenção, mas esta atribuição por isso mesmo, não está ao abrigo de suspeita. O fato é que não se conhecem moedas lídias antes das *cresêidas* de ouro ou de prata pura.

E' interessante verificar a tendência que tinham os Antigos em atribuir uma invenção a um personagem ou a uma cidade ilustre para elevar sua glória, tendência essa tão distanciada do pensamento moderno, o qual apenas procura ver claro em presença dos documentos monetários existentes.

Os eruditos modernos, estão de acôrdo em ver nessa moedagem ainda vacilante emitida pelas cidades costeiras de Mileto, Êfe-

so e Focéia, uma manifestação da iniciativa privada dos banqueiros e mercadores que mantinham relações comerciais não só com os poderosos reis da Lídia, como também com a clientela grega das margens do Mediterrâneo.

Os pesos destas peças se repartiam em dois grupos que tinham por centro Mileto e Focéia. A origem da moedagem não tinha ainda um caráter oficial e autocrático, mas privado e puramente prático. Estas primeiras moedas não eram senão de um tipo que apresentava numa das faces um número em relêvo e na outra uma marca côncava, onde se distinguiam silhuetas de animais: um leão, uma cabeça de leão, um cervo, um boi, uma foca, um atum, um florão, que bem poderia representar um brazão de armas de alguma cidade lídia.

* *
*

Aproximadamente há meio século, pesquisadores da arqueologia numismática se inclinaram a abandonar as opiniões formuladas na Antigüidade, para considerar apenas como possíveis inventores da moeda, os *lídios* e os *eginéticos,* decisão esta que obedeceu a um acurado estudo da documentação existente e a uma criteriosa observação cronológica.

A Giges, rei da Lídia, que se acredita viveu no século VII antes de Cristo e a Fidão, rei de Argos, que viveu na primeira metade do século VIII antes da éra cristã, se atribuiu a paternidade da invenção da moeda. Ambos reclamaram essa prioridade e tanto as pretensões dos lídios, como a dos habitantes de Argos estavam tão bem fundamentadas, que o lexicólogo Polux, que se esforçou para esclarecer o assunto recolhendo várias tradições, concluiu ser muito difícil saber a qual dos dois se devia atribuir êsse mérito.

Creseida da Lídia

Estater de Éfeso

Moeda de Dario

Fig. 7. — *Moedas de ouro da Ásia Menor.*

Outra versão, confere aos lídios a invenção da moeda, nos meados do século VII a. C., provàvelmente no reinado de Giges, rei da Lídia, fundador da dinastia dos Mermnadas. As primeiras moedas lídias, caracterizavam-se por pequenos lingotes ovóides de uma liga natural de ouro e prata chamada *electrum*, que se encontrava no flanco das suas montanhas (Tomolus) e nas areias de alguns rios. O *electrum* da ribeira de Sardes, era mesmo na opinião de Sófocles, a segunda riqueza da Ásia. Estas primitivas moedas, tinham numa das faces linhas longitudinais e na outra concavidades em forma de cruz.

Crê-se que depois dos lídios sob Giges, fôsse Creso, o último representante da dinastia dos Mermnadas e o último rei da Lídia, o segundo a bater moeda; estas, também com a forma ovóide, apresentavam numa das faces em meio corpo, um leão e um touro, olhando-se de frente. São denominadas *cresêidas da Lídia*.

Nesses primeiros tempos, eram essas moedas de ouro, juntamente com os *estáteres* de outras cidades da Ásia Menor, assim como as dos reis persas, as célebres *dóricas*, moedas de Dario com o tipo do arqueiro, que corriam igualmente em tôda a Grécia.

O ilustre numismata francês Lenormant (9), chegou a conclusão que a cunhagem da moeda se fêz isoladamente nos dois países: na *Lídia* e em *Argos* (10).

Giges, rei da Lídia, teria cunhado oficialmente a primeira moeda de ouro em Focéia e *Fidão*, rei de Argos, cunhado oficialmente a primeira moeda de prata em Egina.

A moeda de Fidão (prata), tinha a forma da tartaruga marítima da ilha de Egina e a moeda de Giges (ouro), embora do mesmo formato, era menos alongada e feita com uma liga natural chamado *electrum*, em que o ouro e a prata entravam na proporção de 4 para 1.

Giges, parece ter se limitado a fazer aplicar o sinete real sôbre suas moedas de ouro de formato ovóide e a Fidão, atribui-se a criação das *estáteres* de prata da ilha de Egina.

Cada uma dessas peças, pesava aproximadamente 12 gramas e diferençavam-se das barras ovais de metal até então em uso, por uma estampagem grosseira.

---

(9). — Lenormant, *op. cit.*, vol. I, pág. 126.

(10). — Lídia ou Meônia, país da antiga Ásia Menor, tendo por capital Sardes, hoje Sart. Sôbre a Lídia diz J. Ramon Mélida: "A História Real começa com o cário Giges que foi coroado rei da Lídia no ano 687 antes de Cristo. Conquistou parte da Frígia e cunhou moeda (das primeiras). O último rei lídio foi Creso, cuja riqueza já se tornou proverbial.

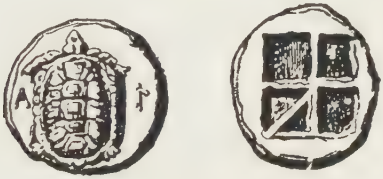
Argos, passava por ser a cidade mais antiga da Grécia, representando um importante papel nos tempos heróicos. Foi desta cidade que partiu a célebre expedição dos Argonautas.

Egina, ilha da antiga Grécia, ao fundo do gôlfo de Egina, frente ao pôrto de Atenas. A ilha teve a princípio o nome de Oenona, que trocou pelo de Egina, em honra da ninfa, mãe de Esco, seu primeiro rei.

Acredita Lenormant, que a moeda de Giges (Lídia), seja mais antiga que a de Fidão (Argos), baseando sua opinião nas respectivas características da moldagem, isto é, enquanto a primeira oferece as estampas em côncavo, a segunda apresenta o cunho em relêvo.

1.º tipo

2.º tipo



3.º tipo

Fig. 8. — *Primitivas moedas de prata da ilha de Egina* (sob o rei Fidão de Argos). Estas moedas apresentavam já uma marcante regularidade de pêso; no anverso um quadrado incuso, quadrado êste que acusava a deficiência do processo de fabricação para fixar os lingotes ou discos que deviam receber o cunho do emissor e o valor que representavam.

A invenção do cunho em relêvo, continua Lenormant, foi um progresso capital que viria a constituir um novo capítulo na história da moeda e a moedagem de Fidão, preenchia essas condições, ao passo que as moedas lídias trazendo uma estampa em concavidade, autoriza a julgar serem de maior antigüidade.

Entretanto os exemplares que acabamos de estudar na sua forma ainda irregular, são considerados como os que deram origem à moeda de cunho oficial e a fase distinta que as caracteriza, está precisamente em que, em vez de trazerem a marca de um particular, como até então se apresentavam as peças metálicas precedentes, mostravam agora a do Estado, o que lhes dava uma garantia de homogeneidade e da pureza do metal.

Foram estas moedas que juntamente com os *estáteres* de outras cidades da Ásia Menor, assim como as dos reis persas — as célebres moedas de Dario com o tipo de arqueiro que igualmente corriam em tôda a Grécia — as primeiras moedas com tôdas as carac-

terísticas fundamentais que haviam de se tornar clássicas pelo seu uso através dos séculos (11).

Babelon, o renomado numismata francês, assim se refere a invenção da moeda:

> "Esta invenção foi tardia, só teve lugar no começo do VII século antes da éra cristã e a honra da prioridade, só pode ser disputada como tôda a Antigüidade clássica o reconhece, entre os *eginéticos* e os *lídios*, quer dizer, entre dois povos vizinhos e irmãos de sangue".

A moeda nascida como acabamos de ver, nas margens do Mediterrâneo Oriental, ràpidamente se difundiu por todo o mundo helênico; da Lídia até as cidades gregas da costa ocidental da Ásia Menor e daí, transpondo o mar, passou ao litoral da Trácia e da Macedônia. Da ilha de Egina, à tôda a Grécia continental.

O intenso comércio marítimo mantido por êsses povos entre si, permitiu que a moeda se irradiasse para tôdas as localidades do mundo grego e demais países com quem mantinham relações comerciais. E diz Lenormant, na obra já citada:

> "desde o meado do século VI antes de Cristo, não havia um país onde os gregos estivessem estabelecidos, no qual êles não possuissem sua moeda".

Algum tempo depois, os fenícios adotaram suas primeiras peças, tudo indicando que suas emissões monetárias mais antigas, foram ao tempo das Guerras Médicas. Por influência dos comerciantes fenícios e gregos de Menfis e de Naucratis, o Egito emitiu suas primeiras moedas.

Assim como os gregos pela sua prodigiosa expansão marítima levaram as suas moedas ao conhecimento de afastadas regiões semi-bárbaras, também os romanos contribuiram pelas conquistas dilatadas das suas legiões em guerras contínuas, a penetração da sua moeda no vasto Império que desfrutaram. O sistema monetário dos romanos, embora proviesse da evolução do seu próprio padrão de valores, baseando-se no antigo sistema ponderal do seu território, não deixou de sofrer certa influência dos sistemas monetá-

---

(11). — *Dárico*. Moeda persa mandada cunhar por um dos Darios. Os *dáricos* eram de ouro sem liga. Tinham por cunho: no anverso, um homem barbado com a cabeça ornada pela corôa radial, tendo às costas um carcaz cheio de flechas, o joelho em terra e numa das mãos um arco e na outra uma lança ou um punhal; o reverso é ocupado por uma área retangular cavada na moeda. Havia alguns *meios dáricos* e *duplos dáricos;* êstes tinham no reverso uma área elíptica guarnecida de estrias paralelas onduladas. O pêso do dárico era de 8,42 grs.

As peças de prata que tinham o mesmo tipo e a que certos num smatas chamavam igualmente *dáricas*, eram designadas na Antigüidade pelo nome de *sicla* ou *sicla médica*. A amoedação do ouro era reservada ao rei; os governos locais deviam limitar-se à moeda de prata ou de bronze.

Os persas tomaram para modêlo de suas peças, as moedas lídias, depois da ocupação da Grécia e da derrota do rei da Lídia.

Fig. 9. — *O mundo antigo ao tempo da invenção da moeda.* As setas indicam a ilha de Egina e a Lídia, onde surgiram as primeiras moedas.

rios gregos e a moeda romana ao se expandir, levava também um sinal emitido pelo poder público, o que lhe dava um cunho legal.

E no século III antes de Cristo, já o mundo civilizado tinha em caráter universal sua moeda, trazendo o cunho oficial.

Como tôdas as coisas humanas, a moeda vive e se transforma não sòmente em sua natureza, pois que os metais de que são feitas, submetidos à fusão, produzem material misto e variado, como também o espírito dos que as manipulam podem alterar mesmo sua significação original, criando para os estudiosos do assunto o encôntro freqüente de uma idéia milenar conservada, transformada, mas delatando agradàvelmente para quem a sabe interrogar a sua origem longínqua.

V

ORIGEM DA PALAVRA MOEDA E DERIVAÇÃO DO TÊRMO. O CONCEITO DA MOEDA.

Moeda, é uma peça de metal servindo o comércio como instrumento de troca e medida de valor, emitida pelo poder público e marcada com um cunho pertencente a um Estado soberano que lhe imprime um caráter legal.

A *medalha,* ao contrário, é uma peça de metal que pela forma muito se aproxima da moeda, mas destituída daquele caráter legal, tendo simplesmente fins comemorativos.

A designação *moeda* — fran. *monnaie,* ingl. *money,* alem. *muenze* — vêm da palavra latina *moneta,* cuja origem é curiosa.

Junto ao templo de Juno, na antiga Roma, foi instalada a primeira oficina do estado para a cunhagem oficial da moeda de prata (269 a. C.). A esta deusa, que tinha a propriedade de advertir o povo romano em tempos difíceis, foi dado o sobrenome de *moneta* (lat. monere = advertir). *Juno Moneta,* era pois, a Deusa do Bom Conselho que avisava e protegia, a divindade de segurança que alertara por intermédio dos gansos a Mânlio, da chegada dos gauleses (12).

Depois da instalação da primeira fábrica de fazer moeda no templo de Juno e a mando do Senado Romano, o apelido *moneta,* desligado do nome da deusa, por abreviação, passou a designar as peças cunhadas no recinto do templo, uso que se tornou corrente no fim da República Romana. Com a romanização da maior parte

---

(12). — *Mânlio Capitolino, Marcos.* Cônsul romano em 392 a. C. Quando da tomada de Roma pelos gauleses em 390, defendeu com a maior energia o Capitólio. Uma noite em que os invasores tentaram a escalada da fortaleza, os gansos consagrados a Juno, despertados pelo ruído, começaram a grasnar. Mânlio acudiu e repeliu os assaltantes, de que lhe proveio o sobrenome de *Capitolino.*

da Europa, a palavra *moneta* ficou adotada para significar *dinheiro* em todo o mundo romano de então. Dêste vocábulo latino *moneta,* atributo da divindade pagã, nasceu o têrmo *moeda* aplicada aos meios metálicos de troca, quando dêles já há séculos os povos se serviram para as suas transações comerciais e cujo aperfeiçoamento de cunhos se deve ao grande povo grego da Antigüidade.

O vocábulo *moneta,* é encontrado com as variações próprias em várias línguas, como o anglo-saxão, velho alemão, escandinavo, russo, etc. e, em tôdas elas, parece derivar do antigo "*man*" que significa — *coisa de preço*.

Alguns etimologistas dão outro significado à palavra *moeda,* julgando-a um adjetivo derivado do púnico e correspondente a *machanat* ou *ammachanat,* palavra que se encontra nos tetradracmas cartagineses.

A palavra *nomisma,* significa coisa instituída em lei, sendo aplicada às moedas, pois estas eram reguladas por lei da qual recebiam seu valor, título e denominação. A ciência numismática tirou o seu nome da raiz da palavra grega *noummos,* que significava uma peça de prata eqüivalente a meio quilo de bronze, matéria-prima muito usada numa época que ficou na História com a denominação de *idade do bronze*. A palavra entrou com os colonizadores gregos na Itália do Sul (Magna Grécia) e aparece no grande mercado grego de Tarento, como moeda específica de prata que servia de base em tôdas as transações comerciais.

Os romanos, por ocasião das guerras com os samnitas e quando tratavam com Tarento àcêrca de uma convenção, conheceram esta palavra, adotando-a no seu idioma como designação geral para peças de dinheiro.

Serviram-se ainda os romanos além do *numus* e *numisma,* de *pecunia, aurum, aes* e *moneta*. Diz Plínio, que as moedas romanas em sua fase primitiva se derivou de *pecus* — gado — e por ela sabemos a maneira de comprar e vender à qual servia de base o número de animais e daí se ter derivado a palavra *pecunia*.

A palavra *aurum,* era também empregada para exprimir a moeda em geral.

O têrmo *aes,* significava cobre ou bronze, sendo empregado também para designar tôda e qualquer espécie de moeda e a explicação é a seguinte: na Itália central e particularmente em Roma, no comêço, a única moeda metálica que existia era o cobre ou bronze conhecido por *aes* e daí dizer-se *aestimare* (avaliar, dar um valor aos objetos). Depois, embora já tivessem sido cunhados exemplares de prata e de ouro, conservaram a tradição de designar muitas vêzes pela palavra *aes,* a moeda em geral, qualquer que fôsse o metal, havendo disso inúmeros vestígios.

Aes alienum, significava uma dívida; *aes militare,* era uma expressão com a qual se indicava o soldo das tropas.

No fim do Império, denominavam *argentum,* não só a moeda de prata, como também as moedas de outros metais, embora não tivesse sido a prata o primeiro metal cunhado por êles.

A moeda entre os gregos, denominava-se *chrision, chalkion* e *nomisma*.

Argyrion, vem de *argyros,* prata e indicava a moeda feita nesta substância. Êste têrmo servia também para significar as moedas em geral cunhadas em qualquer metal. Talvez se possa explicar esta denominação, por terem sido de prata as primeiras moedas lavradas pelos gregos.

O ouro só foi utilizado na cunhagem dos primeiros tempos, em pequena quantidade. Os helenos serviam-se algumas vêzes da palavra *chrysion* (de Chrysos, ouro) no mesmo sentido em que empregavam a expressão *kromata,* isto é, significando bens, riqueza em geral, incluindo-se naturalmente o dinheiro.

Já Aristóteles, não obstante a sua época não muito distante dos primeiros tempos da própria moeda, compreende que os homens tinham criado com o dinheiro um poder misterioso, cuja expansão escapava ao seu contrôle e havia de transmutar-se de simples servidor do comércio em dominador comum.

A moeda, têm sido objeto de inumeráveis livros, alguns dos quais escritos pelos maiores pensadores do mundo, o que não obsta seja assunto de contravérsias e divergências entre os economistas, pela falta de unanimidade no emprêgo da palavra *moeda,* como acabamos de mostrar.

O conceito da moeda, foi fixado desde o IV século antes de Cristo, por Aristóteles, nesta expressão lapidar: *"mercadoria intermediária, que serve para facilitar as trocas"*.

Esta fórmula era perfeita para o tempo em que tudo podia ser moeda, desde o saco de areia aurífera, até o escrava bonita. Em nosso tempo, Garnier, deu-nos êste conceito: *um valor real que o consenso geral dos homens escolheu como intermediário, para compra e venda e como denominador comum de todos os outros valores*.

Segundo Garnier, só pode ser escolhida para moeda, a mercadoria que reuna as seguintes condições:

1.º — convir a todos os indivíduos sem distinção;

2.º — em qualquer tempo;

3.º — no mesmo grau.

Para isso, ela deve ser:

1.º — incorruptível, para que não se desvalorize com o tempo; dente, intrínseco;

2.º — ser útil por si mesma, isto é, com valor próprio e independente, intrínseco;

3.º — sumamente divisível para que possa ser destribuída em qualquer quantidade;

4.º — homogênea em tôdas as suas partes;

5.º — de fácil manêjo para não suscitar dificuldades e despesas;

6.º — existir em tal quantidade, que não seja muito nem pouca em relação à população do mundo;

7.º — não estar sujeita a grandes e bruscas variações de valor, como os produtos agrícolas ou industriais;

8.º — ser bastante maleável para que nela se possam gravar selos de autoridade oficial para garantia de todos.

Na realidade, tão notável tem sido o papel que a moeda desempenha na história da humanidade, que não devemos deixar de apontá-la nas suas mais características facetas.

A moeda, consubstanciando em si própria a possibilidade de aquisição daquilo que o homem possa materialmente desejar, havia de tornar-se forçosamente o fulcro da atenção de todos os povos, representando na vida de cada um, uma função do maior relêvo.

Como tôdas as coisas sujeitas ao conceito público, a moeda, na medida em que cada qual toma-a para si, tem sofrido os mais diversos e por vêzes antagônicos juízos, que lhe tem conferido desde a divindade ao maior desprêzo.

Já foi considerada *sacra moneta*, gozando privilégios da mais alta reputação de quem representava a dignidade suprema do país, como *pater patria, pontifex maximus, Cesar, Augustus,* etc., desempenhando os mais variados papéis na história da humanidade.

Històricamente, a moeda reflete a verdadeira mentalidade de um povo e de uma época. Como documento conservador dos elementos que a constituem, a moeda é um documento original que nos coloca diretamente em presença daquilo que ìntimamente viveu no tempo de sua criação, devido ao seu poder de resistência ao tempo.

A moeda é ainda um mensageiro que ao correr o mundo, vai dando notícias da sua terra e tanto melhor o fará quanto houver sido cunhada com carinho e saber. Ela mostrará o grau de prosperidade do seu país, revelado sob os mais variados aspectos: a

legalidade do toque, indicará os recursos econômicos de que dispõe; as legendas anunciarão a forma de govêrno que ali existe; os símbolos, a ocupação fundamental de seu povo e as suas ideologias; a técnica do cunho mostrará a perfeição a que chegou sua indústria e o aspecto artístico, revelará a cultura de seu povo.

As moedas, sofrendo as vicissitudes dos seus possuidores e que o tempo implacàvelmente acarreta às coisas, vão-se subvertendo no solo, para daí, volvidos anos, contados séculos e até milênios, aparecerem novamente aos olhos do homem num benefício para a ciência e como fonte inesgotável que são do enriquecimento do patrimônio histórico-monetário.

Encarando os "achados de velhas moedas" sob o ponto de vista científico, podemos dizer que êles revestem duas espécies de interêsse: um constante, pelo fato de representarem um aumento material monetário; o outro facultativo, pelos ensinamentos que o seu encôntro possa revelar.

Na biografia dos efigiados e seus símbolos, quanta evocação nos traz uma peça! E' como o perpassar de séculos dentro de um singelo círculo metálico.

Dracmas, asses, denários, aureus, morabitinos, dobras, dinheiros, reais, espadins, ceitís, tostões, cruzados, moedas gregas e fenícias, turdetanas, cartaginesas, ibero-romanas, suevas, visigóticas, árabes, cristãs e séries enormes que da Renascença vêm até nossos dias.

Nas cabeças dos deuses, de guerreiros e heróis, nas suas figuras mitológicas, em seus animais sagrados, a nave, as espigas de trigo, seus brazões, suas corôas e cruzes, que melhores lições de iconografia, simbologia e armaria poderemos desejar?

E os metais? Ouro, prata, cobre, bronze, bilhão, níquel... moedas de alma, de cobre e forro de prata; de ouro rijo e ouro branco, de prata doseada, espécies maciças, serrilhadas, cerceadas...

Na descrição das moedas, poder-se-á sem dúvida, escrever a História do Mundo.

VI

MATÉRIA-PRIMA — OS METAIS PRECIOSOS DA ANTIGÜIDADE.

As qualidades excepcionais dos metais preciosos, fizeram dêles a substância monetária por excelência. A circulação fiduciária, agora dominante no mundo, só é possível tendo por base o ouro ou a prata, que são hipotecas da nota. Quase inalteráveis, extremamente divisíveis, homogêneos, reunindo em pequeno volume grande valor e fáceis portanto de transportar, servem melhor do que qual-

quer outra mercadoria para os usos monetários. No espaço e no tempo, são sempre iguais.

Tem o ouro o privilégio de ser universalmente recebido, dando assim aos outros a aparência ilusória de não mudar de valor. O mesmo pedaço de ouro atravessa os séculos e é hoje o mesmo que era no tempo dos faraós. Não se distingue o ouro da Califórnia do australiano, nem faz diferença o metal precioso de uma peça merovíngia, do que se está extraindo todos os dias do Rand.

Dêste modo as flutuações do seu valor mercantil, são realmente menores do que as de qualquer outro material. Não se consumindo senão numa pequena parte, depois de produzidos, resulta que a sua produção anual é sempre diminuta relativamente ao estoque existente, o que põe os metais preciosos ao abrigo de muitas causas da flutuação de valor, não influindo neles, tanto como nos cereais, a escassez ou a abundância das colheitas. Tôdas estas circunstâncias dão aos metais preciosos uma espécie de eternidade e aos seus possuidores a garantia de terem sempre um valor, quer seja moeda, quer não.

E' cara a circulação metálica pelas quantidades de ouro ou prata, a que obriga, e pela riqueza imobilizada que pressupõe, sendo por isso mais econômica a circulação dos objetos usuais. Além disso, está a circunstância do seu valor dependente de uma descoberta geográfica ou científica, acontecendo também serem os metais preciosos de tal sensibilidade, que fogem ao primeiro alarma econômico ou político, escondendo-se e agravando as crises com a sua evasão e desaparecimento. E' certo isso tudo. São os defeitos da sua qualidade preciosa, mas esta terá sempre o predomínio sôbre tôdas as outras mercadorias para a função monetária. Tem por isso um lugar interessante na evolução da moeda, a história dos metais preciosos nas suas relações com a circulação (13).

Do confrônto dos textos e do exame dos exemplares numismáticos, se deduz que a moeda, no sentido completo da palavra, teria feito a sua aparição nos grandes centros comerciais banhados pelo mar Egeu durante o sétimo século antes de nossa éra. Geogràficamente e cronològicamente, é isto o que parece apurado, tendo-se realizado nessa região e nesse século a passagem da antiga forma de moeda metálica, já de pêso exato, mas ainda sem marca oficial, para a moeda pròpriamente dita.

As primeiras moedas foram de ouro e prata de feitio incômodo e defeituoso. A execução esmerada às vêzes em objetos de arte, foi durante muito tempo deficiente e desageitada nas moedas.

Êste capítulo é dedicado ao estudo da produção dos metais preciosos na Antigüidade e nos séculos médios, até aos tempos modernos.

---

(13). — Anselmo de Andrade, *Evolução da moeda*.

* *
*

As moedas como as medalhas, podem ser compostas dos mais variados metais; assim, além de serem feitas em ouro, prata, cobre e níquel, foram feitas também em platina, ferro, chumbo, zinco, estanho, alumínio e de uma quantidade de ligas diversas, tais como: *electrum,* bronze, bilhão, *potin,* etc.

OURO

A fome do ouro, há milênios persegue o homem. Desde a Idade do Bronze, o ouro serviu-lhe sempre de ornamento favorito. Encontramos ouro nos monumentos do Egito erigidos a 2900 anos antes de Cristo. As múmias reais eram depositadas em sarcófagos tríplices e todos de ouro maciço.

Na Bíblia, abundam narrativas sôbre o ouro e o seu uso. No "Êxodo" por exemplo, descreve-se a fuga do Egito para escapar à perseguição e ao roubo. "E êles vieram, homens e mulheres e despojando-se de seus braceletes e brincos, anéis e tabletes, de tôdas as suas jóias de ouro, fizeram uma oferenda ao Senhor". Todo êsse ouro foi ornar o Tabernáculo! (14).

No Templo de Salomão, o ouro foi usado em profusão. Tôdas as lâmpadas e cálices eram do mais puro ouro, como de ouro foi o trono real e o que serviu para transportar a rainha de Sabá, assim como os escudos dos guardas que protegiam o grande rei.

Enquanto o ouro foi usado simplesmente como adôrno pessoal, influiu apenas no destino dos que o possuiam e já no Egito, a vaidade feminina se exteriorizava nos colares de pérolas e ouro de Gerze, quando sabemos que êles datam de 4200 e 3200 anos antes de Cristo.

E' interessante notar que os reis asiáticos recorriam aos faraós que nessa época eram os banqueiros do mundo, até para os empréstimos à realeza, porque, segundo velhos documentos "no Egito havia ouro em pó".

Eurípedes, o célebre poeta trágico da Grécia, dizia:

---

(14). — *Êxodo*. Segundo livro do Velho Testamento, que contém a história da saída do Egito. O *Êxodo,* que vem depois do *Gênesis,* divide-se em três partes distintas. A primeira (I, XII, 36) contém a narração dos acontecimentos que procederam a saída do Egito: a vocação de Moisés, a resistência de faraó e as pragas do Egito. A segunda (XII, 37, XVIII) conta os prodígios que acompanharam o êxodo e o comêço da viagem dos israelitas pelo deserto. A terceira (XIX-XL) descreve a promulgação da lei sôbre o Sinai, a adoração do velo de ouro e a construção do tabernáculo. Escrito num hebreu muito antigo, êste livro foi sempre tido como obra de Moisés, quer pela tradição judaica, quer pela tradição cristã. As críticas racionalistas, pelo contrário, concluiram, como para todo o *Pentatêuco,* em ver nele apenas a consignação de tradições orais conservadas pelos sacerdotes israelitas .

"Sôbre o homem, o ouro tem mais poder do que dez mil razões".

Com êle, o homem entretem sua ânsia de descobrimentos e de conquistas. Pelo mesmo motivo, o ouro tem sido sempre a causa principal de tôdas as guerras.

Para perseguir o ouro e o poder que êle concede, segundo a História Universal, Alexandre-o-Grande, iniciou suas famosas campanhas. Foi o ouro a causa das primeiras transformações do mapa da Europa com as guerras púnicas e também as campanhas de Mário, Pompeu e Júlio César.

Ao cruzar o Atlântico com suas naus, Colombo obedeceu à ânsia eterna do ouro. Atrás dêles, outros procuraram as terras jovens em incessantes explorações, mascaradas com o massacre dos aztecas e o arrazamento do Império dos incas.

Quando Pizarro conquistou êste Império, ficou deslumbrado ao verificar que os pratos, as armas, as jóias, as miniaturas dos lhamas, dos pássaros, etc., eram de ouro puríssimo. De ouro eram também todos os objetos oferecidos em grandes cestos por Atualpa, o grande rei inca aprisionado pelo conquistador, que oferecia todo êste ouro em troca da liberdade.

E sempre voltavam as naus carregadas de ouro dos Templos!

Mas, foi apenas a 2600 anos, menos da metade do tempo que nos separa dos grandes surtos de civilização na Índia, no Egito, na Fenícia e na Grécia, que se fizeram as primeiras moedas utilizando as areias auríferas do rio Pactolo. Foi isso na Lídia. Eram de ouro bruto com uma pequena liga de prata e em pouco, o gênio artístico que sempre caracterizou a Hélade, se manifestava nessa indústria, rivalizando cada cidade em cunhar mais os formosos discos de ouro.

Como a religião e o amor da família, o ouro em forma de moeda, é a principal fôrça da civilização.

Na sua mensagem no *Lincoln Day*, de 13 de fevereiro de 1933, o então presidente Hoover, dos Estados Unidos, dizia:

"O ouro é o mais aceitável, prático e honesto veículo para o comércio internacional".

As fabulosas jazidas auríferas do Brasil, formam um capítulo sem igual na história econômica da humanidade. Foi tanto o ouro extraído de suas minas e enviado para o Velho Mundo, que chegou a alterar perigosamente a balança dos preços e cotações da Europa. As jazidas patenteavam-se à exploração: "afirma-se que enquanto o mundo durar, se não poderão extinguir", dizia o governador D. Rodrigo da Costa, em documento datado de 19 de junho de 1706.

Portugal, podemos dizer, nadava em ouro e de tal forma que, em 1747, decidia trocar seu padrão monetário da prata para o ou-

ro, cunhando tôdas as suas moedas nesse metal. Pouco depois, a Inglaterra e outras nações seguiam o seu exemplo.

> "Se em fins do século XVII, a Bahia tem a primeira Casa da Moeda, em começos do mesmo século instala-se em São Paulo, a primeira Casa de Fundição do Ouro, na rua da Fundição, hoje Floriano Peixoto.
>
> Todo o metal extraído para poder entrar no mercado, ia ser fundido em barras com as marcas reais. Transportado para aqui, o ouro em pó vinha das Minas Gerais, de Cuiabá e de Goiás, para ser quintado. E essas barras de ouro podiam então entrar no comércio.
>
> Mas, já pelos anos de 1655, minerava-se em Iguape, Cananéia, Apiaí e Sorocaba. A Câmara de Iguape, funda ali uma Casa de Fundição do Ouro, cujo funcionamento está documentado pelas Atas de 1688. E desde os fins do século XVI, havia em São Paulo e São Vicente, homens especializados no conhecimento e trato dos metais; ferreiro, para fazer os instrumentos; ensaiador, para ensaiar o ouro e fundidor, para fundí-lo.
>
> Muito embora São Paulo não fôsse considerado grande centro produtor do ouro, em vários pontos do Estado ainda se extrai o metal precioso. Assim, na mina de Araçariguama, nas proximidades de São Roque, próximo à Capital, ainda se fazia até há poucos anos, a exploração mineira.
>
> E o ciclo do ouro iniciado pelos paulistas nas cercanias de São Paulo, dilatou-se pelo território das Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, onde os Bandeirantes fundaram cidades nas regiões auríferas (15).

Longe de diminuir, aumenta sempre a produção do ouro em todo o mundo. Eis porque, não duvidamos de que o poder do ouro seja eterno, como eterna a ânsia do homem em obtê-lo.

O ouro foi o primeiro metal conhecido pelo homem, servindo como instrumento de troca desde a mais alta Antigüidade sob várias formas: *grãos, pó, pepitas, palhetas* e depois fundido em barras.

O ouro, no estado natural, existe muito espalhado pela terra, mas em pequena quantidade. O minério de ouro mais importante e quase o único lavrado, é o ouro nativo puro ou com pequenas quantidades de prata, cobre e algumas vêzes ferro ou bismuto.

Foi empregado pela primeiro vez na moedagem dos reis da Lídia. Na Antigüidade, foram cunhadas moedas de ouro puro. Assim eram os "dáricos" moeda persa do tempo de Dario (550-485 a. C.), de 8,42 grs. Os "áureos" moeda portuguêsa cunhada por D. Sancho I e também por D. Fernando III, de Castela; os "solidus" moedas romanas de Julio César; os "bizâncios" portuguêses e de Constantinopla e a moeda florentina denominada "fiorim" hoje florim e cujo nome deriva das flôres de lis (*fiori*) que ornamenta-

(15). — Tito Lívio Ferreira, *História de São Paulo*.

vam as primeiras moedas dessa cidade toscana, centro artístico e intelectual daquela época.

O ouro e a prata, sendo metais extremamente moles para a confecção das moedas ou outros objetos de uso constante, são na prática adicionados a outros metais de menor valor, metais êstes que tornam o ouro e a prata mais duros e resistentes. A esta composição de dois ou mais metais diferentes, é que se denomina *liga.* A côr das *ligas* depende naturalmente dos componentes. O ouro *duro,* é amarelo, um pouco avermelhado, mas reduzido a lâminas finíssimas e visto por transparência, é de côr verde.

PRATA

Desde a mais remota Antigüidade, a prata é conhecida pelos homens e por êles altamente apreciada. Ela foi o estalão monetário dos gregos e romanos, vindo até a Idade Média dentro dêsse sistema, tendo sido empregado em barras nas primitivas trocas dos antigos povos, com especialidade entre os assírios e os caldeus. Foi usada na Coréia, em forma de botelhas.

O pêso foi a base de tôda a cunhagem antiga. Por exemplo, a unidade do dinheiro na Grã-Bretanha, no tempo dos saxões, era a libra de prata. Mas, não era cômodo pesar o metal para fazer o pagamento em cada transação que se realizasse e na qual êle representava o padrão de troca ou moeda. Por essa razão, é que se desenvolveu a prática de cortar o metal em pedacinhos e em cada um dêstes marcar o pêso respectivo; sabia-se assim, quanto pesavam os pedaços oferecidos por determinada mercadoria. Logo se compreendeu que a forma de disco era a melhor que podiam tomar êsses pedaços de prata, por ser mais fácil marcá-los e conduzí-los e para que inspirasse confiança, tornou-se monopólio dos governos que assim garantiam não só o pêso, mas também a pureza do metal.

Esta garantia era necessária, porque os veios subterrâneos de que a prata é extraída habitualmente, contém cobre ou chumbo de mistura com o metal precioso; assim, é preciso separá-los da prata, porque êsses metais estranhos podem estar presentes em quantidade considerável num objeto de prata, sem modificar-lhe de modo notável o aspecto, o que pode enganar as pessoas menos prudentes.

Durante a Idade Média, as corporações profissionais tinham o poder necessário para proteger a qualidade das obras de prata e os culpados pela venda do metal de composição adulterada, eram punidos rigorosamente pela lei.

A prata fêz seu aparecimento como moeda, na ilha de Egina. Os romanos, já senhores da Ibéria, começaram a aproveitar a prata como metal intermediário para a cunhagem de suas moedas, cujos primeiros exemplares apareciam em Roma, no século II antes de

Cristo. Êste uso se espalhou cada vez mais, chegando ao apogeu na Idade Média.

No início do século XVI, as guerras incessantes e a conseqüente miséria, tinham criado em tôda a Europa, principalmente no centro e norte do continente, um estado de desconfiança. Os que não tinham ficado arruinados, guardavam o seu ouro, esperançosos de melhores dias, daí resultando uma carência de moedas.

Foi quando em 1516 o conde Schilick, grande proprietário na Boêmia, descobriu em suas terras, no lugar conhecido pelo *Vale de São Joaquim* (*Joachimstal*), uma jazida de prata. Imediatamente o govêrno da Boêmia começou a aproveitar essa prata na cunhagem de moedas e para recordar sua origem, mandou gravar numa das faces a imagem de São Joaquim. Essas moedas foram chamadas a princípio *Joachimstaler* e depois simplesmente *taler*.

Passando da Boêmia à Alemanha, daí à Holanda e finalmente à Inglaterra, o *taler* foi parar aos Estados Unidos, mas agora com o nome modificado para *dolar*.

E durante os séculos XVI e XVII, o *taler* foi a mais abundante moeda internacional da Europa, tendo com única rival a *peça de 8* espanhola, também de prata, assim chamada porque valia 8 reales.

Quem de nós desconhece a história da Vila Imperial de Potosi e da sua célebre Casa de Moeda? Das suas fabulosas minas de prata descobertas em 1546 e que durante muito tempo foram as minas mais ricas do mundo? Não houve na América, no século XVI, por certo, lugar que se transformasse mais ràpidamente. Quando os índios já eram insuficientes para os trabalhos de engenho e das minas, de todo o Perú chegavam aventureiros, velhos conquistadores, que sonhavam arrancar de seu cerro grandes tesouros. Por tôda a parte havia uma ânsia exaltada de fazer riqueza. Os mineiros improvisados, olhavam o cerro de longe e homens havia que não sabiam onde guardar suas barras de prata. A história de Potosí e de suas imensas minas de prata, talvez não tenha sido escrita como merece, tão rica se apresenta.

A prata possui condições de durabilidade inalterável, comparável a do ouro, sendo, porém, menos rija e mais abundante. Sòmente a raridade do ouro fêz com que a prata fôsse durante vários séculos, a moeda corrente em todo o mundo.

A prata pura, é branco-amarelada (por causa de seu grande poder refletor, parece branca); entretanto finamente dividida como no caso de seu cloreto reduzido, a côr é cinza claro.

Nos tempos modernos, a prata, excetuando-se poucos países que a adotaram como padrão para as suas moedas, tem servido de moeda divisionária, já agora substituída nessas funções por ligas inferiores de cobre, níquel ou bronze-alumínio.

BRONZE

A palavra. bronze, só se tornou corrente no século XVII. A sua etimologia mais aceitável, é a palavra latina *Brunduzium* (bronze de Brindes ou Brindisi), liga de que fala Plínio e que os gregos chamavam de *brontesion*. Do mesmo modo que o cobre tirou seu nome da ilha de Chipre onde eram célebres as minas dêste metal, o bronze tiraria seu nome de Brindes, onde se fabricava a sua melhor liga.

O uso do bronze, antecedeu o do ferro. Entre os gregos do tempo de Homero, as armas e os instrumentos agrícolas, eram ainda em bronze: suas primeiras moedas, foram igualmente fabricadas com êste metal. Entre os romanos, o bronze assume uma importância monumental, religiosa e artística; é no bronze que se gravam as leis e os tratados de paz e aliança; todos os instrumentos do culto, facas, machados e espátulas, são em bronze; são em bronze monumentos inteiros, os baixos relevos, estátuas e medalhas, *grandes* e *pequenos bronzes*.

O bronze, foi também o estalão monetário dos romanos; nas peças monetárias, encontramô-lo nas grossas barras que chegaram até nós, designadas por *aes rude* e *aes signatum*.

Desde o século XV, havia numerosas espécies de bronze, segundo se desejasse fundir, sinos, estátuas, peças de artilharia e outros objetos. Em 1556, chamava-se *bronze de Chipre*, ao cobre nativo vindo dessa ilha ou da América do Sul.

O bronze é uma liga de cobre, estanho e zinco, mais rija e mais fusível que o cobre, tendo sido a primeira substância metálica usada na Europa em suas incipientes indústrias.

Modernamente, é muito usado na cunhagem de medalhas e medalhões.

COBRE

Parece certo que o primeiro metal utilizado como moeda na Europa, foi o cobre da primeira jazida regularmente explorada na ilha de Chipre, nome que após várias modificações acabou por ser *copper* em inglês e cobre em nosso idioma.

E' conhecido desde os mais remotos tempos. A princípio, êsse metal correu o mercado em forma de potes, panelas e ânforas. Podia não ser muito cômodo para o transporte, mas tinha a vantagem sôbre o gado, então moeda, que precisava comer e beber.

Depois, quando o povo se habituou a idéia de que o valor estava no metal e não na forma que lhe era dada pelos artífices, começaram a circular para os pequenos negócios blocos pequenos de cobre, do pêso de um *óbolo,* nome que significava "pequena quantia".

Em Tebas, ao tempo de Osiris (?), foi usado como moeda, segundo velhas tradições egípcias. Os fenícios fizeram suas moedas de cobre, aí pelo ano 460 a. C.

No Egito, serviam-se de grossos pedaços de cobre à guisa de moedas, cuja liga era muito variável.

Os etruscos e todos os outros povos da Itália, adotaram logo êsse gênero de moeda. Os cartagineses só o fizeram, quando descobriram jazidas de cobre na Espanha. Nessa mesma ocasião e na mesma península, encontraram também minas de prata que chamaram *cobre branco* e *baço,* desdenhando-o, porque não tinha a resistência e o fulgor do verdadeiro cobre.

Os romanos quando adotaram a moeda de cobre, estabeleceram o *asse* como unidade; era um bloco pesando 12 onças (uncial).

Com o correr do tempo, o descobrimento de novas jazidas em tôdas as terras e ilhas do Mediterrâneo, trouxe cobre em tamanha quantidade de Corinto, Roma, Cartago, Cádiz e Marselha, que êsse metal se desvalorizou, estabelecendo-se uma diferença demasiadamente grande entre as moedas de ouro e as de cobre.

A extração do cobre e seus minérios, era uma operação tão delicada, que evidentemente estava fora do alcance do homem da época do bronze. O cobre era empregado no estado de liga, fundindo-se o minério de cobre oxidado ou sulfurado, com minério de estanho, igualmente conhecido na Antigüidade e só depois de muitas centenas de anos, o homem conseguiu o cobre puro.

O cobre, é a base das moedas de *bilhão* e entra na proporção de 1/10 nas moedas de ouro e de prata; unido a outros metais, além do bronze, forma o *latão* ou *cobre amarelo* e muitas outras ligas de grande utilidade, que se costumam empregar no fabrico de moedas, medalhas e *jetons*.

O cobre é maleável, de côr vermelho-escuro. E' hoje utilizado na cunhagem de moedas divisionárias de pequeno valor.

LATÃO OU COBRE AMARELO

A expressão latina *aurichalcum* designa o latão, isto é, o latão que tem a côr do ouro. Era chamado também *aes coronarium* por serem fabricadas com essa liga para uso dos histriões, corôas que vistas de longe, pareciam ouro.

Foi usado pelos chineses como moedas e nos tempos modernos o latão é empregado no fabrico de medalhas devocionais ou verônicas. Antigamente foi também muito usado nos *contos para contar* dos portuguêses e em pesos monetários ou em outras peças monetiformes.

O latão é uma liga formada por cobre e zinco (65 partes de cobre com 35 de zinco). E' de côr amarela, semelhante a do ouro. E' muito dúctil e pode ser laminado em fôlhas extremamente finas.

BILHÃO

O bilhão é uma liga de cobre, estanho, chumbo e prata que, no decorrer do III século substitui a prata. O título desta foi se alterando de tal maneira que no tempo de Diocleciano, a moeda de prata não representava mais do que uma fôlha de cobre com uma tênue camada de prata.

Esta expressão significa também de maneira geral, as ligas em que os metais preciosos entram em menor porção do que os metais inferiores; daí se deduz que tôda a moeda de ouro e sobretudo de prata em que o cobre se encontra em uma proporção superior ao título legal — é uma moeda *bilhão*.

Há o *alto bilhão* que contém de 6 a 10/12 de prata pura e o *baixo bilhão,* que possui menos de 6/12 de prata.

POTIN

O *potin* cujo nome se deriva de "pot" por serem com êle fabricados vasos, é igualmente uma liga de cobre em que entram o latão, chumbo e algum estanho.

Existem duas espécies de potin: o *amarelo,* mistura de latão (cobre e zinco) e um pouco de cobre vermelho e o *potin cinzento* feito com a lavadura da fabricação do latão, juntando-se chumbo e estanho e segundo outros autores, entrava também certa porção de prata.

ELECTRON

Era uma liga natural em que entravam 75 partes de ouro e 27 de prata. Os gregos chamavam-no de "lencokrisos" por apresentar uma côr pálida.

O *electron* foi empregado na moedagem pelos reis da Lídia, 700 anos a. C. e igualmente usado na Jônia, em Cartago, nas Gálias e em muitas cidades gregas.

PLATINA

E' o mais pesado e menos dilatável dos metais, não se prestando para liga. Êste raríssimo metal, foi usado na Rússia como moeda, de 1825 a 1846, bem como na Espanha, no século passado.

FERRO

Foi na Antigüidade meio de escambo, aparecendo em forma de utensílios de tôda a sorte. Encontramo-lo na Coréia amoedado em

"sapécas". Como moeda, foi usado no V século a. C. em Esparta e Bizâncio; no IV século a. C. em Argos. Algumas vêzes é usado em medalhões, existindo na medalhística brasileira um exemplar muito raro nesse metal; medalha de D. Pedro I.

NÍQUEL

Foi usado na Índia pela primeira vez no século III a. C.; voltou a ser empregado no século passado em todos os países exceto a Inglaterra e hoje é usado como moeda divisionária, puro, ou mais ou menos ligado ao cobre.

ESTANHO

Existe amoedado entre os maláios e senegâmbios. Na moedagem da Índia, quer portuguêsa ou inglêsa, aparecem moedas feitas de estanho, conhecidas por *calain*. Nos tempos modernos, o estanho é empregado também no fabrico de algumas medalhas.

CHUMBO

Foi muito pouco usado em peças monetárias. Diz-se que os reis da Numídia, cunharam nesse metal; também na Gália, chumbos monetiformes com a figura de Mercúrio e as legendas *alisien* (um) *perte* (nsium), *mediol* (onensium) cunhados em Alise, em Perthas, em Milão. Nas Gálias, parecem ter sido moeda oficial.

Na Idade Média, cunharam-se muitas medalhas nesse metal.

ZINCO

Figura com mais freqüência em moedas denominadas "particulares" como as de Morro Velho e igualmente no fabrico de medalhas.

ALUMÍNIO

De uso mais moderno, é utilizado em medalhas religiosas com especialidade.

Foi moeda obsidional da Alemanha e Áustria, no período da Grande Guerra em 1917 e 1918.

Ùltimamente ligado ao cobre, forma o denominado *bronze de alumínio,* usado profusamente em moedas divisionárias de quase todos os países.

*

Mas, além dos metais, o vidro, a porcelana e o barro cosido, a madeira e o ouro, serviram de moeda e mais comumente o papel-moeda, que não vale por si, mas que representa uma promessa de pagamento em moeda metálica.

ÁLVARO DA VEIGA COIMBRA
da Sociedade Brasileira de Numismática.

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*).

PEREIRA (Duarte Pacheco). — *Esmeraldo de Situ Orbis*, 3a. edição com introdução e anotações históricas pelo professor Damião Peres. Lisboa, 1954.

Entre os anos de 1505 a 1508, o guerreiro e cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira escreveu o *Esmeraldo de Situ Orbis*, roteiro da circunavegação africana, trabalho êsse incompleto, pois devendo constar de cinco livros, só foram escritos os três primeiros e parte do quarto. O manuscrito original foi extraviado, havendo felizmente duas cópias: uma na Biblioteca Pública de Évora e outra na Nacional de Lisboa.

A primeira notícia sôbre o *Esmeraldo*, ao que sabemos, foi dada pelo conselheiro Cunha Rivára no *Panorama*. Ferdinand Denis dêle se serviu para a narração do feito de Vasco da Gama. Em 1883, J. de Andrade Corvo, ao publicar o *Roteiro de Lisboa a Goa*, de João de Castro, transcreveu diversas passagens do *Esmeraldo* sôbre os conhecimentos náuticos da marinha portuguêsa daquela época. Todavia, só em 1892, por ocasião do IV centenário do descobrimento da América, é que foi publicada na íntegra a primeira edição da obra de Duarte Pacheco Pereira pelo notável paleógrafo português Rafael Eduardo de Azevedo Basto, que a enriqueceu com excelentes notas biográficas. A segunda edição é a do ano de 1905, custeada pela Sociedade de Geografia de Lisboa e comentada pelo erudito historiador Augusto Epifânio da Silva Dias.

A terceira edição, ora saída do prelo, foi elaborada e publicada às expensas do Ministério do Ultramar, em comemoração do V centenário do descobrimento da Guiné. E' a mais esmerada de tôdas, sendo que o professor Damião Peres atualizou a ortografia, o que muito facilita o estudo dêsse roteiro que, diga-se de passagem, contém tópicos de difícil compreensão.

Na introdução o professor Peres aprecia entre outras coisas, aquela passagem do *Esmeraldo* que, segundo a opinião de alguns historiadores, dá ao "Aquiles Lusitano" a prioridade do descobrimento do Brasil, ocorrido em 1498. Encerrando o livro o referido professor da tradicional Universidade de Coimbra, nas anotações históricas, esclarece a origem do título do roteiro, detendo-se em explicar o significado da palavra *Esmeraldo*. Ocupa-se em seguida dos erros de latitude que Roberto Levillier (*America la bien llamada*) aponta no roteiro em apreço, dizendo que são êles da responsabilidade dos copistas e não de Duarte Pacheco Pereira.

O livro que está nitidamente impresso em bom papel e é, como sabem os estudiosos da história dos descobrimento marítimos, indis-

(*). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

pensável a quem deseja conhecer as rotas que então seguiam os nautas portuguêses nas suas navegações ao longo da costa ocidental da África e ilhas atlânticas.

T. O. MARCONDES DE SOUZA

* * *

SANCHES (Francisco). — *Opera Philosophica,* nova edição, precedida de introdução, pelo Prof. Joaquim de Carvalho. Col. *Inedita ac Rediviva* (Subsídios para a História da Filosofia e da Ciência em Portugal). V-LV+LXXV+159 pp. Coimbra, 1955.

O nosso prezado amigo Prof. Dr. Joaquim de Carvalho, um dos mais ilustres mestres do Portugal dos nossos dias, empreendeu nesta obra a nova publicação de alguns trabalhos de Francisco Sanches, tais como o *Quod Nihil Scitur,* o *De Longitudine et brevitate vitae,* o *Aristotelis Physiognomicon Commentarius,* o *De Devinatione per somnum, ad Aristotelem,* o *Carmen de Cometa anni MDLXXVII,* a *Ad C. Clavium epistola* e *excepta* da *Opera Medica* A essa publicação dos trabalhos de Sanches, junta o Prof. Joaquim de Carvalho, como sempre, uma excelente introdução e um estudo, do mais alto interêsse, sob o título *Francisco Sanches versus Giordano Bruno,* uma conjectura sua acêrca do sentido do *Quod Nihil Scitur.*

O pensamento de Francisco Sanches — que já foi estudado entre nós, pelo Prof. Cruz Costa (*Ensaio sôbre a Vida e a Obra do Filósofo Francisco Sanches,* Boletim n.º XXIX da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1942) e pelo Sr. Evaristo de Moraes Filho (*Francisco Sanches na Renascença Portuguêsa,* Cadernos de Cultura, Rio de Janeiro, 1953) — não foi ainda, diz o Prof. Carvalho, "cabalmente considerado na estruturação dos problemas, nas raízes e correlações doutrinais". Por certo, "abundam os escritos a seu respeito, mas, descontando os informes documentais e algumas páginas de sentido filosófico, quase todos, salvo contadas exceções, padecem da confinação unilateral e da deformação das opiniões pré-concebidas, por se empenharem em situar o pensamento sancheriano na linha de algumas correntes hodiernas e passarem à margem da realidade epocal e circunstancial em que êle se produziu". Discutiu-se muito — e ainda discute-se a nacionalidade de Sanches. E' português; é espanhol? O atestado de batismo, descoberto na Igreja de São João do Souto, em Braga, afirma que o filósofo nasceu em Braga. Tôda sua obra, porém, como assinalou o Prof. Cruz Costa, está ligada ao renascimento francês.

São hoje raras as obras de Francisco Sanches. A biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo possui um exemplar, em excelente estado, se não nos enganamos, da edição de 1618, precioso dom feito por um dos ex-alunos da secção de filosofia, o Licenciado Pinto do Carmo. Com a presente publicação, o Prof. Joaquim de Carvalho, a quem já tanto deve a erudição portuguêsa, presta mais um grande serviço aos estudiosos de filosofia e de história. Temos ainda a satisfação de assinalar que esta nova edição das *Opera* é dedicada ao nosso colega, Prof. Cruz Costa.

E. SIMÕES DE PAULA

* * *

MAGALHÃES JÚNIOR (R.). — *D. Pedro II e a Condessa de Barral.* Editôra Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1956. 436 pp.

Êste livro contém a correspondência de D. Pedro II com a Condessa Barral e de Pedra Branca, a formosa baiana Dona Luisa Margarida Portugal de Barros, casada com o francês, Conde de Barral. E' a história epistolar do longo romance de amor do prudente e pacato filho do estouvado Pedro I; um documento do mais alto interêsse para a reinterpretação psicológica do nosso segundo imperador e, também, rica fonte de informações àcêrca dos acontecimentos que medeiam entre 1865 e 1881.

D. Pedro II aparece nesta correspondência com os cacoetes e os defeitos que os seus adversários lhe apontavam mas, ali surge, a uma nova luz, um homem infeliz, frustrado em sua vida afetiva.

R. Magalhães Júnior que nos vem oferecendo importantes trabalhos relacionados com a história das letras nacionais, incumbiu-se da edição e das notas que acompanham essa correspondência.

J. CRUZ COSTA

* * *

CALMON (Pedro). — *História do Brasil.* Vol. V. *A República.* Vol. 176-D da Brasiliana. Companhia Editôra Nacional. São Paulo, 1956. 331 pp.

O volume V da *História do Brasil* do Prof. Pedro Calmon é o último de uma série iniciada em 1939. Neste volume é estudada a República, desde a *revolução incruenta,* a proclamação, até o epílogo da *República Velha.*

O livro é vivo e interessante; rica a bibliografia e, embora tenham escapado à revisão algumas inexatidões relativas a datas, o livro do Prof. Pedro Calmon prestará bons serviços àquêles que se dedicam à interpretação da História, ainda bastante confusa, do regime republicano.

J. CRUZ COSTA

* * *

ZEA (Leopoldo). — *América en la Conciencia de Europa.* Los Presentes ed. México, 1955, 180 pp.

No novo livro que Leopoldo Zea apresenta, estão reunidos quatro trabalhos seus, escritos em ocasiões diferentes mas que obedecem à mesma diretriz. Em *América en la Conciencia de Europa* estão assim enfeixados os seguintes estudos: *A cultura européia e as duas Américas; Bondade americana e ingratidão mundial; o puritanismo na consciência norte-americana* e *América na História.*

Leopoldo Zea continua, pois, as suas investigações sôbre o tema de que há muito se ocupa, o da interpretação da História de nossa América, o que vale dizer, o de uma filosofia ou teoria de nossa História. Ao abrir o seu trabalho, assinala o Autor, um dos fatos mais importantes do mundo contemporâneo: o rápido desenvolvimento de uma das Américas, a do Norte. "A última guerra mundial — es-

creve Zea (p. 15) — colocou-a como uma das primeiras potências e sòmente a URSS é que lhe disputa a primazia. As nações que antes das duas últimas guerras mundiais eram consideradas como potências de primeira grandeza, são hoje nações de segunda fôrça, peças do complicado jêgo em que estão empenhados os Estados Unidos e a Rússia para alcançar o predomínio mundial". E' em face dessa importante questão e das relações que os demais países das Américas têm com ela, o de que se ocupa o novo livro do ilustre pensador mexicano. O livro merece, por certo, uma análise mais detida e, oportunamente, voltaremos a êle para examinar as interessantes idéias e sugestões que apresenta. Por ora apenas assinalamos o seu aparecimento.

J. CRUZ COSTA

* * *

AS CIÊNCIAS NO BRASIL. Edição Melhoramentos, São Paulo, s-d. 2 vols. 412+400 pp.

Êste trabalho, organizado e publicado pelo Prof. Fernando de Azevedo, sob os auspícios da Instituição Larragoiti e por iniciativa de seu diretor, o Prof. Leonídio Ribeiro constitui um importantíssimo balanço do desenvolvimento e da situação do pensamento científico em nossa terra. Colaboraram na obra, F. M. de Oliveira Castro (*a matemática*), Abraão de Moraes (*a astronomia*), J. Costa Ribeiro (*a física*), J. de Sampaio Ferraz (*a meteorologia*), Viktor Leinz (*a geologia e a paleontologia*), Othon Henry Leonardos (*a mineralogia e a petrografia*), José Veríssimo da Costa Pereira (*a geografia*), Heinrich Rheinboldt (*a química*), Olivério M. de Oliveira Pinto (*a zoologia*), Mário Guimarães Ferri (*a botânica*), Thales Martins (*a biologia*), M. B. Lourenço Filho (*a psicologia*), Paul Hugon (*a economia*) e Fernando de Azevedo que tomou para si a *introdução* e o capítulo da *antropologia* e da *sociologia*.

E' fora de dúvida que a obra é de real valor. E não só sob o ponto de vista de *mise au point* da situação científica no Brasil. A sua publicação trai uma preocupação de grande importância para os estudiosos dos problemas culturais brasileiros.

Os trabalhos de conjunto que existiam até agora acêrca do assunto eram raros e quase sempre incompletos. Naturalmente êste trabalho também apresenta lacunas, como por exemplo: a ausência de índice remissivo de autores e assuntos; bibliografia que seria não sòmente justo mas necessário completar; revisão da parte de ilustrações. Estamos certos porém de que uma nova edição corrigirá estas falhas. De qualquer modo a obra que as Edições Melhoramentos acaba de lançar é, como dissemos, do mais alto valor para o conhecimento do que tem sido — e do que é atualmente — a atividade científica no Brasil. Podemos, pois concluir esta rápida nota bibliográfica com palavras do organizador do trabalho. "*Se* [...] *seria talvez cêdo demais para tentar um estudo objetivo feito com uma santa isenção de ânimo — pois estando apenas nos começos de uma revolução in-*

telectual, não temos a necessária perspectiva histórica, em vários setores científicos, e nos achamos ainda avec le nez dans les événements *para os julgarmos com exatidão, — servirá certamente a obra para a primeira* tomada de consciência *de uma das mais importantes transformações por que passa a cultura no país, na época atual"* (p. 38).

J. CRUZ COSTA

ÍNDICE DO XII VOLUME

PAULA (E. Simões de). — Como fomos recebidos no Rio de Janeiro 289

I. — CONFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO (José Ribeiro de). — Alguns aspectos da população da cidade de São Paulo 3
SOUZA (T. O. Marcondes de). — A carta náutica de 1424 da Biblioteca da Universidade de Minnesota e o suposto descobrimento pré-colombiano da América 291

II. — ARTIGOS

CARVALHO (A. Pinto de). — Aspectos da moral homérica e hesiódica (Calocagathía — areté — hybris) .. 49
GANDÍA (Enrique de). — A revisão da História da América 175
GODINHO (Vitorino de Magalhães). — O "Mediterrâneo" saariano e as caravanas do ouro (III) 59
IANNI (Octavio). — O samba de terreiro de Itú 403
MACHADO (Lourival Gomes). — Os púlpitos da São Francisco de Assis de Ouro Prêto. Influência de Lorenzo Ghiberti na obra de Antônio Francisco Lisboa 207
NAIA (Alexandre Gaspar). — Im perpetuam rei memoriam 109
PIPER (Otto A.). — O interpretação cristã da História (V) 27
PIPER (Otto A.). — A interpretação cristã da História (VI) 313
SCHÜTZER (Linneu Camargo). — A descoberta da morte e o mundo homérico 379
SOUZA (João Francisco de). — Origens da civilização eolo-jônica. Comentários sôbre Homero e Tales de Mileto 341

III. — FATOS E NOTAS

ARDAO (Arturo). — No centenário de Miguel Lemos 231
FALCÃO (Edgard de Cerqueira). — Recapitulando empolgante controvrsia (A propósito da recente publicação do 1.º volume dos "Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia") 441
GANDÍA (Enrique de). — As colônias da América 427

LEVILLIER (Roberto). — O planisfério de Maiollo de 1504. Nova prova do itinerário de Gonçalo Coelho-Vespúcio à Patagônia, em sua viagem de 1501-1502 431
MATOS (Odilon Nogueira de). — Música religiosa inglêsa do século XVII 237

IV. — DOCUMENTÁRIO

ELLIS (Myriam). — Estudo sôbre a decadência das Minas, através de um documento 463

V. — QUESTÕES PEDAGÓGICAS

BESSELAAR (José van den). — Introdução aos estudos históricos (V) 491
COIMBRA (Álvaro da Veiga). — Noções de Numismática (I) 241
COIMBRA (Álvaro da Veiga). — Noções de Numismática (II) 529

VI. — RESENHA BIBLIOGRÁFICA

AZEVEDO (Fernando de) (Sob a direção). — As ciências no Brasil (*J. Cruz Costa*) 554
BENSON (Nettie Lee). — La Diputación Provincial y el Federalismo Mexicano (*Paulo Pereira de Castro*) 278
CALMON (Pedro). — História do Brasil. Vol. V. A República (*J. Cruz Costa*) 553
CASTAÑEDA (Carlos Eduardo) e DABBS (Jack Autrey). — Independent Mexico in Documents. Independence and Republic (*Paulo Pereira de Castro*) 279
COUTINHO (Lourival). — O General Góis depõe (*J. Cruz Costa*) 279
LEITE S. J. (Pe. Serafim). — Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel de Nóbrega (Opera Omnia) (*J. Cruz Costa*) 277
LOPES (Francisco Antônio). — Os Palácios de Vila Rica (Ouro Prêto no ciclo do ouro) (*J. Cruz Costa*) .. 277
PEREIRA (Duarte Pacheco). — Esmeraldo de Situ Orbis (*T. O. Marcondes de Souza*) 551
MAGALHÃES JÚNIOR (R.). — D. Pedro II e a Condessa de Barral (*J. Cruz Costa*) 553
SANCHES (Francisco). — Opera Philosophica (*E. Simões de Paula*) 552

ZEA (Leopoldo). — América en la Consciencia de Europa (*J. Cruz Costa*) 553
Lista de livros recebidos pela Revista em 1955 280

VII. — NOTICIÁRIO

Desdobramento do Curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (*E. Simões de Paula*) 285
Curso de História da Arte (*E. Simões de Paula*) 288
Curso de Numismática (*E. Simões de Paula*) 286

HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW

A quarterly circulated widely in Latin America and the United States containing articles, inedited documents, book reviews, minor notices, and professional news.

Professor Lewis Hanke, Managing Editor
Charles Gibson, Associate Managing Editor
John Finan, Associate for Biography
John P. Harrison, Associate for Archives

Board of Editors

John F. Bannon
Harry Bernstein
Miron Burgin
Robert S. Chamberlain
Bailey W. Diffie
Charles Gibson
William J. Griffith
Clifton B. Kroeber
Charles E. Nowell
John Rydjord

Walter V. Scholes

Advisory Editors

Isaac J. Cox
Charles C. Griffin
Clarence H. Haring
John Tate Lanning
Irving A. Leonard
Dana G. Munro
J. Fred Rippy
France V. Scholes

Arthur P. Whitaker

Editorial correspondence: Prof. Lewis Hanke, Box 7691, University Station, Austin 12, Texas.
Business correspondence: Duke University Press, College Station, Box 6697, Durham, N. C.

Subscription rates: $6.00 a year in U.S.,
$4.00 a year foreign
Special rates to graduate students

DUKE UNIVERSITY PRESS
College Station, P. O. Box 6697, Durham, N. C.

August 7, 1956

Inter-American Review of Bibliography
Revista Interamericana de Bibliografia

Órgão trimestral documentado que contêm artigos, resenhas de livros, notas e repertórios bibliográficos escolhidos relativos à América. Um grupo de correspondentes dispersos em quarenta e dois países ministram informações sôbre autores, livros, revistas, editôres e bibliotecas.

Javier Malagón
Diretor

José E. Vargas
Secretário

Publicada pela Divisão de Filosofia, Letras e Ciências, Departamento de Assuntos Culturais, União Panamericana. Washington 6, D. C.

Preço de subscrição: US$ 3.00 por ano na América e Espanha;
US$ 3.50 nos demais países.

COLEÇÃO DA REVISTA DE HISTÓRIA

I. — J. CRUZ COSTA — *Augusto Comte e as Origens do Positivismo.*
II. — LÍVIO TEIXEIRA — *Nicolau de Cusa.*
III. — GUSTAVO DE FREITAS — *A Companhia Geral do Comércio do Brasil* (1649-1720).
IV. — PEDRO MOACYR CAMPOS — *A Idealização de Roma e a sua aceitação pelos Cristãos.*
V. — RAUL DE ANDRADA E SILVA, ODILON NOGUEIRA DE MATOS e PASQUALE PETRONE — *A evolução urbana em São Paulo.*
VI. — OSMANI EMBOABA — *História da Fundação de Ribeirão Prêto.*
VII. — JOSÉ VAN DEN BESSELAAR — *Introdução aos Estudos Históricos.*

Pede-se permuta.
Pidese canje.
On demande l'échange.
We ask for exchange.
Man bittet um Austausch.
Si richiede lo scambio.
للمبادلة

—o—

REVISTA DE HISTÓRIA
Rua Maria Antônia, 294
Caixa Postal, 8105
São Paulo — Brasil